

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ÂNGELO SILVA CAVALCANTE

***A CANA-DE-AÇÚCAR NA CIDADE DE ITUMBIARA-GO: HISTÓRIAS
E CONTRADIÇÕES***

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanderli Custódio

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

CAVALCANTE, Ângelo Silva. *A Cana-de-Açúcar na Cidade de Itumbiara-GO: Histórias e Contradições*. Ângelo Silva Cavalcante; orientadora Vanderli Custódio. – São Paulo, 2018. 306 f.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2018.

1.Itumbiara. 2.Cana-de-açúcar 3.Agronegócio. 4. Povo . 5.Trabalho
I. Custódio, Vanderli. II. Título: *A Cana-de-Açúcar na Cidade de Itumbiara-GO: Histórias e Contradições*

CDD

CAVALCANTE, Ângelo Silva.

A cana-de-açúcar na cidade de Itumbiara-GO: história e contradições.

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof (a). Dr(a). Vanderli Custódio

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Valéria de Marcos

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Divina Leonel Lunas Lima

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a). Dr(a). Idelvone Mendes Ferreira

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Mas são tantas as pessoas a quem devo agradecer que, estou certo de que cometerei a injustiça do esquecimento. Que os injustiçados saibam do meu cansaço, do meu instante e dos muitos afazeres. Perdoem-me...

Começo agradecendo imensamente ao senhor Celso Martins e dona Célia, os 'pais mineiros' que a vida me trouxe; aos meus colegas da Universidade Estadual de Goiás, campus Itumbiara; ao SINTEGO; STIUEEG; ao 50. Batalhão da Polícia Militar de Itumbiara. Agradeço aos colegas do Partido dos Trabalhadores (PT), ao PSOL, PCdoB, PDT e PCB.

Aos amigos e amigas da Estação Reciclar; aos muitos anônimos do "lixão" da cidade e que sempre me receberam tão bem. Aos catadores da cidade e que nunca se negaram a falar, produzir depoimentos e registrar suas histórias.

Aos amigos da EMATER/Itumbiara, sobretudo, Belchior e; aos trabalhadores da AGRODEFESA/Itumbiara, principalmente ao Roberto Patrocínio; aos colegas do ProSol/UEG; do "Esquerda de Ruptura" do LEHC (UFRJ), do Fórum Municipal de Mulheres;

Para Luludi, Quiçaba e toda a família Brito; povo bom e muito querido da Campina Verde e que me garantiu o fundamental apoio emocional para cruzar essa longa estrada.

Para Daniel, Itair Martins, Adriano Santos, Aline, Dulcinéia, Thalita, Fábio, Vera Navarro, Júnior Lamarca, Fernanda Monteiro, Maiká, Gustavo, Tito, Heloiza Chaves, Martinha, Rosângela Mecnas, Ana Flávia Garcia, Heloisa Esser, Paula Cares.

Para Reuder Motta, Divina Leonel Lunas, Idelvone Mendes, Estevane Pontes, Suellen, Dani Rocha, Marise, Sonia Haas, Helena Angélica, Lorayne Cavalcante, João Maria, Denossani, Rosana, Bruno Cavalcante, Socorro Blue, Tânia Niskier, Silvana Godoy, Florinda, Rita Paula, Ícaro, Cecília Salomão e Alano DuSom.

Aos professores Ariovaldo Umbelino, Martha Inês, Mônica Arroyo, Lúcio Kowarick e Antônio Carlos Mazzeo. Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, me ajudaram neste esforço.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha orientadora, Professora Vanderli Custódio que, em meio a toda sorte de concordância e discordância, tanto me mostrou, ensinou e revelou... Agradeço com o melhor e mais profundo do meu ser.

Dedico esse doutorado ao meu tio/amigo/irmão/'compa'... Vavá! Que, me traindo... Se foi, simplesmente... Se foi! Te dedico... Ao Gilson Pereira, meu amigo, meu irmão...

Dedico aos meus pais, Valdeci e Elizabete, força minha, diária e permanente... Ao braço e ao seio da minha mãe que me tomou no calor e no brilho pessoal visando o combate às minhas malditas crises de asma e de solidão... O que mais posso dizer? Os amo com o melhor de mim. Sem vocês isso jamais estaria acontecendo!

Ao meu pai... Valdeci Cavalcante, esse bravo sertanejo das brenhas do Piauí; um resistente da solidão, da Guerrilha do Araguaia, da prisão, da tortura, do derrame... Te peço como nunca te pedi e do fundo do meu coração... RESISTA!

Aos meus irmãos (Alessandro, Fernando, Júnior, Cristian, Anderson e Demetrius) e minha irmã (Dely)... Meus maiores e mais intensos encontros e desencontros desta atribulada vida; dedico a minha filha, Karol... Me perdoe pela distância, pelos erros do convívio, pelas falas distantes e abobalhadas... Perdoe-me!

Às minhas cunhadas e ao meu cunhado; aos meus sobrinhos e sobrinhas... Saibam que, ao fim, o futuro desse sofrido país depende de vocês e de vossa geração. Sejam bons, dignos, sinceros, atentos e, acima de tudo, LIVRES!

Ao meu bom povo de Sampaio (TO), naquele conflituoso Bico do Papagaio; terra minha nas beiradas do majestoso Rio Tocantins; gente da terra, das lidas diárias dos campos e das águas e sempre tão incompreendida. Ao fim, reconheço com orgulho, consciência e muita altivez de que, por fim, sou apenas mais um dentre vós... Povo guerreiro e de resistências.

Este trabalho é integralmente dedicado aos mais pobres, aos esquecidos, aos abandonados e odiados; aos que não comem, aos que quase comem; dedico aos humilhados e assassinados. Aos que não viram a balsâmica luz da justiça em suas vidas.

Essa pesquisa é dedicada ao padre Josimo Morais Tavares, um profeta da terra; é para os ciganos de Itumbiara; aos empobrecidos, aos 'sem-teto', aos 'sem-terra'; sem rumo e horizontes. Aos infelizes e massacrados cotidianamente pelo aço das armas militares mas não só delas.

Dedico com gosto e consciência ao ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva e que, nesse instante, se acha encarcerado e que, ainda assim, teimosamente resiste. Nós resistiremos até o fim... E não cederemos!

Dedico aos que corajosamente combateram e seguem combatendo, o golpe de Estado de 2016; aos teimosos e maravilhosos irmãos e irmãs que descobri nessa lida; aos que tanto me ensinaram; aos comunistas, anarquistas; aos progressistas do Brasil, da América Latina e do mundo.

O mundo, não duvidem, depende essencialmente dessa salutar e necessária rebeldia.

Eu dedico...

RESUMO

Esta pesquisa que pode ser classificada como sendo de geografia urbana, agrária e econômica trata do complexo canavieiro instalado na cidade goiana de Itumbiara. Na qual se analisou o processo de conformação histórico-geográfica e que redundou no prevaecimento das condições objetivas para a realização da principal e mais ampla cultura agrícola realizada em seus territórios. Pelos seus níveis de organização, bem como do aparato tecnológico disponibilizado está consolidado como importante segmento da economia nacional e que, por sua vez, e inexoravelmente, possui a rara potência de redefinir regiões, alterar fronteiras, produzir e intensificar fluxos populacionais e modificar profundamente os biomas. Os objetivos da pesquisa residem no esforço por interpretar o que, de fato, é essa ampla e complexa cultura produtiva da cana. Já que não se trata apenas de mais uma típica atividade do diverso agronegócio brasileiro; pelo grau e profundidade das suas vinculações políticas e econômicas nacionais e internacionais tem se convertido cada vez mais em forma distinta e efetiva de *poder*. Para atingir os objetivos desse trabalho foram empreendidos, durante três anos, visitas a arquivos municipais, usinas canavieiras, prefeituras, bairros populares e acampamentos o que resultou em ampla documentação fotográfica. A bibliografia utilizada é essencialmente de matriz marxiana heterodoxa onde diversos autores contribuem com categorias centrais para o entendimento dessa cultura produtiva como fenômeno econômico e que ultrapassa os estritos da produção. A sucroenergia nacional é o maior empreendimento econômico do País, não casualmente, na confluência dos cinco principais Estados produtores (Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul) se apresenta contemporaneamente uma vigorosa totalidade sócioprodutiva da cana a envolver economia, poder político, geração cultural e uniformização; curiosamente, não apenas dos aspectos paisagísticos mas também, e sobretudo, de comportamentos sociais e que, paralelamente, irão demonstrar o atual e prevaecente *status* do complexo produtivo da sucroenergia brasileira. Como resultados espera-se ter elucidado aspectos da relação cidade/campo encetada pela monocultura da cana que permite governar municípios, regiões e partes decisivas do País.

Palavras-chave: Itumbiara-GO; Cana-de-Açúcar; Agronegócio; Povo; Trabalho.

ABSTRACT

This research that can be classified as being of urban, agrarian and economic geography deals with the sugarcane complex installed in the city of Itumbiara. In which the process of historical-geographical conformation was analyzed and which resulted in the prevailing objective conditions for the realization of the main and broader agricultural culture carried out in their territories. Due to its levels of organization, as well as the technological apparatus available, it is consolidated as an important segment of the national economy and, in turn, inexorably has the rare power to redefine regions, change borders, produce and intensify population flows, and profoundly modify biomes. The objectives of the research lie in the effort to interpret what, in fact, is this broad and complex productive culture of sugarcane. Since it is not just another typical activity of the diverse Brazilian agribusiness; by the degree and depth of its national and international political and economic ties has increasingly become a distinct and effective form of power. To achieve the objectives of this work, visits to municipal archives, sugarcane mills, prefectures, popular neighborhoods and camps were undertaken during three years, resulting in extensive photographic documentation. The bibliography used is essentially of heterodox Marxian matrix where several authors contribute with central categories for the understanding of this productive culture as an economic phenomenon and that surpasses the strict ones of the production. National sugar-energy is the largest economic enterprise in the country. At the same time, at the confluence of the five main producing states (Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná and Mato Grosso do Sul), there is a vigorous socio-productive totality of sugarcane, political power, cultural generation and standardization; interestingly, not only the landscape aspects but also, and above all, social behaviors, which, in parallel, will demonstrate the current and prevailing status of the productive complex of Brazilian sugar-energy. As results, it is expected to have elucidated aspects of the city / countryside relationship initiated by the sugarcane monoculture that allows to govern municipalities, regions and decisive parts of the Country.

Keywords: Itumbiara-GO; Sugar cane; Agribusiness; People; Job.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização geográfica de Itumbiara (GO) – 2016.....	p. 26
Mapa 02 – Principais empresas do agronegócio de Itumbiara.....	p. 94
Mapa 03 – Áreas de plantio de cana em Itumbiara, 2002.....	p. 133
Mapa 04 – Áreas de plantio de cana em Itumbiara, 2016.....	p. 134
Mapa 05 – Núcleo da produção canavieira no Brasil I.....	p. 229
Mapa 06 – Sul Goiano: Municípios formadores do “contínuo” da cana I.....	p. 231
Mapa 07 – Sul Goiano: Municípios formadores do “contínuo” da cana II....	p. 232
Mapa 08 – Núcleo da produção canavieira no Brasil II.....	p. 234
Mapa 09 – Principais feiras livres de Itumbiara/2018.....	p. 264
Mapa 10 – Feiras Livres e Pontos/Depósitos de Recicláveis.....	p. 282

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Posto de Arrecadação. IUB/GO (sem data).....	p. 42
Imagem 02 – Principais Áreas da Cana. Itumbiara.....	p. 112
Imagem 03 – Jornal Folha de Notícias. Itumbiara.....	p. 114
Imagem 04 – Política e economia.....	p. 169
Imagem 05 – Folha de Notícias.....	p. 192
Imagem 06 – Folha de Notícias I.....	p. 245
Imagem 07 – Folha de Notícias II.....	p. 262
Imagem 08 – Notícia sobre Suzuki.....	p. 268
Imagem 09 – Transferência da Suzuki para Catalão.....	p. 268

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Lago de Furnas/Municípios Atingidos.....	p.88
Tabela 02 – Crescimento Populacional.....	p.126

Tabela 03 – Área colhida, produção e rendimento médio. 2002/2010.....p. 128

Tabela 04 – Trabalho e juventude. Itumbiara/GO.....p.197

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Arranjos da política goiana na República Velha.....p.45

Quadro 02 – Estrada de Ferro Goiás: período de inauguração dos trechos e estações (1909-1978).....p.67

Quadro 03 – Matriz de energia elétrica – Brasil.....p.78

Quadro 04 – Relação custos sociais e danos.....p.252

Quadro 05 – Feiras de Itumbiara.....p.263

Quadro 06 – Relação demográfica campo/cidade. Itumbiara-GO.....p.277

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estrada de Ferro Mogiana.....p.63

Figura 02 – Latifúndios por região.....p.85

Figura 03 – Lago de Furnas.....p.87

Figura 04 – Unidades DuPont Pioneer – Brasil.....p.107

Figura 05 – Brasão de Itumbiara.....p.173

Figura 06 – Bandeira de Itumbiara.....p.173

Figura 07 – Logomarca da Prefeitura Municipal de Itumbiara.....p.177

Figura 08 – Brasão do Itumbiara Esporte Clube (IEC).....p.177

Figura 09 – Macrozoneamento de Itumbiara.....p.189

Figura 10 – Lei Municipal de Goiatuba.....p.191

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Ponte Afonso Pena – Via de ligação entre Itumbiara (GO) e Araporã (MG).....p.71

Foto 02 – Alca Foods/Cereais Matinais.....	p.95
Foto 03 – Unidade SJC/Cachoeira Dourada.....	p.96
Foto 04 – Araporã Bioenergia.....	p.97
Foto 05 – BP Bioenergia/Itumbiara.....	p.98
Foto 06 – Caramuru Alimentos - Unidade Itumbiara.....	p.99
Foto 07 – CARGILL/Itumbiara.....	p.101
Foto 08 – DIAGRI.....	p.104
Foto 09 – Plantio de cana-de-açúcar/DIAGRI I.....	p.105
Foto 10 – Plantio de cana-de-açúcar/DIAGRI II.....	p.105
Foto 11 – Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos I.....	p.109
Foto 12 – Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos II.....	p.110
Foto 13 – Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos III.....	p.110
Foto 14 – Loteamento de chácaras/Itumbiara.....	p.115
Foto 15 – Comércio de lotes/Itumbiara.....	p.116
Foto 16 – Construção às margens do lago de Furnas/Itumbiara.....	p.116
Foto 17 – Exemplos de condomínios nas imediações do Lago de Furnas/Itumbiara.....	p.117
Foto 18 – Placa indicativa de Condomínio.....	p.117
Foto 19 – Entrada do Condomínio Sol Nascente/Lago de Furnas.....	p.118
Foto 20 – Intercessão da lavoura de cana e empreendimento imobiliário. Prainha/Itumbiara.....	p.118
Foto 21 – Associação de Aquicultura/Itumbiara.....	p.121
Foto 22 – Pousada Prainha/Fazenda Lazer.....	p.121
Foto 23 – Letreiro indicador/Pousada Rio Paranaíba/Itumbiara.....	p.122
Foto 24 – Letreiro indicador/Recanto do Lago/Itumbiara.....	p.122
Foto 25 – Cond. Paraíso das Águas/Itumbiara.....	p.123

Foto 26 – Acampamento ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Novembro/2016 I.....	p.143
Foto 27 – Acampamento ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Novembro/2016 II.....	p.143
Foto 28 – Acampamento ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Novembro/2016 III.....	p.144
Foto 29 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 I.....	p.144
Foto 30 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 II.....	p.145
Foto 31 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 III.....	p.145
Foto 32 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 IV.....	p.146
Foto 33 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 V.....	p.146
Foto 34 – Usina Araporã Bioenergia às margens do Rio Paranaíba. Itumbiara.....	p.160
Foto 35 – Lavoura de cana às margens do Rio Paranaíba. Itumbiara.....	p.160
Foto 36 – Acerca das especializações da cana I.....	p.165
Foto 37 – Acerca das especializações da cana II.....	p.166
Foto 38 – Festa da Padroeira de Itumbiara: Santa Rita de Cássia. 22/05/2018 I.....	p.178
Foto 39 – Festa da Padroeira de Itumbiara: Santa Rita de Cássia. 22/05/2018 II.....	p.179
Foto 40 – Festa da Padroeira de Itumbiara: Santa Rita de Cássia. 22/05/2018 III.....	p.179
Foto 41 – Leives Carlos Mercedes; pescador. Itumbiara/GO.....	p.187
Foto 42 – Aparecido Donizete; apicultor. Itumbiara/GO.....	p.188
Foto 43 – Ex-vereador Geraldo Nunes.....	p.193
Foto 44 – Empresa de máquinas agrícolas New Holland. Av. Modesto de Carvalho. Itumbiara/GO I.....	p.225
Foto 45 – Empresa de máquinas agrícolas John Deere. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO II.....	p.225

- Foto 46** – Empresa de máquinas agrícolas John Deere. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO III.....p.226
- Foto 47** – Empresa Massey Ferguson/Oimasa. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO I.....p.226
- Foto 48** – Empresa Massey Ferguson/Oimasa. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO II.....p.227
- Foto 49** – Coronel Wilmar Rubens Rodrigues. Comandante do 5º. BPM/Itumbiara.....p.239
- Foto 50** – Senhor Abigail. “Lixão” de Itumbiara.....p.279
- Foto 51** – Camponesa e trabalhadora. “Lixão” de Itumbiara-GO.....p.280
- Foto 52** – Senhor Clodomir. “Lixão” de Itumbiara-GO.....p.280

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 17
CAPÍTULO 1 – TEMPOS E ESPAÇOS DE ITUMBIARA E GOIÁS. CONFLITOS E HISTORICIDADES.....	
	p.25
1.1. Das questões da cana itumbiarenses.....	p.25
1.2. Aspectos determinantes da ocupação sul-goiana.....	p.38
1.3. A gênese política do leviatã doce.....	p.51
1.4. O impacto da Estrada de Ferro Mogiana.....	p.61
CAPÍTULO 2 – NOSSA HISTÓRIA E GEOGRAFIA: MOVIMENTOS E CONTRADIÇÕES.....	
	p.74
2.1. Do latifúndio ao grande agronegócio.....	p.74
2.2. História econômica do território da cana.....	p.89
2.3. Empresas e conformações territoriais de Itumbiara.....	p.95
2.3.1. <i>Alca Foods</i>	p.95
2.3.2. <i>SJC Bioenergia – Usina Rio Dourado</i>	p.96
2.3.3. <i>Araporã Bioenergia</i>	p.97
2.3.4. <i>BP Bioenergia</i>	p.98
2.3.5. <i>Caramuru</i>	p.99
2.3.6. <i>CARGILL</i>	p.101
2.3.7. <i>O DIAGRI</i>	p.102
2.3.8. <i>Louis Dreyfus Commodities</i>	p.106
2.3.9. <i>DuPont Pioneer</i>	p.106
CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA URBANA DOS RE-TERRITORIALIZADOS	
	p.125
3.1. Expansão canavieira e seus efeitos sócio-territoriais.....	p.125
3.2. Periferia urbana: <i>locus</i> dos desterritorializados da cana.....	p.136
3.3. A disciplina da cana e o enquadramento da cidade.....	p.147
3.4. A concertação territorial pelo setor sucroenergético.....	p.163
CAPÍTULO 4 – A CANA E A APROPRIAÇÃO DO COTIDIANO DE ITUMBIARA.....	
	p.171
4.1. Marcas, símbolos e sinais da cana.....	p.171
4.1.1. Mediações políticas e acordos da cana local.....	p.183
4.2. No ventre do Leviatã Doce.....	p.198
4.3. Das formas e conceitos de um outro Estado.....	p.205
4.3.1. Da globalização e dos seus novos Leviatãs.....	p.208
4.4. O Leviatã Doce do País.....	p.222
CAPÍTULO 5 – Da Gestão da Cana: o caso de Itumbiara.....	
	p.236
5.1. A moeda local e o problema da moradia.....	p.236
5.2. A tendência induzida ao trabalho informal em Itumbiara.....	p.247
5.3. De trabalhadores rurais a herdeiros do lixo urbano.....	p.272
CONCLUSÕES	p.285
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.291

“Um imenso e, não raro, dramático abismo separa o homem comum de sua história, no mundo contemporâneo, a história de que ele é artífice, o abismo que o separa de si mesmo, ser dividido em face da sociedade que o mobiliza, ao mesmo tempo, como agente e ator, o processo histórico se desenrolando como vida e teatro, como ação e fingimento, como práxis autêntica e mistificação. Esse é o homem desta contemporaneidade demorada e inconclusa, de diferentes modos e com diferentes intensidades ao mesmo tempo ativo e impotente nas muitas caras que deve ter para que a sociedade flua segundo suas próprias determinações profundas e ocultas”.

[MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Editora 34, 2008.]

Introdução

A descrição teórica do conjunto articulado de elementos e fatores que estrutura e determina uma cadeia sócioprodutiva envolve a sempre desafiante detecção do intrincado movimento histórico que, por fim, o compõe e lhe garante forma.

É comum que na impossibilidade de um marco cognoscível fundado em dialética própria e que não se limita a apenas ‘contar, conferir ou classificar’ coisas ou fenômenos mas que, de outra maneira, busca encetar delicada e ativa unidade racional, o essencial do objeto em questão não se revele.

Desta feita, é necessário ter a clareza de que são muitas as influências e variações que compõe tudo o que se apresenta aos sentidos humanos; tudo o que existe se dá a partir de incontável multiplicidade de elementos, ocasiões e historicidades e que garante, como consequência, o encontro e a conformação de totalidades que se reproduzem incessantemente assentadas sob bases, sejam sociais, políticas, culturais ou econômicas.

É certo, contudo, que não há o casual, o ínfimo, aquilo que não seja parte ou tributária nas nuances e implicações que definem as *multi*-formas do capitalismo contemporâneo. Ao fim, tudo se soma, se integra, compõe e produz sua própria síntese em favor, por conseguinte, da estrutura socioeconômica definida pela lógica totalitária e totalizante do capitalismo destes tempos.

O desiderato do pensamento como expressão do concreto se realiza na ideia do movimento e da instabilidade de tudo o que é material ou imaterial. O fulcro dessa instabilidade é, pois, o *leitmotiv* da própria ação e desenvolvimento do capitalismo em todas as suas esferas, níveis ou dimensões: domínio ou não se realiza.

É desta perspectiva que a história é aqui contada e compreendida; como fluxo contraditório e ininterrupto que vincula o local com seu respectivo global; as particularidades com seus correspondentes sociais ou públicos; as resistências com correlatas e determinantes formas de dominância.

O que se tem em vistas é que definir o efetivo começo desta ou daquela produção, seus fundamentos e replicações nos mundo social e econômico, bem como a identificação dos respectivos desdobramentos envolve a compreensão da ampla teia de processos que se integram e se articulam para garantir forma para este ou aquele objeto.

Em esforço pedagógico vale o uso da mitologia grega para tentar descrever o fluido e escorregadio ‘mundo das coisas’ reportando para o desafio de Teseu para adentrar nos domínios do Minotauro; um ser fantástico, metade homem metade touro e que devorava a todos os que ousassem invadir seu labirinto. A princesa Ariadne sugere a Teseu estender um fio desde a entrada para que este possa, por fim, orientar em seu retorno. Teseu, assim procede e sai vitorioso em sua jornada. Não por acaso, o ‘fio de Ariadne’, tornou-se sinônimo de ‘solução’, ‘saída’ e ‘caminho’.

O ‘fio de Ariadne’ às intenções deste estudo está precisamente no esforço por identificar o que, de fato, tem representado a produção canavieira em Itumbiara – cidade do extremo sul do Estado de Goiás – como um conjunto dinâmico e combinado de atividades sociais e produtivas assentado no território, na economia, na política e no cotidiano.

É justamente o “fio” que revela que pelas dimensões e profundidade da produção sucroenergética irá, concomitantemente, produzir e reproduzir o rural da cidade, transformando seus campos, se apropriando da sua hidrologia, *re-situando* levas e levas de populações de agricultores e impingindo forma e ordenamento para o urbano de Itumbiara.

É com base nesses aspectos que essa pesquisa se justifica; o que é, por fim, essa forma *agro-produtiva*? Quais as suas efetivas consequências e repercussões para o cotidiano da cidade de Itumbiara? O que são as vinculações urbano-rurais desse município? E como esses vínculos são processados e, por conseguinte, alterados?

A tese aqui defendida toma como base o fato de que a moderna produção sucroenergética de Itumbiara a partir dos seus padrões de organização e burocratização estabelecidos; das *info*-tecnologias utilizadas; dos aportes e

suportes públicos e governamentais fartamente disponibilizados; dos compromissos produtivos nacionais e internacionais existentes; da legitimação social alcançada, bem como do modo como o complexo se situa e ocupa os *rurais* do município em questão faz despontar efetiva e singular forma de *poder*.

Poder atípico e não-convencional mas que se realiza de forma plena em todos os níveis, locais e formas de interação na vida política e pública de Itumbiara. Do *locus* da sua eficácia econômica e produtiva impõe sua gestão para além dos seus estritos espaços de produção.

O que se verifica na concretude dos fenômenos aí envolvidos é que o combinado de usinas de cana administram não somente seus campos, sua ampla *moenda* e sua rede de serviços diretos e indiretos mas, de outro modo, capitaliza uma força política e territorial de tal ordem que seu formato de gestão empresarial se estende, se “derrama” para toda a municipalidade e respectivas dinâmicas.

Desta maneira, instituições clássicas de governo como as denominadas políticas de gestão advindas do governo estadual, a prefeitura local e a câmara municipal se apresentam como elementos políticos e administrativos de cunho comumente simbólicos; são dispositivos imagéticos, notadamente visuais e ideológicos. Ao fim, a “*cana nos governa*”.

Esse trabalho se justifica sobre dois aspectos básicos: um primeiro de caráter pessoal onde, para este autor, a política verdadeira deve ser feita pelo conjunto de homens e mulheres do trabalho e que devem produzir e ativar formas novas de poder assentado no *poder popular*; *poder*, no dizer do sociólogo Florestan Fernandes¹, vindo “*dos de baixo*”, dos amontoados urbanos e suburbanos, das frentes de trabalho dos campos cerradeiros; *poder* com muitas, diversas cores, sonoridades, sotaques e feito a muitas mãos.

Poder soerguido de forma consciente, cidadã e livre. Desta feita é preciso considerar que esse *poder cidadão*, não pode se realizar por empresas privadas, conglomerados empresariais ou complexos agroindustriais, ao contrário, para

¹ FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**, São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1981.

sua existência se impõe a inarredável condição do exercício da cidadania de sorte que somente ela pode lhe conferir conteúdo humano, social e libertário de modo a refundar fluxos e cursos da vida comum e coletiva.

Em seguida, e assumindo uma crítica política de caráter marxiano com contributos de diversos autores contemporâneos ou não e partícipes desta mesma matriz teórica, os fatores de produção da agroindústria canavieira são analisados em perspectiva de classe; exercício que irá, por conseguinte, revelar o próprio *déficit* de cidadania e que marca a desenvoltura política da população de Itumbiara, cidade onde este autor, docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), vive por quase dez anos.

A importância desse estudo reside no fato de que é o movimento com sua plêiade de interfaces, o elemento definidor a vincular de maneira indissociável, a geografia urbana da assim chamada geografia rural; é principalmente, o movimento como política em sua acepção mais genuinamente pública e social; como expressão de inteligência coletiva e advinda das *gentes* em suas lutas intermitentes por território e existência, não casualmente, um dos fundamentos do *macro-campo* da geografia humana.

Efetivamente, é necessário considerar que este fenômeno local se insere em uma lógica organizativa de bem maior amplitude e complexidade. É o que se detecta, por conseguinte, na múltipla fronteira do *centro-sul* do país onde os cinco principais estados produtores de cana (Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul) conformam não apenas um vigoroso complexo sócioprodutivo e canavieiro mas, de fato, logram realizar uma das principais combinações políticas e econômicas do País em torno desta atividade.

A metodologia de constituição deste trabalho compreendeu desde trabalhos de campos envolvendo quatro, dos cinco Estados referidos (o Estado do Mato Grosso do Sul não fora visitado) até às análises mais detidas da sucroenergia de Goiás e de Itumbiara por meio de depoimentos, verificação de comunidades afetadas pela expansão canavieira, visitas técnicas e levantamento fotográfico.

Para os particulares de Itumbiara, objeto central dessa pesquisa, dezenas de propriedades rurais foram estudadas; procedeu-se mais de duas dezenas de visitas a lavouras de cana em seus períodos de plantio e colheita; da mesma forma, se empreendeu pesquisa em órgãos estatais, sobretudo, em sua Agência de Meio Ambiente, a Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado (SEGPLAN) e a Secretaria de Fazenda.

Outras pesquisas foram realizadas na Prefeitura Municipal de Itumbiara e em órgãos como a Agência Municipal de Meio Ambiente de Itumbiara (AMMAI), Secretaria de Planejamento e Secretaria de Finanças; de fato, é necessário o registro de que a Prefeitura de Itumbiara e instâncias correlatas foram de pouca contribuição para este estudo. Ao fim, as negativas e mesmo, a aberta má vontade em fornecer dados, por sinal, de interesse público comprova, de outra maneira, a própria hipótese e que esta tese defende.

Todas as usinas de cana de Itumbiara e que conformam o que denomino de *moenda local*, foram visitadas; o fornecimento de informações elementares nos fora negado; dados a envolver metas de crescimento, custos por hectare plantado, tecnologias utilizadas para maior rentabilidade nas áreas plantadas foram terminantemente negadas. Não fosse a contribuição de economistas, alunos e ex-alunos da Universidade Estadual de Goiás, *campi* Itumbiara, os desafios desta pesquisa teriam sido bem maiores.

É importante o registro das visitas realizadas em acampamentos de ciganos, em colônias de pescadores, grupos de apicultores, pequenos agricultores e remanescentes de quilombos, segmentos etnográficos portadores de narrativas singulares e que ampliaram sobremaneira, o entendimento do que efetivamente são as expansivas da *'cana itumbiareense'*.

É do que se trata! Este trabalho está organizado em cinco capítulos onde, em seu primeiro capítulo se busca historicizar acerca do essencial da formação histórica goiana e itumbiareense; seus pontos e marcos decisivos e dos lugares determinantes do latifúndio, instituição decisiva, por sinal, para a feitura deste Goiás de tantas perversidades e mesmo no processo da constituição econômica contemporânea de Itumbiara, a principal economia do sul goiano.

O segundo capítulo busca desnudar a opção de desenvolvimento que as elites locais e regionais adotaram para Itumbiara a partir, sobretudo, da captação, do fomento e do prevaecimento de grandes empresas do agronegócio, linhas gerais, empresas filiais do agronegócio internacional.

Empresas como *CARGILL*, *Pionner*, *Louis Dreyfuss*, *British Petroleum (BP)* dentre outras e que implicarão, por sua vez, em novas e sumárias práticas administrativas e territoriais, bem como na constituição de dispositivos econômicos e que se converterão em estruturas dinâmicas e determinantes para o mundo do trabalho, do cotidiano e das formas econômicas rurais, tradicionais e locais.

Nestes termos, se discute caminhos e mecanismos desenvolvidos pelo capitalismo local/regional, sobremaneira, os referidos aos capitais imobiliários e especulativos para coexistirem com os portentosos capitais do agronegócio e ativamente postos no território municipal; com especial atenção se identifica movimentos e estratégias assumidas por essas duas formas orgânicas de capital na disputa e ocupação por nacos do território do município.

No terceiro capítulo os ‘sujeitos da terra’, os sujeitados pela marcha desenvolvimentista do latifúndio ancestral e que se converte em sócio menor do agronegócio canavieiro, se apresentam na história; explicitam as suas formas de organização na luta por uma gleba, um lote que seja, onde possam morar e viver.

Resistem entre a luta política aberta e sempre combatida “em nome da lei” pelo braço armado do Estado e a sobrevivência no trabalho eventual, precário, na informalidade e nos anonimatos de uma vida marginal e suburbanizada. Por fim, a longa marcha destes ‘sujeitados da terra’ deu forma para uma economia local ao menos espontânea, organizada sobre bases não-convencionais, marginal, estigmatizada e comumente desprovida de regras e direitos fundamentais.

De outra feita, outras histórias emergem das margens da cidade e que com caracteres e propriedades pitorescas narram graciosamente o que é o latifúndio que se ajunta mansa e ociosamente a sucroenergia; revela, segundo um atento entrevistado, o resultado dessa “cópula” entre latifundiários e a sucroenergia.

Se está tratando, pois, da qualidade precária dos bairros tomados pela “cana” onde a maioria da população vive/sobrevive em guetos urbanos e que, sob *status* político distinto e superior, poderiam, quem sabe, ser classificados como periferia, categoria geográfica e centralmente política.

De outro modo, as resistências estão teimosamente presentes seja na arte, nas festas religiosas, nos adereços corporais, na cultura produzida e consumida ou nas formas integralmente originais como os ‘desterritorializados’ ocupam os arrabaldes de Itumbiara.

No quarto capítulo se procura traduzir a *moenda local* como sinal e significado; como referenciamento e produção de identidade; ainda como lógica cultural com replicações linguísticas e em sua presença simbólica nos entremeios do cotidiano itumbiarenses; mais ainda, a *cana* apresenta a sua estética não só nas paisagens ocupadas e conformadas mas no curso diário das tradições locais.

Um emaranhado coerente de códigos, símbolos e sinais presentes em máquinas, nos uniformes dos seus trabalhadores, nas sinalizações que demarcam lavouras e seus processos e na circularidade intermitente de bens e serviços que compõe a vasta cadeia produtiva do complexo sucroenergético notavelmente presente e que se espraia de forma monocromática sobre um tabuleiro ainda com miúdas reminiscências de Cerrado.

Em tal conformidade é necessário considerar que o cultivo da cana acontece, é fato, nos rurais de uma espacialidade municipal fragmentada e apropriada mas é preciso a observação de que um “outro cultivo” igualmente importante também se dá nas instituições de controle e regulação, na legitimação diária e cotidiana e que as reengenharias administrativas da *moenda* perfazem de forma sutil e eficaz em frenética busca por legitimidade social – compreender ‘legitimidade social’ como ‘aceitação social’ – em que pese, a tragédia humano-ambiental da qual é promotora direta.

No quinto e derradeiro capítulo a cidade é contada como contingência ou resíduo sócio-urbano, um entreposto a fornecer insumo e mão-de-obra barata para a feitura cotidiana do amplo canavial. Itumbiara é, por fim, uma cidade desajustada, de espaços internos ociosos; portadora de um miúdo centro onde

vive sua elite política e econômica e suas margens composta de bairros amorfos e aviltados de uma curiosa gente resistente, em que pese, o ceticismo.

Vale a lembrança de um trabalhador ao ser entrevistado para este estudo e que procurava, ao seu modo e em suas graças, explicar a quietude, a mansidão do seu povo, do povo de Itumbiara, diante dos abusos e das sujeições de que é vítima recorrente. Diz: *“Não sei ao certo... Mas pra mim é um povo do jeito da cana: duro e doce. É o que eu acho!”*.

Capítulo 1 – Tempos e Espaços de Itumbiara e Goiás: Conflitos e Historicidades

1.1. Das questões principais da cana itumbiareense

Haveria que enchê-las de flores e de gemas
As mãos de camponês que são todo um poema
Nos quais os versos cheiram a terra e a suor!
[Pablo Neruda. In: *O Rio invisível*, 1980]

Este trabalho trata da cidade goiana de Itumbiara e do governo [sic] que a indústria sucroenergética instalada em seus limites impõe e exerce sobre sua territorialidade; seus centros, periferias, ativos ambientais e, sobretudo, sobre sua população de pobres e trabalhadores produzindo por conseguinte hábito, costume, cotidiano e normalidade.

Cabe identificar os meandros dessa imposição; quase imperceptível e no entanto, decisiva. Suas sutilezas gerenciais e administrativas, as atuais formas de operação do monocultivo canavieiro, padrões tecnológicos e caminhos adotados. Por fim, decodificar a organicidade totalizante e em expansão é determinação para o entendimento das formas de submissão territorial que são impostas para todo o município.

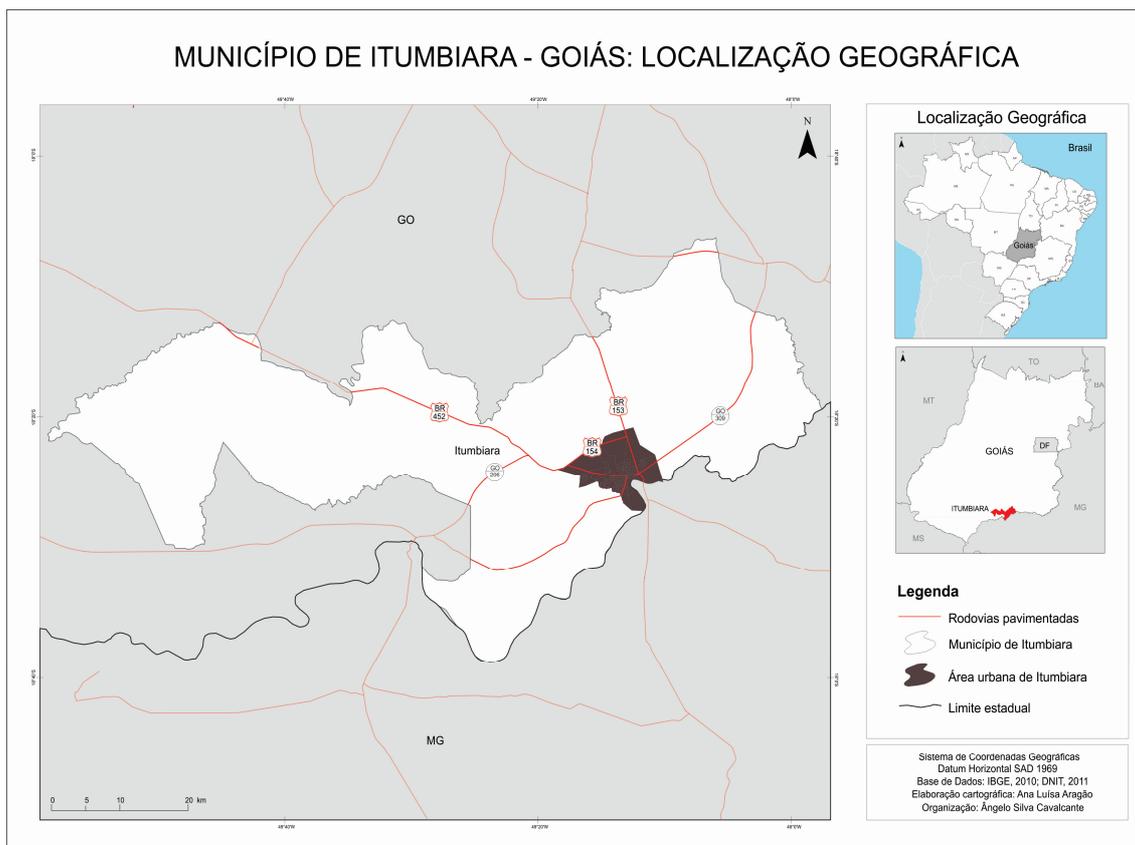
É preciso considerar que não se trata de processo simples ou livre de resistências; ao contrário, as resistências e *re*-existências, sobretudo, nos bairros e em expressões manifestas no contínuo do cotidiano acontecem das mais variadas formas. Paralela e sinteticamente, a resistência é a periferia.

Itumbiara é município de 102 mil habitantes², com 2.464, 510 km²; situado no sul do Estado de Goiás, Centro-Oeste brasileiro (**Mapa 1**) e que tem no chamado agronegócio canavieiro a base organizativa e territorial de sua economia. Está localizado na mesorregião do sul goiano; microrregião do Meia Ponte³ com altitude de 448m na relação com o nível do mar.

² Dados: População estimada pelo IBGE/IMB, 2017.

³ A Microrregião do Meia Ponte possui 21.165,24 km² de área total e 366.538 habitantes (17,32 de densidade populacional), distribuídos em 21 municípios. Do universo da sua população, 89,16%

Mapa 01 – Localização geográfica de Itumbiara (GO) - 2016



Org.: CAVALCANTE, Ângelo. (2016). Cartografia: Ana Luísa Aragão (UFG/IESA, 2013)

As fronteiras de Itumbiara estão entre as principais de Goiás e uma das principais de todo o Centro-Oeste. A fronteira, por sinal, se apresenta em Itumbiara, como bem mais do que mero componente paisagístico. É mesmo elemento que gera identidades, produz proximidades e convivências.

A fronteira com o Estado de Minas Gerais, mas não somente isso; sua interação essencial com o Rio Paranaíba, um dos principais rios do Centro-Oeste e ainda, a primeira cidade a partir do sul goiano, por onde, enfim, se ingressa em Goiás, dá forma para impressões únicas, para particularidades que transcendem

vive em área urbana e apenas 10,84% em área rural. A população masculina (50,09%) é levemente superior à feminina (49,91%). Quase metade da população da Microrregião (44,58%) reside em seus municípios mais populosos, Itumbiara e Caldas Novas. Segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta é uma microrregião de alta renda. Compõe a Microrregião do Meia Ponte os seguintes municípios: Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis. [Estudos Microrregionais. **Observatório do mundo do trabalho**. MEC/RENAPI/IFG/Observatório do Mundo do Trabalho. Goiânia, 2013].

aos aspectos eminentemente materiais e que definem essa parcela territorial da baixada goiana.

A cidade, por suas características, engendra efetivas possibilidades de transcendência onde, por exemplo, o mito grandiloquente do sul/sudeste do País está por fim e ao seu modo, ao alcance de todos.

“Vai pra Minas” é o que se diz diante dos problemas que a população enfrenta cotidianamente com os insuficientes serviços públicos da cidade. Minas é uma possibilidade; mas as “Minas” a que se referem não é somente o Estado de Minas Gerais. Para o homem simples, “Minas” é o mundo possível e que, de fato, ele carece. Há algo de salvador, de messiânico nessa sentença. Essa “Minas” é, por fim, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e todo o sul do País.

“Minas” é aí, um sonho, uma esperança de que seus problemas sejam, de alguma forma, resolvidos. Ocorre que objetivamente, seus dramas não serão solucionados e “Minas” se torna um desejo profundo, um quase clamor. É do que se trata.

Em Itumbiara, corre o Rio Paranaíba e a mais simples mirada neste corpo d'água leva o observador a contemplar o começo ou o fim territorial do Estado de Minas Gerais. Depende de onde e para onde se olha. A mesma impressão se dá com o território de Goiás.

Ao fim, Goiás começa ou termina em Itumbiara? A experiência do princípio e do fim apresentada simbolicamente é experiência tocante. A fronteira é, desta feita, uma sensação. Revela limites, mistérios e subjetividades. Para além disso é transcendência, é forma de ver e sentir que se experimenta cotidianamente; ativada realizada a partir da combinação quase sempre incompreensível dos componentes do acervo paisagístico legado para a cidade.

Em Itumbiara se experimenta o indescritível momento do fim ou do começo; dos limites fronteirços, de seus enigmas; do perto, do longe. Efetivamente, por aqui é fácil situar-se; o espaço está pedagogicamente disposto para os indivíduos.

A fronteira local é de certa maneira, rito de passagem; decisivo ponto de chegada ou de partida; marco central e definitivo para fluxos de pessoas, bens e

serviços entre norte e sul do País. É neste contexto territorial que acontece a principal atividade econômica de toda a história do município: o moderno processamento da atividade canavieira e que gerou novas significações para toda a cidade.

Por seu turno é corriqueiro se ouvir na cidade que a cana-de-açúcar “deu certo⁴”. O que isso quer dizer? De fato, esta não é somente uma afirmação; mais do que isso, reflete nos falares cotidianos a dimensão material e sensorial cuja substância teórica se assenta em percepções e constatações bastante importantes mas, sobretudo, e principalmente, em questões fundamentais. Nesta relação, é preciso que se reconheça de que este trabalho é movido por dúvidas, diversas delas.

Algumas inquietações são: por que o vasto arranjo territorial e produtivo da cana-de-açúcar⁵, o mais usualmente conhecido, complexo agroindustrial canavieiro⁶ implementado em Itumbiara é exitoso? Por que conseguiu, a partir

⁴ Para ilustrar a força e dinamismo do agronegócio da cana em Goiás, a matéria afirma: “A safra 2012/2013 cresceu 16%, com 52 milhões de toneladas colhidas, a maior da história do Estado. Com o resultado, Goiás agora ocupa o segundo lugar no ranking nacional de produção de cana e também a segunda posição na produção de etanol, além de ter o segundo melhor preço nos postos de combustíveis. O preço do álcool vendido pelas usinas em Goiás é o menor do País. Goiás, que tem a nona frota de veículos do País, é o segundo maior consumidor de etanol. Recentemente, o governo do Estado ampliou benefício do crédito outorgado de ICMS de 30% para 60%”. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/goias247/91591/Goi%C3%A1s-assume-segundo-lugar-na-produ%C3%A7%C3%A3o-de-cana.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁵ De acordo com Lima e Oñate: A cana-de-açúcar é uma das culturas agrícolas mais representativas do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a produção em toneladas de cana-de-açúcar constituiu 77,4% da produção total de lavouras temporárias em 2008, sendo que o valor dessa produção superou R\$ 20 bilhões no mesmo ano, situando-se como o terceiro valor mais alto dentro das lavouras temporárias do Brasil. Em relação ao mercado mundial, o Brasil é atualmente o maior produtor. Conforme os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (2010), a produção brasileira de cana representou 45,7% da produção mundial em 2009. Segundo Moraes (2000), existem duas categorias de produtores de cana: os fornecedores independentes e as indústrias (usinas), sendo que estas últimas respondem por 70% de cana moída por safra no Brasil. [LIMA, Roberto Arruda de Souza; OÑATE, Carlos Andrés. Importância das cooperativas de crédito para fornecedores da cana-de-açúcar: um estudo de caso; **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, no. 02, Abr./Jun. 2012].

⁶ Para Valério (2016: 105): A expansão do agronegócio canavieiro implica no acirramento das disputas pelo controle dos territórios, o que resulta na desterritorialização dos sujeitos dotados de menor potencial de intervenção e transformação. Para conceituar o território, pensamos ser necessário compreendê-lo como indissociável do conceito de espaço geográfico, uma vez que o território se origina a partir do controle estabelecido em uma parcela do espaço. Santos (2002, p. 63) compreende o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos são representados pelos objetos naturais (rios, montanhas, florestas, etc.) e artificiais (estradas, pontes, canais, dutos, edificações, plantações, etc.), enquanto os sistemas de ações são compostos pelas relações sociais, as ações humanas. [VALÉRIO, V. J. O.

dos mais distintos mecanismos, mobilizar e articular toda a população em seu centro ou no seu derredor sócioprodutivo? Que condições estavam dadas, foram construídas, aprimoradas e garantidas para que a ampla estrutura de produção do agronegócio se estabelecesse e permitisse vasto processamento da cana-de-açúcar, de seus derivados e objetivamente, sem maiores impedimentos? São questões que se pretende responder.

O agronegócio, em sua acepção moderna que expressa em sua inteireza as novas determinações do capitalismo contemporâneo e globalizado, se apresenta como um muito articulado conjunto ou rede de dispositivos tecnológicos e de transformação que opera a fim da máxima realização da atividade agrícola.

É agronegócio de caráter privado com gestão, princípios, metas, horizontes igualmente privados e com aportes financeiros públicos⁷ bastante consideráveis a combinar terra, trabalho, produção e cidade.

Sobre o sempre controverso termo “agronegócio”, convertido do inglês, “agribusiness”, Araújo (1982: 238) analisa os desafios para a elaboração de uma

Agronegócio canavieiro e produção de alimentos no município de Tupi Paulista/SP: desafios para a soberania alimentar. **Revista FORMAÇÃO** (*On-line*). Vol. 02, no. 23, 2016]. Outra bastante contributiva definição acerca do espaço é de Costa (2014: 73) ao citar as definições de David Harvey segundo o qual: “o espaço é uma palavra-chave, complexa, cujo significado e conceito deve ser decifrado. Em sua exposição [Harvey] alega que o espaço pode ser avaliado a partir de uma divisão tripartite: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. O espaço absoluto é fixo e onde são registrados ou planejados os eventos. É o espaço de Newton, Descartes e Euclides. Refere-se ao espaço do mapeamento cadastral, da localização e posição, da propriedade privada, das cidades, de um condomínio fechado, das fronteiras e barreiras físicas, de entidades delimitadas como o Estado ou uma unidade administrativa. [...]. O espaço relativo está ligado a Einstein e as geometrias não-euclidianas e se apresenta em dois sentidos: há múltiplas geometrias que podem ser escolhidas e o quadro espacial depende do que está sendo relativizado e por quem. [...]. O espaço relacional está associado a Leibniz. A noção relacional implica a ideia de relações internas. Um evento não pode ser compreendido a partir de um único ponto, depende de tudo que ocorre ao seu redor. Nesta formulação, assim como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. É o espaço das sensações, desejos, frustrações, sonhos e vertigem. [COSTA, Fábio Rodrigues da. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percorso. NEMO**. Maringá/PR; v. 6, n. 01].

⁷ Para ideia mesmo que panorâmica acerca da importância dos investimentos públicos na produção canavieira, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG)⁷ irá destacar que: “Produtores rurais contrataram R\$ 25 bilhões em crédito nos dois primeiros meses da safra 2017/2018, 13% do total de R\$ 188,4 bilhões oferecidos pelo governo no Plano Agrícola e Agropecuário da atual temporada. A informação foi divulgada pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura. No ano passado, 11% do valor oferecido no Plano Safra 2016/17 foi liberado entre julho e agosto. O valor também é 29% superior ao registrado em igual período de 2016. Disponível em: Sistema FAEG/Notícias. <<http://sistemafaeg.com.br/noticias/16357-governo-libera-r-25-bilhoes-em-credito-rural-entre-julho-e-agosto>>. Acesso em: 18 set. 2017.

categoria analítica em condições de descrever a complexidade da agricultura contemporânea:

Os próprios americanos não a tinham até 1955. Foi neste ano que o professor John Davis, em um trabalho apresentado no congresso de distribuição de produtos agrícolas, em Boston, pronunciou, publicamente a palavra “agribusiness” a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de insumos agrícolas; operações de produção na fazenda; armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos produtos deles derivados. Assim, o “agribusiness” abrangeria, modernamente, todas as funções que o termo agricultura abrangeria à época da agricultura tradicional. A cadeia-açúcar é a unidade que descreve essa cultura modernamente processada. A atual e prevalecente cadeia produtiva daí decorrente se apresenta como realidade multidimensional e só pode ser compreendida sob essa perspectiva.

Essa realidade multidimensional e sempre questionável envolve áreas rurais e urbanas do município, rearranja unidades produtivas e familiares, reposiciona antigas produções, condena e extingue outras. Impõe condições, arregimenta capitais públicos⁸ e privados e gera, por fim, uniformização.

Estabelece valor produtivo, determina novas significações sobre aquilo que é arcaico ou moderno; coisa pretérita, contemporânea ou futurista; produz novas valorações acerca do seu centro e de suas periferias; áreas nobres, marginais ou insignificantes.

Possui perspectiva ecológica e ambiental própria e espraia eficazmente suas impressões para todo o conjunto social do rural/urbano do município. Por suas dimensões e potência recria o urbano, redefinindo o suburbano, demovendo e alterando os conteúdos tradicionais do rural.

No curso da Rodovia BR-153, no trecho de duzentos quilômetros que liga Itumbiara à cidade de Goiânia, capital de Goiás, a monocromática e uniformizada

⁸ A esse respeito é decisivo o incentivo do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), política gerida pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), instituída pela Lei no. 11.488 de 15 de junho de 2007 e que, para o que respeita ao setor sucroenergético, concede incentivos fiscais às empresas que aderirem ao Programa de até 9,25% na compra de equipamentos e materiais de serviços. Esse benefício é possível graças ao mecanismo da renúncia fiscal por parte do Estado onde é suspenso o recolhimento do PIS/PASEP (1,65%) e do COFINS (7,6%). Fonte: Lei no. 11.488, de 15 de junho de 2007. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos.

paisagem da cana que toma a maior parte desse trajeto, é decisivo papel que acalenta sentidos por suas extensões mas que é também – a uniformização – categoria central para o padrão paisagístico que está posto e que irá pautar todo este trabalho posto que ao fim, é essa específica uniformização de tipo novo o elemento essencial que expressa o arrojo e implicações desta atividade canavieira.

Uniformização que não se acha apenas na monocromia das paisagens; em sua distribuição equivalente ou em seus rebatimentos individuais e coletivos a partir do espraiamento da cana mas que também e, concomitantemente, é ativa singularidade espaço/tempo que forma noções e tipos relacionais que se encontram em toda a multiplicidade de ações do processo produtivo e reprodutivo da cana-de-açúcar.

É bem ajuntado conjunto de dispositivos técnicos, territoriais e burocráticos a envolver administração e que se apresenta como disposto que metodicamente toma a cidade convertendo-a em meio e fim de um processo produtivo. Submete a própria municipalidade às determinações do seu expansionismo, que se dá na incorporação de novas áreas rurais mas também que se volta firme e resoluta para o centro político, econômico e cultural da cidade⁹.

Júnior e Barreto (2012: 02) afirmam:

A dinâmica canavieira e as relações estabelecidas pelo agronegócio da cana-de-açúcar não se restringe aos limites do município em que está instalada a unidade agroprocessadora. Na verdade, as relações de produção e trabalho, estão além das

⁹ Expressão desse movimento de avanço sobre a cidade e suas instituições e que se tenta expressar é, a título de exemplo, a aprovação em maio de 2012, da Lei no. 12.651/2012 e que regulamenta o novo Código Florestal Brasileiro. Para ideia do que se trata, com o novo Código Florestal, o desmatamento de 2016 teve aumento de 29,6% com relação ao praticado em 2015 apenas para o Bioma Amazônico. Para o Cerrado brasileiro, Oliveira (2015) cita que: “Com mais de 2 milhões de km², o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro e é considerada a savana com maior biodiversidade do mundo (EITEN 1972 e 1994, MITTERMEIER *et al.* 1999, MITTERMEIER *et al.* 2004). Sua rica biodiversidade vem sendo ameaçada há décadas por altas taxas de desmatamento, em alguns períodos maiores do que na Amazônia (RATTER *et al.* 1997, KLINK & MACHADO 2005, PEREIRA & GAMA 2010, GANEM *et al.* 2013) e concentrados principalmente em áreas aptas para agropecuária (ROCHA *et al.* 2011, REDO *et al.* 2013, FERREIRA *et al.* 2013). Apesar desta intensa ocupação, o bioma apresenta aproximadamente 40 Mha [40 milhões de hectares] de áreas que ainda podem ser legalmente desmatadas, concentrados nos estados ao norte do Cerrado (SOARES FILHO *et al.* 2014), indicando que o desmatamento está longe de ter um fim. Estimativas do Governo Brasileiro apontam que 48,45% da vegetação nativa do bioma foi suprimida até o ano de 2010, segundo o último dado oficial publicado (MMA 2011).” [OLIVEIRA, Gustavo Bediaga de. **O novo código florestal e a reserva legal do Cerrado**. Tese de mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Biológicas. Brasília, 2015].

fronteiras municipais e regionais, pois, o capital canavieiro, assim como todas as esferas do sistema capitalista, opera construindo um emaranhado de relações que permita tanto sua existência quanto sua reprodução.

Apenas de maneira introdutória é preciso esclarecer que se está a tratar de fenômeno a ser analisado de forma mais detida posto que a grandiosidade das paisagens canavieiras não raro, esconde o essencial do seu desenvolvimento que articula eficazmente dois movimentos básicos a envolver o combinado campo/cidade.

Desta feita o intento é por situar a imperiosa marca da uniformização das paisagens, núcleos rurais ou urbanos, tipos de ocupação ou adensamentos e respectivos fluxos humanos advindos das determinações correlatas ao processo de produção daquilo e que aqui se convencionou classificar de “*moenda moderna*” ou um imbricado técnico e territorial que se articula e ampara nos contextos regional, nacional e internacional na intermitência da produção, do intercâmbio e do consumo de *commodities*¹⁰.

A opção epistemológica adotada sequer é original; aqui se trata de utilizar do sentido histórico da categoria “cidade”, dos seus principais aspectos civilizacionais, de suas vias como projeto de existência e convivência social e coletiva para em seguida, desenvolver diálogos ante ao expansionismo ou agro-expansionismo canavieiro.

Este amplo canavial, em tal conformidade, e adensado de exigências econômicas pela geração de *mais-valor*; abarca e envolve a cidade, impondo-lhe

¹⁰ Ainda é corriqueiro e não resolvido o problema das *commodities* no ambiente econômico. Sinteticamente não é claro para economistas e outros analistas se a abundância de recursos naturais em determinado país é algo salutar ou negativo para a respectiva economia. É comum, por sinal, indagar se os abundantes recursos naturais são dádivas ou maldições? Tal questão se dá tendo em vista que países que assentam suas economias em seus recursos naturais tendem a desenvolver-se menos. Para Verissimo e Xavier (2014): A literatura sobre a “maldição dos recursos naturais” (*natural resource curse*) parte do pressuposto de que as economias ricas em recursos naturais tendem a apresentar menores taxas de crescimento econômico. Neste contexto, a alta dos preços das *commodities* e a apreciação da taxa de câmbio real podem resultar em especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais nas economias concentradas nos setores primários, prejudicando os setores produtores de bens manufaturados, com impactos perversos sobre a dinâmica de crescimento econômico. [VERISSIMO, Michele Polline. XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, UFRJ/Instituto de Economia, 2014].

revisões e novos repertórios; recriando-a, redefinindo dinâmicas, processos, formações, territórios e formas existenciais.

A cana-de-açúcar a partir do seu monocultivo moderno é atividade majoritariamente rural, sobretudo em suas formas e acontecimentos espaço-territoriais, mas é também e destacadamente ocorrência urbana; neste particular, sua pluri-expressão é centralmente política, institucional e principalmente cultural, de maneira que as condições necessárias e possíveis são, a partir da cidade e de suas instituições de governo, criadas para que ela aconteça com as características que a notabiliza.

É precisamente no campo da produção cultural e simbólica que se estabelece uma interface entre produção espacial e geração de cultura. É no mundo dos significados, das *ressignificações* e na sua capacidade de geração de referenciamento social que sua eficácia, no entanto, se realiza com maior profundidade.

Paralelamente, o agronegócio da cana-de-açúcar é também e objetivamente gerador daquilo que Bourdieu irá denominar de *habitus*¹¹, de sorte que sincrônica e dialética relação entre cultura/natureza, real/imaginário e objetivo/subjetivo é estabelecida na consecução de forma, coesão e movimento para ordenamentos sociais e econômicos bastante próprios.

¹¹ *Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 pelo sociólogo Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo Cartesiano que envia as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional. A noção tem um papel central no esforço levado a cabo durante uma vida inteira por Bourdieu (1972/1977, 1980/1990, 2000/2001) para construir uma “economia das práticas generalizada” capaz de subsumir a economia, historicizando e, por aí, pluralizando as categorias que esta última toma como invariantes (tais como interesse, capital, mercado e racionalidade), e especificando quer as condições sociais da emergência dos atores econômicos e sistemas de troca, quer o modo concreto como estes se encontram, se propulsionam, ou se contrariam uns aos outros. As raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do carácter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta. [...]: o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente. [WACQUANT, Loïc. **Esclarecer o Habitus**. Arquitetura/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/wacquant-esclarecer-habitus.pdf>> Acesso em: 27 set. 2017].

Para Souza (2012: 46):

É por conta dessas características apontadas anteriormente que Bourdieu chama o *habitus* de uma “virtude feita necessidade”. Fruto de dada condição econômica e social, o *habitus* implica a inscrição dessas precondições, especialmente as relativas às experiências infantis, que passam a ser traduzidas no sujeito como um conjunto de estruturas perceptivas e avaliativas servindo como uma espécie de filtro para todas as outras experiências ulteriores. O *habitus* seria, portanto, um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas. [...]. Sendo o produto de um conjunto de regularidades objetivas, o *habitus* tende a gerar toda uma série de comportamentos “razoáveis” e de “senso comum” que são possíveis dentro dos limites dessas regularidades. O *habitus* é o passado tornado presente, a história tornada corpo e portanto “naturalizada” e “esquecida” de sua própria gênese. Precisamente por ser uma espécie de história naturalizada numa espontaneidade sem consciência, o *habitus* é o elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação às determinações externas do presente imediato.

Não pode haver produção de trabalho sem conseqüente produção cultural. Em Marx (2003, p.5): “*O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*”.

Nestes termos e mirando o estabelecimento de uma visão teórica em condições de identificar o itinerário material/imaterial das atividades produtivas, bem como de suas reverberações na definição da consciência comum e cotidiana é que a perspectiva da totalidade histórica é deste modo, perseguida como meio e fim de uma dinâmica cognitiva operante no diálogo com tradições e contradições da cidade sob a mesma lógica da sucroenergia.

Dinâmica que, por sinal, pretende mediar dialeticamente universos binários e clássicos ao estilo: campo/cidade, rural/urbano, centro/periferia ou capital/trabalho na intenção da feitura de problematizações para, por fim, revelar a predominância do imaginário social que é parte e expressão simbólica e discursiva dessa realidade.

Este quadro tem por fim, a justificação das atividades produtivas determinantes com base na submissão do trabalho o que implica, desta maneira, em formas originais de constituição do fenômeno da alienação.

Não se está a tratar do trabalho como fenômeno ocasional, ao contrário, ele é aqui admitido em sua forma histórica; como substância do concreto; como condição axial, portanto, para o entendimento deste mesmo homem que o realiza e sob as múltiplas formas que realiza.

Em consequência, que produz, reproduz e precisamente por isso, potencializa a própria relação que se estabelece entre o trabalho em sua dimensão ontológica ou estruturante e as formas pelas quais é apropriado por intermédio de padrões de gestão previamente estabelecidos.

Nesse particular o trabalho como objetivação apropriada e subsumida nas dinâmicas de expansão do capital; como totalidade operante e circunscrita às esquemáticas gerenciais mais atuais e efetivas é, por conseguinte, a perspectiva decisiva para a clarificação do *ethos* deste respectivo homem e como consequência, do seu *locus* de vida, de cotidiano: a cidade e seus territórios.

Desta maneira, o trabalho apropriado por meio de relação sócioprodutiva e salarial abertamente assimétrica e condição, portanto, inexorável para a realização do lucro ganha *status* diferenciado na definição da cidade, dos seus territórios e conteúdos. O desenvolvimento e a atualização dessa ampla mecânica econômica e política enreda necessária hierarquia dos territórios; um ordenamento territorial trespassado de incongruências e contradições.

Essa hierarquia ou hierarquização de territórios posto que se está a tratar de movimento abertamente contraditório e ininterrupto expressa forma produtiva própria; revela desde seu conceito, aos seus padrões de ocorrência e ocupação os efetivos lugares do trabalho na cidade. Seus definitivos lugares na produção do urbano e da municipalidade.

Os territórios do trabalho comunicam e anunciam os lugares objetivos e instáveis do trabalho; seus níveis de inteireza, a qualidade de vida e o bem-estar daqueles que executam o trabalho, os que fazem a cidade: os trabalhadores. Por conseguinte, demonstram a cidade, formas e relações que se realizam em seus interiores e toda sua enviesada unidade sócioterritorial e densa de contradições.

Não casualmente, a cidade como totalidade inconclusa, dinâmica e dialógica reflete rigores e exigências da própria divisão social do trabalho e acontecida das mais variadas formas nas suas espacialidades.

Nessa combinação, a compreensão daquilo que efetivamente é a divisão social do trabalho, sobretudo contemporaneamente, e sob a perspectiva produtiva e reprodutiva do capital, impõe interfaces bastante claras para a definição e caracterização do *topos* político e econômico da cidade.

Concomitantemente a divisão do trabalho como aspecto axial para o desenvolvimento capitalista representa a própria divisão territorial do trabalho¹², situação e contexto que revela por sua vez, formas múltiplas da divisão que se realizam *ad infinitum* nos aspectos circunscritos da mesma cidade.

Durkheim (1999: 02) afirma:

Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. Estamos longe do tempo em que a filosofia era a ciência única, ela fragmentou-se numa multidão de disciplinas especiais, cada uma das quais tem seu objeto, seu método, seu espírito. “A cada meio século, os homens que se destacaram nas ciências tornaram-se mais especiais”.

Considerando as empresas de Itumbiara¹³ tem-se que se está a tratar de cidade que é integralmente alterada em suas partes e em sua totalidade porque

¹² Goldenstein e Seabra (1982: 22) entendem que: “O surgimento do capitalismo, como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial dessa divisão. Lipietz (1977) apresenta esta divisão do trabalho social sob dois aspectos: uma divisão “horizontal”, a divisão entre ramos de atividade; a divisão cidade-campo; a divisão inter-urbana; (i) a divisão entre comunidades (locais, nacionais e internacionais), etc.; (ii) uma divisão “vertical” entre grupos sociais, dominantes e dominados, presentes no processo de trabalho dos mais variados setores e que, na base econômica se definem em relação à posse ou não dos meios de produção (1). Na verdade, há interação entre divisão social e divisão técnica do trabalho. Na divisão “horizontal” está contida uma divisão vertical que subordina a expressão econômica, política e social das atividades e conseqüentemente dos sujeitos coletivos (exploradores e explorados; dominantes e dominados) que as integram. (LIPIETZ, 1977)”. [GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão do Trabalho e nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**; Universidade de São Paulo (USP), capa, v. 1, (1982). Ver. LIPIETZ, Alain. *Le capital e son espace*. Paris: François Maspero, 1977.

¹³ Possuem sede na cidade de Itumbiara a BP (*British Petroleum*) Bioenergia. Telefone: (64) 3433-6012 / Fax (64) 3946-3999. Estrada Municipal Itumbiara / Cachoeira Dourada – Fazenda Jandaia Gleba B, CEP: 75516-126 e a Usina Panorama S/A, situada na Rodovia BR 452, km 60,

suas instituições são historicamente apropriadas, como se verá adiante; primeiro, pela força e influência dos latifúndios para, em seguida, ser absorvida e gerida pelos capitais e investimentos do agronegócio e de seus representantes.

Assim, tais instituições passam a operar nesta mesmíssima consonância; em um padrão de realização social e política que se dá no fito exclusivo da manutenção e reprodução do *status quo* surgido do próprio processo produtivo da atividade canvieira de todo sul goiano e mesmo do triângulo mineiro¹⁴.

Do exposto se infere que uma territorialidade notadamente específica irá surgir dinamizada a partir da clivagem urbano/rural organicamente determinada pelos quocientes de crescimento da produção canvieira que se expande, repetimos, tanto pelas áreas rurais da cidade quanto pelos domínios do urbano onde formas de governos públicos¹⁵ e clássicos ao estilo de prefeituras ou câmaras municipais perdem em importância e em poder de decisão.

De outro modo, todo o aparato técnico, territorial e burocrático da atividade canvieira possui evidente dimensão política, rural e também, urbana,

Fazenda Boa Sorte, CEP – 75.503-970. Ainda existem outras usinas operantes na cidade, sobretudo, no plantio da cana. É o caso da Energética Bom Jardim Açúcar e Álcool, da Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.; da Destilaria Bom Jesus; da Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos e do Vale do Verdão S.A. Açúcar e Álcool.

¹⁴ Não por acaso, matéria intitulada “*Triângulo Mineiro, o lugar da cana*”, publicada no periódico **Brasil Agro** de 10/05/2016, irá descrever a importância da produção sucroenergética no Triângulo Mineiro, região imediatamente vizinha da microrregião Meia Ponte em que está situada a cidade de Itumbiara. Diz a matéria: “Não à toa que o Triângulo Mineiro foi a região escolhida pela Associação das Indústrias Sucroenergética de Minas Gerais (SIAMIG) para sediar o primeiro evento de lançamento da safra 2016/2017, de cana-de-açúcar do estado. **Das 36 usinas de Minas, 21 estão no Triângulo** [grifo nosso]. Na safra passada, **a região respondeu por 72% da produção de cana do estado, 78 % do açúcar e 68% do etanol** [grifo nosso]. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/conteudo/triangulo-mineiro-o-lugar-da-cana.html#.Wc2FB2hSzIU>>. Acesso em: 28 set. 2017.

¹⁵ Segundo Ronconi (2011:22): Cabe destacar, inicialmente, que diferentes significados e diferentes narrativas têm se construído em torno da categoria governança pública, tornando-a assim sujeita a algumas armadilhas teóricas. A concepção de governança pública utilizada neste trabalho se pauta em um projeto político democratizante em que a participação da sociedade civil é vista como imprescindível para a consolidação da democracia. Participação que é resultado da conquista de segmentos sociais que buscam novas formas de participação e exercício da cidadania nos espaços e ambientes institucionais e que demandam, portanto, uma gestão compartilhada das políticas públicas. Diferente, portanto, do projeto neoliberal que parte de uma concepção de governança na qual a participação da sociedade civil ocorre unicamente porque o Estado transfere para a sociedade civil parcela de suas responsabilidades. [RONCONI, Luciana. Governança pública: um desafio à democracia. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa (PR), 2011].

o que seja, o imediato estabelecimento de um padrão de governo a partir da lógica de organização do próprio complexo canavieiro.

1.2. Aspectos determinantes da ocupação sul-goiana

A tua saudade corta como aço de 'navaia'
 O coração fica 'afrito', bate uma e a outra 'faia'
 E o 'zoio' se enchem d'água que até a vista se 'atrapaia'
 A tua saudade corta como aço de 'navaia'
 O coração fica 'afrito', bate uma e a outra 'faia'
 E o 'zoio' se enchem d'água que até a vista se 'atrapaia'.

(Bento Costa. *Cuitelinho*, 1932]

É imperioso desvendar as bases do povoamento do sul goiano; seu processo de ocupação que aconteceu sobre latifúndios, terras apropriadas¹⁶; por sinal, é preciso que se diga que o latifúndio é a principal instituição de mediação e regulação social, econômica e societária de Goiás e mais do que complexo traço de nossa constituição histórica indicou uma tendência, uma *teleologia*.

De algum modo a forma e os meios como se processou a ocupação no território goiano é essencialmente, o próprio *mobile* que esconde e ao mesmo tempo justifica e aciona sua economia. O entendimento dos motivos dos fluxos

¹⁶ Fenômeno decisivo a envolver a questão da terra em Itumbiara respeita ao ilícito da *grilagem* e que, tal qual em todo o País, é acontecimento central na própria estrutura fundiária municipal desde o seu surgimento. Segundo a *Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR)*: A grilagem é um fenômeno que sofreu transformações significativas em seu *modus operandi* ao longo do tempo, desde o método bastante rudimentar de falseamento de documentos para dar-lhes aparência de *ancianidade*, com a utilização de excrementos de grilos ou suor de equinos, a procedimentos sofisticados (às vezes, nem tanto) de transcrição de imóveis rurais em registros imobiliários. A grilagem, geralmente, incide sobre terras devolutas que, muitas vezes, estão ocupadas secularmente por povos e comunidades tradicionais. As terras devolutas são aquelas que compõem o rol de terras públicas das unidades federativas e, em casos excepcionais, da União. No entanto, tais terras ainda não foram discriminadas e registradas no registro imobiliário como terra pública determinada. Logo, são terras públicas indeterminadas, tornando-as alvo de grileiros. Ser terra indeterminada, no entanto, não significa dizer que seja terra desocupada, abandonada. Grande parte das terras devolutas estão ocupadas tradicionalmente por quilombolas, fundos e fechos de pasto, geraizeiros, ribeirinhos etc. [Fonte: No Rastro da Grilagem. **AATR**, ano 01, no. 1, 2017].

migratórios e advindos, sobretudo, das Minas Gerais traz implicitamente o germe de uma economia que irá ser conformada.

Para Oliveira (2016: 155):

A história da ocupação de Goiás insere-se no mesmo contexto histórico de ocupação do Nordeste Paulista e do Triângulo Mineiro. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás na primeira metade do século XVIII intensificaram as correntes migratórias em direção ao oeste, até então, pouco conhecido e inexplorado. Durante a primeira metade do século XVIII, a capitania de São Paulo estendia suas fronteiras abrangendo territórios que hoje correspondem aos Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As notícias da descoberta de jazidas auríferas acabaram motivando a primeira onda de migrantes para Goiás que tinham a intenção, em princípio, pela facilidade de riqueza obtida pela mineração do ouro nas rochas e, sobretudo, nos leitos dos córregos e rios. Os primeiros entrantes se estabeleciam em determinada localidade aurífera e, em seguida, reivindicavam o direito de posse a títulos de sesmarias. Nestas localidades, além das minas, constituíram-se os primeiros sítios e fazendas que tinham a finalidade de abastecer de gêneros alimentícios as regiões mineradoras. Foi, também, nas proximidades das minas que emergiram os primeiros povoados e arraiais, que logo, se tornaram vilas e cidades.

Neste sentido, França (1975: 23) complementa, afirmando:

Quase esquecida pela política colonial, deprimida pela escassez do ouro, a gente goiana vencia os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX, ocupada com algumas minas remanescentes do apogeu do século XIX: minas de Anicuns e a extração de diamante nos Rios Claro e Pilões, liberada em 1801. Ao mesmo tempo, dava continuidade à criação de gado, atividade exigida desde o início do surto minerador pelas necessidades do consumo nos arraiais, decrescido posteriormente em decorrência do despovoamento. A ociosidade era imposta, quer pelo isolamento geográfico decorrente da carência dos meios e vias de circulação, quer pela falta de equipamento técnico e de capitais. Os habitantes de Goiás cultivavam o solo ou pastoreavam o gado, garantindo sua subsistência com o braço do contingente escravo que restará da efêmera aventura mineira. A economia mineradora, embora passageira, permitiu a vinculação destas paragens do oeste ao processo de colonização então vigente no Brasil. A posse do território efetivou-se através de um povoamento descontínuo e de bases precárias.

A crise aurífera se consolida já no começo do século XIX o que lança amplo contingente de pessoas vindas, sobretudo, de Minas Gerais e São Paulo em cenário a envolver a construção de uma forma de vida distinta e em conformidade com os rigores que o sertão cerradeiro, por fim, impunha.

As características de ocupação do sul goiano não fogem, essencialmente, da lógica falimentar e que envolveu o ciclo aurífero em São Paulo, Minas Gerais e Goiás. É a derrocada do ouro que irá formatar um novo padrão econômico para Goiás e todo o seu sul e mesmo o novo tipológico populacional da província.

Em Oliveira (2006: 35):

A ocupação do sul de Goiás ocorreu em um contexto marcado pela ausência de uma legislação fundiária, redução da produção aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e de crescimento da agropecuária que passou a ser a principal atividade econômica e incentivou deslocamentos migratórios para o norte, nordeste e, principalmente para o sul provocando a ocupação definitiva de todo o território goiano no decorrer do século XIX. Região que compreendia entre os anos de 1840 e 1910, os territórios que atualmente fazem parte as cidades de Morrinhos, Piracanjuba, Itumbiara, Caldas Novas, Marzagão, Rio Quente, Buriti Alegre, Goiatuba, Panamá, Pontalina, Mairipotaba, Cachoeira Dourada, Porteirão, Inaciolândia, Professor Jamil, Água Limpa, Cromínia, Joviânia, Aloândia, Vicentinópolis e Bom Jesus. Esses núcleos se consolidaram como municípios a partir do final do século XIX e no transcorrer do século XX.

Por outro lado, a instabilidade populacional, sua mobilidade em busca de trabalho e de condições de vida indica o próprio instante pela qual atravessava suas atividades econômicas predominantes. A marca da economia goiana, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX é, por fim, a de um primarismo atroz.

O ingresso econômico de Goiás em instante diferenciado irá acontecer por fim, com a construção da Estrada de Ferro Mogiana (da qual se tratará adiante) e que altera a substância econômica goiana, modificando dinâmicas sociais, produtivas e territoriais das principais e mais decisivas localidades do Estado; cidades como Catalão, Pires do Rio, Caldas Novas e Itumbiara.

Desta feita, interpretações clássicas que envolvem a história do desenvolvimento econômico brasileiro operam, linhas gerais, a partir dos modelos explicativos dos assim chamados ciclos econômicos (ciclo do pau-brasil,

da cana-de-açúcar, do ouro e de pedras preciosas, da borracha etc.) onde se busca destacar atividades de maior importância; procedimento pedagógico e epistemológico inspirado na teoria dos denominados “ciclos longos” do economista russo Nicolai Kondratieff¹⁷.

Sinteticamente, o ciclo da agricultura e da pecuária, atividades ou setores econômicos advindos do imediato esgotamento do ciclo do ouro terá na *conditio* destacadamente favorável e criada a partir do implemento da Mogiana e seus desdobramentos a base definitiva que permitirá seu desenvolvimento, tendo-se em vista, principalmente, que os produtos primários de Goiás passam a ter acesso a novos mercados.

Não casualmente, o dispositivo do modal ferroviário, e que irá se estender até Goiás, irá conferir e legar permanência e desdobramentos positivos para o torvelinho da agricultura e pecuária goiana, inclusive, para os dias atuais.

Necessário o registro de que a economia de Goiás era, de fato, irrelevante no conjunto da economia nacional. Até meados do começo do século XX, não oferecia atrativos econômicos; sua infraestrutura era praticamente inexistente e consistia, ao fim do eferescente surto aurífero, em miúda e precária teia de estradas vicinais ou algo semelhante; os indicadores sociais eram baixos e as elites locais não demonstravam quaisquer sorte de preocupação em empreender negócios, ampliar ou aperfeiçoar os fundamentos econômicos da província.

Para as especificidades de Itumbiara, no território que hoje compreende este município, existiam grandes fazendas com miúdas populações

¹⁷ Para ideia mais precisa acerca dos ciclos econômicos e tão corriqueiramente utilizada nas explicações sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, Tomalsquim (1991: 28) afirma que: “[...] Segundo a teoria de Nicolai D. Kondratieff nos anos 20, a economia capitalista se desenvolve em ciclos de aproximadamente 50 anos. A ideia contraria tanto os dogmas leninistas da crise geral quanto a posição dos teóricos do liberalismo, de prosperidade indefinida da economia.¹ Esses ciclos longos estão intimamente relacionados ao processo de efetivação tecnológica. A implantação da “nova técnica” se utiliza intensamente das instalações arcaicas preexistentes, engendrando o crescimento econômico e do emprego. Num primeiro momento, dado o aumento da demanda, não há competição entre as novas instalações e as anteriores (o que provocaria o seu consequente sucateamento) com um ganho social líquido de produtividade. Terminada a primeira onda de investimentos, no entanto, há uma saturação do mercado e a convivência inicial das diferentes gerações de técnicas empregadas é rompida, a nova técnica tendendo a generalizar-se. Dessa forma, a cada vez se tem de sucatear uma nova instalação mais moderna, com sacrifício de recursos materiais e humanos (rebaixamento de mão-de-obra para *semi* ou não qualificada). [TOMALSQUIM, Mauricio Tiommo. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel, **Revista de Economia Política**, vol. 11, no. 4 (44), outubro-dezembro/1991].

assimetricamente distribuídas¹⁸. Jamais fora área de mineração ou de alguma sorte influenciada por essa atividade.

O governo de Goiás determinou em 1855, a criação da recebedoria¹⁹ (**Imagem 01**) de tributos a ser instalada às margens do Rio Paranaíba, fronteira natural com o Estado de Minas Gerais, na culminância da localidade de Alvorada, atual cidade de Araporã (MG) e que fora empreendimento relevante para a conformação territorial da cidade de Itumbiara.

Imagem 01 – Posto de Arrecadação/Recebedoria. Itumbiara/GO (sem data)



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara (2017).

¹⁸ De acordo com Fonseca (1997: 38): A região foi povoada basicamente por gente vinda de Minas Gerais: Patrocínio, São Francisco das Chagas, Sacramento, Bagagem, Passos, Brejo Alegre, Campos Belos, Dolores de Uberaba, Varginha, Pitangui, Araxá e outras localidades. De acordo com Zilda Diniz Fontes, é impossível precisar a data da chegada dos irmãos Corrêa Bueno, mas os documentos existentes indicam que foi no final da década de 1820. Altinor Barbosa, por sua vez, menciona apenas que eles se dirigiram a Morrinhos no início do século XIX. As primeiras habitações foram erguidas ao longo das margens do Córrego Maria Lucinda. A mais antiga planta que encontramos não tem data e mostra apenas as propriedades rurais já demarcadas. Certamente foi encomendada por aqueles que queriam deixar claro os limites de suas propriedades, num sinal indicativo de valorização da terra na região. Os indícios a remetem à década de 1870, por dela constar o nome da esposa do Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes, Francisca Carolina de Nazareth Moraes, que mudou-se para a cidade nessa época. [...]. A luta dos morrinhenses pela emancipação política foi longa e árdua, iniciada em 1855, através de um abaixo-assinado exigindo da Assembleia a elevação do povoado à vila, contendo 37 assinaturas, só teve fim em 1882, com a criação do município. Por volta de 1870 o Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes estabeleceu-se em Morrinhos. [FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e Mandonismo Local. Morrinhos (1889-1930)**. Dissertação de mestrado. Instituto de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), 1997].

¹⁹ O posto de Arrecadação ou Recebedoria de Santa Rita do Paranaíba foi criado (1855) pelo Presidente do Estado Antônio Cândido da Cruz Machado [2º. Império, 1822-1890; de 08/05/1854-28/09/1855] e tinha como função a cobrança de passagens de pessoas ou para o comércio do gado.

Outro aspecto político centralmente importante e que reforça as características de todo esse quadro demográfico e fundiário é o peso da organização política assentada no predomínio das oligarquias. A oligarquia é padrão sócio-político para a compreensão de Goiás no período da República Velha (1889-1930). É a expressão fenomenológica da política praticada nas sertanias goianas.

Nesse particular, o da existência das oligarquias, destaque deve ser dado para o bastante longo arranjo político da família Caiado; se trata de estrutura de poder intensamente concentrado e que anuncia um tempo político diferenciado para Goiás. Surgida a partir da chamada “Revolução de 1909” quando, sob a liderança de Antônio Ramos Caiado, foi deposto o grupo político administrado por José Xavier de Almeida²⁰ e que irá garantir, como consequência, as condições para o advento e a influência da oligarquia²¹ caiadista.

Para Amorim (1998: 117):

²⁰ Segundo Rosarita Fleuy, José Xavier de Almeida nasceu na cidade de Goiás em 23 de janeiro de 1871. Era filho do casal Francisco Xavier de Almeida e Luisa Isolina da Silva e Almeida. Preparou-se no Liceu de Goiás e antes dos dezessete anos participava do movimento abolicionista promovido pela mocidade estudantil da Capital da Província. [...]. Enviado a São Paulo cursou Direito na Faculdade do Largo São Francisco, formando-se em maio de 1894, na primeira turma de Ciências Jurídicas e Sociais, pela mesma instituição, exercendo assim, por alguns anos, a profissão de advogado⁴⁰. Foi convidado para exercer cargo como Secretário do Interior e Justiça pelo Cel. Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Dirigiu uma pasta essencialmente política, mantendo assídua correspondência com os chefes municipais do partido governista em todo o Estado. [...]. Foi eleito deputado federal. Mudou-se para o Rio de Janeiro, ainda no exercício do mandato legislativo. Com trinta anos, ainda solteiro, teve o seu nome sufragado para presidente do Estado. Pouco antes de assumir o poder, casou, em Morrinhos, com a Senhorita Amélia Augusta Lopes de Moraes, filha do Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes, influente chefe político no sul do Estado. [...]. Deu-se uma cisão no partido situacionista. O presidente Xavier de Almeida teve que tomar a responsabilidade de chefiar a ala dos correligionários que lhe permaneceram fiéis [...]. Em meio à luta sem trégua, Xavier de Almeida terminou seu mandato deixando eleito e empossado o seu sucessor, Cel. Miguel da Rocha Lima, sendo eleito um ano depois, pela segunda vez, deputado federal. No exercício desse mandato, alcançou benefícios para o Estado, verbas para a construção de uma ponte sobre o Rio Paranaíba, ligando Goiás a Minas Gerais, localizada nas adjacências de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), recebendo o nome de Afonso Pena, homenagem ao presidente que a construiu”. [MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História Política de Goiás: A dinâmica do desenvolvimento (1945-1964)**. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2000].

²¹ Para Silva (2001: 96): Em Goiás somente as oligarquias se constituíram como força social e estenderam o seu domínio a todos os níveis da sociedade. No campo, as massas trabalhadoras estavam subordinadas às oligarquias [...] No meio urbano ainda não tinha se constituído em Goiás forças produtivas industriais [...]: burguesia e proletariado. Os setores médios, por sua inexpressividade numérica e absoluta dependência econômica [...] não puderam se constituir como força social, com expressão política. [SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de trinta em Goiás**. São Paulo: USP, 1982. Tese de Doutorado. Teve sua primeira edição publicada em 2001].

A “Revolução de 1909” que depôs o grupo político liderado por José Xavier de Almeida, abriu brecha para a formação da oligarquia dos Caiado. Desde 1883 um Caiado, Antônio José Caiado, já participava do jogo político na Província de Goiás; porém sob a direção dos Bulhões, então a família com maior influência política em Goiás. Juntamente com os Bulhões ajudou a fundar, em 1890, o Partido Republicano em Goiás e a lutar pela implantação da república. Estava, portanto, perfeitamente integrado aos quadros do grupo que veio a se constituir na oligarquia hegemônica a partir da renúncia de Deodoro e dominante até 1901, com a ascensão de Xavier de Almeida.

Aspecto importante para toda essa articulação política e movida por toda sorte de interesses é que as estruturas oligárquicas se consolidam como as principais instituições da sociedade goiana; vão se aprofundando e se desdobrando sutilmente ou não, pôr sobre todas as outras institucionalidades da província consoante com a própria modernização econômica de Goiás.

A ruptura com o poder dos Caiado só se dará com a denominada Revolução de 1930 conduzida pela Aliança Liberal e tendo em Getúlio Vargas sua mais proeminente liderança. Neste instante são alterados decisivamente os lugares políticos em Goiás e o poder político é transferido das mãos da oligarquia Caiado para a oligarquia Ludovico²².

Para Silva (2001: 60):

As lutas políticas inter-oligárquicas em Goiás na Primeira República, podem ser divididas em dois grandes períodos: o primeiro vai de 1889 a 1912 e se caracteriza pelo domínio familiocrata dos Bulhões; o segundo, de 1912 a 1930, se caracteriza pelo domínio, também familiocrático, dos Caiado.

²² “Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891, na cidade de Goiás, onde cursou o primário e o ginásial. Segundo suas *Memórias*, orgulhoso de sua formação ginásial, destacando-se, principalmente, em francês e matemática, foi para o Rio de Janeiro estudar medicina. Matriculou-se, então, na Faculdade de Medicina da Praia de Santa Luzia em 1910. Como enfatiza o próprio Ludovico, em suas *Memórias*, era um admirador da “Cidade Maravilhosa” e discutia muito com os amigos sobre literatura. Teve na literatura francesa e nos humanistas a base de sua formação intelectual. Citava Rousseau em suas discussões e, segundo Machado, era um admirador das ideias socialistas. Ao concluir seus estudos no Rio de Janeiro, em 1916, retornou a Goiás. A sua volta a Goiás foi movida pelos laços que o ligava a terra e pela convicção de que a sua atividade profissional poderia ser de maior utilidade ali, não foi muito agradável a Pedro Ludovico, habituado que estava à vida de um grande centro urbano. [FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de Memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. Dissertação de mestrado. Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia. 2003].

De fato, é a partir dos anos trinta que um ordenamento político de influência moderna atinge Goiás (**Quadro 01**). E é sob a liderança do médico Pedro Ludovico Teixeira que este cenário será efetivamente alterado e é acionada uma decisiva dinâmica *intra*-elites que desarticula a muito bem azeitada estrutura de poder da oligarquia Caiado e que os garantiu desde os anos de 1912 no comando do Estado.

Quadro 01 – Arranjos da política goiana na República Velha²³

Nº	Governo	Ano	Representação
01	Joaquim Xavier Guimarães Natal	1889 a 1892	Governo Provisório
	José Joaquim de Souza		
	Eugênio Augusto de Melo		
02	Braz Abrantes	02/1892 a 07/1892	Arranjo Bulhonista
	Antônio José Caiado	07/1892 a 07/1893	
	Inácio Xavier de Brito	07/1893 a 07/1895	
	Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim	07/1895 a 07/1898	
	Urbano Coelho Gouveia	11/1898 a 07/1901	
03	José Xavier de Almeida	1901 a 1905	Arranjo Xavierista
	Miguel da Rocha Lima	07/1905 a 03/1909	
	Joaquim Rufino Romãs Jubé	Revolução de 1909	
	José Batista da Silva	05/1909 a 23/07/1909	
	Urbano Coelho de Gouveia	07/1909 a 03/1012	
04	Olégário Herculano da Silveira Pinto Francisco Alves da Silva	1913 a 1917	Arranjo Caiadista
	João Alves de Castro	1917 a 1921	
	Eugenio Rodrigues Jardim Miguel da Rocha Lima	1922 a 1924	
	Brasil Ramos Caiado	1924 a 1929	
	Alfredo Lopes de Moraes	07/1929 a 08/1930	
	Humberto Martins Ribeiro	1930.	

Jornal do Povo 13 abril de 1937, p.14

Nesse contexto, considera-se que mesmo a bastante propalada “Marcha para o Oeste”, amplo movimento de ocupação de importantes faixas de terras do

²³ Extraído de: RODRIGUES, Fernando Rocha. **História política de Goiás**: o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional. *Multi-Science Journal*. 2015. Disponível em: <www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience/article/view/73/41> Acesso em: 03 maio 2017.

oeste do País, a partir da década de quarenta, gerou repercussões pouco expressivas para Itumbiara e localidades circunvizinhas.

O certo é que desde a elevação de Itumbiara, então denominada de Arraial de Santa Rita do Paranaíba, no ano de 1909, para a condição de municipalidade autônoma até meados da década setenta, a atividade econômica da cidade se assentou fundamentalmente na criação de gado bovino a ser comercializado nos mercados de Minas Gerais e São Paulo.

Desta feita, tem-se aproximadamente setenta anos da história de Itumbiara envolta com atividades de plantio, pastoreio, coletas e extração a partir de uma estrutura fundiária intensamente concentrada onde aos trabalhadores cumpria o desempenho de suas atividades sob relações de trabalho tais que sequer previam salários; não raro, o trabalho desempenhado percebia como troca itens eminentemente essenciais para si e suas famílias tais como moradia e alimentação.

É, no entanto, a partir do golpe civil e militar de mil novecentos e sessenta e quatro, sobretudo, nos setenta, que Itumbiara e mesmo Goiás vê sua dinâmica social, política e econômica notadamente alterada. Com a implantação de grandes projetos financiados a partir do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) todo o Estado tem sua economia, seus fluxos, dinâmica demográfica e formas de governo efetivamente redefinidas.

Para Zamberlan (2010: 05):

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, formulado pela SUDECO a partir das diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, tinha como objetivo incorporar racionalmente, ou seja, em bases empresariais a região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, através do estímulo aos produtores rurais em adotar inovações tecnológicas visando otimizar os resultados econômicos dos seus empreendimentos (PIRES, 2000). [...]. Consoante Abreu (2004), o POLOCENTRO foi um dos programas desenvolvidos dentro da estratégia de incorporar a região Centro-Oeste, dentre as áreas que deveriam receber investimentos para promover o que a SUDECO chamou de “fronteira econômica”, substituindo a agricultura de subsistência e a policultura em favor da monocultura comercial, visando a ampliação do mercado nacional e de exportação. O principal instrumento de incentivo do POLOCENTRO foi o crédito rural

subsidiado, que era amplo e extremamente atrativo, estendido aos que quisessem investir na exploração empresarial nas áreas selecionadas (OLIVEIRA, 2002). De acordo com Tolosa (1972) o número total de polos pode ser fixado em função do volume de recursos financeiros destinados à implantação. Dentro da concepção de polos de crescimento que orientou os programas de desenvolvimento do governo federal entre 1975 e 1979, o POLOCENTRO selecionou áreas dotadas de infraestrutura e com potencial para a expansão agrícola comercial.

De forma comparativa, a Estrada de Ferro Mogiana e os grandes projetos financiados, ainda atualmente (2017) financiados, pelo poderoso combinado agro-desenvolvimentista POLOCENTRO/PRODECER estão nos mesmos níveis de importância no inconcluso movimento de refeitura da fazenda goiana.

Segundo Inocêncio e Pessoa (2014: 07) reforçam:

Especificamente para o Cerrado, surgiram dois grandes projetos no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND/ 1974 a 1979/Governo Geisel/15/3/1974/15/3/1979): o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados). [...]. O processo de implantação do PRODECER começou com um relatório apresentado pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA) em 1979 que justificava a escolha do Cerrado: “[...] há na região Centro-Oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km² de superfície aproximadamente 3,5 vezes maior que o território japonês, estendendo-se pelos estados de Goiás e Minas Gerais. Em vista das características de sua flora, esta região é chamada cerrado (*sic*). (JICA, 1979a, p.1)”. Após a identificação do espaço a ser ocupado, a equipe mostrou o objetivo do Japão na escolha da área: “[...] encontrar a melhor maneira de promover ativamente a implantação da agricultura na região do cerrado (*sic*); atribuir competitividade internacional à maciça quantidade de produtos agrícolas dela provenientes e embarcá-los aos grandes mercados externos de cereais, através de instalações portuárias localizadas nas proximidades de Vitória, no Espírito Santo. (JICA, 1979a, p.1).

É necessário considerar que já existiam projetos de estímulo e fomento visando a instalação de indústrias em áreas de Cerrado. São exemplos dessas

iniciativas o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba²⁴ (PADAP) e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado (PCI).

Em outro paralelo, as regiões de Cerrado foram alvos importantes de projetos de implantação²⁵ ou ampliação de diversos projetos de desenvolvimento econômico e com todas as implicações que o termo “desenvolvimento” trás. Como exercício comparativo é necessário dialogar com a historicidade que marca e define Goiás, seus Cerrados e mesmo Itumbiara e é, em outros termos, o exercício que aqui se propõe realizar.

²⁴ Santos *et al.* (321: 2012) afirma que: “O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap) foi implantado em 1973, em uma área de aproximadamente 600 km², entre os municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Ibiá e Campos Altos, em Minas Gerais. A área destinada ao projeto encontrava-se assim distribuída: Rio Paranaíba, com 60,8% da área do projeto; Campos Alto, com 23%; São Gotardo, com 10%; e Ibiá, com 6,2%. Em Campos Altos, a área destinada ao Padap representava 27,1% da área do município; em Rio Paranaíba, 19,2%; em São Gotardo, 7,1%; e, em Ibiá, 1,4%. As características específicas dessa região explicam o interesse do governo em nela implantar o projeto de assentamento (FRANÇA, 1984; RIBEIRO e GALIZONI, 2005). Um argumento era a posição estratégica da região em relação aos principais mercados consumidores brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Ademais, a topografia era plana e bastante favorável à mecanização. Por último, a região já dispunha de uma infraestrutura adequada de energia e transporte, o que reduzia os custos de implantação do programa (SILVA, 2000). A viabilização do Padap foi resultado do interesse da Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central (CAC-CC), do governo do estado de Minas Gerais e do governo federal. Fundada em 1927, a partir da associação de um grupo de 70 agricultores da região de Cotia (SP), a CAC-CC tornou-se, nas décadas seguintes, uma das maiores cooperativas atuantes no Brasil, figurando entre as 20 maiores empresas nacionais (GONÇALVES e VEGRO, 1994). Após enfrentar sérios problemas financeiros, a CAC-CC foi liquidada extrajudicialmente em 1994, sendo suas instalações remanescentes na região do Padap incorporadas pela Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (Coopadap), criada nesse mesmo ano, e que ainda hoje é uma das grandes empresas da região (INFORMATIVO AGROMEN, 2006)”. [SANTO, Mauro Augusto dos; *et al.* Dinâmica Demográfica e uso da Terra no Cerrado Brasileiro: reflexões a partir da experiência do PADAP. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, no. 2. Abr/Jun 2012].

²⁵ De acordo com Silva (2000: 24): “A intervenção do Estado nos Cerrados acontece anterior ao Plano de Metas, na década de 40, no Governo Vargas, através do Projeto de Colonização nos Cerrados, com o estabelecimento de colônias agrícolas em Dourados no Mato Grosso do Sul e Ceres em Goiás (SHIKI, 1997). A modernização da agricultura, aliada ao processo de expansão da fronteira agrícola ao Cerrado, teve como fator característico a efetiva participação do Estado, “... especificamente para áreas de cerrado, tem sido dada maior ênfase aos programas especiais, tornando-os o principal veículo de capitalização e tecnificação de sua agricultura. Utilizando-se desses instrumentos de ação, o Estado induz os produtores rurais a realizarem as ações esperadas, através das seguintes medidas: crédito rural orientado, assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais etc. (SALIM, 1986:308)”. Podemos destacar o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO; e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, como os principais programas que apresentam o desenvolvimento de novas tecnologias para os Cerrados. Segundo NARCISO SHIKI (1998), estes programas promoveram a capitalização da agricultura no Cerrado, contribuindo para que houvesse o incremento da produção juntamente como o aumento da produtividade, em consequência propiciando a competitividade desta agricultura em relação ao restante do país”. [SILVA, Lillian Leandra. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. Caminhos de Geografia; **Revista On-Line; Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2000].

Desta feita, são bastante conhecidos os capítulos da história brasileira e dedicados às investidas épicas dos bandeirantes oriundos, sobretudo, de São Paulo em suas buscas intermitentes por ouro e pela escravização indígena nesta região do País.

Neste sentido, os empreendimentos coloniais das “Entradas e Bandeiras” mais do que acontecimentos episódicos e que constituem as narrativas do desenvolvimento econômico das áreas de Cerrado se converteram, paralelamente, em metáforas adequadas e que são, outrossim, bastante contributivas para o entendimento do que é contemporaneamente, o Centro-Oeste brasileiro.

Não é exagero afirmar que o Cerrado brasileiro ao longo do tempo se afirmou como espécie de enigma nacional e que carecia de ser desvendado; o esforço por traduzir essa “grande questão” manifestou-se por diversas vezes em ações de governo. Na República Velha (1889-1930) havia, a título de exemplo, a intenção aberta de transferir a capital para essa região específica do Brasil.

Efetivamente, foi somente a partir da década de quarenta por meio da criação da Fundação Brasil Central²⁶ (FBC) que o Estado brasileiro passa, de fato, a ter um centro formulador de políticas de ocupação e colonização sistemática desta região.

A FBC conseguiu produzir projetos que previam desde a abertura de estradas, criação de colônias e formas outras de estímulo para os respectivos

²⁶ A FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL (FBC), que teve origem na Expedição Roncador-Xingu, inicialmente comandada por João Alberto Lins de Barros (ministro da Coordenação de Mobilização Econômica e ex-tenente da Coluna Prestes), foi um órgão, criado em 1943, com o objetivo de "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental", região alvo da chamada "Marcha para Oeste", programa de colonização e ocupação de fronteiras impulsionado pelo então presidente Getúlio Vargas nos primeiros anos do Estado Novo. Essa iniciativa fundou as cidades de Aragarças, em Goiás, e Nova Xavantina, no Mato Grosso; assumiu a administração da Estrada de Ferro Tocantins; firmou convênios com outros órgãos para mobilização de trabalhadores do norte do País; construiu usinas de cana, estradas, campos de pouso, redes de comunicação; e adquiriu entrepostos comerciais. Sobre os componentes da FBC, além de João Alberto de Barros, homem de confiança de Vargas, envolveram-se no projeto Arthur Hehl Neiva (filho do sanitarista da Fiocruz Arthur Neiva), burocratas e jovens aventureiros, caso dos irmãos Villas-Bôas. Disponível em: www.coc.fiocruz.br/index.php/todas-as-noticias/264-as-ideias-que-fazem-o-estado-andar-a-fundacao-brasil-central-e-a-imaginacao-territorial-brasileira?tmpl=component&print=1&page=#. WukGcogvzIU Acesso em: 01 maio 2018.

povoamentos. O seu papel institucional ficou, no entanto, bastante relegado no quadro das prioridades de governo.

É durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), responsável pela transferência da capital do País para o planalto central com a criação de Brasília, que outra história começa a ser contada para todo o Centro-Oeste brasileiro.

Itumbiara, com a ampliação e aperfeiçoamento da infraestrutura de autoestradas e modais ferroviários e fluviais do Centro-Oeste, desponta, sobretudo, a partir dos anos de 1970 como a principal economia do sul goiano e mesmo como umas mais estrategicamente importantes da macrorregião oeste do País.

De acordo com Abdala e Castro (2010: 13):

A introdução do cultivo da cana-de-açúcar em Goiás ocorre juntamente com a expansão de fronteiras para o estado, no início do século XIX, com a montagem de pequenos engenhos de fabricação de rapadura e cachaça artesanais. A produção de cana foi se disseminando juntamente com a produção pecuária, uma vez que os engenhos eram movidos à energia animal. O século XX transcorre sem grandes mudanças nesse cenário até o final da década de 70. É no final dessa década que ocorre a maior expansão da cultura no estado, como no país, no período de implantação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975. Segundo Michellon; Santos & Rodrigues (2008) o programa foi criado com o intuito de produzir um combustível alternativo após o primeiro choque do petróleo em 1973. A 1ª fase do Programa (1975-1979) foi marcada pela produção de álcool anidro, fabricado em destilarias anexas às usinas de açúcar, utilizado para misturar à gasolina, e com isso possibilitar a economia de divisas derivadas da importação de petróleo. Em Goiás, os reflexos dessa fase são observados somente nos municípios de Santa Helena e Goianésia que apresentam um aumento de aproximadamente 150% na área de cana-de-açúcar colhida, passando de 2.000 ha para 5.000 ha em cada município (IPEA data, 2009). A 2ª fase (1979-1986) é iniciada com o 2º choque do petróleo que aumentou ainda mais de preço no mercado internacional. É caracterizada pela produção de álcool hidratado para atender o consumo nascente e em ascensão dos veículos movidos exclusivamente a álcool. Nessa fase há uma grande ampliação das destilarias anexas e o surgimento de destilarias autônomas, ocorre um grande crescimento do volume produzido de álcool, que passa de 3.396,4 mil m³ em 1979, para 10.539,3 mil m³, em 1986.

É importante observar a lógica e os movimentos de expansão da cana goiana e a sua presença em todo o Estado goiano. Abdala e Castro ainda citam (2010: 14):

Este período consolida a produção sucroalcooleira em Goiás, ao longo do eixo Norte-Sul do Estado, conformação induzida pelas principais vias de escoamento (MIZIARA, 2009) e marca a expansão da cultura para a Microrregião Meia Ponte, através do município de Itumbiara (CARVALHO & CARRIJO, 2007). [...]. A primeira expansão sucroalcooleira na região teve início em meados da década de 1970 (1ª. fase acima descrita) e teve como destino o município de Itumbiara. Na segunda fase Goiatuba recebe, na década de 1980, sua primeira unidade industrial, seguindo-se Bom Jesus e Inaciolândia, em 1990, na 3ª. fase e recentemente Porteirão, já na atual 4ª. fase. É nesta última fase, sobretudo a partir de 2004, que a expansão da cana apresenta uma trajetória exponencial.

Do movimento de estruturação da fronteira econômica das sertanias do centro brasileiro, a partir da vertebralização entre esferas públicas e privadas onde grandes inversões de capitais foram realizadas, Itumbiara se notabiliza como uma das principais cidades do centro brasileiro no implemento de grandes empresas do agronegócio.

Este fato irá alterar profundamente toda sua organização urbano-rural, suas territorialidades e por fim, sua própria existência no plano das economias de Goiás e do Centro-Oeste do País.

1.3. A gênese política do Leviatã doce

Venho do século passado.

Pertenço a uma geração

Ponte, entre a libertação dos escravos e o trabalhador livre.

Entre a monarquia caída e a república que se instalava.

(Cora Coralina. *Cora Coralina, quem é você? Meu livro de Cordel*, 1998)

O correto a se dizer é que a cana não começa com a cana. A monocultura da cana expressa uma confluência de tempos sociais, políticos e econômicos.

Nesse sentido, toda a contemporaneidade econômica de Goiás possui um passado em que está devidamente assentado; é na maior parte das vezes, realidade já vivida, não vista, percebida ou sequer identificada, contudo, não superada e evidentemente concreta.

Por conseguinte, é desse contexto e conseqüente tradição produtiva que a produção e o processamento intensamente técnico da cana-de-açúcar a partir, por exemplo, das adequações dos solos do Cerrado²⁷, do melhoramento genético²⁸ das mudas das canas; do rastreamento e monitoramento por intermédio de satélites de alta precisão²⁹, de outras e diversas tecnologias e da flexibilização das relações e contratos de trabalho que é conferido para o segmento um *topos* diferenciado não só no que respeita a produção fabril da cana

²⁷ Não é adequado definir o Cerrado como somente mais um bioma a compor a multiplicidade que marca a biota nacional. A abordagem do historiador e pesquisador goiano Paulo Bertran (1948-2005) parece ser a mais adequada para a compreensão deste trabalho, na medida em que cultura, modos de ser e estar, bem como as produções dos povos *cerratensis*, no dizer do próprio Bertran, são também manifestações e aspectos objetivos advenientes dos mundos do Cerrado e que não podem ser desconsiderados. A partir das análises e contribuições de naturalistas como Saint-Hilaire e Von Martius, o autor descreve o Cerrado da seguinte forma (2011: 58): “São os cerrados a taxonomia brasileira das universais savanas, bem compostos e orquestrados de campos limpos desérticos, de capões de matas, de campos sujos e campos rupestres que fariam o botânico francês Dr. Glaziou exclamar, em 1894: “todos esses elementos cuja disposição se poderia atribuir à inspiração de um artista sublime, e que dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada comparável, a não ser em miniatura ou antigos parques ingleses, desenhados por Le Notre ou Paxton... Tão profundamente gravou-se-me na memória a beleza do clima que de contínuo o tenho na mente...” . [...]. O Cerrado compreende, é certo, todo o Centro-Oeste do país, e ainda profundas inserções em São Paulo, Piauí, Bahia, Ceará, Maranhão, Rondônia, Pará, Amapá e em algo como metade de Minas Gerais. Desde a pré-história até a colonização dos setecentos, foi domínio incontestável do Jê – o Tapuia – de língua própria, especializado em viver nos cerrados.” [BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem do Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011].

²⁸ A esse respeito deve ser destacada a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento Sucroalcooleiro (RIDESA), um amplo convênio estabelecido entre dez universidades brasileiras (UFPR, UFSCar, UFV, UFRRJ, UFS, UFAL, UFRPE, UFG, UFMT e UFPI). Fundamentalmente, a logística da RIDESA consiste em que cada universidade crie clones em seus respectivos estados a partir da semente produzida pela UFAL e, a cada ano, os melhores clones produzidos em cada universidade são enviados para as outras, o que possibilita incrementar o número de clones a serem avaliados na rede de experimentos estabelecidos por cada universidade e em seu respectivo estado. Disponível em: <<https://ridesa.agro.ufg.br/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

²⁹ A esse respeito, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), dispõe do Monitoramento da Cana-de-Açúcar por Imagens de Satélites (CANASAT); desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) com o apoio da UNICA, o CANASAT é um sistema de monitoramento remoto, via satélite, das áreas de produção de cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil. O mapeamento é realizado anualmente, tendo como base as áreas disponíveis para colheita, delimitadas pelo Projeto Canasat-Área, e imagens obtidas pelos satélites *Landsat*, *CBERS* e *Resourcesat-I*, disponibilizadas gratuitamente pelo INPE/DGI. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/canasat/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

mas também na sua assunção como totalidade sócioprodutiva geradora de economias e de respectivas tendências para a região sul goiana.

Alguns registros devem ser levados em conta para a identificação das dadas condições históricas que convergem para o êxito canavieiro em Itumbiara. O levantamento desses aspectos é exigência analítica na clareza do que está posto para esse município para o que se refere a esta atividade e seus rebatimentos na ordenação do espaço urbano e mesmo na redefinição da cidade.

É em sua história, portanto, que se traz à baila das análises estas considerações posto que é na intercessão das historicidades, simultaneidades e influências que estão os acontecimentos que permitem a produção das condições específicas, inclusive subjetivas, para a moderna atividade canvieira em Itumbiara; aquilo que irá conformar o que aqui se chama de *Leviatã doce*, esmiuçado em capítulo mais adiante.

De forma panorâmica, a organização para a produção canvieira é a organização de tempos; são temporalidades econômicas, tecnológicas, culturais, sociais e políticas que são ajuntadas por meio de normas, urgências e procedimentos burocráticos e produtivos.

São engrenagens sociais, políticas, culturais e econômicas que se acoplam para o acionamento de um ordenamento sócioprodutivo próprio e original; essa produção não visa apenas a realização de uma monocultura sob um território específico; mais que isso, parece que objetiva conformar um povo, seu acervo de comportamentos, seus valores e sua imersão aos ritmos e determinações dessa mesma atividade. É ainda combinação racional de tempos que se interpenetram em diferentes níveis gerando substância real e produtiva.

Em momento introdutório se afirma que Itumbiara possui um início; que não se dá na clássica definição quantitativa de suas dimensões territoriais; no compêndio jurídico-burocrático que o converte em municipalidade ou no estabelecimento de governos instituídos ou não pelo voto.

Seu início, mais do que formalismo documental, cronológico e historiográfico reflete valores culturais, relações sociais e formas de pertencimento que irão conseqüentemente, transversalizar, entrecortar toda sua história.

Não é possível identificar o despontar de Itumbiara como cidade fora dos acordos/desacordos de seu tempo. Seu surgimento como unidade municipal autônoma se dará fundamentalmente a partir de divergências e confrontos políticos *intra*-elites da cidade-sede de Morrinhos³⁰, localidade ao norte, distante oitenta e sete quilômetros a qual Itumbiara irá emancipar-se a partir de 1909.

Para o cenário que envolve, sobretudo, a primeira metade do século XX no que se refere às formas orgânicas e objetivas de política em um Estado com as características de Goiás se está a tratar essencialmente, da atuação de grupos familiares que se convertem em centros políticos e oligárquicos, dinâmicos e complexos, constituídos a partir da posse legal ou não de amplas faixas de terras.

A partir desta conjuntura toda a sistemática político-oligárquica de então perpassa pela posse e apropriação de terras, condição, por sinal, essencial para o próprio pertencimento político e mesmo para o exercício de uma atuação política privilegiada a partir das formas institucionais e estatais de então. Surge por conseguinte, da instabilidade de uma lógica de poder dada; de uma descontinuidade política que permite, dessa feita, seu nascimento como cidade.

É fundamentalmente dessa instabilidade e que tem na combinação política e econômica assentada nas famílias proprietárias de então, que é desencadeado o processo que irá redundar na criação de Santa Rita do Paranaíba, futura cidade de Itumbiara. Se está a tratar especialmente, dos anos de 1908/1909; nesta altura, a província de Goiás³¹ era presidida pelo militar Urbano Coelho de

³⁰ É necessário considerar que o povoamento de Morrinhos iniciou-se na primeira metade do século XVII, quando Antônio Corrêa Bueno e seus irmãos e que descendiam do bandeirante Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, chegaram à região. Vindos de Patrocínio, Minas Gerais, construíram a capela de Nossa Senhora do Carmo e iniciaram atividade pecuária e agricultura de subsistência. Outras famílias mineiras e paulistas foram atraídas pela fertilidade do solo e ótima topografia. [...]. Entre 1855, a localidade passou a ser reconhecida como município, retornando à condição de distrito, em 1859. Só em 1882, formou-se definitivamente o município de Morrinhos. A designação se remete a três acidentes geográficos da região: morros do Ovo, da Catraca e da Cruz. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/morrinhos.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

³¹ “No período anterior a chegada dos Bandeirantes, Goiás era habitado por cerca de 1.725 tribos indígenas como os Caiapó, Xavante, Goiás, Crixá, Araés e outras. Com a descoberta do ouro e a presença dos bandeirantes, essas tribos indígenas viviam cada vez mais em conflito com os “mineiros” cerca de 10.000 escravos adultos e 10.000 adultos brancos, provenientes principalmente de Minas Gerais e São Paulo. O declínio da mineração em Goiás se deu de forma gradativa durante todo o século XVIII, já se fazendo sentir por volta de 1778, o que levou a província ao desenvolvimento da economia de subsistência e à pecuária extensiva. As lavouras desenvolvidas de maior produção eram de milho, feijão, mandioca, arroz, algodão e cana servindo apenas ao comércio interno. A pecuária foi a principal atividade econômica do século XIX e a

Gouveia³², importante membro da oligarquia Xavier; presidia o País, Nilo Peçanha (1909-1910), o sétimo presidente da República e que, não por acaso, lança a poderosa e assim chamada política do “café com leite” em grave crise.

O prefeito de Morrinhos era José Simões da Fonseca (1904-1909) e que fora precedido por Cirilo Cardoso de Almeida (1909-1912). Importante citar que nenhum dos citados prefeitos da cidade de Morrinhos fora eleito pelo voto popular.

Todos estes citados líderes políticos eram reconhecidos membros ou ativos e diretos militantes vinculados a grupos oligárquicos cujo poder político se assentava na indefectível matriz econômica, social e territorial da concentração da terra.

O 1909, ano, portanto, da fundação da cidade de Itumbiara desponta também como instante político diferenciado para a respectiva definição ou redefinição política de Goiás. A desconsideração desse aspecto centralmente importante impossibilita a identificação do cenário e da correlação de forças que implica, dentre outros, na emancipação de uma alquebrada tal qual Itumbiara, povoada de forma fragmentária, às margens de um rio e sem maior importância econômica.

Ocorre precisamente no citado 1909 a ascensão da poderosa oligarquia Caiado³³ a partir, como já citado, de golpe contra a também oligarquia comandada por José Xavier de Almeida.

produção agrícola foi organizada como atividade secundária ou subsidiando a economia assentada na produção pecuarista”. [BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido: a Estrada de Ferro Goiás e a cidade de Ipameri (Início do século XX)**. Dissertação de Mestrado. PPG/História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)].

³² Urbano Coelho de Gouveia nasceu em Cantagalo (RJ) no dia 8 de julho de 1852. Seu cunhado Leopoldo Bulhões – irmão de sua mulher Leonor de Bulhões Jardim – foi constituinte de 1891, várias vezes senador por Goiás entre 1894 e 1918, e ministro da Fazenda de 1902 a 1906 e de 1909 a 1910. Seu concunhado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, casado com sua cunhada Maria Nazaré de Bulhões Jardim, foi seu antecessor no governo de Goiás, de 1895 a 1898, deputado federal em 1899 e senador de 1899 a 1905 e de 1909 a 1910. FONTES: ABRANCHES, J. Governos (v. 1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do *Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project*. Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930). Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>> Acesso em: 24 abr. 2017.

³³ Para a historiadora Ana Lúcia Silva, os enfrentamentos políticos de Goiás na Primeira República eram essencialmente, embates entre forças oligárquicas. [SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Câneone Editorial e AGEPEL. 2001].

Para Fonseca (1997: 05):

Em Goiás a República Velha foi dominada basicamente por dois grupos políticos, comandados pelas famílias Bulhões e Caiado. Mas, houve um outro período (1901-1909), classificado por Itami Campos como o arranjo xavierista², capitaneado por José Xavier de Almeida, então Presidente do Estado. O grupo de Morrinhos destacou-se em todas estas etapas, numa vocação inequívoca para alianças e acordos (atitudes essenciais para se garantir a participação política no sistema vigente), dizendo-se, contudo, autônomo. Esta facção nasceu da união das famílias Lopes de Moraes, Nunes da Silva e Xavier de Almeida, pelos laços matrimoniais. Seus principais expoentes foram: Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes; seu filho primogênito e homônimo; seu filho caçula, Alfredo Lopes de Moraes; seu genro José Xavier de Almeida e o marido de sua enteada Cel. Pedro Nunes.

A esta altura, a atividade econômica básica de Goiás, com vínculos óbvios e diretos com a própria terra, era a criação extensiva do gado bovino³⁴; são identificadas também, culturas esparsas e mal realizadas como as do milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar acontecidas, sobremaneira, a partir da utilização de dispositivos técnicos sumamente incipientes que, não raro, beiravam o artesanal.

Estevam (2004: 42) afirma:

Lavoura e pecuária não representavam grande significado econômico em termos de complemento de renda para a população goiana. Os empreendimentos agropecuários de maior escala eram gerenciados pelos próprios mineradores que deslocavam parte de sua escravaria pra tais atividades. Porém, a

³⁴ Uma das explicações para o êxito da criação do gado bovino em Goiás é, sobretudo, a qualidade das forragens apresentadas tanto no Cerrado goiano como no mato-grossense. Segundo Ferraro e Marquezan: “O incentivo à criação de gado no território goiano se deu, segundo Paulo Bertran (1978), após a derrocada do ouro, e, desde então, a pecuária foi se afirmando como a principal atividade econômica do estado. As fontes históricas goianas relatam inúmeras viagens de exploração realizadas por todo o estado, organizadas por fazendeiros, agricultores e criadores de gado com o objetivo de verificar a fertilidade das terras, o clima e as condições dos campos de criação. E destas excursões observa-se uma grande variedade de capim, como o capim de raiz, o capim branco, o capim gordura, o capim jaraguá e várias outras gramíneas não especificadas por esses viajantes. [...]. Observa-se uma riqueza de forragens naturais em toda a região, descritas nos relatos dessas viagens. Como a viagem do Sr. Major de Engenheiros junto com o Dr. Joaquim Rodrigues de Jardim ao Araguaia, onde visitaram uma colônia às margens do Rio Grande, chamada Itacajú. Eles descrevem o lugar como “uma região de clima ameno, abundante, de férteis matas e de campos para a criação de gado *vaccum* e *cavallar*, com morros, lagoas no meio dos taboleiros ricos de capim branco, catingueiro ou meloso e outros de muitas qualidades.” (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, 1880, Ed. 5, p. 2). [FERRARO, Mario Roberto. MARQUEZAN, Andreia. A pecuária científica no final do século XIX. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/cee/article/download/5746/3544>. Acesso em: 13 jun. 2017.

lavoura e pecuária já faziam parte de um amplo esquema que possibilitava a subsistência dos moradores.

O essencial da economia goiana é que o surto do ouro e que atingiu precariamente cinquenta anos de atividade acontece concomitantemente com atividades econômicas ditas menores e que se dão como complemento junto a atividades majoritárias, ou seja, lavoura e pecuária eram atividades que não possuindo a importância da mineração no período em questão, acontecem como atividades de suporte.

Para Fonseca (1998: 143):

De acordo com Eurípedes Funes (1986), a pecuária nunca foi uma novidade em Goiás, pois já existia como subsidiária da mineração e no início do século XIX era produto de exportação. Para Itami Campos (1983), a consolidação da pecuária em Goiás estava ligada ao fato de ser o único produto possível para a região, devido à escassez de recursos financeiros e à localização geográfica. Barsanulfo Borges (1994, p.154) explica que a opção pela pecuária tinha sua razão de ser, porque se tratava de uma atividade que exigia pouca liquidez. Topograficamente a região era bem favorecida e possuía pastagens naturais, os procedimentos nos cuidados com o gado eram rotineiros, o gado se autotransportava e, além do mais, existiam boas áreas de terras devolutas. Mas, junto com as vantagens, vinham também os problemas, como a baixa qualidade do rebanho e as perdas sofridas até o mercado consumidor (BORGES, 1990, p. 51). Ainda, segundo Barsanulfo Borges (1990, p. 51), durante o século XIX, a agricultura não sofreu impulsos significativos, esbarrando na ausência de meios de transportes que a tornassem viável. Em geral, era uma atividade que estava em segundo lugar, vindo a reboque da pecuária. Apresentando durante muito tempo este caráter de subsistência, a agricultura veio a ganhar impulso com a chegada da estrada de ferro e com as estradas de rodagem, que encurtaram as distâncias e aumentaram o intercâmbio.

Aliás, aqui se está a tratar de lapso temporal que, de outra maneira, é coerente com os próprios movimentos que determinam a formação da Província de Goiás e, nesse sentido, indica a tendência de uma série de acontecimentos realizados a partir do Estado e que evidentemente redundarão nos tempos atuais.

Para exemplo e breve menção, o naturalista francês Saint-Hilaire (1779-1853), em seus relatos a partir de viagens acontecidas entre 1816 e 1822, irá

registrar suas impressões sobre a economia e a forma de vida das populações locais³⁵.

Para Saint-Hilaire (1975: 120):

Até onde a vista pode alcançar não há o menor traço de cultura, o menor sinal de gado nos pastos, apenas uma profunda solidão, uma tediosa monotonia. Não existe ali nenhuma fazenda (1819), mas a algumas léguas de distância uns dos outros encontram-se, à beira da estrada, uns poucos e miseráveis sítios, e junto deles os indefectíveis ranchos abertos de todos os lados.

A síntese da análise do viajante europeu se assenta pois, em imensa região habitada esparsamente, sobretudo, por índios da etnia caiapó; com padrão de vegetação singularmente conformado e distribuído assimetricamente a partir dos caracteres e das condições que definem o Cerrado.

Conforma, desta feita, um tipológico paisagístico notadamente original, sobretudo, para os padrões estético-espaciais do franco-europeu Saint-Hilaire. Neste sentido, o naturalista em todo seu itinerário pelas brenhas goianas considera aspectos humanos e paisagísticos, e não poderia ser diferente, a partir de perspectivas bastante próprias e pessoais, quais sejam, a de um sujeito caucasiano, europeu, de tradição colonizadora e evidentemente, seguida dos respectivos valores.

Esse é o fundamental da percepção que orienta o naturalista. Na sua orientação analítica são apresentadas dificuldades para o entendimento do que é, enfim, o Cerrado goiano com suas populações.

³⁵ Saint-Hilaire costumava ser bastante severo em suas observâncias ao modo de vida dos goianos. Cita: “Se alguns habitantes de Pilões, a exemplo do que fizeram os de Meia Ponte à época da descoberta, se dedicassem à agricultura, não somente tornariam sua existência menos precária, como ainda teriam um bom lucro na venda dos seus produtos aos tropeiros, que só encontram regiões desérticas antes e depois do arraial. Mas o cultivo da terra não interessa a esses homens tão imprevidentes quanto os próprios indígenas. Vivem apenas o dia-a-dia, gozando a vida e parando de trabalhar quando conseguem tirar um pouco de ouro do rio. Só vão procurá-lo de novo quando já não tem mais nada, jamais pensam em poupar alguma coisa e, em meio a tanta riqueza, permanecem sempre na miséria. Muitas vezes, em troca de um lenço, de uma garrafa de cachaça ou de uma ninharia qualquer eles dão um diamante de alto valor. – Ao mergulhar minha bateia no rio, dizem esses homens imprevidentes, talvez eu encontre amanhã o que perdi hoje.” [SAINT-HILAIRE, August. *Apud* LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012].

De forma sintética, a produção agrícola que se realizava nesta quadra histórica era essencialmente de caráter doméstico e familiar³⁶. O difícil acesso da incipiente produção goiana e posterior e conseqüentemente da produção de Itumbiara a partir fundamentalmente de 1909 para mercados outros era grande obstáculo para um desenvolvimento mais efetivo de suas atividades agropecuárias.

Para Souza (1978: 19):

O tipo da economia goiana não provocou demanda de mão-de-obra, como a produção cafeeira e açucareira, sendo local o seu recrutamento, ocupando apenas trabalhadores do meio e aqueles migrados da Bahia e Minas Gerais. Ademais, a pecuária emprega pouco contingente humano. A agricultura de subsistência e de auto-sustento se satisfazem com o que o mercado goiano oferece, não se dispondo, como as grandes produções agrícolas especializadas, a absorver o imigrante. A população ativa atende satisfatoriamente ao mercado local restrito, porque surgiu um novo sistema de relações no trabalho, que obrigava o empregado a conservar-se no seu lugar, retido por dívidas. Assim, a distribuição da força de trabalho não cria tensões sociais, ao modo dos estados mais populosos neste mesmo período.

As condições sociais, políticas e econômicas de Goiás em um contexto de isolamento econômico ou de economia notadamente estacionária fundada em uma lógica de subsistência insuficiente e em padrões de intercâmbio comercial realizado, não raro, a partir de práticas de escambo impediam que Goiás e suas províncias se integrassem aos pleitos demandas da economia nacional.

Necessário somar a esta plethora de dificuldades as imposições do governo da província cujo fito básico e administrativo mirava no estabelecimento de taxas, impostos e dízimos. Aspecto que dificultava mais ainda, as possibilidades da atividade econômica.

Para Neto (2008: 07):

Após o longo período de letargia coletiva, como classificou Palacin, a fase da desilusão criada pelo ouro, os imensos campos em volta dos arraiais coloniais foram sendo ocupados – mais de

³⁶ Para Santos (2010: 16): “Já com a exploração aurífera temos o início da agricultura e pecuária em território goiano, impulsionado pela dificuldade de abastecimento. A lavoura e a pecuária se desenvolviam basicamente para a subsistência dos que aqui vinham em busca do enriquecimento rápido”. [SANTOS, Fernando Pereira dos. **Formação e expansão da fronteira agrícola em Goiás: a construção de indicadores de modernização**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, UFG: 2010].

forma ilegal que legalmente, conforme enfatizara Nasr Chaul – pelos antigos mineiros. [...]. Assim, desde aquele momento, com ou sem consentimento legal, pode-se dizer que a agricultura e a pecuária tornaram-se a principal e mais importante atividade econômica permanente da ex-Capitania de Minas e, até hoje, marcam as relações econômicas, sociais e políticas de Goiás, tanto para os que têm muito – os grandes proprietários e produtores rurais –, como para os que pouco ou nada têm – os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores sem terras. Entretanto, para chegarem ao ponto em que chegaram, essas duas atividades conheceram caminhos espinhosos, porque a agricultura, antes de se transformar em atividade comercial e altamente moderna, só alimentava as pessoas em volta dos pequenos arraiais, e a pecuária, antes de se transformar em intensiva e altamente científica e tecnológica, foi praticada extensivamente, à solta, sobre as imensas pastagens naturais. Apesar dos problemas de ordem estrutural e conjuntural – cobrança de dízimos acachapantes sobre produtos que eram mais de subsistência que para gerar excedentes, taxas elevadas sobre a comercialização de ínfimas cabeças de gado, facilidades de acesso à propriedade da terra apenas para pessoas abastadas, preconceitos contra os “roceiros”, precariedade da infraestrutura, sobretudo dos caminhos, ausência de mercado e de moeda circulante, morosidade na retomada dos fluxos migratórios e de outras atividades, como o comércio a grande distância –, a agro-pecuária foi durante quase 200 anos a única atividade sócio-econômica que assegurou a existência e o desenvolvimento material e social de Goiás.

A problemática espaço-territorial a que se submetia todo o Estado goiano apresentava outras contradições; a título de exemplo, eventos políticos de importância histórica e nacional eram, tão somente, desapercibidos mesmo para as elites que dominavam a província.

Castilho (2012: 03) cita que:

A ausência do telégrafo em Goiás no final do século XIX e de outras redes técnicas tornava ainda mais difícil a comunicação deste território com o sudeste do país. A notícia da proclamação da república, celebrada em 15 de novembro de 1889, chegou em Goiás somente 13 dias após o seu ato, causando surpresa nos políticos e nas elites agrárias. De início, apesar das transformações no campo administrativo, os aspectos econômicos e sociais não sofreram grandes impactos.

No que respeita aos aspectos demográficos é importante registrar que entre os séculos XIX e XX, a população goiana cresceu a partir de dois eventos fundamentais, quais sejam, a criação da Estrada de Ferro Mogiana e a construção da nova capital, Goiânia.

De acordo com Pádua (2008: 37):

De 1872 até 1950, a população goiana cresceu em função de diversos fatores, conforme abordado anteriormente. [...]. O censo do IBGE de 1900 registrou em Goiás uma população de 255.284 habitantes, e o de 1920 registrou 511.919, superando-se em 100%, fato explicado pelo ingresso da estrada de ferro em Goiás e pelo processo de urbanização no sudeste do Estado goiano, também pela maior proximidade do Triângulo Mineiro, como por exemplo Catalão, com 35 mil habitantes, que era em 1920 o município com maior população. De 1920 a 1940, o aumento da população foi de 60,4%, crescendo em função da construção de Goiânia, a qual induziu uma migração contínua para o território incentivada pelo Governo Federal. De 1940 a 1950, o crescimento se explica pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que atraiu inúmeros migrantes para a área central do Estado. Nesse período houve um incremento muito grande do comércio, principalmente em Anápolis, por ser a estação final da estrada de ferro. De 1950 a 1960, houve a construção de Brasília, da BR-050 e de outras estradas, a expansão da infraestrutura de energia elétrica, a implantação da usina de Cachoeira Dourada, o crescimento do consumo e da produção de materiais de construção para a nova capital federal e a delimitação do Distrito Federal.

Todo o transcurso histórico acerca de Goiás, suas regiões e mesmo as elaborações acerca das conformações que definiram Itumbiara e aqui desenvolvidas objetivam formar um conceito que permita abarcar aquilo que fora anteriormente classificado como sendo o *leviatã doce* e que respeita a uma síntese coerente e objetiva de tempos técnicos, culturais, sociais e econômicos a permitir não só territórios e technicalidades para a moderna feitura da monocultura canavieira mas a torna efetivo evento político a definir a cidade, suas formas de organização e seus comportamentos sociais e individuais predominantes.

1.4. O impacto da Mogiana

A vida é como um trem
 Carregado de ilusão;
 Solavancos com frequência,
 Ataques de turbulência, desvio e trepidação.
 Após a curva findada, retorno a última estação.

[O trem da vida. Messias Torres, 2012]

A pasmaceira econômica de Goiás é definitivamente alterada com os apitos e as fumaças do trem da Mogiana. Não transportava apenas pessoas às possibilidades do sudeste brasileiro, muito menos seu fito principal ficou à cargo do transporte de coisas e manufaturas para os importantes mercados de Minas Gerais e de São Paulo, mais do que isso, a Mogiana trouxe novo instante para o muito remoto Estado de Goiás.

Foi um evento de tamanho impacto e importância não só para a economia goiana, mas para a vida de milhares de homens e mulheres viventes na calmaria de suas respectivas localidades nos confins goianos.

Pelos trilhos da Mogiana (**Figura 01**, adiante) Goiás é reinventado, reinaugurado e integrado às principais dinâmicas sociais, políticas e econômicas do País. De outro modo, fora justamente a partir desse modal que Goiás irrompe com uma infinidade de novas possibilidades para a sua modernização.

Para Júnior e Oliveira (2010: 02):

Com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana em Uberaba (1892), Araguari (1896) e, posteriormente, a Catalão (1912) deu-se início a uma maior dinamização da economia, principalmente, do sul em relação ao norte de Goiás, contribuindo para o aumento do consumo de mercadorias importadas e, também, o crescimento do volume de mercadorias exportáveis, inclusive gado, que passam a ser exportados em pé ou, charqueado pela via-férrea. A produção agrícola que era uma atividade inviável começou a dar seu sinal de desenvolvimento, na década de 1920, Goiás já era um dos maiores produtores de cereais do país. (OLIVEIRA, 2006; CAMPOS, 1984; BORGES, 1990).

O ingresso de Goiás em momento econômico distinto e superior, com mais e maiores exigências a partir de demandas de consumo e do imperativo da concorrência vem junto com a Mogiana.

A dinâmica advinda dos intercâmbios, do comércio das manufaturas, da abertura para novos negócios e o horizonte de formação para os filhos das burguesias rurais do Estado é por fim, a substância que irá permitir que velhas características da economia notadamente colonial e de feições abertamente primitivas de Goiás agregue ao seu movimento sócioprodutivo elementos

técnicos e produtivos renovadores e que se afirmarão como pontos de inflexão na estrutura econômica goiana.

Figura 01 – Estrada de Ferro Mogiana



Fonte: <www.brazilia.jor.br> Acesso em: 02 maio 2017

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro³⁷ empreendeu a construção de quase dois mil quilômetros de linhas férreas servindo fundamentalmente, aos

³⁷ Para Almeida e Campos (2014: 76): Dentre as companhias ferroviárias paulistas organizadas no século XIX, destaca-se a Companhia Estrada de Ferro Mogiana. Os trilhos partiram em direção ao oeste paulista cruzando a fronteira do Estado de Minas Gerais e alcançando, em 1896, a cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro (BORGES, 2011). Cabe ressaltar, conforme Oliveira (2011), que a Companhia E. F. Mogiana, que tinha o propósito inicial de chegar até Vila Boa de Goiás, desistiu de seu prolongamento além da citada cidade mineira, repassando a concessão federal para a construção do ramal ferroviário entre Araguari e Vila Boa de Goiás à Companhia de Estrada de Ferro Alto Tocantins, posteriormente denominada de Estrada de Ferro Goiás. Ressalta-se que não houve empenho político, de maneira totalizadora, da classe dominante goiana para que a construção da linha férrea fosse realizada, pois poderia representar uma ameaça, de acordo com Borges (1990), ao poder constituído dos coronéis, posto que a manutenção do atraso em que a economia de Goiás se inseria era percebida como forma de dominação. Leopoldo de Bulhões,

Estados de São Paulo e Minas Gerais; no Estado mineiro até a altura do município de Araguari.

Rodriguez (2011: 70) cita que:

As primeiras manifestações contundentes em favor de dotar o Estado de Goiás de um meio de transporte ferroviário, à altura das necessidades locais, aconteceram, na verdade, em 1890. O Decreto n. 862 de 16/10/1890 concretizou o primeiro Plano Ferroviário com as rotas a serem construídas. Em 1896, o Triângulo Mineiro recebeu os trilhos da Estrada de Ferro Mogiana, ficando acertado que a cidade de Araguari seria a sede do que anos depois viria a ser a “Goiás”, facilitando-se a integração econômica entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Assim, a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação foi uma das componentes da malha ferroviária estendida na região do Triângulo Mineiro, ainda nos últimos anos do século passado (1896). Dentro de outro processo e após divergências políticas, foi determinado, pelo Decreto n. 5.394, de 18/10/1904, que o ponto inicial daquela que viria a ser, então, a Estrada de Ferro Goiás, seria na cidade de Araguari e, o seu terminal, na capital de Goiás.

Os efeitos sociais e econômicos da estrada de ferro foram de tal ordem de importância que permitiram alteração no próprio quadro demográfico goiano. A partir da Mogiana haverá impactante mudança na distribuição populacional de modo que, para o ano de 1872, a população de Goiás era pouco maior que 160.000 habitantes e que já para o 1900, passa para aproximadamente 260.000 habitantes.

Para Silva (2002: 06):

Em 1872, período anterior à chegada da estrada de ferro, a população de Goiás era de 160.395 habitantes; em 1900, atingiu 255.284 habitantes, crescendo à taxa média anual de 1,7%, abaixo da média nacional, que era de 2,0%. Já no período de 1900 a 1920, em que a estrada de ferro já se consolidava no Triângulo Mineiro e cruzara a fronteira goiana, aquela taxa se

oligarca goiano, somente foi favorável ao projeto após a comprovação de sua viabilidade econômica e num momento de oportunismo eleitoral, pois até então, não se acreditava na relevância econômica da ferrovia. Existem controvérsias entre historiadores goianos quanto ao empenho da oligarquia dominante local na construção da ferrovia. Se por um lado defende-se a ideia de manutenção do suposto atraso pelas oligarquias a fim de manter seus domínios políticos, sem ameaçar o poder dos coronéis, como assinalado por Borges (1990); por outro lado Chaul (2010) defende não ser justificável a elite agrária goiana ser desfavorável ao projeto ferroviário, pois esta objeção ao desenvolvimento de Goiás seria contra seus próprios interesses econômicos. [ALMEIDA, Denise Vaz; CAMPOS, Flávia Rezende. A integração da economia goiana a partir do sistema ferroviário: uma análise da Estrada de Ferro Goiás e da Ferrovia Norte-Sul. **Ateliê Geográfico**; Goiânia-GO. V. 08, no. 02, ago/2014].

elevou para 3,5%, e já nesse período, cresceu acima da média nacional, que era de 2,9%. Analisando-se o período 1900 a 1940 e considerando-se que em 1935 a cidade de Anápolis estava conectada aos trilhos da estrada de ferro, verifica-se que a mesma taxa ficou em 3,0% (826.414 habitantes), enquanto que a média nacional era de 2,2%. Tais números indicam a ocorrência de fluxos migratórios positivos não desprezíveis para o estado. Nesse período, a proporção da população goiana se elevou de 1,5% para 2,0% do total nacional.

É necessário identificar portanto, que a Mogiana e que, em território goiano será a partir de 1913, denominada de *Estrada de Ferro Goiás*, não é evento isolado ou fruto de qualquer crença nacionalista do período em tela, por exemplo, nas potencialidades econômicas dos sertões brasileiros. A geopolítica dos capitais internacionais deste período explica a Mogiana.

Sua construção como consequência, rompe com um tempo; abre possibilidades para Goiás; supera contradições e dá forma para novas; põe à prova as instituições goianas de caráter colonial e desta maneira, se insere e revela um bastante original movimento de dimensões globais de produção/reprodução ampliada de capitais e que, para o caso brasileiro, operou fundamentalmente, em duas perspectivas essenciais.

A primeira respeita um discurso nacionalista e intensamente ideológico³⁸ em torno de muito questionável padrão de desenvolvimento por um lado e; por outro; na promoção e garantia de um padrão célere de geração de lucros liberado de fiscalizações ou regulações estatais de maior importância.

O feito da Mogiana é decisivo principalmente, às pluriatividades econômicas e que passarão a acontecer em Goiás. Por vezes, abordagens e referências importantes e feitas a esse empreendimento na sua relação com a economia regional são tratadas de forma menor ou sem o cuidado devido.

³⁸ Para o caso brasileiro, estudiosos do desenvolvimento nacional consideram que todo esse movimento de estruturação das atividades e possibilidades produtivas irá redundar no assim denominado desenvolvimentismo. Para Bielschowsky (2004:77): O desenvolvimentismo, conforme o definimos anteriormente, foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros. É possível distinguir, como se viu, três correntes desenvolvimentistas. Seus traços de união fundamentais eram o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental. [BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004].

É imperioso considerar para o contexto goiano que a construção do modal ferroviário (**Quadro 02**, adiante) se apresentou não somente como dispositivo fundamental para o novo ciclo econômico e que se inicia mirando em mais especialização e racionalização mas, sobretudo, é condição ou ainda, o agente da sua efetivação e conseqüente consolidação.

Se considera que todas as estações indicadas no quadro 2, representam possibilidades de mais e novos intercâmbios comerciais, mas implicam também em condições estruturais e objetivas para a ampliação de negócios e mesmo a dinamização dos pequenos negócios existentes nos interiores goianos e até então, domésticos, locais e meramente simbólicos.

Desta feita é, mais uma vez, bastante importante o papel da linha férrea na estruturação e combinação assincrônica de rede urbana³⁹ e suburbana de cidades tendo a região do Triângulo Mineiro (MG), sobretudo, Araguari e, em seguida, Uberlândia como pontos urbanos decisórios para a constituição e atualização de uma rede urbana notadamente importante para a própria refundação do sul goiano; onde ruralidades aí concernentes, serão redefinidas juntamente com os fazeres cotidianos de suas populações, de todos os seus processos de produção e de suas formas socializantes.

A rede urbana advinda a partir da Mogiana é surpreendentemente reveladora na identificação dos próprios padrões da organização regional surgidos da articulação infra-produtiva entre a agropecuária regional/sub-regional e seu escoamento pelo modal ferroviário⁴⁰ em questão.

³⁹ De acordo com Macedo e Silva (2009: 01): Podemos dizer, inicialmente, que uma rede urbana é um sistema integrado que vai das pequenas cidades até as grandes cidades ou as denominadas metrópoles. O que comumente observamos, é que, para milhares de pequenas cidades existem centenas de cidades médias e algumas poucas metrópoles. Comumente, as cidades locais ou pequenas influenciam ou polarizam as aldeias, os pequenos povoados e as áreas rurais. Por sua vez, as cidades locais ou pequenas são polarizadas pelas cidades médias que se encontram mais próximas. Entretanto, todas elas sofrem a influência ou polarização das metrópoles, que influenciam e comandam a economia das regiões ou às vezes de todo o território nacional e até internacional. Desse modo, podemos dizer, que uma rede urbana é um espaço hierarquizado através da influência econômica, social, política e cultural. [MACEDO, Cêlenia de Souto; SILVA, Regina Celly Nogueira da. **Geografia urbana/A rede urbana**. UFRN/UEPB, 2009].

⁴⁰ É importante lembrar que a centralidade da estrada de ferro conferiu à região sudoeste de Goiás o sugestivo nome de “Região da Estrada de Ferro”; região composta por vinte e dois municípios: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbalza, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutai e Vianópolis.

Quadro 02 – Estrada de Ferro Goiás: período de inauguração dos trechos e estações (1909-1978)⁴¹

Trecho e período	Estações e Conexões	Inauguração	Município atual
Linha-Tronco Araguari - Roncador (1909 - 1914)	Araguari (<i>Conexão com Estrada de Ferro Mogiana e Porto de Santos</i>)	1896	Araguari-MG
	Amanhece	1911	Araguari-MG
	Ararapira	1924	Araguari-MG
	Quilômetro 38	1946	Araguari-MG
	Horto Florestal	1944	Araguari-MG
	Engenheiro Bethout	1911	Araguari-MG
	Anhangara	1911	Anhangara-GO
	Soldado Mendonça	1945	Cumari-GO
	Cumari	1911	Cumari-GO
	Veríssimo	1913	Cumari-GO
	Soldado Ferrugem	1951	Goianira-GO
	Goianira (<i>Conexão com ramal de Ouvidor e, de 1942 a 1970, com a linha-tronco da RMG que ligava Goianira à Angra dos Reis</i>)	1913	Goianira-GO
	Coronel Pirineus	1945	Goianira-GO
	Soldado José Francisco	1950	Ipameri-GO
	Eng. Raul Gonçalves	1913	Ipameri-GO
	Ipameri	1913	Ipameri-GO
	Inaja	1914	Ipameri-GO
Urutai	1914	Urutai-GO	
Roncador	1914	Urutai-GO	
Ramal de Ouvidor Goianira - Ouvidor (1913 - 1922)	Catalão	1913	Catalão-GO
	Ouvidor (<i>Conexão com RMV de 1942 a 1970</i>)	1922	Ouvidor-GO
Linha-Tronco Pires do Rio - L. Bulhões (1922 - 1931)	Pires do Rio	1922	Pires do Rio-GO
	Soldado Esteves	1953	Pires do Rio-GO
	Engenheiro Balduino	1922	Orizona-GO
	Egerineu Teixeira	1923	Orizona-GO
	Quilômetro 265	1953	Vianópolis-GO
	Caraiíba	1923	Vianópolis-GO
	Ponte Funda	1924	Vianópolis-GO
	Vianópolis (antiga Tavares)	1924	Vianópolis-GO
	Silvânia (antiga Caturama)	1930	Silvânia-GO
Leopoldo de Bulhões (<i>Conexão com ramal de Anápolis</i>)	1931	Leopoldo de Bulhões-GO	
Ramal de Anápolis L. Bulhões - Anápolis (1931 - 1935)	Engenheiro Valente	1935	Anápolis-GO
	General Curado	1935	Anápolis-GO
	Engenheiro Castilho	1951	Anápolis-GO
	Anápolis	1935	Anápolis-GO
Linha-Tronco L. Bulhões - Goiânia (1950 - 1964)	Jarina (<i>Saída para Anápolis</i>)	1950	L. de Bulhões-GO
	Mestre Nogueira	1950	L. de Bulhões-GO
	Senador Paranhos	1950	Bonfinópolis-GO
	Bonfinópolis	1950	Bonfinópolis-GO
	Honestino Guimarães	1950	Bela Vista de Goiás
	Senador Canedo	1950	Senador Canedo-GO
	Engenheiro Nunes Galvão	1950	Senador Canedo-GO
	Santa Marta	1950	Goiânia-GO
	Goiânia	1952	Goiânia-GO
Campinas	1964	Goiânia-GO	

Fonte: Elaboração própria com dados da revista *A Informação Goiana* (1917-1935) e do portal *Estações Ferroviárias do Brasil* (2010).

A linha do trem é também e, portanto, a linha que orienta, conduz e justifica o surgimento de um conjunto de pontos dinâmicos, rurais e urbanos, e

⁴¹ Produzido por Denis Castilho (Universidade Federal de Goiás). **Estado e Rede de Transportes em Goiás-Brasil (1889-1950).**

Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>> Acesso em: 27 jul. 2017.

que irá se converter conseqüentemente, em um adensado de cidades, sobretudo, de pequeno porte e fundamental às singularidades do modelo territorial e produtivo goiano assentado na agricultura empresarial.

Para Neto e Salgado (2015: 4445):

Teixeira Neto (2008) afirma que, a agropecuária foi o principal fator de povoamento e urbanização no território goiano-tocantinense, pois contribuiu para fixação do homem e aparecimento de povoados que se evoluíram para cidades, caso de Aparecida de Goiânia, Nerópolis e Hidrolândia e Bela Vista de Goiás. Os meios de transporte também contribuíram para a formação de centros urbanos, como atesta Borges (1990), a implantação da Estrada de Ferro no sudeste do Estado, acarretou na modernização de algumas cidades, como é o caso de Catalão e Ipameri, e no surgimento de novos centros urbanos (Ananguera, Cumari, Goiandira e Urutaí). Esses centros tiveram um forte desenvolvimento do comércio e das atividades industriais, impulsionados pelas exportações nos vagões. A título de exemplo, a chegada dos trilhos em Anápolis, no ano de 1935, impulsionou as relações comerciais deste centro goiano, integrando-o ao mercado nacional, comercializando com São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 1958). Isso contribuiu para o seu crescimento econômico e populacional, com desenvolvimento do setor industrial e comercial no município.

Desta forma, a economia goiana ainda que em clássico *topos* de economia periférica; por sinal esta é contraditoriamente, uma das conseqüências da própria estrada de ferro e que passa a estabelecer relação singular com possibilidades outras de crescimento no desafio do pertencimento ativo às dinâmicas nacionais a partir de trocas comerciais, sobretudo, com o muito almejado mercado de São Paulo.

De outra feita, era preciso não só que São Paulo viesse a Goiás por meio do empreendimento da Mogiana, mas mais difícil ainda e fundamental por conseguinte, era que os *Guayazes* também atingissem São Paulo. Atingissem por intermédio do fluxo perene dos seus itens agropecuários. E não casualmente, todos os esforços internos foram enredados a fim desse objetivo.

Se por um lado, a Mogiana moderniza intercâmbios, trocas e proximidades econômicas, por outro, reafirma a essência de Goiás: o império do latifúndio, a concentração do poder político e um padrão de produção e reprodução territorial feito à luz e determinação das demandas do mercado paulista.

As vias férreas foram importantes para Goiás, pois trouxeram o capitalismo moderno. Concomitantemente e, por óbvio, trouxe consigo as contradições próprias e que marcam tal modo de produção. Não por acaso, conflitos ambientais e fundiários seguirão acontecendo de forma veemente e ininterrupta, inclusive para os dias que correm.

Para Guimarães (2016: 05):

No entanto, essa dinâmica do avanço de fronteiras pioneiras da monocultura e do capitalismo no campo não se deu de maneira pacífica, não só no Sudoeste de Goiás, mas por onde se territorializou aumentou a concentração de renda, a concentração fundiária e concomitantemente a desigualdade social, [...]. Martins (1996) ressalta ainda que quando não há perspectiva de encontrar novas terras e a disposição de entrar numa economia da miséria no interior desse avanço da fronteira econômica é que, geralmente, se inicia a luta e os conflitos pela terra.

O axial de todo o processo de modernização da economia goiana e trespassado de contradições reside no fato decisivo de que a expansão do trem paulista às fronteiras goianas fez desencadear energias que estavam historicamente bloqueadas, empatadas de se realizarem de forma mais plena desde o ciclo aurífero; pela ação e deliberação dos seus estratos políticos majoritários e determinantes mas também pela bastante insuficiente infraestrutura produtiva de Goiás.

Os abertos conflitos a envolver renhidas lutas pela terra a partir por exemplo, das localidades de Trombas e Formoso⁴² (1950 e 1960) ou na Região do

⁴² A luta na região de Formoso e Trombas teve origem em fins dos anos 1940, a partir da busca de terra por parte de milhares de camponeses que se dirigiram à Colônia Agrícola de Goiás (CANG) atraídos pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) como também por notícias “boca a boca” que sinalizavam a promessa de doação de terra e ajuda técnica pelo governo. Mas, em razão da impossibilidade de incorporação do grande fluxo de colonos face ao número de lotes disponíveis, dezenas de posseiros seguiram para o norte onde constava a existência de matas férteis e muita terra devoluta, sendo poucas as fazendas. Nesta fase inicial, os posseiros instalaram-se sem grandes problemas e construíram casas às margens dos vários córregos, que eram abundantes na região. Mas este quadro de aparente tranquilidade social altera-se a partir de 1950, quando surgem as primeiras tentativas de grilagem das terras pelos fazendeiros, com tentativas de várias ordens para obter o pagamento de arrendamento com a consequente ameaça de expulsão dos posseiros da área em crescente valorização. Neste momento tem início um confuso processo de resistência, sendo o mais significativo o capitaneado pelo camponês José Firmino, na Região de Formoso e por José Porfírio, na Região de Trombas que fundamentalmente, procuraram, neste momento, a mediação do Governo do Estado e até do Governo Federal, objetivando obter o registro das terras por via legal, processo que duraria até

Bico do Papagaio⁴³ no extremo norte de Goiás, (1960, 1970 e 1980) demonstram impactos e efeitos desse modelo de desenvolvimento adotado pelas elites goianas.

Neste exato paralelo, a vanguarda econômica inaugurada pela Mogiana desencadeou e fez eclodir cem anos de intermitentes guerras fundiárias nos sertões goianos e sem prazo de conclusão.

Destaque a ser feito e que especificamente interessa para essa pesquisa é que a cidade de Itumbiara não era parte direta do itinerário da Estrada de Ferro Mogiana posto que efetivamente, o circuito ferroviário estabelecia ligação entre São Paulo e o Triângulo Mineiro⁴⁴, fundamentalmente, até as cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari. Contudo, dinamizou a região próxima à cidade.

É, no entanto, a partir da construção da Ponte⁴⁵ Afonso Pena, iniciada em 1909 e concluída em 1912, que irá ligar Goiás ao Estado de Minas Gerais, que a conformação e dinâmica econômica de Itumbiara ganha novas dimensões,

1954. [CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas. **Cadernos AEL**, no. 07, 1997].

⁴³ Zona de confluência dos rios Araguaia-Tocantins e região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins [Até a criação do Estado do Tocantins na Constituição de 1988, toda esta região era pertencente ao Estado de Goiás], o Bico do Papagaio nas décadas de 1960-70 do século passado, foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985). [OLIVEIRA, Gerson Alves de. Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985: cultura e identidade. **III Simpósio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a América Latina (GEPAL)**, Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2008].

⁴⁴ A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba - TMAP integra o conjunto de doze mesorregiões definidas para o Estado de Minas Gerais e apresenta, ao mesmo tempo, excelente localização geográfica em relação às regiões com forte dinâmica econômica, social e política, contando com posição privilegiada no centro do País. Posicionada entre as áreas de maior crescimento econômico-financeiro, o Estado de São Paulo, e os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, com economias agroindustriais em expansão, bem como em relação ao centro político, o Distrito Federal, a localização do TMAP permite ser considerada como relevante fator logístico para seu desenvolvimento. Os maiores municípios da Mesorregião TMAP, Uberlândia e Uberaba, contam com distâncias aproximadas (entre 500 e 550 Km) em relação a Belo Horizonte, capital do Estado de Minas, e a cidade de São Paulo, um dos motivos pelo qual recebem forte influência do centro dinâmico paulista (GUIMARÃES, 2010). [**Dinâmica Sócio-Econômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba**; Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES), Instituto de Economia/Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Volume 01, Análise Demográfica, Maio/2017].

⁴⁵ Pontes não são apenas estruturas físicas; mais do que isso, representam a possibilidade de inserção em distintas realidades. Pontes ligam, unem, geram unidade, proximidade, interação, trocas e encontros. Pontes trazem pessoas e permitem que sigam seus caminhos. A ponte é, por fim, o que admite o movimento urbano para mais adiante. A abertura da Ponte Afonso Pena teve significativo impacto em Itumbiara.

principia tendências e possibilidades de ampliação, melhoramento e presença de maior importância e efetividade no quadro das economias municipais do Estado.

É necessário o registro de que, além da construção da Ponte Afonso Pena⁴⁶ (**Foto 01**) a construção de estradas de rodagem que ligam Itumbiara até a Mogiana, na altura de Araguari, (BR-452 e MG-223) ou até a cidade goiana de Catalão (GO-309 e GO-210) foram pontos ou aspectos de inflexão não só para a nova relevância comercial que Itumbiara passa a assumir com sua pecuária mas tal combinação irá alterar a dinâmica econômica de toda a região do Triângulo Mineiro quando, sobretudo, a partir da década de 1960, o centro econômico de Uberaba é transmutado para a vizinha cidade de Uberlândia.

Foto 01 – Ponte Afonso Pena – Via de ligação entre Itumbiara (GO) e Araporã (MG)



Foto: João Batista França, Itumbiara/2017.

⁴⁶ Para Silva (Arquivo Público de Uberaba): “O crescimento destas cidades está ligado ao comércio com o resto da região, mais o Sudoeste goiano e a parte Sul do antigo estado do Mato Grosso. A hegemonia está em Uberlândia mas não foi sempre assim. Em primeiro lugar o domínio comercial da região foi de Uberaba, depois, por pouco tempo, foi de Araguari e só a partir dos anos 1960 passou-se para Uberlândia. A questão é a seguinte: Por que Uberlândia se destacou superando até Uberaba que foi uma das maiores cidades do Brasil imperial? Duas cidades, de outros estados, estão envolvidas nesse processo: Itumbiara, em Goiás, e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. A conquista das regiões citadas, fontes do enriquecimento de Uberlândia, foi possibilitada por três fatores: estrada de ferro, ponte Afonso Pena e estrada de rodagem. [Superintendência do Arquivo Público de Uberaba/Arquivo Público de Uberaba. SILVA, Antônio Pereira da. **Razões para o desenvolvimento dos principais municípios do Triângulo Mineiro.**]

Em que pese as importantes transformações acontecidas em Goiás a partir do início do século XX, sobretudo, em função de ações ou contingências externas, de deliberações advindas de outros lugares, o Estado principia no novo século de forma tímida, nada empreendedora e, como já citado, preso às dinâmicas e rigores da propriedade de suas terras e em produção de caráter eminentemente local.

Para Araújo (1984: 21):

A inexpressividade econômica de Goiás no início do século XX, reflexo da baixa capacidade de produção e de consumo do Estado, verificava-se em todos os outros setores de atividades. O comércio interno era exercido de forma debilitada e esparsa, devido ao baixo poder aquisitivo da população, à existência de grandes áreas de economia de subsistência e à carência de meios de pagamento e do próprio sistema de comunicação e transportes.

Neste paralelo, a primária fazenda⁴⁷ de Goiás é espécie de extensão da economia cafeeira paulista; por conseguinte, reflete ao seu modo e intensidade, crises, surtos de crescimento e dinâmicas afeitas a mesma economia paulista. A historiadora goiana Ana Lúcia Silva irá, não por acaso, categoriza a província de Goiás de “periferia da periferia⁴⁸”.

Em Gomes (2000: 15):

O Centro-Oeste é uma *criação* do Sudeste e, no que se refere ao setor agrário, pode ser considerado como uma “reserva de acumulação primitiva” para a expansão do sistema capitalista, já que seu setor industrial é inexpressivo e cresce em função da renda gerada pelas atividades agropecuárias (OLIVEIRA E REICHSTUL, 1973, p. 167). Esta configuração da economia regional inicia-se a partir da expansão e reorganização capitalista da cultura do café no Centro-Sul do país, na segunda metade do século XIX, quando o Estado de Goiás passa a constituir parte integrante do anel exterior da economia primário-exportadora

⁴⁷ O termo “fazenda” é aqui utilizado em sentido mais amplo; segue na mesma perspectiva daquele que, por exemplo, compõe “Ministério da **Fazenda**” [grifo nosso] do Brasil. Sandroni em seu “Dicionário de Economia do Século XXI” irá definir a Fazenda como: “Denominação dada aos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais que cuidam da administração financeira e monetária do país, Estado ou município, sendo responsáveis pela arrecadação de impostos, taxas e tributos, fiscalização e distribuição de bens públicos, elaboração de políticas econômicas e contabilidade das contas públicas”. [SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009].

⁴⁸ SILVA, Ana Lúcia. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cânone Editorial e Agepel, 2001.

como região produtora de gado de corte para o mercado do Sudeste, inserindo-se na divisão do trabalho agrícola nacional [...]. Para compreender, historicamente, a sociedade goiana no contexto da economia nacional, faz-se necessário primeiro analisar o processo de transformação da economia brasileira após 1930, explicitar alguns dos principais debates teórico-metodológicos acerca da natureza política dessa transformação. A conformação das economias regionais, inclusive a goiana, estava diretamente vinculada ao novo padrão de acumulação baseado na industrialização e voltado para a realização interna do valor. A crise do complexo-cafeeiro no final da década de 20 não interrompera a expansão da fronteira agrícola de São Paulo. Pelo contrário, intensificou-a nos anos seguintes em direção a outros estados da federação, em face do aumento da demanda de gêneros alimentícios no mercado interno. O desenvolvimento urbano-industrial do Sudeste reorientou a distribuição espacial das atividades econômicas no país, e reestruturou o espaço agrário. São Paulo foi, assim, o epicentro das transformações estruturais da sociedade brasileira.

O fundamento territorial goiano, bem como da sua parte sul, retrata uma lógica organizacional carregada de singularidades. Cada um dos seus espaços, das suas ocupações e ajuntamentos traz características bastante próprias e que devem ser levadas em conta para o entendimento, sobretudo, posterior da natureza periférica da constituição social, política e econômica de Goiás e de suas cidades.

Itumbiara em sua topografia e que segue irregular até às barrancas do Rio Paranaíba apresenta amplo mosaico de historicidades e que de forma inequívoca, foi estruturado e acionado, sobretudo, pela política centralizadora e autoritária de oligarquias locais e regionais, bem como pelo domínio dos latifúndios na conformação, por seu turno, do quadro territorial e produtivo predominante.

Consequentemente, toda a ampla concertação sócio-histórica redundará por fim, na *moenda moderna* de Itumbiara e que, por seus traços organizativos, combina a expansão horizontal da monocultura da cana-de-açúcar e respectivo processamento nas usinas situadas em Itumbiara e em seus arredores com formas de apropriação da cidade onde consegue, por suas características e formas de gestão, impor um tipo original de governo para toda a cidade. É por fim, do que se tratará a seguir.

Capítulo 2 – Nossa História e Geografia: Movimentos e Contradições

2.1. Do latifúndio ao grande agronegócio

Vou fazer a retirada e despedir dos paulistanos
Adeus que eu já vou me embora que Goiás tá me chamando.
[Pagode de Brasília. Tião Carreiro e Pardinho, 1961]

O termo “arraial” é ao menos, indicativo; de certa maneira é um vaticínio acerca dos rumos da cidade. Talvez premonitório a indicar um futuro. O *Dicionário Aurélio*, assim o define: 1. *Acampamento*; 2. *Festa popular ao ar livre*; 3. *Grande quantidade*; 4. *Pequena aldeia*; 5. *Assentar arraiais, montar acampamento*; 6. *Fixar-se em determinado local*.

O *Dicionário Houaiss* descreve: *arraial com vários significados; dentre eles tem pertinência para “cenário para festas juninas que imita antigos lugarejos do interior”. É, pois, plausível considerar “arriá” como variante de arraial, dada a semelhança fonética e a identidade semântica destas palavras.*

Desta feita, não são apenas palavras⁴⁹; não são entes ou abstrações comunicativas desconectadas do ambiente, das relações e das perspectivas de futuro. Expressam um momento e indicam um porvir.

Mais profundo e problemático ainda, existe geografia nas palavras; em suas composições, na forma como são enunciadas e pronunciadas; elas – as palavras – se impregnam de natureza, de história, de tempos e das mais distintas manifestações.

O que é decisivo, no entanto, é o entendimento do histórico do desenvolvimento e que levou um “arraial”, portanto, acampamento; nucleamento

⁴⁹ Para Bakhtin (1929: 95): Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. [BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV) (1929); **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986].

rural ou pequeno e precário aldeamento nos sertões goianos à condição de centro regional do agronegócio.

Esse curso é o itinerário objetivo da transformação de todo o território municipal e que fora submetido aos ditames e processos organizativos e produtivos da lógica privada e de sua direta relação com a reprodução ampliada de capital⁵⁰.

Importante destacar que este agronegócio a qual se trata, opera com grande capacidade de coordenação e de gestão dos seus espaços e em termos últimos, com efetivas condições de realizar determinações sumárias sobre a territorialidade municipal.

Considerações e que se julga serem centrais devem ser levadas em conta para a identificação das condições dadas para o êxito das múltiplas atividades que determinam o agronegócio canavieiro na goiana cidade de Itumbiara.

A correta disposição analítica dos eventos a serem demonstrados em seguida é condicionante teórica para o desvelamento do que está posto para esse município no que se refere a produção e gestão⁵¹ do agronegócio sucroenergético e de seus consequentes rebatimentos na feitura do espaço urbano e mesmo na definição da cidade e dos seus conteúdos.

Há que se considerar metodologicamente que jamais houve uma determinística linearidade histórica a conduzir, de forma inexorável, a cidade e

⁵⁰ Segundo Martins (1995: 06): “Meu próprio entendimento do problema é o de que o capital pode não só preferir o trabalho não-livre. Estou de acordo com Brass quando diz que o processo de desproletarização é determinado pela luta de classes. Mas entendo que isso depende das circunstâncias do desenvolvimento do capital e da sua reprodução ampliada, isto é, as circunstâncias sociais, políticas e culturais da acumulação, enfim suas circunstâncias históricas, que são também as circunstâncias da luta de classes. [...] Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada”. [MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Revista Tempo Social**, Sociologia USP, São Paulo, 1994/1995].

seu território ao atual quadro sócio-produtivo que marca e caracteriza a realização do produto canavieiro na referida espacialidade.

Estas condições foram, isto sim, edificadas, construídas a partir de ações e opções técnicas, políticas e econômicas que criaram e seguem por seu turno, recriando mecanismos de viabilidade para seu efetivo estabelecimento.

Sobre as determinantes políticas e econômicas é decisivo considerar o dispositivo dos assim chamados incentivos fiscais⁵². Esta política de incentivos e concedida pelo Governo de Goiás é, no contexto sucroenergético, aspecto decisivo na promoção e estímulo do setor no Estado.

Nesse sentido, é bastante indicativa o teor da matéria postada em 04/10/2017, no site “Goiás Agora⁵³” do governo estadual onde afirma categoricamente a importância decisiva dos financiamentos públicos para o setor:

A rápida convalidação dos incentivos fiscais no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e a definição do marco regulatório do etanol, que permita a implantação do programa **Renova Bio**, foram os temas da audiência do governador Marconi Perillo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, hoje, em Brasília. A convalidação não exige a unanimidade do Confaz, permitindo que o convênio sobre incentivos fiscais seja aprovado e ratificado com o voto favorável de um mínimo de 2/3 dos estados e 1/3 dos estados integrantes de cada uma das cinco regiões do País. [...]. Marconi defendeu junto ao ministro que a regulamentação do **Renova Bio** trará segurança jurídica aos investidores do setor sucroenergético e a expectativa é que até o ano de 2030 o setor invista algo próximo de R\$ 1,3 trilhão no Brasil, “e Goiás será o destinatário de boa parte desses recursos”. O mesmo ocorrerá em relação à convalidação dos incentivos fiscais pelo Confaz, que garantirá a

⁵² O PRODUIR é o atual programa de incentivos fiscais de Goiás e tem como objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial, mediante o estímulo à realização de investimentos, renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, dando ênfase à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais. Os investimentos incentivados pelo PRODUIR e FOMENTAR totalizaram R\$ 10,1 bilhões entre 2000 e 2012 e são classificados em duas categorias: investimento em ativos não circulantes, basicamente em capital fixo e investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), essencialmente em capital humano e inovação. O investimento total em capital fixo representou 97,9% do total dos investimentos incentivados, sendo compostos por projetos de criação e expansão da capacidade produtiva de empresas que situam ou pretendem se situar no território de Goiás e geralmente são direcionados ao setor industrial. Fonte: <http://www.goiasindustrial.com.br/oportunidades/incentivos_fiscais/>. Acesso: 07 dez. 2017.

⁵³ Fonte: <<http://www.goiasagora.go.gov.br/marconi-discute-aprovacao-da-convalidacao-dos-incentivos-fiscais-pelo-confaz/>>. Acesso: 13 out. 2017.

atração de novos investimentos para os estados em desenvolvimento.

É necessário, no entanto, estabelecer as diferenciações necessárias entre as categorias axiais que perpassam, entrecruzam todo esse trabalho, o que seja, a análise das especificidades existentes entre o complexo sucroenergético e o agronegócio canavieiro instalado na cidade goiana de Itumbiara.

De fato, existem distinções e especificidades que, de outra maneira, se refletem nos processos de produção que são aprimorados, na relação com o trabalho que, nesse sentido, passa a ser mais especializado e espacializado e também no padrão de conformação do território municipal e mesmo regional.

O complexo sucroenergético não é tão somente só mais um agronegócio. Tratar essa forma distinta de produção e processamento da cana-de-açúcar somente desta maneira é não atribuir-lhe a importância econômica, produtiva e tecnológica e que, de fato, possui. Advém da ampla teia sócio-produtiva do agronegócio canavieiro; está inscrito em seus marcos, dimensões e funções mas efetivamente é mais amplo e complexo. Agrega novas variáveis, processos e relações. Exige para sua existência e implementação além de maquinários, insumos e matérias-primas diferenciadas, recursos humanos de maior qualificação.

Nessa correlação o setor estabelece novas relações com o mercado, com a sociedade e com o Estado e é elevado, por fim, a segmento ou dimensão geoestratégica para o próprio País⁵⁴, principalmente no que representa a

⁵⁴ O setor elétrico brasileiro é abastecido preponderantemente pela hidroeletricidade que, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), responde por 61,21% de seu consumo. No entanto, esta dependência é cada vez mais preocupante em razão da modificação que vem ocorrendo no regime de chuvas, haja vista, o ano de 2014. Ao mesmo tempo, há também a irregularidade das chuvas, concentradas no verão e no início do outono, entre os meses de dezembro e abril, o que leva à necessidade de se buscar outras fontes de energia, lembrando ainda que a construção de barragens com grandes reservatórios passa por restrições impostas pela legislação ambiental. As fontes de energia existentes de origem biomassa, como: agroindustriais, biocombustíveis líquidos, floresta, resíduos animais e resíduos sólidos urbanos, representam 8,9% do total da matriz energética brasileira, dos quais 76,8% são provenientes do bagaço da cana-de-açúcar. O bagaço, resíduo da produção de açúcar e etanol, é uma das importantes fontes de energia renovável das unidades industriais de cana-de-açúcar, sendo utilizado na produção de energia elétrica denominada bioeletricidade, em que parte é utilizada para o atendimento da própria unidade industrial e o excedente exportado para a rede de distribuição. Na safra 2015/16, a produção desse resíduo foi de 166,40 milhões de toneladas no País. O Estado de São Paulo respondeu por 55,2% dessa produção. [Geração de Bioenergia de Biomassa da Cana-de-açúcar

necessidade de ampliação e aprimoramento da matriz energética brasileira (Quadro 03).

Quadro 03 – Matriz de Energia Elétrica - Brasil

Fonte			Capacidade Instalada			Total			
Origem	Fonte Nível 1	Fonte Nível 2	Nº de Usinas	(KW)	%	Nº de Usinas	(KW)	%	
Biomassa	Agroindustriais	Bagaço de Cana de Açúcar	400	11.154.735	6,7766	417	11.233.590	6,8245	
		Biogás-AGR	3	1.822	0,0011				
		Capim Elefante	2	31.700	0,0192				
		Casca de Arroz	12	45.333	0,0275				
	Biocombustíveis líquidos	Etanol	1	320	0,0001	3	4.670	0,0028	
		Óleos vegetais	2	4.350	0,0026				
	Floresta	Carvão Vegetal	8	43.197	0,0262	93	3.126.625	1,8994	
		Gás de Alto Forno - Biomassa	10	114.265	0,0694				
		Lenha	3	15.650	0,0095				
		Licor Negro	18	2.542.616	1,5446				
		Resíduos Florestais	54	410.897	0,2496				
	Resíduos animais	Biogás - RA	14	4.481	0,0027	14	4.481	0,0027	
	Resíduos sólidos urbanos	Biogás - RU	19	128.851	0,0782				
			Carvão - RU	1	2.700	0,0016			
Eólica	Cinética do vento	Cinética do vento	498	12.189.443	7,4052	498	12.189.443	7,4052	
Fóssil	Carvão mineral	Calor de Processo - CM	2	28.400	0,0172	26	3.727.470	2,2644	
		Carvão Mineral	14	3.323.740	2,0192				
		Gás de Alto Forno - CM	10	375.330	0,2280				
	Gás natural	Calor de Processo - GN	1	40.000	0,0243	167	13.020.311	7,9099	
		Gás Natural	166	12.980.311	7,8856				
	Outros Fósseis	Calor de Processo - OF	1	147.300	0,0894	1	147.300	0,0894	
		Petróleo	Gás de Alto Forno - PE	1	1.200				0,0007
			Gás de Refinaria	6	315.560	0,1917	2265	10.137.510	6,1586
			Óleo Combustível	74	4.055.825	2,4639			
			Óleo Diesel	2166	4.736.597	2,8775			
		Outros Energéticos de Petróleo	18	1.028.328	0,6247				
Hídrica	Potencial hidráulico	Potencial hidráulico	1302	100.033.835	60,771	1302	100.033.835	60,771	
Nuclear	Urânio	Urânio	2	1.990.000	1,2089	2	1.990.000	1,2089	
Solar	Radiação solar	Radiação solar	73	689.325	0,4187	73	689.325	0,4187	
Undi-Elétrica	Cinética da água	Cinética da água	1	50	3,0375	1	50	3,0375	
Importação	Paraguai			5.650.000	3,4324			4,9633	
	Argentina			2.250.000	1,3668				
	Venezuela			200.000	0,1215				
	Uruguai			70.000	0,0425				
Total			4882	164.606.161	100	4882	164.606.161	100	

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Banco de Informações de Geração. Brasília, ANEEL, 2017. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>>. Acesso: 18 dez. 2017.

A sucroenergia demanda, desta maneira, nova estrutura técnica e administrativa revelando sua abrangência nacional, para seus instrumentos de produção energética e mesmo para intercâmbios internacionais.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (O1: 2017):

A bioeletricidade está em consonância com a agenda mundial, o Brasil estabeleceu como meta na COP-21, a intenção de alcançar o índice de 18% de biocombustíveis sustentáveis (etanol e biodiesel) e aumentar de 10% para 23% a participação de energias renováveis (solar, eólica e biomassa) na matriz energética em 2030. Os dados apresentados no último Plano

nas usinas signatárias ao protocolo agroambiental paulista, safra 2015/2016. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, V. 12, no. 4, abril/2017].

Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024) apontam que o potencial técnico de geração anual para a rede pela biomassa da cana-de-açúcar pode alcançar quase duas usinas do porte de Itaipu, gerando 165 TWh/ano até 2024. A biomassa oriunda do bagaço da cana-de-açúcar é uma alternativa de energia renovável com potencial para complementar a geração de energia proveniente da hidrelétrica do País. A produção dessa energia ocorre justamente no período da estação seca, em que os reservatórios se encontram no nível mais baixo. Ressalte-se que a região Sudeste concentra o maior número das unidades industriais gerando energia elétrica através da biomassa próxima aos grandes centros consumidores de energia. O setor sucroenergético do país é autossuficiente na produção de energia elétrica por meio da biomassa e comercializa excedentes para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O setor vem expandindo a produção de bioeletricidade como fonte renovável e complementar à geração hídrica, haja vista que na safra em questão o setor exportou 57,11% de energia elétrica do total produzido pelas usinas signatárias.

O que se identifica é que a assim chamada bioenergia e que, sob condições outras, surgira como atividade complementar ao desenvolvimento central da produção de etanol vai, por efetivas demandas de produção de energia elétrica, se convertendo em atividade central.

Expressão desse fenômeno agrário e produtivo é, não casualmente, a cunhagem posterior do termo “biorrefinaria” e que visa explicar a atual modalidade energética e que desponta no cenário da agricultura empresarial do País.

De acordo com a Embrapa⁵⁵:

Biorrefinaria é uma instalação que integra processos de conversão de biomassa em biocombustíveis, insumos químicos, materiais, alimentos, rações e energia. O objetivo de uma biorrefinaria é otimizar o uso de recursos e minimizar os efluentes, maximizando os benefícios e o lucro. As biorrefinarias integram diversas rotas de conversão – bioquímicas, microbianas, químicas e termoquímicas – em busca do melhor aproveitamento da biomassa e da energia nela contida. O conceito de biorrefinaria é dinâmico e ainda está em desenvolvimento e, portanto, não há modelos e padrões consagrados. Todavia, podem ser apontados exemplos de biorrefinarias que já funcionam na prática, como as usinas produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade a partir da cana-

⁵⁵ Embrapa/Agroenergia. O conceito de biorrefinarias. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/908142/1/biorrefinariamodificadoweb.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2017.

de-açúcar e as fábricas de óleo, rações, biodiesel e diversos outros derivados a partir da soja.

O segmento de mercado e que por sua vez, justifica a sucroenergia, seu aprimoramento, expansão e sua correlata biorrefinaria é expressão da problemática energética pela qual atravessa o País, questão por sinal, que perdura desde a assim chamada primeira crise do petróleo⁵⁶ acontecida nos anos setenta do século passado.

Por sinal, a referida crise revelou a profunda dependência da economia brasileira de produtos e insumos feitos a partir do petróleo e advindos de outros países como também demonstrou, e mais grave ainda, a intensa dependência do País com a utilização dos assim chamados combustíveis fósseis.

Para Furtado (2003: 06):

A crise de 1973 (chamada de ruptura energética pelo CEPPI, 1983) não foi causada porque a economia mundial havia esgotado sua base de recursos naturais. Essa crise foi provocada pelo novo quadro da oferta internacional de petróleo, no qual se alterou a relação de poder entre países exportadores, de um lado, e grandes empresas do cartel internacional (as "sete irmãs") e os países capitalistas desenvolvidos, por outro. O fato de que a maior parte das reservas mundiais de petróleo estivesse concentrada no Oriente Médio (2/3), facilitou a mais rápida organização dos países exportadores de petróleo. Estes, após um período de organização, lograram, a partir dos dois choques, apropriar-se de parcela substancial da renda do petróleo (Puisseux, 1979; Chevalier, 1986; Furtado A., 1985). O primeiro choque de 1973 é um divisor de águas da história contemporânea entre um período de energia barata e outro de energia cara. Ao

⁵⁶ Para Corrêa e Pedrosa (2016: 08): Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o mundo conviveu com uma demanda crescente de petróleo e os preços se mantiveram baixos e relativamente estáveis (US\$ 3 por barril em valores históricos). Nesse período, a *Texas Rail Road Commission*, órgão regulador da indústria de petróleo norte-americana, exercia o controle da produção para garantir preços estáveis. A efetividade dessa política se esgotou a partir de 1971, quando a capacidade adicional de produção nos EUA deixou de existir. O poder de influir decisivamente na formação dos preços de petróleo passou, então, para a OPEP, criada em 1960 e tendo a Arábia Saudita como seu membro mais influente. Esse poder ficou bastante evidenciado após a Guerra Árabe-Israelense (*Yom Kippur*), entre Egito e Síria de um lado e Israel do outro em outubro de 1973. Como os EUA e muitos países ocidentais apoiaram Israel, os países árabes e o Irã impuseram aos mesmos um embargo no fornecimento de petróleo que resultou num decréscimo líquido da produção mundial de 4 milhões de barris diários até março de 1974. A consequência imediata foi que o petróleo teve seu preço quadruplicado no final deste ano. O preço do petróleo se manteve relativamente estável, em torno de US\$ 13 por barril de 1974 a 1978, porém declinando se ajustado pela inflação. Entretanto, de 1979 a 1981, houve uma aceleração abrupta provocada pela Revolução Iraniana seguida da Guerra Irã-Iraque, resultando no preço nominal médio de US\$ 37 por barril em 1980, equivalente ao valor da produção igual a 9% do PIB mundial. [CORRÊA, Antonio; PEDROSA, Oswaldo. A crise do petróleo e os desafios do Pré-Sal. **Caderno Opinião**, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2016].

mesmo tempo, reforçando o processo de inviabilização da trajetória tecnológica "energo-intensiva", um poderoso movimento de contestação comprometeu a alternativa nuclear nas nações industriais líderes (Puisseux, 1980; Storbaugh & Yergin, 1983).

É antes, ampla e delicada inteligência territorial e administrativa cuja principal ciência é atualizar-se permanentemente e não só do ponto de vista produtivo e tecnológico mas também e, sobretudo, a partir de suas vinculações institucionais e políticas.

A esse respeito, matéria intitulada “*Quinze grupos dominam a produção de etanol*” publicada no jornal “O Estado de São Paulo⁵⁷”, cita:

O etanol, feito de cana-de-açúcar e milho, representa hoje 82% do mercado mundial de biocombustíveis. Dominado por EUA e Brasil, que têm quase 90% da produção total, a estrutura da produção do combustível se baseia em uma rede de relacionamentos bem urdida, com forte *lobby* das instituições que representam os usineiros para a aprovação de regras que beneficiem a indústria. Esses relacionamentos se tornam cada vez mais importantes para essa indústria, à medida que o benefício ambiental do combustível está sendo colocado em xeque, em favor de outras opções, como o carro elétrico. O desenvolvimento do sistema de *lobby* do etanol foi facilitado pelo fato de o negócio estar concentrado na mão de poucos poderosos empresários – o que abre espaço para a criação dos chamados "czares" do setor. Segundo pesquisa do *New England Center for Investigative Reporting* e da ONG *Connectas*, 15 empresas detêm o reinado da produção de etanol no continente americano. A americana ADM é a líder isolada, seguida da brasileira Copersucar e de companhias como *Poet* e *Valero Renewable Fuels*, na América do Norte, e negócios como Odebrecht Agroindustrial e Raízen, no Brasil. Em vários casos, esses negócios se baseiam na figura de um forte líder. [...]. Craig Cox, da *Environmental Working Group*, uma organização não governamental americana focada em saúde e meio ambiente, se opõe a políticas favoráveis ao biocombustível produzido com milho. "A indústria de etanol gasta milhões de dólares contratando lobby para expandir o uso de seu produto", afirma. "Não estamos convencidos de que os biocombustíveis são tecnicamente ou ambientalmente uma boa opção." No Brasil, a indústria da cana-de-açúcar também se esmera na criação de bons relacionamentos. Nas últimas eleições municipais, os registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que os principais industriais de etanol do País doaram pelo menos US\$ 2,7 milhões a partidos políticos – especialmente em São Paulo,

⁵⁷ Jornal **O Estado de São Paulo**, Reportagem Especial. Quinze grupos dominam produção de etanol. 24/06/2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quinze-grupos-dominam-producao-de-etanol-imp-,1046224>>. Acesso: 18 out. 2017

líder na produção de cana no País. Copersucar e Cosan lideraram essa lista, com montantes de US\$ 525 mil e US\$ 422 mil, respectivamente.

A inteligência central de todo o processo de modernização tecnológica da indústria canavieira brasileira reside no fato de que este segmento, como nenhum outro, avançou *pari passu* com sua necessária renovação política⁵⁸; sinteticamente, a modernização da produção fabril canavieira é principalmente, seu evidente aprimoramento político, ou seja, o busílis que refunda o processamento da cana é sofisticada construção técnica e política que se retroalimenta, garantindo unidade e continuidade para todos os seus setores e dimensões resultando, por fim, na maior estrutura agro-produtiva do País.

Desse movimento de renovação política e administrativa da atividade canavieira é que, por exemplo, a assim chamada bioenergia⁵⁹ ou ainda,

⁵⁸ Nesse sentido, conta o Observatório do Agronegócio no Brasil (2017): nenhuma homologação de Terras Indígenas; paralisação da demarcação de territórios quilombolas; lei da grilagem; redução e parcelamento das dívidas dos ruralistas; uma Medida Provisória para alterar a lei sobre agrotóxicos – com a participação direta do setor do agronegócio; preparo da venda de terras para estrangeiros. Essas são algumas das medidas do governo Temer que fazem da bancada ruralista uma das mais beneficiadas em pouco mais de um ano de governo. É o que o Jornal Folha de São Paulo conta, neste domingo, na seguinte reportagem: “Pautas de viés conservador avançam na gestão de Michel Temer”. Segundo o jornal, 13 dos 17 pontos prioritários encaminhados pelos ruralistas já foram atendidos. “O governo correspondeu plenamente às nossas expectativas”, afirma o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG), apresentado como presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio. Ele foi o último presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), sucedido por Nilson Leitão (PSDB-MT). “Foram ações de coragem, de um governo que não está pensando nas eleições do ano que vem”, completou Montes. [Fonte: **De olho nos ruralistas. Observatório do Agronegócio no Brasil**]. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/24/governo-temer-atendeu-13-das-17-pautas-prioritarias-dos-ruralistas-diz-folha/>>. Acesso: 27 nov. 2017.

⁵⁹ De acordo com Moreira (2007: 53): A energia da biomassa reúne as propriedades técnicas da nova força produtiva e de regulação de espaço dessa nova forma de base material. É uma forma/fonte de energia caracterizada e fundada na imensa biodiversidade que cobre o planeta, numa propriedade de natureza quântica. Pode ser produzida em pequenas como em grandes unidades de produção. E pode ser gerada em praticamente todo lugar onde os processos fotossintéticos garantam um mínimo de condições para a realização da síntese da vida vegetal. Ademais, seu conhecimento encontra-se já armazenado na cultura ambiental das inúmeras comunidades do pré e do não-capitalismo que conseguiram sobreviver ao longo de destrutivo processo de mundialização da moderna economia industrial, e que, tal qual os recursos da natureza, o capital entende que estão aí disponíveis como valor-de-uso para a rápida e geral reciclagem que as bases materiais da organização capitalista precisam fazer nesta virada de século XX para o XXI, através da reestruturação que traga-lhe como forma orgânica uma nova e mais conveniente modalidade de organização geopolítica. [MOREIRA, Ruy. Bioenergia, sentido e significado. **Revista da ANPEGE**, v. 03, 2007]

bioeletricidade, desponta como um dos principais itens da produção sucroalcooleira contemporânea do Brasil.

A ÚNICA⁶⁰ informa que:

A bioeletricidade é uma energia limpa e renovável, feita a partir da biomassa: resíduos da cana-de-açúcar (bagaço e palha), restos de madeira, carvão vegetal, casca de arroz, capim-elefante e outras. No Brasil, 80% da bioeletricidade vem dos resíduos da cana-de-açúcar. Cada tonelada de cana-de-açúcar moída na fabricação de açúcar e etanol gera, em média, 250kg de bagaço e 200kg de palha e pontas. Com alto teor de fibras, o bagaço de cana tem sido empregado na produção de vapor e energia elétrica para a fabricação de açúcar e etanol, garantindo a autossuficiência energética das usinas durante o período da safra. Mas além de atender as necessidades de energia das usinas, desde a década de 1980 o bagaço tem permitido a geração de excedentes de energia elétrica que são fornecidos para o sistema elétrico brasileiro.

É informação a ser levada em conta posto que o núcleo duro da estratégia do próprio desenvolvimento da atividade canavieira é justa e precisamente uma tal articulação política que se assenta em discursos neo-desenvolvimentistas e conduzidos por empresários, gestores e administradores do setor com as distintas interfaces da política institucional brasileira.

Para Castro e Dantas (2009: 02):

A partir da reestruturação do SEB [Setor Elétrico Brasileiro], iniciada nos anos 90, a nova legislação passou a permitir a interação entre estes dois mercados – **energia elétrica e sucroenergético**. No entanto, a cultura predominante na gestão das unidades produtivas sucroalcooleiras, influenciada pelas altas taxas de rentabilidade dos mercados de etanol e de açúcar, certamente contribuiu para inibir e determinar pouco interesse deste setor em participar de um novo mercado com tamanhas especificidades e complexidade como o mercado elétrico, em especial porque no setor elétrico prevalecem taxas de retorno significativamente inferiores, diretamente associadas a riscos nitidamente menores. No entanto, a evolução do marco institucional e regulatório do setor elétrico, a partir de 2003-2004, permitiu criar condições mais efetivas para a comercialização da bioeletricidade sucroenergética. Graças a essas mudanças, em especial a possibilidade de firmar contratos de longo prazo com o mercado cativo e vender no mercado livre,

⁶⁰ Fonte: ÚNICA. Bioeletricidade – A energia verde e inteligente do Brasil, 2010. Disponível em: <www.unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=35980339>. Acesso em: 27 nov. 2017.

a energia elétrica obtida como um subproduto da produção de etanol e açúcar passou a ser vista como um novo produto das unidades canavieiras. Essas possibilidades tornaram-se tão concretas que se passou a denominar as usinas de cana de usinas sucroenergéticas devido à crescente importância da comercialização de energia elétrica nas receitas destes empreendimentos.

Todo esse amplo cenário de fomento da produção/processamento canavieiro em larga escala exigiu, por óbvio, mais e maiores territórios para a sua realização. É nesta conjuntura que as terras do centro-sul foram efetivamente envolvidas e inseridas para a referida produção e em níveis jamais verificados no País.

O Estado de Goiás é especialmente importante, primeiro por sua longa tradição nas assim chamadas atividades primárias, em seguida, pela topografia de suas terras e por fim, pelos níveis de concentração fundiária e que historicamente marcaram o chão goiano.

Para Itumbiara o quadro fundiário possui especificidades; para breve descrição, os dados⁶¹ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) irão registrar em Itumbiara 2.404 imóveis distribuídos em área de 261.892,4ha cujo módulo fiscal⁶² é de 24ha.

Segundo a Lei no. 8.629/1993 a classificação das propriedades por tamanho segue a seguinte divisão:

I. Minifúndio: o imóvel rural de menos 1 (um) módulo fiscal;

⁶¹ Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Sistema Nacional de Cadastro Rural. Índices Básicos de 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso: 20 fev. 2018.

⁶² Módulo fiscal é uma unidade de medida, em *hectares*, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: "(a) o tipo de exploração predominante no município (*hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal*); (b) renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "*propriedade familiar*". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Fonte: Empresa Brasileira em Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Disponível em: <www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 09 maio 2018.

II. Pequena propriedade: o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

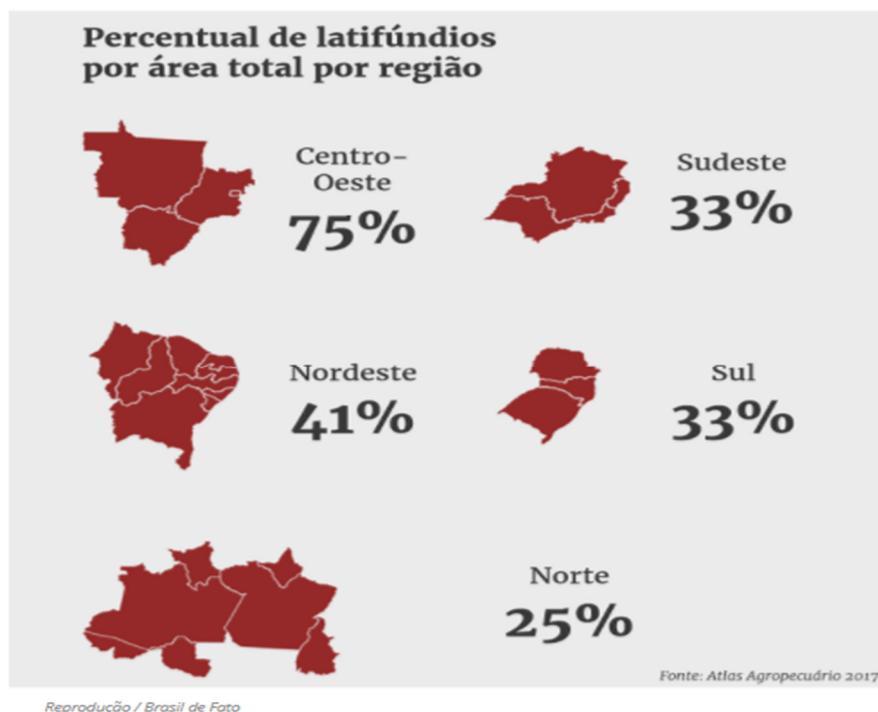
III. Média propriedade: o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

IV. Grande propriedade: imóvel rural superior de área a 15 (quinze) módulos fiscais.

Para o Atlas da Questão Agrária Brasileira⁶³, produzido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Presidente Prudente, Itumbiara apresenta concentração de terras de tipo média.

Não reflete, desta forma, os caracteres da distribuição de terras e dos respectivos regimes de propriedade do Centro-Oeste e que apresenta a menor quantidade de proprietários rurais de todo o Brasil, (**Figura 02**) acompanhado da maior área.

Figura 02 – Latifúndios por região



Fonte: Atlas Agropecuário, 2017.

⁶³ Fonte: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm>. Acesso: 20 fev. 2018.

Segundo a Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil⁶⁴:

O grau de concentração de terras no país está praticamente inalterado desde 1985, ano que marca o início da redemocratização brasileira. Segundo o Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de Gini – indicador da desigualdade no campo – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). Quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária. O Centro-Oeste concentra o menor número de propriedades rurais (317,5 mil) e a maior área (103,8 milhões de hectares), implicando numa área média de 327 hectares. Já o Nordeste detém o maior número de estabelecimentos (2,4 milhões) e a menor área média (31 hectares). Em relação ao total de propriedades, cerca de 47% têm menos de 10 hectares, enquanto aquelas com mais de 1 mil hectares representam cerca de 1% do total.

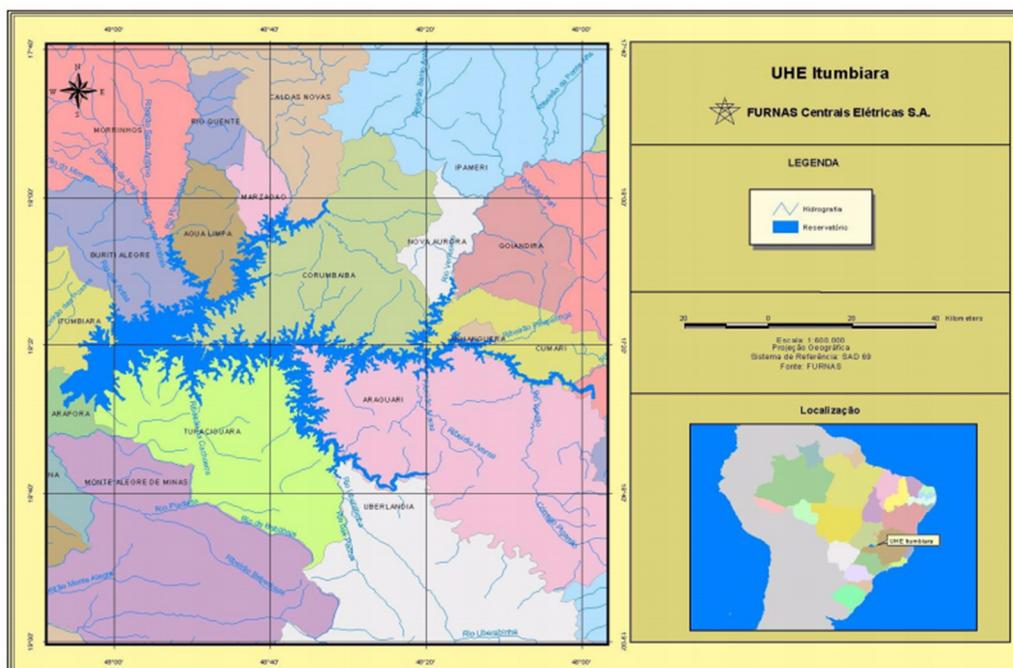
Não menos importante é citar, além da historicamente grave estrutura fundiária de Goiás, os eventos das grandes obras e que, como consequência, intensificam a problemática da concentração e valorização das terras em poucas mãos.

O evento da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itumbiara é caso emblemático. Construída a partir de 1974 fora concluída em 1980. Empreendimento localizado no Rio Paranaíba entre Itumbiara (GO) e Araporã (MG) com barragem de 6.780m, volume de 17 bilhões de m³ de água e capacidade instalada de 2.082Mw é uma das maiores usinas do sistema Furnas.

O principal impacto desta grande obra recai justamente no desaparecimento de extensas áreas naturais e rurais que atinge diretamente quinze municípios de Goiás e de Minas Gerais. A cidade de Itumbiara terá 43 km² do seu rural tomado por um lago que alcançara 778km² surgido a partir do soerguimento da citada represa (**Figura 03**).

⁶⁴ Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/11/reparo-em-dado-do-ibge-nao-esconde-concentracao-de-terras/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

Figura 03 – Lago de Furnas



Fonte: Fornecido pela UHE Itumbiara/FURNAS. Citado por: VELOSO, Dayana Alves. Monografia. Efeitos sociais e espaciais da construção de barragens no Rio Araguari-MG: Análise do trecho entre as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar II e Itumbiara. UFU/Geografia/2010.

De outro modo, a construção da Usina (**Tabela 01**, adiante) altera ou desarranja importantes áreas rurais de diversos municípios mineiros mas, sobretudo, goianos, alterando substantivamente a situação dos camponeses das áreas envolvidas, bem como conferindo novas valorações às terras das áreas diretamente atingidas.

Neste sentido, outros grandes empreendimentos realizados no território se convertem em realidades específicas a se integrar na totalidade social, política e econômica local e que, por sua vez e modo, potencializam o próprio ordenamento territorial estabelecido na cidade, bem como suas tendências.

Expressão desse processo são as grandes empresas do assim chamado agronegócio e que pelas mais diversas razões passam a se instalar na cidade e região desde os anos de 1970.

Tabela 01 – Lago de Furnas/Municípios Atingidos

Município	UF	Área inundada (km²)	Perímetro (km)	Total Perímetro (km)
Araporã	MG	42,28	29	706
Tupaciguara	MG	200,84	328	
Uberlândia	MG	8	32	
Araguari	MG	117	317	
ITUMBIARA	GO	43	51	822
Buriti	GO	74	113	
Alegre				
Água Limpa	GO	31	85	
Marzagão	GO	11	28	
Caldas Novas	GO	4	15	
Corumbaíba	GO	187	392	
Nova Aurora	GO	6	5	
Goiandira	GO	1	1	
Ananguera	GO	17	15	
Cumari	GO	8	85	
Catalão	GO	0,7069	32	
TOTAL		749,63	1528	

Organização: VELOSO, D. F. A. 2010; Adaptação: CAVALCANTE, Ângelo
 Fonte: Dados disponibilizados pela Usina.

Elas são partes evidentes de uma mesma lógica de reprodução ampliada de capital que demonstra a importância de localidades e províncias, por mais distantes que aparentem ser, como suportes decisivos para a implementação e aprofundamento de um modelo de desenvolvimento que afirma e firma a atual divisão internacional do trabalho da qual o Brasil é parte.

Em tal conformidade, esses empreendimentos se apresentam com formas distintas de acontecimento e realização; este fenômeno está objetivamente relacionado com as específicas tipologias de organização das respectivas plantas industriais, tecnologias utilizadas, burocracias adotadas, padrões de eficiência, mercados almejados e tipos e natureza dos capitais que os constitui.

2.2. História econômica do território da cana

Tudo é sertão, tudo é paixão, se o violeiro toca
 A viola, o violeiro e o amor se tocam
 [Um violeiro toca. Almir Sater, 1989]

Jamais é atividade simples a definição do que efetivamente é a história econômica desta ou daquela realidade; o que deve ser contado? Como deve ser contado? O que é central em uma história econômica?

A combinação espaço/tempo no que se refere aos mais decisivos acontecimentos que determinam dada economia exige, além da historicidade propriamente dita, a identificação dos elementos que mais influenciaram para a transformação do objeto em questão.

Para Pereira (2005: 01):

Como nos mostra Witold Kula, em sua obra *Problemas y métodos de la historia económica*, esta área surgiu ao lado da ascensão burguesa e conseqüente advento do capitalismo, ao combater a história até então existente de legitimação das famílias reais e aristocráticas, das instituições existentes, dos princípios e costumes, das hierarquias estabelecidas pelos valores sociais do período. Assim, com a emergente burguesia à frente, o estudo das atividades econômicas – produção e comércio – começou a ocupar espaços nas discussões acadêmicas, fomentadas, também pela nascente economia política. A economia política tornou-se essencial para o desenvolvimento da história econômica quando, ao procurar leis e regularidade dos fenômenos econômicos, foi buscar no passado a comprovação da tão ansiada constância. *A riqueza das nações*, de Adam Smith, é grande exemplo desta linha de pesquisa. Ao mesmo tempo, as inquietudes e incertezas provocadas pelo advento do capitalismo e pela Revolução Industrial, induziram ao estudo destes fenômenos e seu desenvolvimento.

Determinadas narrativas econômicas de cunho positivista⁶⁵ não raro se perdem entre perspectivas ancoradas em interpretações eminentemente

⁶⁵ A esse respeito, a posição de Teixeira (2003: 05) revela: “Cumprir esclarecer, de início, o que estamos chamando aqui de positivismo. Geralmente esta expressão leva-se a pensar no positivismo clássico, mas não estamos nos referindo apenas ao movimento intelectual que se origina com Comte e passa por Bacon e Durkheim. Incluímos aqui, sob esta denominação, os desenvolvimentos dos autores do *Positivismo Lógico* e do *Empiricismo Lógico* (conhecidos também como o Círculo de Viena). Assim, ao nos referirmos ao positivismo, estamos nos

quantitativas e matematizadas e que de forma recorrente ignoram determinações históricas relevantes e especialmente centrais.

O viés quantitativo pode ser contributivo para a interpretação histórica e econômica de um objeto científico mas seu excesso valorativo pode, isto sim, redundar em grave desvio teórico-metodológico. Tal dispositivo se não submetido a uma proposta intelectual clara, pedagogicamente coerente e objetiva descuida, como consequência, de elementos essenciais para a interpretação do fenômeno em estudo.

De acordo com Prado Júnior (1975: 07):

O fato é que a maior e principal parte das circunstâncias que concorrem na configuração e dinâmica do processo histórico, que é o assunto central da historiografia, não são por natureza quantificáveis.

Para os fins desta análise o essencial da história econômica e que aqui interessa não se ampara no *quantum* produzido, na sua variedade de itens ou nos mercados alcançados, mas justa e precisamente, no lugar ocupado pelas classes sociais envolvidas no processo de produção e também e, principalmente, nos respectivos papéis que desempenham no ininterrupto movimento de produção e reprodução do espaço da vida comum.

É nesse sentido que para o entendimento do complexo canavieiro de Itumbiara é determinante considerar que, em primeiro, há uma totalidade produtiva a envolver componentes institucionais fundamentais como, por exemplo, Estado, campo, cidade, tecnologias, população e empresas.

referindo à “noção positivista de ciência”, cujos pilares básicos sempre se mantiveram – conforme defenderemos adiante – apesar das mudanças que ocorreram desde o positivismo clássico. [...]. Nos centraremos, quanto ao *positivismo*, na análise das relações de sua filosofia da ciência com duas concepções metodológicas que são a fonte da maioria das críticas que foram e são direcionadas à teoria neoclássica desde seu surgimento: 1) a abstração, que é vista como um mero processo subjetivo de classificação, definição de conceitos, e assim já separa de antemão sujeito e objeto, teoria e realidade, e abstração torna-se sinônimo de fuga da realidade – abrindo espaço para o instrumentalismo; 2) o individualismo metodológico, que parte do pressuposto de que só são consideradas científicas e racionais as explicações dos fenômenos sociais que partem da análise do comportamento individual, só sendo aceitos os conceitos baseados em atores coletivos se estes estiverem sustentados por hipóteses sobre o comportamento dos indivíduos que compõe a coletividade”. [TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Positivismo, historicismo e dialética na metodologia da economia**. Dissertação de mestrado. FEA/USP. São Paulo, 2003].

Mesmo negócios ou empreendimentos que, aparentemente, não estabelecem relação direta com as atividades da cana representam partes importantes e decisivamente complementares na lógica de organização e territorialização e que são centrais para a sucroenergia⁶⁶.

Não é a fábrica, empresa, indústria ou unidade produtiva pura, específica e esparsamente situada e sem vinculação com as demais empresas; não são apenas plantas industriais no processamento de soja, milho, farelo de milho, sorgo ou ainda na operação do melhoramento genético de culturas agropecuárias outras.

A inteligência política, dinâmica e orgânica das empresas da agricultura empresarial de Itumbiara reside no aspecto de que elas são partes sensíveis e ativas de um mosaico produtivo íntegro, coeso e que mesmo em atividades ou funções distintas são, individualmente ou em seu conjunto, definidoras da constituição e do disciplinamento territorial da cidade e região às finalidades do agronegócio.

Dessa maneira, a cana local, suas dimensões e abrangência, respeita um padrão bastante particular de organização cuja totalidade das atividades produtivas circunscritas à cidade, por mais banais e triviais que pareçam ser, se mostram como parcelas ou instantes que se somam e se integralizam visando a realização da atividade sucroenergética.

A noção de totalidade é, deste modo, categoria axial na compreensão da unidade sócio-produtiva gerada e mantida; de modo que se estabelece claro par dialético a envolver parte e todo onde essas realidades conflituosas e complementares entre si, portanto contraditórias, garantem a dinâmica essencial dessa estrutura de produção.

Para Lukács (1967: 240):

⁶⁶ O forte desta organização é que é estabelecido uma sistemática produtiva e reprodutiva que se dá em todos os níveis e estágios da produção sucroenergética. Desponta a ideia do assim chamado **complexo agroindustrial (CAI)**, onde, segundo Graziano (1996: 01): “A substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário”. [GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1996].

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

São atividades que se vinculam, cada uma a seu modo e função e que permitem forma e operação para a monocultura da cana. A esse respeito e não por acaso, é pertinente recordar, por exemplo, da mídia recorrente e que ao fim, arremata afirmando: “*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”⁶⁷.

Se há algum sentido nesse citado “tudo” do agronegócio ele, efetivamente, reside na determinação de que todos os fazeres produtivos, por mais irrelevantes e insignificantes que possam parecer, se articulam, se entrelaçam, se somam e geram síntese que irá, em seguida, desaguar, como trabalho ativo, força produtiva e componente laboral no amplo trabalho socialmente produzido a fim da conformação e realização do *agro* canavieiro.

Esta é dimensão central para o entendimento dos níveis e padrões de organização do complexo sucroenergético de Itumbiara; da sua estruturação e consequente atualização e reprodução. Se infere assim, que a divisão social do trabalho que possibilita dinamismo e continuidade para o processamento canavieiro não se limita aos trabalhos feitos nas estritas lavouras ou usinas mas é

⁶⁷ A citação se refere a ofensiva ideológica empreendida pelo grande agronegócio transmitida pela TV Globo e que busca criar imagem positiva e moderna a respeito do setor. No que tange a cana-de-açúcar e que fora tema de uma dessas peças publicitárias, a matéria “*Agro é pop: cultivando desinformação e elogiando escravidão*” da autoria de Vinícius Alves afirma: “A cana-de-açúcar foi temática de um polêmico vídeo da campanha “Agro é Pop”, no qual a Rede Globo faz apologia ao trabalho escravo. Na pílula de menos de um minuto temos o seguinte trecho: “Cana é agro. Desde o Brasil colonial a cana ajuda a movimentar a nossa economia. Hoje em dia a cana gera um dos maiores faturamentos do campo: R\$ 52 bilhões”. E termina o vídeo: “Um sucesso brasileiro há 500 anos”. O elogio ao trabalho escravo também se encontra na seleção de uma imagem do século XIX utilizada no vídeo, intitulada “Um Engenho de Açúcar”, que retrata o trabalho de escravos em um engenho. A pintura encontra-se no livro “Viagens ao Brasil”, publicado em 1816 pelo pintor de origem inglesa Henry Koster (1793-1820). Koster, que chegou ao Brasil em 1812, se alocou em Pernambuco, onde tornou-se latifundiário e senhor de escravos. Koster também foi autor de um livro publicado em 1816 com um título que expressa a ideologia de sua classe social: “Como melhorar a escravidão”. Disponível em: Fonte: <<http://anovademocracia.com.br/no-196/7473-agro-e-pop-cultivando-desinformacao-e-elogiando-a-escravidao>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

fenômeno que se espraia, que se dilui e se capilariza por todos os segmentos, estratos e dimensões da cidade e da vida social.

Em Bottomore (2012: 561):

O conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva. Como disse Lukács: A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem [...]; segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado (Lukács, 1948, p.12).

A potência da multi-atividade da cana não se dá apenas na concertação dos amplos territórios que envolve ou nos sofisticados dispositivos tecnológicos que utiliza, os quais seriam insuficientes para sua permanência e para seu padrão de aprofundamento e que não é apetecido em qualquer outra atividade agropecuária realizada; seu êxito se acha na constituição da já citada totalidade sócio produtiva que possui a valência original da autonomia e que a conduz e determina.

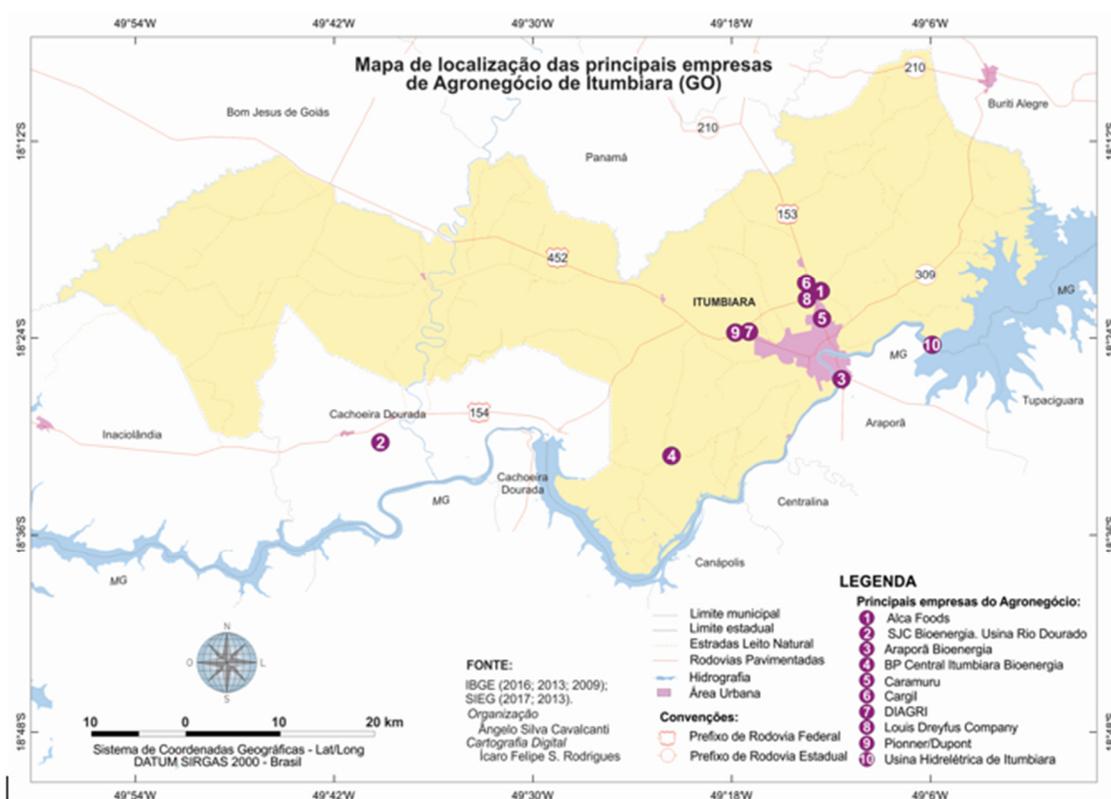
O sentido e a feitura dessa totalidade, e que acontece quando supostamente se acredita que não está acontecendo⁶⁸; sua amplitude e sutilezas,

⁶⁸ É adequado tratar da categoria da alienação como elemento fundamental para o processo de feitura e legitimação do amplo negócio canavieiro. Nesses termos, o dispositivo teórico da objetivação/alienação conforma uma perspectiva decisiva para a estabilização e unidade desta forma segmentada de atividade capitalista sobre e com a cidade. O singular desse processo é que dá forma para um tipo original de alienação que dialoga com os específicos desse agronegócio. Nesta relação é preciso que se afirme que o fenômeno da cana em seu *status* de grande empreendimento, realiza um tipo particular de operação na subjetividade individual e coletiva. Segundo Lessa (2013: 15): “Quanto à relação com a alienação, veremos mais adiante. Deter-nos-emos, agora, sobre a afirmação de que a “generalidade humana para-si” é um “fato social não cancelável”: ela pertence ao ser-precisamente-assim da sociabilidade. Não é, portanto, apenas um fenômeno da subjetividade. O “para-si” está sempre presente e possui efeitos práticos perceptíveis em “toda a história humana”. O ser-para-si é, portanto, uma categoria objetiva, “não cancelável”, do mundo dos homens. São dois os pressupostos dessa afirmação de Lukács. O primeiro, que a totalidade é mais do que a soma das partes. Como a totalidade inclui, além das partes, as múltiplas e variadas inter-relações das partes entre si e com a totalidade, esta contém uma qualidade que os singulares, enquanto tais, não possuem. Por isso, a totalidade é sempre mais do que a justaposição de suas partes, ela possui qualidades e características que nem sempre estão presentes em suas singularidades”. [LESSA, Sérgio. **Lukács**: ética e política. Observações acerca dos fundamentos da ética e da política. 2ª. Edição; Instituto Lukács, 2015].

sua capacidade de agregar e ajustar agentes e aspectos sociais e territoriais é o essencial da estratégia de existência da sucroenergia local.

Em seguida é demonstrado o conjunto essencial das principais empresas do agronegócio de Itumbiara (**Mapa 02**), a maneira como estão distribuídas, seus históricos, ramos de atuação e a forma como, conjuntamente, garantem as principais caracterizações e definições de Itumbiara.

Mapa 02 – Principais empresas do agronegócio de Itumbiara



Org.: CAVALCANTE, Ângelo. Cartografia: Ícaro Felipe Rodrigues, 2018.

Visando melhor detecção desse processo e identificando que há intencionalidade e causalidade em todo o movimento de constituição histórica da economia de Itumbiara; uma bastante bem definida teleologia⁶⁹ é que se busca

⁶⁹ Acerca do sentido da *teleologia*, Duayer *et al.* (2013: 18) afirma: “Thompson (1978, p. 138), em sua crítica ao ex-comunista Kolakowski, oferece uma ilustração interessante da questão ao assinalar que nós humanos, por possuímos os “atributos de agentes morais ou de seres racionais”, significamos compulsivamente. E o fazemos simplesmente porque nosso agir é teleológico, intencional. Pôr uma finalidade e agir em conformidade pressupõe, é evidente, uma figuração do mundo – uma ontologia, cuja conformidade com a realidade é condição para a

destacar, de maneira panorâmica, os principais eventos ou momentos de sua estruturação econômica.

2.3. Empresas e conformações territoriais de Itumbiara

2.3.1. Alca Foods

A empresa Alca Foods (**Foto 02**) atua no segmento de alimentos, de forma mais específica, no segmento de cereais matinais. Iniciou suas atividades em 1996 na cidade de Itumbiara (GO) e em relativamente curto espaço de tempo se tornou a segunda empresa do ramo em todo o Brasil.

Foto 02 – Alca Foods/Cereais Matinais



Fonte: Alca Foods Cereais Matinais, 2017.

consecução da finalidade. Existe um incontornável nexó entre figuração de mundo, cuja norma básica é a “adequação representativa ou descritiva – ou verdade –, e prática humano-social, cuja norma básica é a realização ou satisfação dos desejos, necessidades ou propósitos humanos”, de modo que, se há fundamentos reais para as crenças e, ipso facto, para as ações nelas baseadas, o erro sobre esses fundamentos reais ou a falha em capturar sua verdade resulta na impossibilidade de satisfação dos desejos e necessidades (BHASKAR, 1986, p. 206)”. [DUAYER, Mario *et alii*. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Revista Kátal**. Florianópolis, v. 16, jan-jun 2013].

Com 7.780m² de área construída e empregando 360 pessoas, a empresa é parte do rol das empresas que refunda o território de Itumbiara. Com a produção de itens como achocolatados, mingaus, cereais matinais, barras de cereais, granolas e orgânicos, a Alca Foods comercializa seus produtos em todo o País e os exporta para toda a América Latina, Europa, Estados Unidos e países árabes.

2.3.2. SJC Bioenergia – Usina Rio Dourado

A usina SJC Bioenergia (**Foto 03**) é uma *joint venture* firmada entre a norte-americana do agronegócio Cargill e o grupo São João visando a produção de açúcar VHP⁷⁰, etanol (anidro e hidratado), eletricidade, fibras, proteína e óleo. Está situada em Goiás, com duas unidades: Cachoeira Dourada e Quirinópolis. A usina foi criada em 2011 e elevou sua produção anual de 1,365 milhão de toneladas para 9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. As Usinas São Francisco (USF) e Rio Dourado (URD), empregam conjuntamente mais de 3,5 mil pessoas.

Foto 03 – Unidade SJC/Cachoeira Dourada



Fonte: SJC Bioenergia, 2014

⁷⁰ Do Inglês "Very High Polarization" (polarização muito alta), este açúcar é utilizado como matéria-prima para a produção de açúcar refinado ou em outros processos de industrialização, a fim de transformá-lo em diferentes tipos de açúcar para o consumo. Nota do autor.

Em 2013 a SJC inaugurou sua segunda unidade com investimentos de meio bilhão de reais para a produção de etanol e energia elétrica. Possui capacidade de geração elétrica da ordem de 230 mil *megawatts*. Os canaviais que fornecem matéria-prima para as unidades atingem cem mil hectares distribuídos entre quinhentos produtores de cana e distribuídos em todo o sul goiano e no Triângulo Mineiro.

Para a região sul goiana a SJC Bioenergia gera dois mil e trezentos empregos diretos e outros dez mil indiretos.

2.3.3. Araporã Bioenergia

A usina Araporã Bioenergia (**Foto 04**) foi implantada em 1972 como principal negócio da família Franceschi; em seu início chamava-se Usina Alvorada, conhecida também, como Açucareira Araporã e situada na cidade mineira de Tupaciguara. Foi transferida nos anos oitenta para a cidade de Araporã (MG).

Foto 04 – Araporã Bioenergia



Fotografia: <<http://www.usinaalvorada.com.br>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Em 2013, a partir de parceria com a CPFL RENOVÁVEIS altera sua razão social de Usina Alvorada para Araporã Bioenergia. A razão dessa alteração se dá a partir dos investimentos realizados pela DGF Investimentos que comprou por setenta milhões de reais a parte minoritária da Usina com o fim de investir em projetos de etanol; em seguida, recebe cento e sessenta milhões de reais de investimento da CPFL para a instalação de unidade de cogeração de energia com biomassa na ordem de 50 *megawatts* (MW).

Para a safra 2016/2017 processou 2.100.000 toneladas de cana-de-açúcar fornecidas por quarenta fornecedores/agricultores o que representou 2.100.000 sacas de açúcar. Ainda para o período em questão gerou 1.500 empregos diretos e 2.000 empregos indiretos.

2.3.4. BP Bioenergia

A *British Petroleum*, surgiu em 1909 como *Anglo Persian Oil Company*; é uma companhia de petróleo e produtora de energia sediada em Londres, Inglaterra. A BP (**Foto 05**) é parte do cartel mundialmente conhecido como “as sete irmãs”.

Foto 05 – BP Bioenergia/Itumbiara



Fonte: <www.bp.com/en_br/brazil/o-que-fazemos/biocombustiveis/nossas-operacoes.html> Acesso em: 27 mar. 2018

Atua no Brasil desde 1957 com a marca ‘Castrol’ e a partir de sua expansão global, onde opera em oitenta países, passou a atuar em quatro setores estratégicos e essenciais: automobilístico, aviação, industrial e marítimo/energético.

A unidade da BP em Itumbiara iniciou suas atividades em 2011 com a aquisição da Usina CNAA; no negócio a BP adquire 83% das suas ações enquanto o grupo francês Louis Dreyfus passou a ser proprietária de 17% das ações. Com capacidade de moagem de 2,5 milhões de toneladas/ano produz etanol anidro (a ser adicionado à gasolina) e hidratado (do tipo que se encontra nos postos de combustíveis).

A unidade de Itumbiara produz toda a energia de que necessita restando mais 170 GWh para ser vendida para o Sistema Elétrico Nacional. Emprega atualmente mil e setecentas pessoas em Itumbiara. A *British Petroleum* está presente em quinze unidades da federação (AP, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PR, PE, PI, RJ, RN, SC, SP) mais o Distrito Federal onde emprega sete mil pessoas.

2.3.5. Caramuru

A Caramuru Alimentos (**Foto 06**) surgiu em 1964, na cidade de Maringá (PR) com o nome de Máquina Caramuru; sua atividade se restringia a moer milho para a produção de fubá. A partir de 1970, a empresa ensaia incorporações e muda sua razão social para Produtos Alimentícios Caramuru. Em 1975 inaugura uma unidade de processamento de milho em Itumbiara (GO).

Foto 06 – Caramuru Alimentos – Unidade Itumbiara



Fonte: Caramuru Alimentos. Site: <http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=17>. Acesso em: 25 mar. 2018

As décadas de 1980 e 1990 representaram instantes decisivos para a empresa na medida em que abria 76 armazéns nos estados de Goiás, Mato Grosso e Paraná com capacidade de 2.379.000 toneladas.

Em 1986, a Caramuru ampliou suas atividades na cidade de Itumbiara (GO) com a criação de uma unidade de beneficiamento de óleos vegetais com capacidade de processamento de 1.000 t/dia; atualmente esta unidade opera com 1.700 t/dia.

No ano de 1992, inaugurou seu complexo industrial em Itumbiara o que envolve uma refinaria de óleos vegetais onde envasa 400 latas/minuto e 600 garrafas 'pet'/minuto. A partir de 1999 investe em sua logística de exportação o que irá demandar por conseguinte, mais insumos e matérias-primas a serem devidamente processadas. Nessa correlação novas áreas agrícolas serão inexoravelmente demandadas e exploradas.

Para 2006, a empresa investiu na produção, armazenamento e expedição da lecitina de soja, ingressando no concorrido mercado dos assim chamados biocombustíveis. Ainda neste ano, passou a integrar o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Em 2010 inaugurou moderna fábrica de biodiesel em Ipameri (GO) com capacidade de processamento de 225 milhões de litros/ano.

A partir de 2015, começou a utilizar a assim denominada 'cana-energia' ou a biomassa da cana-de-açúcar na cogeração de energia elétrica. Até 2016 já se contabilizava 55.700t de biomassa utilizada nas unidades de São Simão e Itumbiara.

A política de expansão dos biocombustíveis empreendida pela Caramuru envolve atualmente 2.100 agricultores familiares que operam a partir de um *standard* técnico-produtivo verticalizado e integralmente orientado pela empresa a envolver desde o tratamento do solo até o plantio, colheita e rastreabilidade da soja produzida. Para 2018, a empresa conta com 2.700 empregados.

2.3.6. CARGILL (Foto 07)

William Wallace Cargill (1844-1909) negociava sementes no fim da linha férrea *McGregor & Western*, na cidade de Conover, Estado de Iowa, Estados Unidos. Foi gradativamente ampliando seu comércio de *commodities* com carvão, trigo, milho, arroz, feijão e após a Segunda Guerra Mundial, expandiu suas atividades para a América do Sul.

Foto 07 – CARGILL/Itumbiara



Fotografia: Edmilson Araújo, 2018.

Com sede na cidade de São Paulo (SP) atua desde 1965 no Brasil onde se faz presente em 191 municípios de 17 Estados da federação. Conta com 19 fábricas, 182 armazéns, 5 terminais portuários, um centro de inovação e quatro *joint ventures*⁷¹.

⁷¹ Termo bastante técnico, uma *joint venture* [empreendimento conjunto] acontece quando se dá a fusão entre duas empresas ou mais visando desde simples colaboração para fins comerciais ou tecnológicos até a fusão de sociedades em uma única empresa. Exemplo recente de *joint venture* foi promovida, não casualmente, pela Cargill visando o mercado de produtos para o segmento de consumo vegetariano. A matéria intitulada “**Cargill e fabricante de proteína vegetal Puris forma joint venture**” e publicada na *Revista Globo Rural* (18/01/2018) conta: “Cargill, uma das maiores produtoras mundiais de carne, está aumentando suas apostas em alternativas vegetais à carne e em outros alimentos para vegetarianos. A companhia anunciou na quarta-feira (17/1) uma *joint venture* com a Puris, maior fabricante de proteína de ervilha da América do Norte. O ingrediente é usado na fabricação de produtos como pastas e alternativas vegetais à

Foi instalada em 1º. De julho de 2004 na cidade de Itumbiara e conta atualmente com 130 funcionários. Sua unidade local tornou-se espécie de referência regional no trato de gorduras vegetais para a produção alimentar.

2.3.7. O DIAGRI

A defesa precípua é que empresas do capitalismo contemporâneo são agentes centrais para a definição dos territórios com os caracteres que se apresentam. Não há empresa atual que prescindia de produzir conformação espacial e territorial de acordo com seus mais específicos interesses.

Necessitam de se instalarem adequadamente, de produção e de condições de reprodução; carecem de logísticas, de aparatos institucionais que operem em seu favor; precisam de uma conjugação de elementos técnicos e estruturantes que lhes garantam operação e permanência.

Mais do que estar fisicamente imersas em territórios elas se utilizam desses mesmos territórios, dos seus recursos e ativos; exigem e impõem alterações, influenciam e fomentam mudanças e são beneficiadas por legislações atuais ou a serem criadas a fim de garantir forma para o que melhor lhes aprouver.

É da natureza dos esforços pela sobrevivência da empresa capitalista a exigência por investimentos, base e estrutura legal que encetem fluxos de pessoas e negócios; intercâmbios, bens, serviços e ocorrências das mais distintas e que envolva, por fim, expansão e acúmulos cotidianos e permanentes de capitais.

Para Magdaleno (2013: 65):

Contudo, apesar de ser comum pensar de forma quase que imediata na influência das leis nas ações e na organização do espaço, é notório que, por ser um projeto legal, a lei é necessariamente um projeto social e político, devendo ser encarada como socialmente construída e analiticamente inseparável das relações sociais e políticas. Todavia, a lei não apenas orienta e influencia a ação político-social, mas também é

carne. A Cargill vai ajudar a Puris na abertura de uma segunda unidade de produção, disseram as companhias. No ano passado, a Cargill anunciou um investimento na *startup* Memphis Meats, que pretende produzir carne usando células animais”. Fonte: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2018/01/globo-rural-cargill-e-fabricante-de-proteina-vegetal-puris-formam-joint-venture.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

um reflexo dessa estrutura. Quanto a isso, diz Trumbek (1984, p. 609): “Lei cria a sociedade, e sociedade são mutuamente construídas, então a distinção entre lei e sociedade se quebra”. A política, nesse sentido, aparece como um guia essencial das nossas considerações, a partir do momento em que podemos defini-la como um conjunto de relações que delimita e define os conteúdos dos territórios. O território, aqui entendido como o resultado da apropriação efetiva ou simbólica de uma porção do espaço por um determinado agente social, deve ser concebido não somente como base material da sociedade, mas também como uma mediação para sua própria existência.

Na relação tensa e contraditória entre território e o ‘fazer-se território’ em condição de produzir gestão e influências sobre o mesmo e, que é aspecto determinante da lógica empresarial, é que se apresentam implicações objetivas sobre a formatação econômica de Itumbiara.

Expressão desse processo abertamente conduzido e estimulado por interveniências de governo e respectivas concepções de desenvolvimento; estatística e juridicamente assentadas em dispositivos legais e estruturantes é que se dá o surgimento do assim denominado Distrito Agroindustrial⁷² de Itumbiara (DIAGRI). Um marco na afirmação da ‘vocalização’ produtiva local.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás⁷³ (CODEGO):

O DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ITUMBIARA – DIAGRI, foi criado pelo Estado de Goiás há mais de 30 anos tem área de

⁷² A estratégia dos distritos industriais é fenômeno que irá revelar a sintonia da economia goiana com as dinâmicas produtivas nacionais e internacionais. Camargo (2013: 02) cita: O Estado de Goiás começa a mudar sua estrutura produtiva e econômica, que era apenas agrícola e de pecuária e começa a sua industrialização. Cria-se a *Superintendência de Distritos e Áreas Industriais*, a qual visava orientar e coordenar a política industrial no Estado, através da implantação de distritos industriais (CASTRO, 2004), que passam a ser *Distritos Industriais de Goiás* (GOIASINDUSTRIAL) em 73, instituída Pela lei nº 7.776, no governo de Leonino Ramos Caiado, o qual toma as primeiras providências para a construção do distrito Agro Industrial de Anápolis (SANTOS, 1999). Para auxiliar foi criado o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEICON) que se responsabiliza por trazer as primeiras indústrias para o Estado. O primeiro distrito industrial de Goiás foi instalado em Anápolis. Inaugurado em nove de novembro de 1976 e pôde contar com o apoio do governo federal através do II PND, e contou com a presença do então Presidente da República, Ernesto Geisel, que veio a Anápolis para participar da inauguração do distrito. [CAMARGO, Rubia de Pina Luchetti. **A importância do distrito agroindustrial de Anápolis (DAIA) no desenvolvimento e crescimento da cidade**. Faculdade Católica de Anápolis (FCE), 2018].

⁷³ Fonte: <www.goiasindustrial.com.br/projetos/distritos_industriais/?titulo=Itumbiara>. Acesso em: 20 mar. 2018.

25 alqueires ou mais de 1,2 milhão de m² onde estão instaladas cerca de 10 empresas em funcionamento ocupando 1/3 da área total. No ano de 2005 o Distrito foi cedido ao município de Itumbiara pela antiga Companhia de distritos Industriais de Goiás – GOIASINDUSTRIAL (atual CODEGO), que se encontrava em processo de liquidação. Desde 2015, a administração do DIAGRI voltou a ser de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO. Com a exploração do Distrito, a Companhia arrecadou no ano de 2015 mais de R\$ 2.000.000,00. Estes recursos são oriundos da venda de água as empresas instaladas no Distrito, como a BRF FOODS, empresa do ramo de lácteos é a principal unidade instalada no Distrito do Estado, que tem ainda: AÇOFERGO – Ferro e aço, BOA SAFRA e TERRA SANTA Adubos, JACINTO Tubos de cimento, Cooperativa de Algodão, Kenji Alimentos e EACO.

Situado na Avenida Modesto de Carvalho, GO-452, o DIAGRI (**Fotos 08, 09 e 10**) possuía em 2017, vinte e nove empresas⁷⁴ devidamente instaladas em seus limites. São metalúrgicas, empresas de pré-moldados, de comunicação rural, de processamento de laticínios, de eletrificação rural dentre outras e que prestam serviços de maneira direta ou indireta às atividades do agronegócio local.

Foto 08 – DIAGRI



Fonte: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás, 2017

⁷⁴ Fonte: <www.goiasindustrial.com.br/projetos/distritos_industriais/?titulo=Itumbiara>. Acesso: 20 mar. 2018

Foto 09 – Plantio de cana-de-açúcar/DIAGRI I



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Plantio de cana-de-açúcar, DIAGRI; GO-452/Itumbiara-GO; dezembro/2017.

Foto 10 – Plantio de cana-de-açúcar/DIAGRI II



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Plantio de cana-de-açúcar, DIAGRI; GO-452/Itumbiara-GO; dezembro/2017.

2.3.8. Louis Dreyfus Commodities

A *Louis Dreyfus* começou em 1851 quando Léopold Louis-Dreyfus ingressou nos negócios de grãos da França para a Suíça; a partir de 1842 passou a operar no Brasil quando da aquisição da Comércio e Indústrias Brasileiras (COINBRA). É uma das principais empresas de comercialização de cereais do mundo.

Atualmente opera com um rol de itens que envolve açúcar, algodão, café, arroz, metais, oleaginosas, cítricos e até finanças. Sua unidade em Itumbiara foi inaugurada em 2011 e é especializada no processamento de grãos e oleaginosas; está localizada na BR-153, no km 1476.

O estabelecimento da Louis Dreyfus Commodities (LDC) em Itumbiara aconteceu a partir da aquisição do Grupo Maeda, unidade de processamento de caroço de algodão controlada pela Brasil Ecodiesel.

Com esta operação é importante registrar que a *Dreyfus* se torna líder nacional no segmento com 12% do mercado e processamento de 300 mil toneladas/ano.

2.3.9. DuPont Pioneer

A Dupont Pioneer iniciou suas atividades no Brasil em 1970 por meio de parceria com a PROAGRO, na cidade de Bagé (RS). Em 1972 foi criada a *Proagro Pioneer S. A. – Agricultura, Indústria e Comércio*, em Porto Alegre (RS).

Em 1976 sua sede foi transferida para Santa Cruz do Sul (RS). No ano de 1982 seu controle acionário passou para a *Pioneer Hi-Bred International Inc.*, cuja sede se encontra em Des Moines, Iowa, Estados Unidos (EUA).

Nesse período passou a beneficiar sementes em Santa Rosa (RS) e em Itumbiara (GO). A essa altura a empresa implantou ainda, duas novas estações de pesquisa: uma em Santa Cruz do Sul (RS) e outra em Itumbiara (GO). Em 1999 foi anunciada a aquisição da *Pioneer Hi-Bred International* pela empresa multinacional do ramo da química *E. I. DuPont de Nemours & Company*, com sede em Wilmington, Delaware (EUA).

Na segunda metade de 1990, a Pioneer (**Figura 04**) ingressou no mercado de soja com sofisticado programa de melhoramento genético. Como inovação para o setor verticalizou este processo beneficiando suas sementes numa unidade construída em Planaltina (GO).

Figura 04

Unidades DuPont Pioneer - Brasil



Fonte: <www.pioneersementes.com.br/institucional/instalacoes>. Acesso em: 23 mar. 2018

Como destaque nacional na implantação de produtos e tecnologias, principalmente na manipulação de organismos geneticamente modificados (OGM) a empresa cria escritório de regulamentação em Brasília (DF) o que garante celeridade em suas atividades comerciais e no registro de produtos.

No período 2000 e 2007 a Pioneer inaugurou um centro de produção e pesquisa para soja e milho em Brasília (DF); uma unidade de processamento de milho em Formosa (GO); um centro de pesquisa para soja e milho em Sorriso (MT); um centro de pesquisas para milho em Passo Fundo (RS) e um centro de pesquisa para milho e soja em Palmas⁷⁵ (TO).

⁷⁵ Fonte: <www.pioneersementes.com.br/institucional/dupont-pioneer-no-brasil>. Acesso em: 21 mar. 2018.

Em 2005, a Pioneer Sementes fora incorporada pela DuPont do Brasil e sua nova razão social passou a ser *DuPont do Brasil S. A. – Divisão Pioneer Sementes*. Em 2012, a DuPont Pioneer criou duas unidades de negócios, uma no sul e outra no centro-norte. Neste ano inaugurou ainda, mais uma unidade de produção em Catalão/GO.

Estas são descrições sintéticas acerca das principais empresas que compõem a economia desenvolvida em Itumbiara. Esse processo se realiza em atividades *stricto sensu*, de produção e que combina capitais produtivos e privados com benefícios públicos e estatais.

Essa referida dinâmica se insere no clássico formato desenvolvimentista e que marcou, sobretudo, o pós-Segunda Guerra e que combina a articulação de processos de trabalho geradores de produtos, mercado consumidor local, regional e internacional e; intercâmbios a envolver técnicas, procedimentos produtivos e níveis de competitividade.

Não obstante o conjunto de empresas do agronegócio que eleva a economia de Itumbiara para o restrito grupo das principais economias do Estado e mesmo do Centro-Oeste brasileiro é necessário considerar que são justamente negócios informais ou ainda marginais como, por exemplo, a ampla especulação imobiliária⁷⁶ com todas as suas nuances e que é praticada no município, um dos fundamentos da economia de Itumbiara.

De maneira panorâmica são identificadas forças ou influências econômicas determinantes e essenciais a envolver todo o território municipal. Elas dizem respeito à dinâmica das empresas do agronegócio aí envolvidas, com destaque para o segmento canavieiro em sua relação com áreas urbanas ou rurais da cidade. É próprio do seu movimento envolver novas áreas para sua necessária expansão produtiva.

⁷⁶ Campos Filho (2001, p. 48) define especulação imobiliária, em termos gerais, como “[...] uma forma pela qual os proprietários de terras recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos [...]. Desta forma, a especulação imobiliária pode ser compreendida como a distribuição coletiva dos custos de melhoria de localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos ganhos ou lucros provenientes dessas mesmas melhorias.” [CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001].

Nas áreas circunscritas ao município se verifica que o agronegócio da cana exerce o que aqui se define como sendo um tipo de força centrípeta⁷⁷ e que avança de maneira descontínua, assincrônica e irregular em direção ao centro político da cidade⁷⁸. Este fenômeno é facilmente detectado, por exemplo, em áreas ou setores pertencentes ao perímetro urbano da cidade e já tomados pela expansão canavieira (**Fotos 11 a 14, Imagem 02** adiante) que não cessa seu movimento.

Foto 11 – Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos I



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Conj. Hab. Morada dos Sonhos II, Itumbiara/GO; dezembro/2017.

⁷⁷ Para melhor descrever o fenômeno da ampliação da atividade canavieira o autor toma emprestado categorias importantes dos estudos da Mecânica, análises do campo da Física a fim de decifrar as tendências da dinâmica do complexo agroindustrial da cana. Na Física, a força centrípeta se refere a um tipo de força que conduz o corpo e seu movimento para o centro da trajetória em movimento curvilíneo ou circular. Essas análises se inscrevem na chamada *Segunda Lei de Newton, Lei Fundamental da Mecânica* ou *Princípio Fundamental da Dinâmica* que cita: “A força resultante que atua sobre um corpo é proporcional ao produto da massa pela aceleração por ela adquirida” e sinteticamente expressa na fórmula: $Fr = m \times a$.

⁷⁸ Milton Santos (2009: 105/108) desenvolve referenciamento teórico-analítico nuclear que conjuga verticalidades/horizontalidades segundo o qual: “verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. A idéia, de certo modo, remonta aos escritos de François Perroux (*L'économie du XX' siècle*, 1961), quando ele descreveu o espaço econômico. [...]. Seria na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam esse período histórico. O sistema de produção que se serve desse espaço de fluxos é constituído por redes – um sistema reticular –, exigente de fluidez e sequioso de velocidade. [...]. As horizontalidades são zonas da contiguidades que formam extensões contínuas. Valemos, outra vez, do vocabulário de François Perroux quando se referiu à existência de um “espaço banal” em oposição ao espaço econômico. O espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. [SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2009].

Foto 12 – Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos II

Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Conj. Hab. Morada dos Sonhos II, Itumbiara/GO; dezembro/2017.

Foto 13 – Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos III

Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Conj. Hab. Morada dos Sonhos II, Itumbiara/GO; dezembro/2017.

Foto 14 – Conjunto Habitacional Dionária Rocha/Itumbiara-GO

Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Conj. Hab. Dionária Rocha/Itumbiara-GO; dezembro/2017.

A citada *força centrípeta* referida como categoria explicativa para a estratégia de expansão e desenvolvimento canavieiro no fito de abarcar o município representa aspecto decisivo no governo da cidade.

Se distingue do consagrado arranjo transversalidade/horizontalidade de matriz 'santiana' no sentido de que sua constituição é expressão objetivamente localizada da negação e mesmo da subsunção da política em sua dimensão eminentemente social e pública como centralidade do caráter social e cidadão da vida urbano-rural.

A *centrípeta* é verticalidade notavelmente contextualizada e que gera novas verticalidades; que opera na intensificação desse respectivo estatuto se impondo aos locais, seus meandros, interstícios e intimidades de modo a burlar e romper contratos sociais e organicidades locais objetivando corromper com o espaço-tempo específico de lugares e formas de convivência.

Imagem 02 – Principais Áreas da Cana. Itumbiara



Do seu acionamento desponta a negativa da cidade ou ‘não-cidade’ como expressão civilizacional da potência humana desviada do seu permanente processo de reprodução social e de construção e reconstrução cultural. É o pleno do *domus* do privado, do particular e do individual sobre a *polis* – está no mais elevado de sua acepção sóciohistórica – como ideal e horizonte possível de feitura de homens livres e superiores.

Não é que a *centrípeto* simples e, tão somente, ignore regras, hábitos e costumes de um povo, de uma comunidade, dispositivo, diga-se de passagem, do feitio corriqueiro da agricultura empresarial praticada em países subdesenvolvidos como o Brasil, mas o mais grave dessa lógica é que ela origina normatizações singulares, intensamente particularizadas e adensadas de vigorosa marcha ideológica e de difícil detecção e enfrentamento.

Seu movimento busca o centro ou áreas estratégicas da cidade. Para este fim mobiliza potencialidades locais e *trans*-locais, submetendo-as e impelindo-as das mais variadas formas; gerando condicionamentos políticos e governamentais e como consequência garantindo surgimento e forma, por seu turno, para seu contrário.

O contrário e correlato do vetor do *movimento centrípeto* da cana-de-açúcar, seu outro é o seu correlato; dessa tendência contraditória e instável é justamente o movimento ou força relacional aqui classificada como *centrífuga*⁷⁹ e que não casualmente, se apresenta como tipo bastante específico de resposta de outras formas orgânicas de produção ao avanço do agronegócio canavieiro.

A expressão objetiva e fenomênica desse movimento territorial e centrífugo se dá em movimento contrário à dinâmica centrípeta do capital do agronegócio canavieiro; visa por sua vez, áreas ou localidades periféricas da cidade para sua consequente expansão e consolidação.

É necessário considerar que o mercado de áreas (**Imagem 03**, adiante) terrenos ou lotes de Itumbiara é dos principais motores da centrífuga de investimentos ou aplicações imobiliárias. O setor imobiliário local enfrenta, deste

⁷⁹ Tal qual a *força centrípeta*, a denominada *força centrífuga*, pseudoforça ou força inercial é terminologia também advinda da Física e que busca retratar o movimento de corpos em um sistema de rotação ou que se movimentam em curvas e que dá origem por sua vez, para uma força circunscrita a esse mesmo sistema conhecida como força centrífuga (‘fuga do centro’) e; que avança em direção perpendicular ao centro da circunferência da origem da trajetória do corpo ou movimento.

modo, grandes desafios considerando que, de modo geral, as áreas venais da cidade se resumem a espaçamentos não utilizados, sem destinação objetiva, notadamente ociosas e que descumprem integralmente normas essenciais acerca da função social do solo urbano⁸⁰.

Não é casualidade que empreendimentos imobiliários da cidade disputem palmo a palmo de chão espaços com a sucroenergia. Em vários dos casos os empreendimentos imobiliários ocupam espaços e que, sob outras condições, seriam utilizados para o cultivo da cana.

Imagem 03 – Jornal Folha de Notícias/Itumbiara



Mais de 15 mil terrenos baldios



Itumbiara tem 15.596 terrenos não edificados, segundo levantamento da Prefeitura

O município de Itumbiara tem um estoque de mais de 15 mil terrenos baldios espalhados em mais de 70 bairros e loteamentos. O número foi levantado neste mês pelo sistema de gestão de processamento de dados que presta serviços ao município, para cálculo do valor da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (Cosip) para proprietários de imóveis não edificados. O valor apurado foi de R\$ 29,28 para cada terreno e será lançado no IPTU 2017. A despesa do Fundo de Iluminação Pública em outubro foi de R\$ 727 mil e os proprietários de terrenos não edificados pagam uma alíquota de 5,23% (R\$ 38.046,46), que por sua vez é dividida entre os proprietários, gerando um valor mensal de R\$ 2,44 e R\$ 29,28 anual. O pagamento será feito em março do ano que vem, junto com o carnê do IPTU. O estoque de terrenos vazios está aumentando com o lançamento de novos loteamentos.

Os lotes vazios provocam vários problemas para a população, pois servem como depósitos de lixo, servindo como criadouros para o mosquito da dengue, além de favorecer o aparecimento de insetos, ratos, escorpídeos e cobras. A Superintendência de Endemias lançou campanha para incentivar o cultivo de milho e mandioca nesses terrenos, de forma que ficariam mais limpos e bem cuidados, além de produzir alimento.

Fonte: Jornal *Folha de Notícias*, Itumbiara, 30 de dezembro de 2016, no. 5873. Disponível em: <<http://online.folhadenoticias.com.br/5873.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

⁸⁰ A esse respeito, a Lei no. 10.257/01 o mais conhecido *Estatuto da Cidade* é o resultado de lutas e reivindicações, sobretudo, dos movimentos sociais envolvidos com as questões urbanas e que tem por finalidade a garantia do acesso à cidade às amplas maiorias da população. Segundo Moysés (2004: 11): “Embora a função social da propriedade urbana conste, desde 1934, nas várias Constituições Brasileiras, a explicitação de seu significado só ocorreu em 2001 com a promulgação do Estatuto da Cidade. Trata-se de uma lei construída com a ativa participação dos movimentos da sociedade civil que lutam pela reforma urbana. A ênfase dos movimentos sociais, nacionais e internacionais, tem sido questionar a supremacia do direito de apropriação, da propriedade do solo, e das edificações urbanas em relação ao direito à vida. É necessário, para que a cidade cumpra sua função social, que a propriedade individual seja, no mínimo, relativizada, para garantir o acesso a todos os moradores à cidade. Essa relativização é expressa no Estatuto, em especial nos artigos que reconhecem o direito de usucapião urbano, e assim, indicam limites à especulação imobiliária”. [MOYSÉS, Arlete. *Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade*. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrôpole**/Grupo de Pesquisas PRONEX, no. 1, (1999), São Paulo: EDUC, 1999].

A esse respeito as áreas na proximidade imediata com o já referenciado 'Lago de Furnas' (citado anteriormente e que respeita ao lago surgido a partir da Usina Hidrelétrica de Itumbiara entre Itumbiara/GO e Araporã/MG) dá ideia do que se pretende afirmar onde grande número de empreendimentos imobiliários se realizam mesmo em meio a extensas lavouras de cana.

A lógica de centrifugação do espaço urbano tem, tal qual a dinâmica centrípeta, características bastante próprias; uma delas é seu avanço sobre áreas eminentemente públicas. Não por acaso, o setor imobiliário, sua atuação e força política tem sido decisivo para a política de gestão e destinação das áreas da cidade (**Fotos 14 a 20**).

Foto 14 – Loteamento de chácaras/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 15 – Comércio de lotes/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 16 – Construção às margens do lago de Furnas/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 17 – Exemplos de condomínios nas imediações do Lago de Furnas/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 18 – Placa indicativa de Condomínio



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 19 – Entrada do Condomínio Sol Nascente/Lago de Furnas



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

**Foto 20 – Intercessão da lavoura de cana e empreendimento imobiliário.
Prainha/Itumbiara**



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

As fotos mostradas visam descrever dinâmicas essenciais e que definem o padrão de ocupação e organização do próprio território municipal com desdobramentos objetivos. Itumbiara acontece contemporaneamente a partir do encontro essencial das citadas dinâmicas e que em seus choques, interações,

fusões e entremeios vai compondo e recompondo o território a partir de interesses majoritariamente privados e empresariais.

A cidade, desta maneira, tem sua organicidade territorial básica e expressa no clássico interpretativo de um centro dirigente e urbano e de periferias submetidas e sub-ruralizadas, esgarçada, nociva e forçosamente alargada a partir de uma confluência de forças *centrípetas/centrífuga* dos seus territórios e que possui o condão de desarranjar bairros, passagens e espaços de uso comum como praças, ruas, vias, vielas e outros locais públicos.

O que se percebe é que essas forças compostas pela organicidade de capitais tão distintos e em ininterrupto movimento por conquistar novas áreas, garantir manutenção, incorporação de bens, serviços, atualizações e apoio público só poderiam acontecer e se realizar com tamanha intensidade apenas com a anuência e participação de esferas de regulação e interveniência como por exemplo, governos e câmara municipal.

Este novo momento para a agricultura brasileira expressa uma lógica produtiva distinta e de muito mais dinamismo. Ocorre que já vão longe os estudos sobre as novas configurações acerca do rural brasileiro, fruto do novo *standard* industrial e produtivo imposto aos campos e lavouras do país.

As análises de Graziano (1997), Del Grossi (1998), Oliveira (2004), Alentejano (2015), Júnior (2016) e Elias (2005) buscam destacar os traços definitivos desse ‘novo’ rural e, sobretudo, seus rebatimentos nas relações campo e cidade.

De acordo com Graziano (1997: 25):

Há um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento, para usar a terminologia consagrada pelo grupo de Pisani. Ou seja, “o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer

ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

De fato, o campo brasileiro está submetido a novas influências e experimentações de tão ampla variedade que a definição de um conceito que dê conta desse universo ativo e em transformação de eventos e instantes sociais e produtivos no rural do País é tarefa por demais complexa; esse carácter produtivo e territorial é da mesma forma, bastante presente em Goiás e no município de Itumbiara.

Para Almeida (2003: 219):

O ritmo das transformações das relações sociais e de trabalho no campo altera as noções de urbano e de rural, o que torna cada vez mais difícil delinear fronteiras exatas entre os pequenos vilarejos, povoados e cidades, levando em conta uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Segundo Vachan (citado por Jean, 1997), é um equívoco considerar o mundo rural como uma parte residual de um sistema em evolução, dominado pelo urbano. O mundo rural participa do crescimento global pelos recursos naturais e humanos que ele gera, bem como pela sua produção específica. Ele é, também, possuidor de um patrimônio histórico e cultural e de um certo estilo de vida peculiar que contribuem para enriquecer as escolhas dadas aos indivíduos que compõem a sociedade. Caracteriza-se por múltiplas ruralidades, pela contração do ecúmeno agrário, por um processo de especialização de propriedades e de regionalização, pelo forte vínculo da produção agrícola com as empresas e pelas novas funcionalidades do espaço com as atividades recreio-turísticas. Os efeitos da modernização – moldada no padrão urbano-industrial – sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes. E nem podemos crer que as medidas modernizadoras atinjam com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores, nas diversas partes do mundo. Além disso, a natureza, cuja presença ainda é muito forte no espaço rural, tornou-se uma preocupação global: diversos especialistas vêm insistindo sobre o melhor conhecimento das relações sociedade – natureza para a gestão do meio ambiente. Há um interesse geral pelas novas tecnologias e pelas relações entre agricultura e ambiente, como as novas funções que o meio rural adquire e os impactos que elas provocam nesse meio.

O surgimento de empreendimentos fora da tipicidade tradicional do rural e que se realizava em propriedades da agricultura familiar nos domínios de Itumbiara desponta com muita força, sobretudo, a partir das expansões tecnificadas das lavouras de cana.

Esses empreendimentos são registrados com facilidade no curso do Rio Paranaíba que medeia Itumbiara onde uma grande quantidade de ranchos, sítios ou chácaras para descansos são erguidos; em clubes recreativos ou nos assim chamados 'pesque-pague'. (**Fotos 21 a 25**)

Foto 21 – Associação de Aquicultura/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 22 – Pousada Prainha/Fazenda Lazer



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 23 – Letreiro indicador/Pousada Rio Paranaíba/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 24 – Letreiro indicador/Recanto do Lago/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

Foto 25 – Cond. Paraíso das Águas/Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Área rural de Itumbiara. Março/2018

As tensões, choques e compatibilidades entre capitais e investimentos que acontecem no município gerou a atual configuração ou padrão de ocupação e organização do território de Itumbiara. Não é realidade estática, acabada e livre de resistências; ao contrário, comporta em sua totalidade formas múltiplas e variadas de oposição.

Em um sempre e de maneira deliberada é incompreendida; na verdade a incompreensão é estratégia decisiva nesse processo. As resistências são recorrentemente estigmatizadas pela moral católica e liberal imperante no convívio local; ignoradas pelas formas conviviais estruturadas em mais de um

século a partir da conjunção que envolve concentração de terras, capitais e poder político. Ainda assim as resistências se realizam.

A natureza do crescimento populacional é o centro da análise que descreve o que é o crescimento do *quantum* da população; no mesmo sentido, a migração interna que urbaniza/sub-urbaniza a cidade é outro acontecimento advindo do crescimento canavieiro. Em síntese, Itumbiara transita célere e permanentemente sobre si mesma.

Em seguida se tratará de algumas formas de resistências (horizontalidades) que acontecem a partir das periferias da cidade. Fenômeno que revela que a política é a opção assumida pelos “estranhos da cidade” na busca por um pedaço de chão para erguerem suas casas.

Capítulo 3 – A Política Urbana dos Re-territorializados

3.1. Expansão canavieira e seus efeitos sócioterritoriais

A terra é um bem comum
Que pertence a cada um
Com o seu poder além,
Deus fez a grande Natura
Mas não passou a escritura
Da terra para ninguém

[A terra é nossa. Patativa do Assaré, 2005]

A composição demográfica de um território, sobretudo aquela relativa aos assim chamados países subdesenvolvidos, é comumente aspecto de importância central. Da mesma forma, o processo multiplamente constituinte da feitura de determinada população é igualmente definidor para a compreensão dos fundamentos que constituem esta ou aquela municipalidade.

Nesse contexto e visando descrever com maior precisão a estruturação dos segmentos populacionais de Itumbiara a partir do censo de 1970⁸¹, a cidade registrava nessa década, 57.657 habitantes; para 1980, Itumbiara contava 73.177 habitantes; em 1990, a cidade possuía 79.533 habitantes; em 2000, 81.430 habitantes; em 2010, a população era de 92.883 habitantes e por fim, para 2016, a cidade passa a contar com 101.544 habitantes (**Tabela 02**).

⁸¹ Fonte: Secretaria de Estado e Gestão de Planejamento (SEGPLAN). Instituto Mauro Borges (IMB). Anuário Estatístico de Goiás/1992. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br/down/anuario92.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Tabela 02 – Crescimento Populacional

Itumbiara – Crescimento Populacional								
Anos			Anos			Anos		
1990	2000	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)	2010	2016	Variação (%)
79.533	81.430	2,38	81.430	92.883	14,06	92.883	101.544	9,32

Fonte: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/regplan/2016/007-tabo2.htm>>. Acesso em: 09 out. 2017.

Para análise mais específica e com objetiva e direta relação com a moderna atividade canavieira, se optará por utilizar caminhos eminentemente didáticos de maneira a destacar o período de maior importância para a cultura canavieira realizada em Itumbiara, o que seja, o intervalo que compreende os anos de 1990 a 2016.

A significativa variação e incremento populacional revelado, sobretudo, a partir do ano 2000, quando se registra crescimento para mais de dez por cento no quantitativo populacional da cidade coincide, não por acaso, com a consolidação territorial e produtiva do complexo sucroenergético de Itumbiara com os caracteres contemporâneos.

Segundo Santos e Souza (2012: 104):

O cultivo de cana-de-açúcar até a década de 1980 não era expressivo em terras do Centro-Oeste, entretanto a expansão dos lucros que produtores-usineiros financiados pelo governo com programas como o PROÁLCOOL e outros aspectos naturais têm acentuado o cultivo extrativista no Estado de Goiás. Sobre esse aumento na produção de cana-de-açúcar, Loyola (2010) afirma que no Estado de Goiás a indústria canavieira teve o início de suas atividades em meados da década de 1950 antes da implantação do Proálcool, com a produção de açúcar nas cidades de Santa Helena e Barro Alto, mas teve seu primeiro pico de crescimento só na década de 1980 devido a implementação do Programa Nacional de Alcool (PRÓALCOOL). Municípios como Acreúna, Caçu, Jataí, Montividiu, Paraúna, Quirinópolis e Serranópolis, Itumbiara, são algumas das localidades onde a produção de cana se instalou inicialmente.

É justamente no período que compreende o fim da ditadura civil e militar brasileira (1964-1985) instante de grande disponibilização de financiamentos para o cultivo da cana que Goiás assume efetivamente seu lugar na produção da

*commodity*⁸². É importante registrar que o advento canavieiro se dá em grave crise econômica do País. Este não é aspecto qualquer posto que expressa uma tradição produtiva afeita historicamente com atividades primárias e que em momentos de crise é notadamente reforçada.

Segundo Peixinho e Silva (2012: 110):

Como estratégia de desenvolvimento econômico no estado de Goiás, foi criado, no ano de 1984, um programa de incentivos fiscais com o objetivo de atrair atividades produtivas, sobretudo pertencentes à agroindústria para o Estado, tratava-se do Programa Fomentar. Para substituir o Programa Fomentar foi criado, no ano 2000, através da Lei 13.591, o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), bem como o fundo que financiaria suas ações. A lei estabelecia o objeto do programa como o incentivo à atividade industrial em Goiás, “com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais” (GOIÁS, 2000). Os mecanismos de ação do PRODUZIR estão baseados no apoio fiscal e financeiro a empresas industriais que desejem se instalar ou expandir suas atividades no estado. As empresas que se beneficiam desse programa recebem, a título de financiamento subsidiado, o valor de até 73% do ICMS a ser recolhido. Na prática, a empresa beneficiária realiza a apuração de ICMS a ser recolhido e tem o direito de recolher apenas 27% desse valor. O valor não recolhido é contabilizado como financiamento público. Esse financiamento possibilita à empresa captar dinheiro público barato e a longo prazo. O artigo 20 da lei que instituiu o PRODUZIR estabelece que não haverá correção monetária sobre o empréstimo e os juros serão de 0,2% ao mês não capitalizáveis,

⁸² Segundo Ramos (2011: 08): A história de apoio estatal aos produtores de açúcar e de álcool no Brasil, no tocante aos financiamentos a eles concedidos, remonta ao final do Século XIX. Foi principalmente entre 1870 e 1929 que se constituíram as fábricas que hoje são chamadas de usinas, mas que se tratam, fundamentalmente, de unidades agroindustriais semelhantes aos antigos engenhos, evidentemente maiores e mais avançadas em termos tecnológicos. Isso porque no Brasil foi derrotada a ideia de divisão de trabalho entre as atividades agrícolas e industriais, o que significou a derrota no País do que se convencionou chamar de “centrais açucareiras”. [...]. Em 1929, a grande crise justificou o aprofundamento do apoio do Estado brasileiro ao complexo canavieiro, com a criação de um sistema de planejamento de suas atividades. Aqui convém chamar a atenção para apenas dois aspectos desse apoio: o primeiro deles é que o Estado, mesmo antes da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) em 1933, passou a conceder novos financiamentos aos usineiros para destinarem parte do caldo extraído da cana para a produção principalmente de álcool anidro para ser misturado à gasolina, o que significou a montagem de destilarias anexas às suas fábricas. Outro aspecto foi que o I.A.A. assumiu a responsabilidade de retirar do mercado interno os excedentes de açúcar, o que significa que tal órgão muitas vezes exportou açúcar com preços gravosos, já que os obtidos no chamado “mercado livre mundial” foram, em boa parte dos anos entre 1930 e 1988, menores do que os que o órgão pagava àqueles produtores. Da maneira assim sintetizada, a agroindústria canavieira do Brasil pôde expandir-se entre 1930 e 1965– com preços da cana-de-açúcar, dos diferentes tipos de açúcar e de álcool estipulados ou administrados pelo I.A.A. – em um mercado interno em grande crescimento. Como foi em São Paulo que tal mercado se concentrou, é claro que os usineiros locais situaram-se entre os maiores beneficiários de tal crescimento. [RAMOS, Pedro. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... Atual? **NERA/UNICAMP. História econômica & História de empresas XIV. 2** (2011)].

com carência de 24 meses (GOIÁS, 2000). [...]. Desta maneira, o PRODUIZIR possui a capacidade não apenas de financiar, mas de subsidiar atividades industriais no estado. Entre os anos de 2003 e 2010, o PRODUIZIR destinou R\$ 28,1 bilhões ao setor sucroenergético através da assinatura de 50 contratos de concessão.

O referido Programa foi divisor de águas na promoção e fomento da cana-de-açúcar em Goiás (**Tabela 03**) conferindo para produtores condições bastante favoráveis para o cultivo da cana prevendo, inclusive, ajustamentos ou adequações contratuais para o caso de quebras ou prejuízos nas safras.

Tabela 03 – Área colhida, produção e rendimento médio. 2002/2010

Ano	Área colhida (única)			Produção (t)			Rendimento médio (t/única)	
	Brasil	Goiás	GO/BR (%)	Brasil	Goiás	GO/BR (%)	Brasil	Goiás
2002	5.100.405	145.069	2,8	364.389.416	11.674.140	3,2	71,4	80,5
2003	5.371.020	164.861	3,1	396.012.158	12.907.592	3,3	73,7	78,3
2004	5.631.741	176.328	3,1	415.205.835	14.001.079	3,4	73,7	79,4
2005	5.805.518	196.596	3,4	422.956.646	15.642.125	3,7	72,9	79,6
2006	6.355.498	232.577	3,7	477.410.655	19.049.550	4,0	75,1	81,9
2007	7.080.920	278.000	3,9	549.707.314	22.387.847	4,1	77,6	80,5
2008	8.140.089	401.100	4,9	645.300.182	33.112.209	5,1	79,3	82,6
2009	8.617.555	523.808	6,1	691.606.147	43.666.585	6,3	80,3	83,4
2010	9.076.706	578.666	6,4	717.462.101	48.000.163	6,7	79,0	82,9

Fonte: IBGE/SEGPLAN. Produção Agrícola Municipal. 2011.

Para Santana *et al.* (2012: 01):

A cana-de-açúcar está espalhada por 193 municípios goianos que são abrangidos pelas cinco Mesorregiões Geográficas definidas pelo IBGE. Ao analisar as mesorregiões, fica evidente a concentração em duas: a do **Sul Goiano** [grifo nosso] que, em 2010, concentrava 77,4% da produção e a mesorregião do Centro Goiano que respondeu por 17,9%. As duas mesorregiões representaram 95,3% da produção estadual. No recorte municipal, os maiores produtores naquele ano foram: Quirinópolis (7,7%), Santa Helena de Goiás (6,7%), Porteirão (4,6%) e Mineiros (4,2%). O cultivo de cana tem se expandido por todo o estado de Goiás, chegando a ocupar, aproximadamente, 12,8% da área de uso agrícola do Estado (safra 2009/10), sendo que no ano de 2000, essa área representava 4,5% da área plantada em Goiás. Assim, a área plantada cresceu 315,8% nos

últimos dez anos. Deste modo, a cadeia da cana-de-açúcar vem se firmando como um dos principais setores da economia goiana.

No que respeita as específicas transformações do campo de Itumbiara, é adequado relacionar as expansivas do setor canavieiro sobre outras culturas, sobretudo, as assim chamadas culturas alimentares.

Este traço marcante da atividade sucroenergética aponta no sentido de demonstrar a nova composição produtiva e territorial e respectivas tendências surgidas a partir da sucroenergia estabelecida no município. A relação entre o monocultivo canavieiro com a demografia rural é direta posto que essa atividade por seus padrões tecnológicos e políticas de expansão tende a impor redução de população em áreas rurais.

O ‘raio de ação⁸³’ da unidade de produção canavieira afeta modos e estilos de vida, rurais ou urbanos; modifica paisagens, altera conteúdos naturais, impõe dinâmicas integralmente novas às populações de maneira que o estilo original e bucólico tão característico das áreas rurais desaparece por completo. Essa é uma das razões do esvaziamento das áreas rurais de Itumbiara.

Concomitantemente, esse movimento, por suas próprias características redefine decisivamente o rural/urbano da cidade conferindo, sobretudo, às suas

⁸³ Nestes termos, Barreto e Júnior (2012: 49) citam que: “Partindo do pressuposto de que cada agroindústria canavieira implantada opera com a estratégia do ‘raio de ação’, apreende-se que existem municípios que têm abrigado canaviais de até três agroindústrias. Nesse viés, questionamos – quais os impactos que a implantação/expansão do capital canavieiro tem ocasionado para os municípios da região? Estes municípios têm arcado com os prejuízos que a expansão dessa lavoura ocasiona, mesmo não fazendo uso dos “possíveis benefícios” que estes garantem promover? Diante de tais questionamentos foi apreendido que a territorialização do capital canavieiro tem gerado impactos para a região, e que estes não se restringem apenas aos municípios em que estão instaladas as agroindústrias, vão além, abarcam todos aqueles que estão envolvidos em seu raio de ação. Os impactos/consequências têm atingido além dos municípios que abrigam a planta industrial, os municípios que abrigam os canaviais e a mão de obra contratada. [...]. O ‘raio de ação’, estabelecido estrategicamente pelo capital, inclui e impacta uma série de outros municípios que estão ao seu redor, seja por meio da implantação de canaviais ou pela contratação de mão de obra. Nesse caso, é importante esclarecer que o raio de ação, é um artifício, uma estratégia utilizada pelo capital canavieiro para demarcar seu território de implantação das unidades canavieiras e expansão dos canaviais, e assim estabelecer suas relações de poder, além disso, determinar quais serão municípios impactados pela respectiva agroindústria”. [BARRETO, Maria Joseli; JÚNIOR, Antônio Thomaz. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. Mundo do Trabalho; **Revista PEGADA**, vol. 13, no. 02, dezembro/2012].

áreas rurais, conformação e funcionalidade de tipos novos e alinhados ao expansionismo canavieiro local.

De acordo com Freire⁸⁴ (2013):

Na década de 1970 o município de Itumbiara era conhecido como referência no cultivo e produção de arroz em Goiás. Nos oitenta, com a chegada de uma grande empresa de processamento de soja e milho, a referência é mudada para o cultivo destes itens. Após perder grandes áreas agricultáveis com a emancipação de Cachoeira Dourada (1982) com 521 km² e Inaciolândia (1992) com 688 km², a cidade passa por uma estagnação na sua produção de milho, soja e algodão que havia ganhado espaço e por consequência, havia estimulado o surgimento de uma grande indústria de processamento na região. Na liderança na produção do arroz, na década de 1970, fora implantada a empresa *Cagigo*, produtora de farelo de arroz, óleo de arroz bruto, óleo refinado de arroz, sabão em barra e em pó. Nos anos oitenta, o milho era o produto mais colhido, fato que atraiu a *Produtos Alimentícios Caramuru* e que, até hoje, segue em atividade com o nome de *Caramuru Alimentos*, na produção de fubá, gérmen, canjica e farinha de milho. [...]. Pelo censo do IBGE (1980) o milho liderava a produção com mais de 122.000 toneladas, a soja mantinha os mesmos valores que a cana com cerca de 44.000 ton, enquanto a produção de algodão e arroz se equivaliam em torno de 21.000 toneladas. No início do século XXI, enquanto a produção do leite e também a criação do gado bovino se mantinham estáveis e foram mantidos para os últimos anos, mesmo fenômeno ocorreu com a produção da soja e do milho; fato diferente ocorreu, no entanto, com o cultivo do arroz, que praticamente não existe mais na região. Enquanto isso, a cana de açúcar ocupou quatro vezes mais áreas e multiplicou por seis a sua produção.

Este é fenômeno produtivo sem precedentes na história econômica de Goiás e de Itumbiara. Jamais houve uma cultura com as dimensões, valores e cifras como a representada pela cana-de-açúcar. Sua expressão e padrões de produção redefiniram a economia goiana, sua nova lógica de concentração e sua funcionalidade considerando ainda que este é movimento em curso e em plena operação.

Para Ferraz *et al.* (2013: 79):

Especificamente, para o Estado de Goiás os autores apresentaram valores de conversão de áreas agrícolas e áreas

⁸⁴ Fonte: FREIRE, Nilson. Disponível em: <<http://nilsonfreirenews.blogspot.com.br/2013/01/itumbiara-do-arroz-cana-de-acucar.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

com pastagem da ordem de 70% e 30% para o ano de 2007, e, 76% e 24% para o ano de 2008, respectivamente, indicando ter havido, ao contrário dos demais estados, uma intensificação da substituição das áreas com culturas agrícolas. Valores estes muito próximos dos determinados pelos índices de mudança de uso do solo do sistema de indicadores ora em apresentação. Destacaram, ainda, que MG e GO foram os estados onde o processo de expansão da cultura canavieira, no período estudado, foi mais intenso. Estudos mais localizados na mesorregião, Sul do Estado de Goiás, de interesse deste trabalho, também revelam a mesma tendência. Abdala e Castro (2010), analisando a evolução do uso do solo na Microrregião de Meia Ponte através de imagens de satélite *Landsat TM5*, observaram que no primeiro período (2000/2003), 31% da expansão canavieira ocorreu em áreas de culturas temporárias e 26% em áreas de pastagem. No segundo período (2003/2006) a composição da expansão canavieira foi de 28% sobre as áreas de cultura anual contra 18% de pastagem e, no terceiro período (2006/2009), 46% sobre áreas de cultura anual para 27% de pastagem. Os autores concluíram que o processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar se deu de forma localizada ocupando inicialmente os melhores solos antes ocupados com culturas anuais de grãos na porção sul e sudoeste da microrregião, onde a aptidão agrícola e a logística são muito mais favoráveis à atividade canavieira. As culturas anuais, por sua vez, se deslocaram para áreas de menor aptidão substituindo antigas pastagens no nordeste da mesma microrregião.

Desta maneira e, como consequência, a cana encetou um novo perfil demográfico e territorial. Desse cenário, o que desponta é uma conflagração de contextos e situações assimetricamente distribuídas onde as atividades que marcam e definem a existência rural e familiar, suas formas e estilos de vida na relação com a cidade, são significativamente transformadas.

No curto intervalo de dez anos, sobretudo, para padrões estaduais⁸⁵, houve expressiva transferência de populações das áreas rurais em direção à cidade. É

⁸⁵ As quinze cidades mais populosas de Goiás são: 15^a. Planaltina (88.178 habitantes); 14^a. Jataí (97.077 habitantes); 13^a. Catalão (100.590 habitantes); **12^a. Itumbiara (101.544 habitantes)** [grifo nosso]; 11^a. Senador Canedo (102.947 habitantes); 10^a. Novo Gama (108.410 habitantes); 9^a. Formosa (114.036 habitantes); 8^a. Trindade (119.385 habitantes); 7^a. Valparaíso de Goiás (156.419 habitantes); 6^a. Águas Lindas de Goiás (191.499 habitantes); 5^a. Luziânia (196.864 habitantes); 4^a. Rio Verde (212.237 habitantes); 3^a. Anápolis (370.875 habitantes); 2^a. Aparecida de Goiânia (532.135 habitantes); 1^a. Goiânia (1.448.639 habitantes). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2016. Fonte: Jornal **O Popular**. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/veja-quais-s%C3%A3o-as-cidades-mais-populosas-de-goi%C3%A1s-1.1140770>> Acesso em: 14 out 2017.

fenômeno decisivo para a identificação das dimensões e proporções da atividade econômica em ocorrência.

Acerca das assim chamadas migrações internas, Demétrio e Pereira (2014: 10) afirmam:

Identificam-se no país, segundo Elias e Pequeno (2007), diversas áreas nas quais a urbanização se relaciona diretamente ao surgimento do agronegócio, responsável pela aceleração tanto do processo de urbanização, quanto da produção de espaços urbanos não metropolitanos firmados graças a novos vínculos entre o campo e a cidade, os quais desempenham um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades médias e locais fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas circunstâncias, algumas das cidades próximas aos grandes complexos agroindustriais tiveram seu parque industrial, e também seu setor de serviços, configurado ao suprimento das principais demandas do agronegócio, como mão de obra, recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas e de assistência técnica (ELIAS e PEQUENO, 2007).

Se está a tratar de segmento que, a partir das características e dinâmicas do processo produtivo da cana, teve formas, estilos e possibilidades da vida no rural retiradas gradativamente pela expansão da cana e conduzido por consequência, às periferias e bairros mais distantes do centro de Itumbiara.

Segundo Rodrigues (2010: 15):

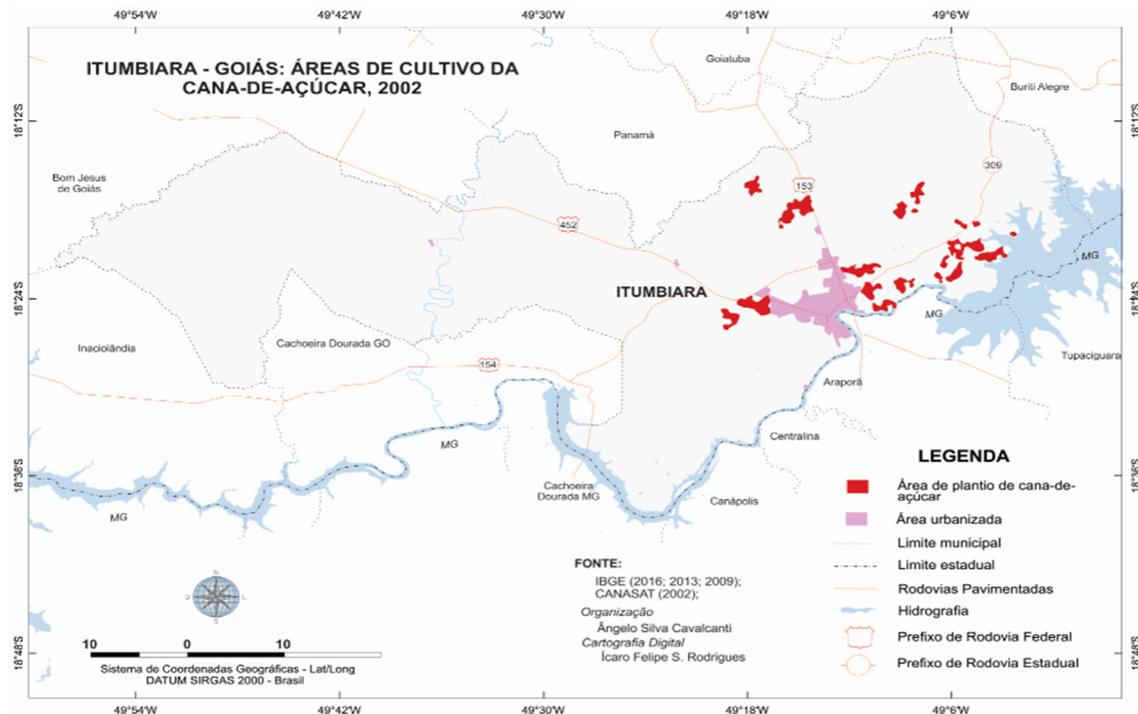
Nos dez anos do Proálcool foram investidos cerca de 16 bilhões de dólares em pesquisas genéticas para melhoria da cana-de-açúcar e gerados subsídios ao preço do álcool, além da compra de novas máquinas agrícolas com financiamento a juros baixos. Entretanto, após um período fértil para o setor sucroalcooleiro, a partir do ano de 1985 iniciou-se uma fase de crise no setor causada, principalmente, pela diminuição dos investimentos no Programa (LOPES, 1996). [...]. Contudo, da produção inicial incipiente de 600 milhões de litros de álcool, o Brasil atingiu 16,9 bilhões de litros no ano de 2006, tornando-se o único país do mundo a conseguir substituir, em larga escala, o consumo de gasolina por fonte renovável (ANDRADE & DINIZ, 2007). A produção mundial de álcool aproxima-se dos 40 bilhões de litros, dos quais cerca de 25 bilhões são utilizados para fins energéticos, sendo o Brasil responsável por 15 bilhões, quase 40% da produção mundial. Hoje mais de 80% do etanol produzido no Brasil é consumido pelo mercado interno. O país é também o maior exportador de etanol do mundo, sobretudo para os Estados Unidos e países membros da União Europeia, mas trata-

se ainda de um mercado relativamente pequeno e altamente volátil (ÚNICA, 2010).

Os efeitos da ampla política de estímulos e financiamentos da atividade sucroalcooleira produz impactos e efeitos objetivos em determinadas áreas do País; sobretudo, naquelas em condições de dispor de itens essenciais como terras férteis, água perene e extensa mão-de-obra para a cadeia produtiva da cana.

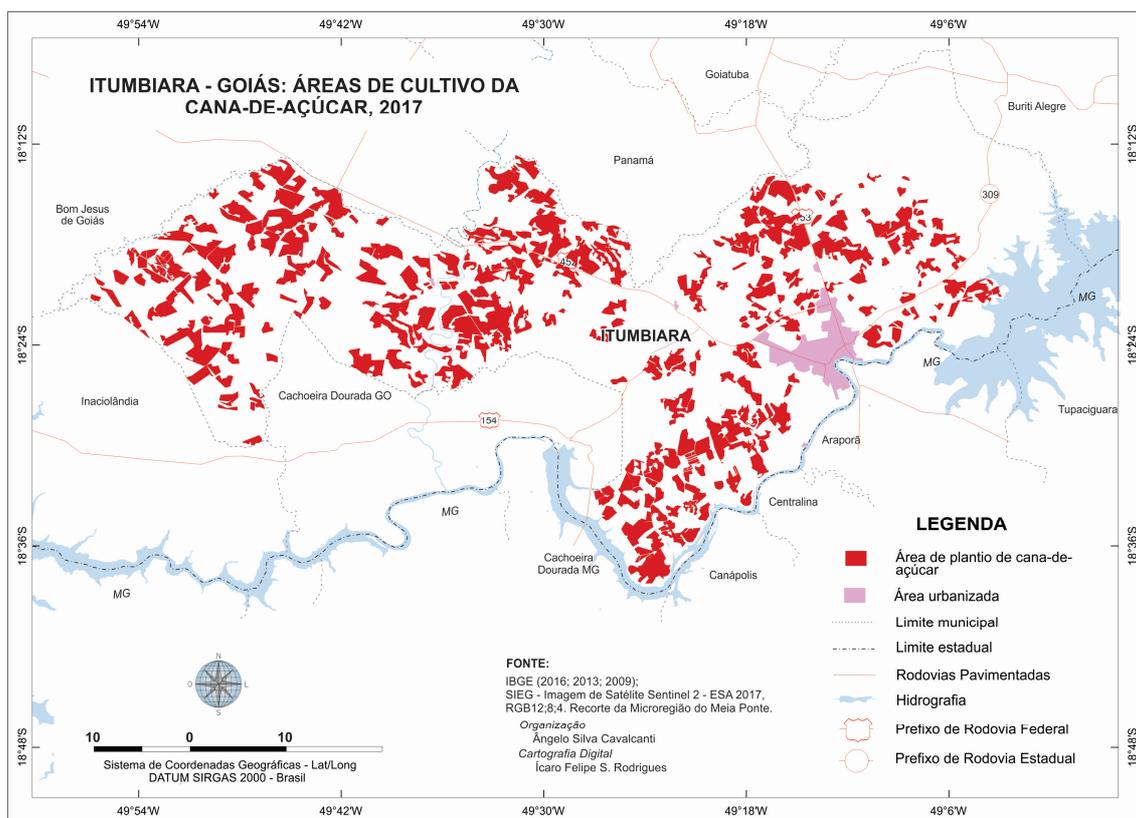
É um conjunto de relações, contextos e cenários que garante que a cana de Itumbiara (**Mapas 03 e 04**) siga em um crescendo, em fina sintonia com políticas fiscais, creditícias e ambientais e que são conferidas ao grande agronegócio. Desta forma, uma territorialização distinta vai sendo constituída a cada pacote governamental de fomento e estímulo ao setor.

Mapa 03 – Áreas de plantio de cana em Itumbiara, 2002



Org. CAVALCANTE, Ângelo. Sistematização: Igor Felipe Rodrigues. 2018.

Mapa 04 – Áreas de plantio de cana em Itumbiara, 2016



Org. CAVALCANTE, Ângelo. Sistematização: Igor Felipe Rodrigues. 2018.

São bastante conhecidos os impactos e implicações ambientais da produção canavieira⁸⁶; seus efeitos sobre a produção de alimentos e as notáveis

⁸⁶ De acordo com Habbib e Machado: O expressivo crescimento da produção de cana-de-açúcar, no Brasil, nas últimas décadas, tem determinado importantes mudanças no que se refere ao aspecto agroambiental. Os números do setor canavieiro impressionam pela grande extensão da área cultivada. A cana-de-açúcar ocupa hoje por volta de 6 a 6,5 milhões de *ha* de terras, o equivalente a 1,5 % dos solos cultivados do Brasil, caracterizando um sistema de monocultivo que tem especial significado econômico e social para o país. Um levantamento da oferta de cana-de-açúcar no mundo, referente ao período 1990-2000 (FAO e IBGE), consolida o Brasil e a Índia como líderes da produção. O país produz por volta de 370 milhões de tonelada de cana por ano, o que equivale a 27 % da produção mundial. Nos últimos 5 anos o mercado cresceu, seguidamente, 10 % ao ano, exigindo, dessa forma, planejamentos estratégicos e mudanças de tecnologia para garantir uma alta produtividade, competitividade e harmonia com as questões ambientais. Em média, 55 % da cana brasileira é convertida em álcool e 45 % em açúcar. As receitas em divisas estão variando entre US\$ 1,5 a 1,8 bilhões por ano, representando cerca de 3,5 % do total das exportações brasileira. O estado de São Paulo é o maior produtor com uma área de, aproximadamente, 3 milhões de *ha*, envolvendo mais de 350 municípios que são considerados canavieiros. Essa atividade empregou diretamente 235 mil trabalhadores na safra 99/2000 e por volta de 80 mil na agroindústria do açúcar, álcool e aguardente, totalizando 315 mil pessoas ocupadas nessa atividade. [HABIB, Mohamed; MACHADO, Laerte Antônio. **Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.infobibos.com/artigos/2009_2/cana/index.htm>. Acesso em: 16 abr. 2018].

alterações causadas no rural/urbano dos municípios e, sobretudo, na já muito desigual relação capital/trabalho⁸⁷.

Os trabalhos de Elias (1996); Mançano (2001); Thomaz Júnior (2002); Fabrini e Paulino (2008); Oliveira (2008); Vicente Ribeiro (2010); Pietrafesa (2012); Simões de Castro (2013); Paraíso (2014), dentre outros, demonstram de forma histórico-crítica as problemáticas humanas e espaço-temporais advindas da produção canavieira, bem como os condicionantes ambientais impostos no curto/médio prazo.

Carvalho (2008: 38) afirma:

Segundo Ferraz (2000), as consequências da expansão da cultura canavieira no país levaram à concentração de posse da terra, pela compra e/ou incorporação de terras de pequenos e médios produtores às grandes propriedades, pelo choque sociocultural, devido à “expulsão” de agricultores familiares para a cidade ou pelo deslocamento de trabalhadores no período da safra. Somam-se também os transtornos decorrentes da sazonalidade da mão-de-obra, tanto para os trabalhadores quanto para as comunidades locais que recebiam os trabalhadores temporários. No estado da Paraíba, Novais (1988) afirma que a expansão da lavoura canavieira resultou na expulsão de agricultores que se dedicavam às culturas alimentares, especialmente os segmentos compostos de moradores, arrendatários, foreiros e posseiros. Além disso, a expansão da cana na região não propiciou aos seus trabalhadores nenhum tipo de estabilidade decorrente da incorporação de direitos trabalhistas básicos. *Adissi & Spagnul* (2000) ressaltam que, nos estados nordestinos, a ocupação dos tabuleiros litorâneos pela cultura canavieira, no início do PROALCOOL, desencadeou grandes conflitos pela posse e uso da terra. Elias (2003) afirma que, na região de Ribeirão Preto – SP, centenas de agricultores familiares não resistiram às pressões econômicas e venderam suas terras às agroindústrias canavieiras, abrindo espaço para a implementação de grandes fazendas canavieiras.

⁸⁷ Segundo Souza (2013: 120): A configuração predominante na atualidade no mundo do trabalho canavieiro foi bastante beneficiada pelos acontecimentos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, momento em que ocorre a intensificação da mecanização das atividades produtivas no campo, da concentração fundiária e expulsão em massa dos trabalhadores de sua unidade de produção, mudanças estas que ocorreram no âmbito de um processo que aprofundou a subjugação da terra e do trabalho ao capital. Nesse contexto, Oliveira (2004, p.21) aponta que, [...] a expansão da agroindústria açucareira se fez a partir da mudança de base social da produção, pois é com essa expansão que o trabalhador temporário ganha expressão no conjunto da força de trabalho no campo. Pois agora o capitalista já não precisa manter (pagar) o trabalhador no chamado período de entressafra, quando a produção praticamente cessa. O trabalhador temporário é aquilo que Marx chamou de *trabalhador nu*, desprovido dos instrumentos da produção, que apenas dispõe da sua força de trabalho para vendê-la no mercado, resultando, dessa venda, a garantia (ou não) da sua reprodução [...]. [SOUZA, Marco Antônio de. O mundo do trabalho dos “homens de vida amarga e dura” nas “usinas escuras” do agronegócio canavieiro no norte do Paraná: notas para um debate. **Revista Pegada**, v. 14, no. 02, Dez/2013].

Cumprir entender o que é e o que representa do ponto de vista da municipalidade esse novo campesinato⁸⁸, suburbanizado, suas marcas mais determinantes, as expressões locais dessa lógica e a maneira como externaliza seu modo e maneira de ser presença no espaço da cidade.

3.2. Periferia urbana: locus dos desterritorializados da cana

Eu vou ficando por aqui

Que Deus do céu me ajude

Quem sai da terra natal

Em outros cantos não para.

[*Último pau de arara*. Luís Gonzaga, 1952]

É inadequado e, de certa forma, não é explicativa a narrativa *per si*, da migração de milhares de camponeses residentes e viventes nas áreas rurais de Itumbiara para seus entornos urbanos como consequência imediata da implantação e expansão canavieira.

⁸⁸ Para Silva (2013: 179): Alguns autores defendem que a formação de um campesinato no Brasil é resultado dos resquícios feudais que chegaram ao campo no país, principalmente, via colonização portuguesa (GUIMARÃES, 1989). Já outros autores interpretam que o campesinato brasileiro não possui nenhum resquício do feudalismo europeu e, portanto, é resultante de um processo histórico de formação, criação e recriação do camponês (GORENDER, 1994). Um fato é certo, não se tem no país um camponês clássico, como aquele que surgiu na Europa, mas existe um camponês que se formou a partir daqueles que já viviam na e da terra, da importação do negro escravo africano, do imigrante expropriado dos meios de produção em seus países e da mistura desses povos. Há uma enorme variação de camponeses no país, em diversas regiões, e cada um deles guarda as relações de produção e reprodução com a terra, mesmo quando não possui o domínio sobre ela. O que importa é que tais camponeses estão existindo, resistindo e, muitas vezes, até reexistindo, sempre na luta pela propriedade da terra e pela sua manutenção nela. O camponês no Brasil, assim como o camponês clássico ou de outros países, além de manter relações indiretas com a terra – plantio, cultivo e colheita – ainda extrai, diretamente, tudo que ela produz: argila, madeira, frutos nativos, palhas e demais fibras para artesanato e confecção de utensílios domésticos etc. Assim como foi registrado por Kautsky (1972), a família camponesa dispunha ou se bastava daquilo que era necessário à sua subsistência (não se limita o termo subsistência apenas ao que é produzido para o consumo, mas compreende também a geração de um excedente). Havia, portanto, uma relação intrínseca com a natureza. [SILVA, Marcos Nicolau Santos da. O pequi e os saberes locais dos camponeses do sertão mineiro. **Ateliê Geográfico**. Universidade Federal de Goiás/Instituto de Estudos Socioambientais. V. 7, n. 1, abril/2013].

A explicação do fenômeno a envolver a ocupação canavieira com sua organicidade público e privada, concentradora e uniformizadora e consequente expulsão de lavas e lavas de pessoas para os arrabaldes e periferias da cidade é de fato, a afirmação de notória relação de causa e efeito.

No entanto, esta dimensão ou *sub*-dimensão do complexo sucroenergético pode ser interpretada a partir de duas perspectivas fundamentais, quais sejam: i) a manutenção de um padrão de desenvolvimento típico de regiões periféricas como Goiás e o Brasil; ii) e a reafirmação incisiva e categórica, por conseguinte, do próprio País na prevalecente divisão internacional do trabalho⁸⁹.

A expulsão do campesinato de suas terras em função, sobretudo, da impossibilidade de produzir a própria vida em um campo submetido aos rigores e enquadramentos da agricultura empresarial torna homens e mulheres do campo sujeitos distintos a serem compreendidos a partir dos novos espaços e territórios, sobretudo, políticos e que passarão a ocupar.

Certamente, a produção destes desterritorializados será um dos mais marcantes dramas e que passará a definir centralmente as ruralidades contemporâneas do Brasil.

Resistente ao amplo processo de transformação territorial a partir das monoculturas implantadas ao longo do tempo em Goiás e em Itumbiara, o

⁸⁹ Segundo Elias (2006): No início de um novo milênio, vive-se uma quebra dos principais paradigmas da relação homem-natureza e reforçam-se os questionamentos sobre a viabilidade do modelo de agricultura adotado no Brasil com o advento da globalização. Nenhum outro modelo promoveu tanta pobreza, desigualdades e degradação ambiental em tão pouco tempo; nenhum provocou uma crise de tantas magnitudes, no campo e nas cidades, a evidenciar a associação entre crescimento econômico e deterioração da situação social e ambiental, com o agravamento das contradições. As transformações da produção agropecuária e do espaço agrícola brasileiros se processaram de forma socialmente e espacialmente seletivas, ao preço de pesados custos sociais e que só vingou pelo amplo amparo do Estado, o qual manteve intocável algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do crescimento econômico voltado para a equidade social e territorial, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais brasileiras. Com o acirramento da economia globalizada e a reestruturação do sistema produtivo, há uma eclosão de movimentos sociais, e criam-se novas *solidariedades orgânicas* (Santos, 1988, 2000), em contraposição aos instrumentos de administração internacional da agropecuária científica globalizada. [...]. [ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona. Vol. X, no. 218, 01/08/2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017].

campesinato local⁹⁰ lutou por afirmar e manter suas formas de vida e entre erros e acertos, buscou se reinventar, sobretudo, a partir do bairro, da periferia, da alquebrada do seu lugar.

De acordo com Lopes Silva (2015: 41):

As evidências analisadas na imprensa local demonstram que na cidade de Itumbiara o poder público busca definir memórias/histórias que devem se perpetuar na cidade, camuflando tensões sociais sofridas no cotidiano de morar e trabalhar dos sujeitos, construindo um ideário de harmonia e conquista, uma utopia vivida pela população. No entanto, ao interpretar as vivências e experiências dos trabalhadores da cana, observamos que eles expressam em suas narrativas as contradições, as disputas na sociedade, demonstrando as circunstâncias que os colocaram naquela condição de vida, abrindo novos horizontes para construir história diante das aspirações vividas pelos sujeitos. Torna-se evidente que esses trabalhadores, ao narrarem seu processo de chegada e sua manutenção na cidade de Itumbiara, destacam sua percepção das vivências e transformações que ocorriam não apenas no urbanístico da cidade, mas em suas vidas, pois passam a viver em um local com hábitos, costumes, valores e crenças diferentes das que tinham em seu local de origem, assim não enfrentaram apenas dificuldades para morar/viver em uma cidade estranha, mas foi necessário (re) elaborar seus modos de vida em razão das dificuldades que enfrentavam e que os condicionaram a buscar outra cidade para viver.

⁹⁰ São pertinentes os relatos de Firmino e Martins sobre os camponeses de Itumbiara na luta pela terra. Afirmam (2016: 05): “O Assentamento Olga Benário foi criado a partir da desapropriação da Fazenda Ouro Verde, com área total de 4.322 ha. [...]. O Assentamento está localizado a 211 km da capital do Estado de Goiás e 11 km da cidade de Ipameri, à margem esquerda da GO 213, sentido Ipameri (GO) – Campo Alegre de Goiás (GO). É composto por oitenta e cinco famílias. A maioria dos assentados é oriunda do Estado de Goiás e viviam em acampamentos até chegarem ao Assentamento Olga Benário. Foram vários anos vivendo em acampamentos. Aqueles camponeses lutaram pela terra, mesmo sendo terra distante daquelas onde viviam com seus familiares e de onde foram expulsos um dia. No município de Jussara (GO), um grupo composto por sete trabalhadores estava acampado naquele lugar a aproximadamente quatro anos. Foram para Goiânia (GO), para se juntarem aos companheiros que já estavam no pátio do INCRA. Outro grupo formado por quatro camponeses esteve acampado no município de Caldas Novas (GO), próximo ao Rio Corumbá, no Acampamento João do Vale e deslocou-se para o Acampamento Antônio Conselheiro, no município de Catalão, permanecendo até 2004. Após esse tempo, os componentes do acampamento Antônio Conselheiro seguiram para Ipameri. Outros dois camponeses saíram do município de Itumbiara (GO) e vieram para o Acampamento em Ipameri. Dois camponeses seguiram caminho vindo do município de Jaupaci (GO) para acampar em Ipameri. [...]. Os municípios de Rio Verde, **Itumbiara** [grifo nosso], Varjão e Bela Vista de Goiás, todos pertencentes ao estado de Goiás [...], serviram de ponto de partida de vários trabalhadores que seguiram em direção a outros acampamentos também no interior do estado.” [FIRMINO, Waldivino Gomes; MARTINS, Priscila Gomes. De onde partiram, por onde andaram: a trajetória dos trabalhadores do assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís/MA, 2016].

O fato das terras goianas terem sido, desde a fundação da *Província dos Goyazes*, fruto do abuso, da apropriação, da especulação e da luta pela posse revela o lugar da resistência popular no processo de definição das terras, limites e fronteiras de Goiás. Nessa consonância, expedientes como a grilagem e já tratada anteriormente, sempre fora elemento decisivo para a caracterização fundiária de Goiás.

É traço e reflexo ontogenético da própria historicidade geográfica de Goiás e de Itumbiara⁹¹ e que por processos evidentes ou não, objetivos ou subjetivos é transferido e replicado para todos os níveis, dimensões e estratos da organização espaço-territorial do Estado e de suas cidades. A organizar ou reformar o urbano de qualquer cidade goiana é notadamente, o empenho administrativo que se opõe a uma tradição que remonta a própria constituição de Goiás.

Desta forma, a periferia da cidade é parte objetiva e por consequência, componente nevrálgico da questão agrária brasileira; nesse sentido e visando demonstrar especificidades territoriais de Itumbiara, ocorre que a separação automática do rural e do urbano da realidade local sem filtros metodológicos bastante bem definidos redundam por conseguinte, em notório fracasso analítico e interpretativo⁹². Neste contexto, a forma como as populações das periferias se

⁹¹ É de Marx (1997: 21) o enunciado que afirma: “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada”. [MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997].

⁹² Essa visão rural/urbana de simplismo evidente fora erigida ainda no Estado Novo por intermédio do Decreto-Lei no. 311/38 e da assinatura do Presidente Vargas que definiu o assim chamado “grau de urbanização correspondente”. Trata-se de um esquema de tarifas onde densidades ou ajuntamentos populacionais são calculados e, a partir desta ou daquela tarifa ou percentual de pessoas em determinado ajuntamento e que se converte automaticamente, ou não, em área urbana. Um anacronismo sem sentido, razão e que, curiosamente permanece imperativo para os dias que correm. Para Marcuzzo e Ramos (2004: 04): “O próprio Estatuto da Cidade, instituído por meio da Lei Federal n. 10.287, de 10 de julho de 2001, que veio para estabelecer normas e a regulamentação do processo de gestão urbana das cidades brasileiras, embora tenha trazido contribuições significativas para a atenuação dos problemas vividos nas cidades, deixou para trás a definição do que deve ser entendido por cidade [...]. A partir desta metodologia referenciada é que organizações brasileiras, como o IBGE por exemplo, afirmam que o Brasil teria atingido no ano de 2000, um grau de urbanização de 81,2%. As limitações são tantas nesta metodologia que a sede do Município de União da Serra, localizado no Rio Grande do Sul, foi considerada urbana pelo censo de 2000, mesmo com a existência de apenas 18 habitantes. Veja, neste sentido enfatiza: A distorção chega a tal ponto que mesmo populações indígenas ou guardas florestais de áreas de preservação são considerados urbanos caso suas ocas ou palhoças estejam no interior do perímetro de alguma sede municipal ou distrital. São inúmeros os casos de

encontram, os trabalhos que realizam, a sociabilidade estável/instável cerzida entre a insuficiência material, os riscos da fome e a insegurança representam, isto sim, outra face da questão agrária.

Essa periferia sujeitada e submissa às expansivas da cana é a mesma que materializa e expressa aberta ou sub-repticiamente, traços e saberes camponeses e ancestrais; é o *locus* privilegiado da reinvenção do campesinato; espaço das novas possibilidades daqueles que não possuem mais a terra, dos desterrados, despossuídos de suas vidas originais e dos seus modos fundantes de existência.

É justamente ali que uma espécie de ‘alquimia societária’ se dá onde o homem do campo, seus filhos, netos e sua descendência ensaia e pratica formas novas de inserção na cidade. A periferia é deste modo, a porta de entrada do campesinato ao mundo das urbanidades.

São bastante curiosos os esforços enredados por esse campesinato desterritorializado; historicamente ignorado pelo *modus* predominante de desenvolvimento e todo ele, centrado no grande agronegócio, na concentração fundiária e que por conseguinte caracteriza o rural da cidade.

Justamente por isso, esse campesinato refaz constantemente seu ser/estar na cidade para, por fim, garantir reprodução e continuidade para a própria existência. Esse tem sido fundamentalmente, o persistente movimento desses desterritorializados⁹³ do campo e *re*-territorializados urbanos.

população irrisória e ínfima densidade demográfica, mas com altíssimo grau de urbanização. (2000, p. 66)”. [MARCUIZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. II **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul/RS, setembro/2004].

⁹³ Para Borges e Calaça (2007: 04): Ao se aventurar em uma discussão sobre o termo *desterritorialização*, se faz necessário uma melhor clareza, rem face da sua grande complexidade, pois não se trata como afirma Haesbaert (2004, p. 143), simplesmente da outra metade da dinâmica da territorialização. Na verdade o termo *desterritorialização* é envolto de significados, que se expressam na simbologia estética da paisagem de um território, no ato de sua refuncionalização, assim como na *psique* do indivíduo ou grupo social envolvido neste processo. [...]. Diante da ideia já expressa de *desterritorialização*, o território aparece como o lugar, espaço físico e social, do domínio dos modos de vida que, ao sofrerem mudanças apresentam situações propícias ao movimento migratório, e consequentemente, acarretam na perda da identidade do lugar e do sujeito. Essas mudanças são promovidas por uma conjuntura, na qual o Estado aparece como regente do território, redefinindo e reorientando o uso do mesmo. [BORGES, Júlio César Pereira; CALAÇA, Manuel. Desterritorialização: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás. X **ERECEO, Simpósio Regional de Geografia**. Abordagens

É decisiva a interpretação e demonstração dos novos fazeres históricos, fazeres, por conseguinte, territoriais, desses camponeses nas periferias da cidade sob condições das mais difíceis, destituídos dos códigos e mecanismos de inserção societárias essenciais e, na própria tradição convival e relacional brasileira, bastante estigmatizados pelos hábitos e costumes advindos ainda de seus mundos rurais e originais.

Esse persistente fazer histórico por pertencer; singular na relação desses sujeitos com seus novos espaços o que lhes exige novas interações culturais, políticas e estéticas representa e implica na própria feitura e ativação do movimento de territorialização e assumido, conscientemente ou não, por essas pessoas.

Para Hespanhol e Moreira (2007: 57):

No que concerne à relação entre os produtores rurais e o lugar em que vivem, Alves (2004, p. 204) menciona que a escala da comunidade permite entender os elos de sociabilidade entre os moradores. “O lugar é tido como a base da vida cotidiana e da sociabilidade entre as pessoas”. O sentimento de pertencimento ao lugar está relacionado ao trabalho acessório, às formas de solidariedade, às atividades lúdico-religiosas, às relações de parentesco e vizinhança e à perspectiva dos filhos em continuar na propriedade e na agricultura. O bairro rural como o lugar da vida cotidiana, da relação de vizinhança, da identidade e das formas de solidariedade religiosa possibilita entender a relação dialética do tradicional e do moderno. A adaptação e a substituição de antigos comportamentos, atividades e costumes, como o uso do telefone, dos eletrodomésticos e dos automóveis, convivem numa relação concomitante e dialética entre os aspectos tradicionais, principalmente presente nas manifestações religiosas. As relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar refletem o apego e a identidade ao lugar. A terra constitui-se o aspecto primordial da relação entre os indivíduos e o lugar, pois é o principal meio de trabalho e sobrevivência da família.

A capacidade ou possibilidade de fazer história a partir do auto-invento não pode ser compreendida como algo de menor relevância, ao contrário, a sensibilidade ou percepção individual e coletiva acerca da autoimagem e dos

geográficas do Cerrado: paisagens e diversidades. Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Catalão, setembro/2007].

novos papéis a serem assumidos na cidade é *conditio* para a inserção na suburbanidade e por conseguinte, para a própria refeitura da periferia.

As possibilidades do território imediato em que se está imerso é o sujeito da reinvenção. Se o território da qual se é parte não oferecer vias, caminhos para o indivíduo ou grupo a refundação pessoal e coletiva não se dá e a reconstrução do pertencimento, da mesma maneira, não se realiza.

Para os específicos de Itumbiara, suas periferias desarranjadas tem apresentado movimentos de resistência⁹⁴. Não são as políticas ambientais criadas pela prefeitura municipal ou pela câmara de vereadores os impeditivos a inibir ou mitigar o avanço da cana sobre a cidade, mesmo porque essas políticas inexistem; diferentemente do que se verifica, são as lutas dos ‘periféricos’, daqueles que ao seu modo e intensidade tem garantido algum limite para a cana e sua força centrípeta.

Esse é, por exemplo, o caso do movimento *Dignidade e Moradia*⁹⁵ (**Fotos 26 a 33**) que tem empreendido lutas locais pela realização do direito da moradia para milhares de famílias⁹⁶. Essa iniciativa diz respeito a uma articulação de

⁹⁴ A esse respeito, Scherer e Soares (2010: 08) afirmam: Uma ideia de Haesbaert apresentada por Ueda diz que “hoje o território é mais do que nunca movimentos, ritmos, fluxos e redes. Não mais se trata de um movimento qualquer ou um movimento de feições meramente funcionais, ele é também um movimento dotado de significados, de expressividade, isto é, que tem um determinado significado para quem constrói e/ou para quem usufrui dele. (Ueda, 2008. p.80). [...]. Até o momento fica nossa reflexão no seguinte aspecto: Ocupar comporta sentidos, que buscam nos significados internos de cada movimento no espaço/território, usar estes significados com projeção externa (do local ocupado) para cada vez mais se ampliar e apoderar-se do espaço com ressignificação condicionada pela territorialidade. O sentido do significado interno ao qual falamos, acreditamos ser a produção de representações do espaço. [SCHERER, Maurício de Freitas; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Movimentos sociais na produção e reprodução do espaço urbano de Santa Maria (RS). **XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)/AGB**. Porto Alegre, 2010]

⁹⁵ A Associação Habitacional Movimento Dignidade e Moradia (AHMDM) é entidade civil, instituída oficialmente em 16 de março de 2017 com o objetivo de lutar pelo cumprimento do direito fundamental da moradia para todas as pessoas da cidade de Itumbiara e que não possuem habitação digna. Sua sede fica no Jardim Leonora, Rua 104, no. 101, sala 01. CEP 75.534-180, Itumbiara/Goiás.

⁹⁶ Segundo Batista (2014: 52): A atual territorialização hegemônica do capital ocorre essencialmente pelo domínio das relações econômicas de produção capitalistas, da política e da ideologia. Este processo não é novo, mas encontra novas formas e configurações. Desde a acumulação primitiva de capital o sistema expropriou terra e território de diversos grupos do campo num processo de desterritorialização. Quando não diretamente expropriando, em diferentes circunstâncias, subsumiu camponeses e comunidades tradicionais à lógica do grande capital, para assim reproduzi-lo. Este processo marca um novo momento histórico dos conflitos territoriais causados pelo capital no campo e cuja resposta são processos de resistência e de luta contra-hegemônica. Fruto das contradições do desenvolvimento desta política econômica, do

pessoas vindas, sobretudo, dos rurais de Goiás e de Minas Gerais e que, como estratégia política, passaram a ocupar áreas em Itumbiara.

Foto 26 – Acampamento ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Novembro/2016 I



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Nov/2017.

Foto 27 – Acampamento ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Novembro/2016 II



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

capital, forjaram-se historicamente diferentes organizações e movimentos sociais. [BATISTA, Andréa Francine. A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina Sudamérica. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, no. 24, jan.-jun. 2014].

Foto 28 – Acampamento ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Novembro/2016 III



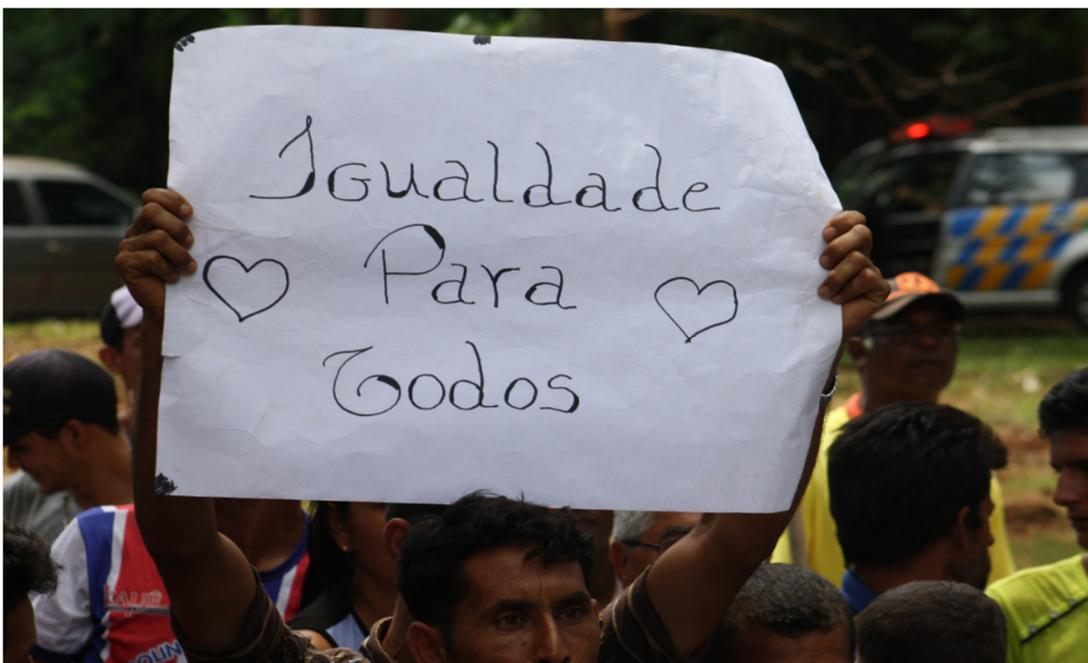
Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

Foto 29 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 I



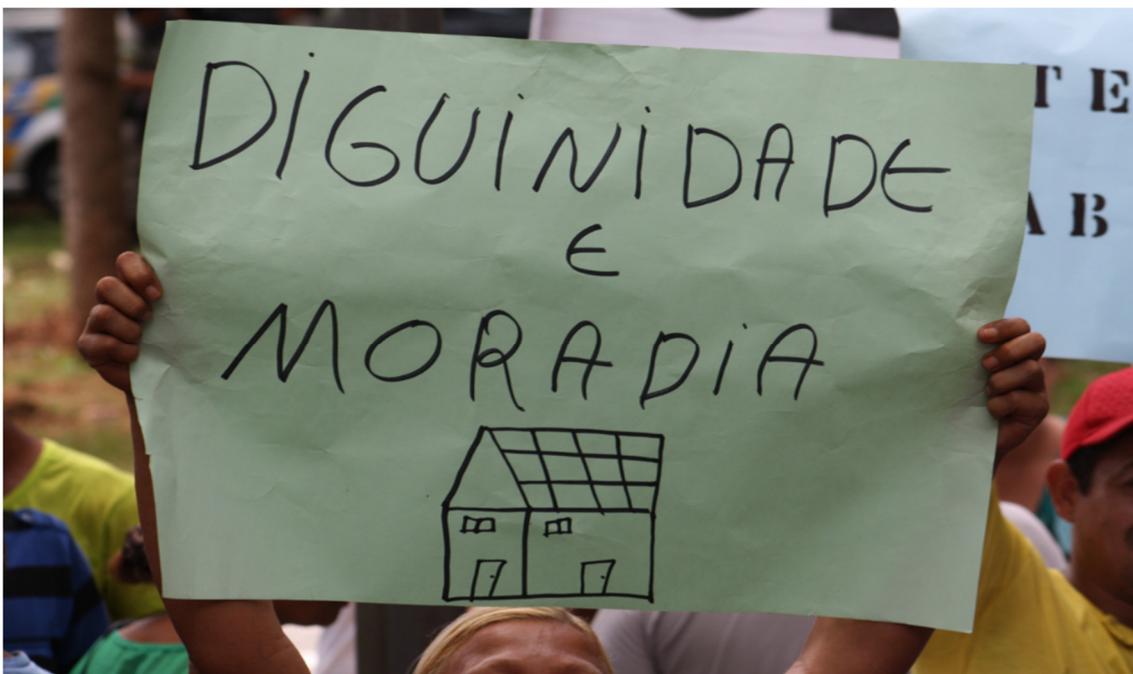
Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

Foto 30 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 II



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

Foto 31 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 III



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

Foto 32 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 IV



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

Foto 33 – Mobilização ‘Dignidade e Moradia’. Itumbiara, Maio/2017 V



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2017.

Dessa maneira e identificando que a totalidade da cana não implica em homogeneidade absoluta mas que, ao contrário, enceta e sugere movimentos e manifestações correlatas e contrárias é preciso reconhecer que o chão urbano/rural da municipalidade é o foco das convergências e divergências das lutas e manifestações.

É necessário considerar ainda que ‘os contrários da cana’ surgem e se afirmam continuamente e cada vez mais sob o viés político, ou seja, as respostas que grupos e segmentos sociais⁹⁷ apresentam ao peso econômico do complexo canavieiro operante nos limites de Itumbiara são essencialmente políticas.

3.3. A disciplina da cana e o enquadramento da cidade

Pra misturar meia noite meio dia
E enfim saber que cantaria a cantoria
Que há tanto tempo queria
A canção do bem querer

[*Estado de Poesia*. Chico César, 2015]

O espaço produzido e em permanente processo de produção⁹⁸ é impregnado de valores, juízos e intenções. Estes valores, juízos e intenções estão

⁹⁷ Nesse amplo rol de ‘resistentes’ ao movimento da cana se pode citar também e por exemplo, a Associação de Aquicultura e Pesca de Itumbiara (API) e a Cooperativa de Pesca, Aquicultura e Agricultura Familiar de Goiás (COOPESGO), entidades locais e que tem assumido a cada dia um necessário discurso ambiental de preservação dos rios, córregos e mananciais locais e regionais para a realização, enfim, das próprias atividades.

⁹⁸ Para Rocha (2008: 131): “O espaço não está atualmente em evidência como nas décadas passadas, quando era colocado como categoria preponderante nas monografias geográficas. Esta preeminência surgiu a partir da década de 1960, quando um grande movimento de renovação passou a ser construído. A Geografia tradicional que identificava a região e a paisagem como principais categorias, passou a ser questionada, pois não apresentava elementos necessários para a análise de uma sociedade repleta de contradições econômicas e sociais. O paradigma materialista tornou-se hegemônico. Surge a Geografia Crítica apresentando a discussão do espaço como seu elemento norteador. Em fins dos anos 1980, novos padrões são estabelecidos. Com a Geografia humanista, o território, a paisagem e o lugar tornam-se novamente categorias relevantes. Entretanto, é imperativo que se esclareça a importância da espacialidade para a Geografia. Como uma das principais categorias geográficas, deve ser considerada de importância fundamental. Milton Santos (1994) define-a como essencial, pois concentra a materialidade onde a natureza se transforma, em seu todo de forma produtiva. O lugar, identificado como outra categoria básica individualiza as metamorfoses da natureza, construindo diferenças espaciais, portadoras em sua essência, das diferenças geográficas. Há uma multiplicidade indefinida de

nas formas como são organizados espaços urbanos ou rurais; como áreas rurais são estruturadas ou distribuídas; na arquitetura predominante nas cidades, em seus significados, em sua estética ou ainda na qualidade incipiente dos conjuntos ou habitações populares.

Para Mondardo (2010: 196):

Lefebvre menciona que existem vários métodos e abordagens no que concerne ao espaço, e isso em diferentes níveis de reflexão, de recorte da realidade. Para ele, por exemplo, pode-se estudar o espaço percebido, isto é, aquele da percepção comum à escala do indivíduo e de seu grupo, a família, a vizinhança, aí compreendendo o que se chama de ambiente. Uma das hipóteses levantadas é aquela que concebe o espaço como resultado do trabalho e da divisão do trabalho, pois ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, sendo portanto funcional de acordo com um conjunto ou setor de atividade. O espaço é, amiúde, o objetivo, ou melhor, a objetivação do social, das relações que a sociedade materializa a partir de uma intencionalidade. Por isso, para o autor, o espaço tornou-se instrumental. Lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam, o espaço deixou de ser neutro, geográfica e geometricamente, há muito tempo. Logo, o espaço não é neutro e nem inofensivo; pelo contrário, está – como considera Lefebvre – sendo cada vez mais instrumentalizado, ganhando novas formas, conteúdos e significados para se tornar estratégico, dotado de intencionalidades para ser utilizado como meio para se atingir a “dominação”. O espaço produzido é, portanto, o espaço projetado.

Não há poder⁹⁹ sem espacialidade; e da mesma forma, não há espaço destituído de poder. Nesse sentido, o poder se expressa, se concretiza no espaço

espaços, tendências e concepções oriundas de escolas geográficas distintas, produzida por visões de mundo diferenciadas. Segundo o autor, esta variedade de conceitos pode apresentar instrumentos adequados de análise do real, se definir princípios com coerência interna, harmoniosos e que possam dialogar entre si. O processo analítico necessita de coesão interna expressa por intermédio de paradigmas teóricos pré-estabelecidos.” [ROCHA, José Carlos. **Diálogo entre as categorias da Geografia: Espaço, Território e Paisagem. Caminhos de Geografia**, Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia. Uberlândia (MG), v. 09, n. 27, set/2008].

⁹⁹ Para Ratts e Souza (2009: 112): “O poder exercido pelo Estado e instituições é mais fácil de se ver e agir sobre ele, já que é explícito e propagador de normas e leis que ‘devem’ ser seguidas pela população dominada. Já o poder presente no cotidiano é aquele que não se vê e representa perigo. Conforme Foucault (2001) a análise sobre o poder não pode se ater unicamente à análise dos aparelhos do Estado, visto que ele passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um é titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. Tal categoria não corresponde, portanto, somente a um mecanismo político, já que adentra o campo social. O poder, em suma, é parte intrínseca de toda relação, é o alicerce móvel das relações de força que “induzem

e em todos os seus conteúdos. Em tal conformidade, o fenômeno da cana, em seu estatuto de ampla inversão econômica e geradora por consequência, de potência econômica, garante forma para padrões singulares de poder; poder original, totalizante, dialógico, quase imperceptível e que viabiliza atualizações para o seu funcionamento.

Como é da dinâmica dos seus acontecimentos, o complexo sucroenergético é produtor, sobretudo, e decisivamente, de uma forma de consciência de tipo próprio; um sistema mental coerente, lógico, articulado e efetivamente ideológico que permite unidade, conformação comportamental, e principalmente política, a fim de legitimação e consenso para o padrão de territorialidade em que se estabelece.

É da moderna atividade sucroenergética produzir interfaces com a própria vida cotidiana de maneira que ao integrar-se ativamente ao cotidiano lhe impõe alterações, influências e horizontes.

Para Pais (2003: 28):

O cotidiano – costuma dizer-se – é o que se passa todos os dias: no cotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar. Mas só interrogando as modalidades através das quais se passa o cotidiano – modalidades que caracterizam ou representam a vida passante do cotidiano – nos damos conta de que é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, no “nada de novo” do cotidiano, que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a sua própria rotura. [...]. O que se passa no cotidiano é “rotina”, costuma dizer-se. A ideia de rotina é próxima da de quotidianidade e expressa o hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, por recurso a práticas constantemente adversas à inovação. É certo que, considerado do ponto de vista da sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades.

sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. O poder se manifesta por ocasião da relação. [...] O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p.52-53). [RATTS, Alecsandro José Prudêncio; SOUZA, Lorena Francisco de. Espaço, cultura e poder: gênero e raça em análise na geografia. **Ateliê Geográfico**, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)/Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009].

Desta feita, a monocultura cria suas próprias rotinas. Não só em suas áreas rurais mas também nos urbanos imediatos. Neste sentido, não há rotina sem disciplina. Ao fim, a monocultura possui tempos próprios a serem rigorosamente respeitados e cumpridos e que devem ser considerados em seus pormenores.

São tempos produtivos e econômicos a envolver desde o preparo dos solos e sua ampliação; tempos info-técnicos para o acompanhamento e manutenção permanente; existem ainda os tempos da burocracia estatal que confere isenções, financiamentos e benefícios outros para a sucroenergia; os tempos do cuidado, do alerta e da urgência quando, por exemplo, suas brigadas de combate a incêndios operam em pleno alerta a fim de evitar perdas na safra; tempos da colheita onde o máximo da técnica e do labor são envolvidos para a superação das metas espaço-temporais de safras anteriores.

Segundo Cosmo e Galeriani (2015: 06):

Para a implantação de um canavial, deve se fazer um planejamento da área, realizando levantamento topográfico. Nos locais de plantio é feito a sistematização do terreno, no qual subdivide a área em talhões. Hoje em dia busca-se obter talhões planos mantendo linhas de cana com o grande comprimento para evitar manobras das máquinas, ganhando tempo. Os talhões de cana são subdivididos quanto a topografia e a homogeneidade do solo, com cerca de dez a vinte hectares (ROSSETTO; SANTIAGO, 2015). Antes do plantio é necessário, planejar o plantio das mudas ou buscar no mercado um fornecedor adequado. O plantio da cana pode ser feito manual ou mecanizado. O plantio apresenta três etapas principais: corte de mudas; distribuição no sulco e corte dos colmos em pedaços menores, dentro do sulco (ROSSETTO; SANTIAGO, 2015). Entretanto, antes de se iniciar o plantio se deve tomar alguns cuidados, que serão apresentados na sequência (ROSSETTO; SANTIAGO, 2015). [...]. Após definir a área, fazer o preparo e a sistematização do terreno, o produtor deve coletar amostras de solo em cada talhão para análise com vistas às operações de correção do solo e adubação (ROSSETTO; SANTIAGO, 2015). É muito importante que, antes do plantio, o produtor escolha o cultivar que se adapte às características do local onde sua propriedade está estabelecida, com o objetivo de melhorar o aproveitamento dos recursos naturais e, conseqüentemente, aumentar a produtividade. [...]. A escolha adequada da época de plantio é fundamental para o bom desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, que necessita de condições climáticas ideais para se desenvolver e acumular açúcar. Para seu crescimento, a cana necessita de alta disponibilidade de água, temperaturas elevadas e alto índice de radiação solar. A cultura pode ser plantada em três épocas diferentes: sistema de ano-e-meio, sistema de ano e plantio de inverno (ROSSETTO; SANTIAGO, 2015). [...]. A quantidade de

mudas varia entre 10 a 15 toneladas por hectare. Na época de plantio adequado e a qualidade da muda é excelente, pode se optar por menores quantidades de mudas (ROSSETO; SANTIAGO, 2015). As mudas são canas jovens, com oito a dez meses, plantadas em condições ótimas, bem fertilizadas, com controle de pragas e doenças. É necessária a distribuição de ao menos 12 gemas por metro de sulco. Para o plantio em épocas de estiagem, é necessário dar preferência para densidade de 15 a 18 gemas/m (ROSSETO; SANTIAGO, 2015). Com todas as recomendações realizadas de preparo da área que irá receber as mudas, deve-se fazer o plantio.

O tempo na produção canavieira é desafio de difícil solução porque a gestão da lavoura, da usina, dos seus recursos humanos, das caldeiras e de todo o seu aparato técnico exige, como já citado, fina sincronização dos tempos envolvidos.

O processamento da cana e de resto, de todo o seu imediato universo relacional acontece se os tempos da produção forem azeitados, minimamente sincronizados a fim da eficácia e eficiência dessa divisão social do trabalho que em si, é uma divisão territorial do trabalho na medida em que circunscreve localidades, municípios e regiões inteiras.

É preciso considerar que a divisão do trabalho no complexo da cana conduz, transmigra seus traços, influências e características por mecanismos burocráticos e administrativos para todos os níveis sociais, políticos e econômicos da sociedade mediata e imediata.

Para o caso particular de Itumbiara, algo de essencial se realiza no que respeita às rendas da terra¹⁰⁰ considerando que o setor canavieiro tornou-se

¹⁰⁰ Segundo Carvalho e Carvalho (2015: 09): Na análise da renda fundiária, pressupõe-se que os produtos que pagam a renda da terra são vendidos aos preços de produção, como todas as outras mercadorias. Nesses produtos, porém, parte da mais-valia, e do preço global se reduz a renda fundiária, seja para os produtos agrícolas seja para os produtos da mineração. Nestas condições, os preços de venda são iguais aos elementos do custo de produção, somando mais um lucro determinado pela taxa geral de lucro sobre o capital global adiantado, consumido ou não. Fica suposto, portanto, que os preços médios de venda desses produtos são iguais aos preços de produção. Nestas condições, então pergunta-se: como pode surgir uma renda fundiária, enquanto parte do lucro total que se transforma em renda fundiária cabe ao proprietário da terra? A renda fundiária não se resume apenas ao solo agrícola, mas a todo recurso natural que, como força natural ou não, é monopolizável por aqueles que dispõem de parcelas especiais do planeta Terra com os seus acessórios. Portanto, pode-se dizer que não depende do capital criar essa condição natural de maior produtividade do trabalho, como se houvesse alguma analogia com a capacidade que todo o capital tem de transformar água em vapor ou máquina movida a vapor. Marx observa que “essa condição natural somente existe em certos locais da natureza, e onde não existe não se pode produzir emprego de capital” (Marx, 1980, p. 738-739). Logo, essa condição fortuita da

“inquilino” de grande parte das propriedades rurais do município; por vias legais e contratuais submete, sobretudo, pequenas e médias propriedades aos seus riscos, influências e oscilações.

Para Inácio e Santos (2013: 210):

A ação do capital investido no setor sucroalcooleiro se destacou no mercado nacional e internacional, por meio das políticas de incentivos à produção de etanol e bioenergia, ambos derivados da cana-de-açúcar, que disputam o mercado com o petróleo, principal fonte de geração de combustível. Ao considerarmos o contexto de produção sucroalcooleira, precisamos considerar o reordenamento do território com a instalação das usinas em municípios pequenos. Vale ressaltar que uma nova dinâmica de produção acaba afetando a infraestrutura urbana, principalmente com a chegada de grandes contingentes de trabalhadores. É nesse momento, que o capital se torna um agente ativo, aproveita os incentivos governamentais de isenção de impostos, para poderem instalar a usina. Desse modo, adapta o local às condições necessárias à sua produção, muitas vezes desconsiderando os modos de vida locais. O discurso dos grandes empresários é de que a expansão da cana e a instalação da usina garantem melhorias ao município, com relação ao aumento de emprego e renda, infraestrutura das estradas e dos serviços públicos, pois, muitos usineiros criam programas voltados ao desenvolvimento social, onde as pessoas são movidas pelo progresso que a empresa pode proporcionar à população. Martins (1975, p.19) ainda afirma, que neste sentido, “prevalecem tanto às ações, onde os fins pessoais coincidem com os do capital, considerando os fundamentos pessoais (valores, emoções e rotina)”.

É preciso considerar, portanto, que a realização moderna da monocultura da cana é objetiva e rigorosamente cultura disciplinar; seu disciplinamento é condição para a própria gestão do território (rural e urbano); não é filigrana, uma casualidade no processo produtivo, ao contrário, se firma como dispositivo central e determinante para o êxito administrativo e econômico da monocultura.

Para Guanais (2010: 02):

Ao longo de seu desenvolvimento no Brasil, a agroindústria canavieira passou por vários processos de reestruturação que

existência de recursos naturais específicos não está ligada a produtos que o trabalho humano possa criar ou mesmo produzir como máquinas, carvão, etc., mas sim a determinados recursos naturais definidos de porções da terra localizadas nas florestas, nos solos ou subsolos. [CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira. O processo de expansão do capitalismo na agricultura e a importância da renda fundiária: uma perspectiva marxista. **Revista de Estudos Sociais**, ano 2015, no. 34, v. 17].

atingiram, sobretudo, as plantas industriais e os equipamentos. Mas foi na década de 1990 que a reestruturação produtiva sucroalcooleira vai além das mudanças na base técnica agrícola e industrial e atinge também o setor administrativo das empresas, especialmente a gestão do trabalho. Deve-se ressaltar que o processo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro foi amparado pelo Estado brasileiro por intermédio de subsídios e de créditos oferecidos aos usineiros, os quais tiveram suas dívidas reescaladas. É importante mencionar que fora das empresas, a reestruturação sucroalcooleira evidencia-se no movimento de fechamento de unidades produtivas, reconcentração de capitais e diversificação dos investimentos. Já no interior das frentes e ambientes de trabalho, ela se expressa na modernização tecno-organizacional com a intensificação do uso da informática, da automação industrial e da mecanização agrícola, na flexibilização da produção agrícola e industrial, na terceirização de determinadas atividades e fases do ciclo produtivo, no rigor do controle de qualidade e no redirecionamento das políticas de recursos humanos. Pensando em atender as exigências atuais de produtividade e qualidade impostas pelo mercado, as empresas redefinem as suas estratégias administrativas, isto é, investem seus esforços em duas direções na gestão dos recursos humanos: de um lado, racionalizam o uso de recursos introduzindo modificações nos processos de trabalho, valendo-se, principalmente, de inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho; de outro lado, procuram formar um contingente de trabalhadores fixos, disciplinados, tecnicamente qualificados e, sobretudo, “envolvidos” com a produção sucroalcooleira. Tal envolvimento é condição fundamental para garantir a continuidade do processo de racionalização através do uso de tecnologia poupadora de força de trabalho e deve ocorrer no sentido de integrar e direcionar os diferentes esforços para atingir as metas de produtividade e qualidade.

Desta feita, aqui se refere a fenômeno a envolver intenso disciplinamento e que se estende para toda a cidade; que avança para o entremeio dos seus bairros, centros e periferias; na ampla quantidade de áreas vagas, ociosas e destinadas às negociatas da especulação imobiliária e que tão profundamente marca o município de Itumbiara; nos modelos de organização e no estabelecimento das prioridades advindas da administração municipal e, sobretudo, no comportamento político médio de sua população.

Em seus amiúdes os tempos da cidade atingida pela cana são tempos especiais; tempos concebidos, calculados, programados e admitidos pelo empreendimento da cana, do seu cultivar, tecnologias, maquinarias e da qualidade da gestão realizada por técnicos e consultores. Nesse paralelo os

tempos do capital do agronegócio sobre a cidade são os específicos tempos da sua administração, de respectivas prioridades, metas e objetivos.

A burocracia¹⁰¹ que administra a produção sucroenergética é especialmente responsável por esse tempo. É primor de concepção, um libelo gerencial e administrativo a envolver, inclusive, contingências físicas como variações bruscas de clima, períodos de estiagem ou sinistros que descrevem enchentes, erosões, incêndios ou ainda, eventos econômicos como queda de preços e cotações do açúcar ou do etanol nos mercados interno e externos que podem, das mais variadas formas, implicar em quebras ou perdas de safra¹⁰².

¹⁰¹ Sobre o fenômeno da burocracia cumprem algumas considerações. Para Almeida (2012: 03): O termo aparece na França em meados do século XVIII, nos escritos de Jean-Claude Marie Vincent de Gournay (1712-1759), num contexto de debate entre o absolutismo monárquico e o liberalismo econômico – o *Laissez faire, laissez passer* – do qual Gournay era um ferrenho partidário. Surge como uma crítica aos funcionários do governo monárquico que controlavam a maior parte das atividades econômicas do reino e se tornaram um estamento entre o povo e a nobreza, ao intermediarem as demandas entre estes e o rei. Tais atividades eram geralmente transferidas por herança, caracterizando um nepotismo brutal. Dos direitos musicais e de apresentação teatral ao controle da distribuição de lenha, ou dos transportes de cabotagem fluvial, passando pela distribuição de livros, tudo era fiscalizado por esse corpo de funcionários reais que, obviamente, já praticava ainda atual política de criar dificuldades para vender facilidades. Foi, porém, com o alemão Max Weber (1864-1920) que o termo passou a fazer parte importante do vocabulário da Sociologia, ao vincular-se ao estado moderno sob a forma do conjunto de atividades administrativas especializadas e controladas por um sistema racional e legitimado juridicamente, com o poder de dar ordens e fiscalizar as relações entre o Estado e a Sociedade. [...]. Como estudioso profundo da burocracia, Weber sabia dos problemas que poderiam advir de uma estrutura que cresce irresistivelmente e que se apresenta em caráter permanente nas grandes organizações. Para ele, no contexto do início do século XX, não era a ditadura do proletariado que iria se instaurar e sim a do burocrata. Neste início do século XXI, sua análise ainda continua válida. [ALMEIDA, Roberto Schmidt. A estruturação da tecnoburocracia do planejamento territorial no Brasil. *Terra Brasilis*; Laboratório de Geografia Política – Universidade de São Paulo (USP), 2003].

¹⁰² Sobre o assim chamado seguro agrícola, a União das Indústrias da Cana-de-Açúcar (ÚNICA) em matéria publicada no próprio *site*, informa que: “De julho de 2014 a junho de 2015, segundo os últimos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), havia 124.553 apólices de seguro rural vigentes no Brasil, o que assegurava 139.680 itens. Em comparação com o ano de 2009, a variação da quantidade de seguros foi de 202,97%. O total de prêmios do período de julho de 2014 a junho de 2015 foi de R\$1.003.831.494. Os números se justificam pelos riscos característicos que esse setor apresenta, principalmente relacionados às intempéries naturais. Os seguros dão garantias fundamentais aos seus segurados com relação a bens que possuem. Para o setor agrícola, esse respaldo tem sido cada dia mais valorizado, principalmente pelo que oferece ao produtor no sentido de assegurar não só a lavoura, mas maquinários e, ainda, pela responsabilidade civil e ambiental. No caso específico da cana-de-açúcar, que é uma cultura semi-perene, uma vez plantada, promove, em média, seis safras economicamente viáveis. A cada ano há o corte, cuja rebrota promoverá a safra do ano seguinte. Em toda safra existe a possibilidade de ocorrência de intempéries climáticas como seca, geada e tempestades, além de problemas de incêndio, seja ele ocasionado por fatores acidentais ou criminosos. Anderson Cardoso, corretor especialista em seguros para os setores da agroindústria, energia e engenharia, destaca que nas usinas sucroenergéticas o seguro é imprescindível, por se tratar de um segmento com grande diversidade em seu processo produtivo. “Quando se fala em seguros para esse setor, logo se pensa na garantia contra incêndios, pois é o acidente que provocará maior prejuízo ao empresário.

Mas a disciplina produtivista do setor sucroenergético transcende espacialidades municipais e incorpora regiões, estados e mesmo o País. O imperativo da reestruturação produtiva do setor tem como meta e tendência alinhar e ajustar em termos finais, o próprio País às suas dinâmicas.

Não por acaso, o *crescimento/expansão/inchaço* da atividade canavieira brasileira – uma das maiores do mundo – dá forma para um tipo estatal absolutamente único na história social, política e econômica brasileira; e este é efetivamente, um dado novo.

Se está a tratar de ajuntamento territorial, produtivo e intensamente disciplinado, tema que, por sinal, será abordado de forma mais detida, adiante; linhas gerais se está a tratar de extenso território de dimensões continentais a envolver, sobretudo, os cinco principais estados produtores de cana do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná) e que este estudo define como sendo o ‘28º Estado’ da Federação.

No que se refere ao permanente processo de especialização e que busca abarcar todos os itens, níveis e estratos da produção da cana e sua correlata intensificação por meio das mais variadas formas de agilização e redução de tempos produtivos, Guanais (2016: 114) afirma:

Desde o final do século XX a reestruturação buscou tornar os empresários cada vez mais aptos para enfrentar as novas regras de produção e de circulação impostas principalmente pelo mercado internacional, as quais estavam centradas, sobretudo, no incremento da produtividade e na redução dos custos de produção (SCOPINHO, 2000; 2004). Assim, para que fosse possível atender as novas exigências de produtividade impostas pelo mercado, as usinas redefiniram suas estratégias administrativas e no bojo deste processo modificaram bastante os critérios para a seleção de sua força de trabalho. Isso fez com que o setor em questão passasse a operar com critérios diferenciados para selecionar seus funcionários, elaborando perfis adequados para funções determinadas. Com a introdução dos novos arranjos produtivos as usinas passaram a exigir maior produtividade e mais disciplina no trabalho. Ao mesmo tempo, provocaram uma segmentação maior da força de trabalho,

Porém, são inúmeras as proteções que podem ser contratadas.” O especialista explica que o seguro é “a transferência ou o compartilhamento dos riscos inerentes ao modelo de negócios e fundamental para o bom funcionamento da economia da empresa.” [...]. Comenta o assessor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), Alexandro Alves”. [Fonte: União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA). 12/08/2016]. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/na-midia/2003044192036840550/confianca-para-o-produtor-por-cento2C-seguranca-para-a-lavoura>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

intensificaram a precarização e imprimiram uma nova dinâmica na seleção de seus trabalhadores.

O tempo¹⁰³, na cidade temporalizada pela cana, e respectivos fluxos é como já referido, operado e manipulado em sintonia e consonância com os tempos das usinas, das suas lavouras, dos seus transportes, do transbordo das canas, da sua moagem e da transformação de sua biomassa.

Filho *et al* (2012: 1910) citam:

O Estado de Goiás, dadas as suas características favoráveis ao cultivo da cana e os incentivos financeiros oferecidos pelo Governo Estadual, transformou-se em um polo de crescimento da atividade. Após a desregulamentação do complexo canavieiro, foram criadas diversas instituições, com o propósito de implantar o modelo de gestão na atividade canavieira brasileira. O segmento da agroindústria sucroalcooleira criou, em 1997, a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), em substituição à Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool (AIAA) e a Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool. A criação desta entidade de representação empresarial surgiu em decorrência, segundo Belik & Vian (2002), “da percepção do setor de que havia demandas comuns junto ao Estado e que a divisão do setor prejudicava as empresas frente aos seus clientes, os distribuidores de combustíveis”. Dessa forma, a ÚNICA teve como propósito defender os interesses dos produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade, bem como representar o segmento das agroindústrias canavieiras brasileiras. [...]. É notório que agroindústrias canavieiras instaladas no Brasil dispõem da

¹⁰³ De acordo com Santos (2001: 21): “A Geografia pretende utilizar como um de seus campos de trabalho ou como uma das geografias possíveis, aquela que se preocupa com a apreensão do contexto dos atuais e diferentes momentos, o que faz dela, de alguma maneira, a história de cotidianos sucessivos. O entrosamento entre técnica e História permite o entendimento do que se passou, do que se passa e eventualmente do que vai se passar, quando as técnicas se tornam um conjunto unificado e único, movidas por um motor também único, o que permite uma visibilidade do futuro. O tempo pode ser encarado das mais diversas maneiras; eu, como não sou filósofo, repito, apenas vou tomar alguns filósofos como ponto de partida, como ajuda na minha conversa. [...]. Parafraseando Heidegger, para quem sem o homem não há tempo, é desse tempo do homem, do tempo social contínuo e descontínuo, que não flui de maneira uniforme, que temos de tratar. E é por aí que se vê que esses diversos tipos de tempo convergem e divergem. Convergem na experiência humana e divergem na análise. Do tempo matemático, tempo cósmico, tempo do relógio, ao tempo histórico, vai toda uma evolução que é assinalável ao longo da História. O relógio que é descoberto num determinado momento da História, é redescoberto neste século com o *taylorismo* e depois com o *fordismo*; um tempo que é medida do relógio, se não o enchermos dessa substância social. O tempo individual, tempo vivido, sonhado, vendido e comprado, tempo simbólico, mítico, tempo das sensações, mas com significação limitada, não é suscetível de avaliação se não referido a esse tempo histórico, tempo sucessão, tempo social, o ontem, o hoje, o amanhã. Essas sequências, que nos dão as mudanças que fazem história, criam as periodizações, isto é, as diferenças de significação”. [SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. Grupo de Estudos sobre o Tempo. Instituto de Estudos Avançados (IEA)/Universidade de São Paulo (USP). 29/05/1989].

força de poder econômico, político e social. Mais especificamente, elas detêm poderes de barganha, em decorrência das assimetrias de informações, que lhes possibilitam articular um conjunto diversificado de recursos de poder e domínio. De acordo com Paulillo & Almeida (2009), os poderes das agroindústrias canavieiras se expressam nos aspectos “constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos”. Dessa forma, os recursos constitucionais e políticos são essenciais para estabelecer relações de poder. As leis instituídas pelo Estado e os regulamentos criados pelos órgãos representativos das partes estabelecem novas formas de adaptação para as organizações, que implicam em mudanças na estrutura de governança de cada rede. Dentre os recursos políticos, destacam-se o *status* público concedido pelo Estado, o poder de representação de cada ator coletivo e o número de parlamentares defensores dos interesses dos produtores e das agroindústrias (Paulillo & Almeida 2009). Daí, as agroindústrias têm grande facilidade de acessar expressivos recursos financeiros, por meio de financiamentos de longo prazo, com juros subsidiados em instituições financeiras estatais (BNDES, Banco do Brasil, etc.), bem como incentivos fiscais concedidos pelo Governo Estadual, a exemplo do PRODUIR.

A divisão social do trabalho no campo assume outras variáveis, outras nuances de importância decisiva para a tradução do que é enfim, o agronegócio moderno. Neste paralelo, o agronegócio da cana é o objeto que cria sua própria disciplina. No que se refere ao segmento canavieiro e seu *continuum* em Itumbiara ocorre bastante e singular movimento de integração espaço-territorial claramente decisivo para sua efetivação.

Não é apenas a produção fabril da cana, seu cultivo, manutenção, colheita e respectivo processamento que são, enfim, ordenados e mantidos ativados cotidianamente; bem mais que isso, essa conformação atinge direta e especificamente seus trabalhadores que são intensamente disciplinados¹⁰⁴; suas sensibilidades, seus sentidos e seus corpos.

¹⁰⁴ Em Porto (2015: 453): “Para materializar novas possibilidades de objetivações, o homem, ao longo do tempo, introduziu novas técnicas e novos conhecimentos para conseguir apropriar-se da natureza e suprir suas necessidades. Desse modo, cada sociedade tem o modo de produzir a vida a partir das condições materiais, sociais, culturais e históricas acumuladas até aquele momento, ou seja, “modificam-se, ao longo da história da humanidade, as formas de produção material da vida social e, por conseguinte, as condições materiais de existência nas quais vivem os homens” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 45). [...]. Dessa forma, na sociedade capitalista, com a introdução da maquinaria no processo de produção material, o trabalho assumiu um sentido negativo, que desumaniza o próprio homem. A máquina incorpora o saber, a força, o processo humano na produção de mercadorias e se transforma em um monstro mecânico. Passa a ser sujeito da

A disciplina é por conseguinte, o disciplinamento do cotidiano dos trabalhadores da cana¹⁰⁵; dos seus tempos, percepções e mesmo da forma como passam a existir conseqüentemente, na vida familiar, nas relações interpessoais, no bairro e na cidade.

A estratégia, não por acaso, de feição militar, consiste em impor gestão ao território e, conseqüentemente, aos seus conteúdos para proceder a concertação geral em favor da dinâmica da cana. É do que se trata.

A cana, com os negócios que a envolve, com suas relações comerciais, produtivas e tecnológicas, impõe seu próprio padrão organizativo; possui o expediente sócio-histórico de, em certa medida, refundar a própria vida do trabalhador, das suas relações e da forma como enfim, acontecem.

Para Alves (2013: 241):

Esta dimensão produtiva do poder tem como alvo principal o corpo humano, com o objetivo de discipliná-lo, de 158orna158s-lo. A disciplina é uma técnica de dominação, um instrumento de poder. Foucault chama de disciplina os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. Ele se refere aos corpos úteis e dóceis que são essenciais para a sociedade capitalista, uma vez que são

produção, e o homem, mero apêndice. [...]. É a ciência, inclusive, que desempenha papel determinante no processo de incorporação do saber e fazer do homem pelas máquinas. A ciência se transformou de força e potência espiritual em força material, ou seja, na associação com a indústria, virou meio de produção. Dessa forma, com o processo de expropriação do saber e trabalho humano e a conseqüente exploração do trabalhador pelo capitalista, surge o trabalho alienado, no qual o trabalhador não se reconhece no processo de produção e no objeto de sua criação.” [PORTO, Camila Castello Branco de Almeida. A educação da classe trabalhadora: de Marx a Saviani. Mestrado em Educação/UFRJ, **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, no. 20, 2015].

¹⁰⁵ Não apenas deles, mas também de outros tipos de trabalhadores afetados por ela. Narrativas, por exemplo, dos pescadores de uma associação de Itumbiara são reveladoras sobre o estreitamento dos espaços de atuação e desempenho de suas atividades. Em função das reincidentes problemáticas ambientais da cultura da cana os pescadores se veem diante de grande desafio às próprias subsistências. As manifestações são das mais curiosas e inusitadas onde já prevalece certo desalento na realização de denúncias para órgãos ambientais municipais, estaduais e federais posto que os danos às águas do Rio Paranaíba são frequentes e reincidentes. Denúncias ao estilo: “*Nem cobra tem mais!*” (Robson, pescador, 45 anos); “*Em todo canto a cana está atrapalhando!*” (Manoel Messias, pescador, 54 anos); “*Nem tatu tem mais! Eles bebem a linhaça da cana e morrem*” (Batista, 51 anos, pescador, Inaciolândia/GO); “*A cana tem de respeitar a distância das nascentes e ela não faz*” (Leives, pescador, 37 anos, Itumbiara).

[Depoimentos fornecidos por pescadores ligados a COOPERATIVA MISTA DOS PESCADORES DO PARANAÍBA (COOPESCA). CNPJ: 20626257/000-60. Rua Oswaldo Cruz, 1110, Setor Afonso Pena, Itumbiara/GO. CEP 75.513-435. Fone: (64) 3433-7991. Organização federal “Colônia Z-14” com 1.090 filiados e que envolve dezoito municípios de Goiás e de Minas Gerais].

eficientes no âmbito da produção e incapazes de perturbar a ordem vigente. Foucault diz que a partir dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação, num momento que nasce uma arte do corpo humano que visa aumentar suas habilidades e, principalmente, formar uma relação que o torna tanto mais obediente quanto mais útil é, atendendo as demandas e as exigências da sociedade capitalista. Este poder disciplinar “trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista”. Trata-se aqui da dominação política do corpo humano onde “o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar”. Porém, este poder disciplinar só é efetivado a partir de uma organização do espaço, de um rigoroso controle do tempo e de uma vigilância constante. A organização espacial constitui uma técnica de poder da distribuição dos indivíduos, ou seja, “é a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. [...] A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos”.

É múltiplo padrão produtivo; o *modus* de acumulação que se dá a partir da convergência múltipla e orgânica do capital do agronegócio canavieiro obedece a uma tal rítmica e determinada, sobretudo, pelo mercado internacional, que impõe ao setor o desafio de uma concorrência planetária notadamente exigente e em condições de cumprir desde metas sanitárias, ambientais e sociais até a incorporações de inovações e tecnologias aos seus processos produtivos.

Falando em metas ambientais, até neste item a cana disciplina. Veja-se o que tem ocorrido com o Rio Paranaíba, em Itumbiara (**Fotos 34 e 35**): as instalações e a plantação avançam sobre áreas de APPs (Áreas de Preservação Permanente) fixadas pelo Código Florestal de 2012. As fotos não deixam dúvidas.

Foto 34 – Usina Araporã Bioenergia às margens do Rio Paranaíba. Itumbiara



Fotografia: Ângelo Cavalcante, maio/2018

Foto 35 – Lavoura de cana às margens do Rio Paranaíba. Itumbiara



Fotografia: Ângelo Cavalcante, maio/2018

O setor se desdobra das mais variadas formas a fim da manutenção das suas taxas médias de lucro onde justamente a partir dos seus padrões produtivos, das oscilações de mercado e respectivos riscos, usinas e produtores articulam organicidades¹⁰⁶ rígidas e flexíveis de produção. Cenários especialmente

¹⁰⁶ Para Santos: (2008: 15): “As atividades com lavouras de cana-de-açúcar, juntamente com a mineração e a cafeicultura, marcou fortemente a estruturação e o desenvolvimento econômico do Brasil. Desde o início da nossa história a cana-de-açúcar vem se firmando como um dos principais

concebidos e constituídos às demandas locais à semelhança dos próprios territórios, de suas culturas organizacionais visando produção cotidiana da sucroenergia e operante na localidade.

Em síntese, as dinâmicas sócioprodutivas da produção canavieira e a totalidade singular do território que configura o município são instantes de difícil descrição mas é possível afirmar, no entanto, a partir do seu desenvolvimento que o complexo da cana criativamente combina elementos de um padrão fordista abertamente ortodoxo com elementos gerenciais-administrativos a envolver produção flexível¹⁰⁷ e que por suas próprias características, se utiliza fartamente de dispositivos como terceirizações, subcontratações, contratações temporárias e desregulações estatais.

A disciplina socioeconômica-espaço-territorial originalmente constituída pelo *macro* e múltiplo empreendimento da cana visa produção em massa para a conformação por conseguinte, de consumo igualmente em massa ou de outra maneira, seu combinado *fordista-taylorista/toyotista* não pode acontecer.

pilares de nossa economia. Num primeiro momento, utilizando-se trabalho escravo, produzia-se açúcar, rapadura e cachaça para demandas da casa-grande e dos mercados europeus. Já no século XX, utilizando-se mão-de-obra assalariada destinada à produção de açúcar, álcool e energia. Este momento das atividades canavieiras esteve voltado às demandas da sociedade no geral, deslocando-se historicamente da utilização estritamente privada (casa-grande-Coroa) através da venda de energia elétrica às cidades onde as usinas estão instaladas, por exemplo. As atividades das lavouras canavieiras e do sistema de produção de álcool e açúcar enquadram-se num mercado novo e complexo que é a obtenção e o comércio de crédito de carbono. Este mercado, impulsionado pelo advento da Conferência de Kyoto no Japão em 1997, estabeleceu mecanismos de flexibilização da produção, visando geração de produtos mais limpos, reduzindo custos e mitigando efeito estufa dos países. Os chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) atendem às exigências básicas de produção numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em função da possibilidade de expansão do setor canavieiro e da possibilidade de lucros adicionais”. [SANTOS, José Mateus dos. **Cultura da cana-de-açúcar, crédito de carbono e o desafio do desenvolvimento sustentável**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Anápolis/UNIEVANGÉLICA. Anápolis/GO, 2008].

¹⁰⁷ Para Antunes (1995: 34): Um sugestivo esboço analítico sobre o significado e os contornos das transformações vivenciadas pelo capitalismo nos é oferecido por Harvey. Em seu entendimento, o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa. Segundo esse autor, os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopólicos também eram estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação de capital. Em sua síntese sobre a acumulação flexível nos diz que essa fase da produção é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. [ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995].

É principalmente e, sobretudo, a partir dos desajustes e incongruências dessa conjunção rígida e flexível da cana que a cidade vai sendo por fim, formada conformada e deformada; onde em meio a conflitos e resistências se ajusta e se acomoda aos padrões do dito agronegócio.

Corpos humanos¹⁰⁸ que em definitivo não estão livres da lógica tentacular da cana e a cidade passam a estabelecer obrigatoriamente, uma unidade própria, contraditória, específica¹⁰⁹ e sem a qual a cidade e suas tendências não podem ser explicadas.

Desta feita, a disciplina como normatização no desiderato de enquadrar o território e mesmo o comportamento médio de uma população¹¹⁰ que em

¹⁰⁸ Segundo Paim da Silva (2008: 98): “O corpo passou a ser sujeito a espaços e técnicas disciplinares que permitiram “dar nascimento” ao homem como objeto de saber para um discurso com estatuto científico. Portanto, o poder é, antes, uma estratégia de localização, trama de relações, batalha perpétua, efeito das posições e estratégias da classe dominante e não algo que conserva e possui. Ao invés de despossuir, apoia-se nos despossuídos, encontra-se disseminado. [...]. Foucault estabelece, com suas concepções, a noção de um sujeito obediente. Este sujeito é visto como uma realidade fabricada, que existe em muitas e diferentes modalizações. É produzido e sustentado por um poder pouco notado e difícil de denunciar: um poder que circula através dessas pequenas técnicas, numa rede de instituições sociais.” [PAIM DA SILVA, Marcus Vinicius. Controle e normalização: Michel Foucault e a relação entre corpo e poder. *Domus on line. Revista teoria política e sociedade*. Salvador (BA), vol. 03, jan/dez 2008].

¹⁰⁹ Neves (2008: 02) afirma: O termo *encontro* tem como base os diversos estudos que, a cada dia, vêm comprovando **a relação inseparável entre corpo e ambiente** [grifo nosso]. Esses estudos, que estão sendo realizados principalmente no campo das ciências cognitivas e da filosofia da mente, afirmam que um fenômeno somente se processa no momento em que há um ‘contato’ entre corpo e objeto, através do qual as barreiras entre o meio interno e externo são quebradas. [...]. O corpo está constantemente em contato/encontro com muitos objetos, situações e pessoas. No entanto, dentre toda essa variedade, essa pesquisa busca entender o encontro que se processa entre corpo e cidade. [...]. [NEVES, Heloisa. **O livro chocolate [ou] o encontro entre corpo e cidade**. Corpografias urbanas. 2008. Disponível em: <www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST3/HeloisaNeves.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017].

¹¹⁰ Segundo Mançano e Welch: A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. [MANÇANO, Bernardo; Welch, Cliff. Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegócio e a via campesina. **Revista NERA**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Presidente Prudente]. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitooagronegocio.pdf. Acesso em: 19 abr. 2018.

momento algum conseguiu desenvolver um sujeito político coletivo em condições de propor outras alternativas econômicas e ambientais aos danos e implicações do canavial sobre as próprias vidas se apresenta, desta maneira, como das mais decisivas instituições do processo canavieiro.

Como toda instituição, ela possui caráter permanente no fito essencial do controle social por intermédio da apropriação e gestão dos territórios e de seus recursos naturais. É traço e condição para a garantia do cumprimento de planejamentos, metas, prazos, produção e respectivos retornos acerca evidentemente, das suas inversões de capital.

3.4. A concertação territorial pelo setor sucroenergético

Um país que crianças elimina
Que não ouve o clamor dos esquecidos
Onde nunca os humildes são ouvidos
E uma elite sem Deus é quem domina

[*O meu país*. Zé Ramalho, 2000]

O termo ‘concertação’ e que intitula este tópico não é um rebuscamento terminológico; ao contrário, tem razões concretas de ser; a concertação é a categoria de análise mais adequada e apropriada para a descrição do que esta monocultura realiza técnica e politicamente em termos de gestão das específicas atividades de produção e do território em que está precisamente situada.

A concertação alinha ou ajunta, compulsoriamente ou não, toda a população de Itumbiara, dos seus arredores e áreas de influência, bem como as mais determinantes instituições locais ao seu imediato derredor.

A partir do argumento substantivo da geração de empregos, da criação de divisas para o município e do pagamento de impostos, taxas e emolumentos para a prefeitura municipal o que se percebe em seguida é todo um crescendo político, cultural e econômico que avança e é exercitado em prol da estruturação da cana a partir, como já citado, de sólido embasamento de investimentos público-

privados¹¹¹ visando um ‘guarda-chuva’ de negócios dos mais diversos e em seus mais diferentes níveis.

O complexo da cana é integralmente despótico; é sumário, unilateral, plenamente hierarquizado e hierarquizante. Os traços da sua hierarquia traz à lembrança uma formação de caráter militar; dura, impassível e resoluto. Às suas organizações, impõe um organograma *hiper*-estruturado e cristalizado de maneira que, a título de exemplo, o acesso às suas informações mesmo que básicas a envolver gestão, metas e políticas de expansão ainda que para fins acadêmicos é empreendimento de muito difícil realização¹¹².

Discrição e emudecimento institucional são traços de suas relações sociais; é como se adotasse certa ‘estratégia de guerra’¹¹³; dessa maneira desenvolve um

¹¹¹ Shimada (2014: 149) considera que: “No território do agronegócio açucareiro esta situação está presente através da privatização das propriedades agroindustriais, da ação reguladora do Estado de maneira indireta, da má-remuneração do trabalho, do desemprego e da crescente precarização do trabalho. A exploração dos trabalhadores pelo capital se expande pelo agronegócio no Brasil, em particular o canavieiro intensificando a relação capital-trabalho. Os trabalhadores da cana-de-açúcar participam do sistema agrícola do agronegócio na condição determinada pelo capital, este que se territorializa extraíndo a mais-valia dos trabalhadores, os quais ficam na subalternidade, sem possuir poder para impor outro modelo. Ou seja, a própria condição do capitalismo mascarado pelo agronegócio é a de manter sua hegemonia no sistema agrícola fazendo-se necessário intensificar a exploração da terra e do trabalhador, destacando as formas de resistência e subalternidade para manterem-se nesse espaço contraditório. [...]. O domínio dos usineiros e latifundiários se fortalece cada vez mais junto ao Estado que manipula e tem o agronegócio como discurso do fortalecimento do “crescimento econômico”. Os usineiros/latifundiários com o apoio estatal saem fortalecidos defendendo o discurso do agronegócio para o acúmulo de capital nas suas empresas. Nessa lógica há a expansão do setor cada vez maior, impondo as contradições da lógica destrutiva do capital que afeta as classes dominadas no processo. [...]. A relação capital-trabalho se estabelece de forma contraditória nas amarras do capital gerando a precarização e/ou temporalidade do trabalho. Ou seja, o agronegócio promove a elevada concentração fundiária, ao mesmo tempo provoca o desemprego dos trabalhadores rurais e a precarização do trabalho”. [SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Subserviência do trabalhador do corte da cana no agronegócio canavieiro. **Mercator**; Universidade Federal do Ceará, v. 13, no. 02, maio/agosto de 2014].

¹¹² Cumpre o registro de que as Usinas instaladas em Itumbiara e em seus arredores jamais permitiram acesso às suas informações para além de ‘sites’ propagandísticos, relatórios imprestáveis a envolver certa responsabilidade social e ambiental ou em boletins eventuais e eivados de discursos ufanistas e triunfalistas. Esta pesquisa aconteceu, sobretudo, em função da teia de conhecidos e que este pesquisador possui, o que envolve alunos, ex-alunos, colegas de trabalho e que solidariamente contribuíram sobremaneira para o acesso a dados de efetiva importância a envolver produção canavieira e território municipal. Não fosse esse expediente este trabalho jamais teria se realizado.

¹¹³ Essa referência não é casual posto que o complexo canavieiro possui, de fato, caracteres e estratégias que estabelecem paralelos com uma força militar regular em pleno exercício. A forma como se utiliza dos territórios, a maneira como incorpora áreas e passagens, bem como o modo como assimila agentes ou setores com interesses díspares indica essa similitude. Segundo Bo Ribeiro (2010: 14): A definição de PORRO – auto de *Guida allo studio dela geografia militare; compendio delle lezioni di ageograifa militare. Torino: Unione tipográfico-editrice, 1898* – diz que a Geografia Militar é um estudo das influências dos elementos geográficos sobre a guerra.

tipo de imunização ao conjunto de instituições já existentes, sobretudo, as mais abertamente políticas e; o mais instigante, o complexo da cana cria suas próprias instituições; sua sociabilidade, seu trânsito, fluxos, comunicações, sociabilidades e sua cultura política.

É novo apanhado sutil e eficaz de instituições e sem as quais seu movimento não é acionado ou convertido na produção circular, permanente e intensamente concentradora a envolver unidades produtivas, propriedades públicas e privadas mais um vasto conjunto de territórios e sub-territórios.

Dentre as principais instituições afeitas e envolvidas com a cana estão por exemplo, escolas e instituições de educação profissional (**Fotos 36 e 37**). São formações das mais diferenciadas visando suprir e atualizar a cadeia produtiva da cana com os mais variados recursos humanos.

Foto 36 – Acerca das especializações da cana I

Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. maio/2018. Itumbiara/GO.

Esta definição coincide com os preceitos da escola determinista alemã que teve como principal teórico RATZEL que desenvolveu os conceitos da Geografia Política em sua clássica obra *Politische Geographie* editado pela primeira vez em 1897. Os estudos dos elementos geográficos sobre a guerra colocam a geografia como determinante para o resultado da guerra. Não temos aqui o uso da geografia para influenciar o resultado da guerra, portanto, a geografia desta definição é um elemento que não pode ser superado de qualquer forma. [BO RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal. **A nova logística militar: logística, estratégia e inteligência**. Dissertação de mestrado. PPG Geografia Humana, FFLCH/USP, 2010]

Foto 37 – Acerca das especializações da cana II



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. maio/2018. Itumbiara/GO.

Considerações sobre instituições, públicas ou privadas, cotidianas e correlatas e que garantem manutenção e suporte para os fazeres dos canaviais são decisivas na medida em que, sobretudo, sob o viés sociológico, serão entidades que definirão, inclusive e, não menos importante, o comportamento e mesmo a subjetividade das pessoas a partir de uma lógica, vez por outra, subliminar e em casos outros expressamente aberta¹¹⁴.

¹¹⁴ Nesse aspecto, Marx (2002: 48) afirma: “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que tem uma posição dominante,

Sendo assim, o concerto que articula, promove e legitima a atividade canavieira – Estado, capitais nacionais/internacionais, unidades de produção, mecanismos educacionais e ideológicos mais um conformado de pequenas e médias propriedades do rural local – é o mesmo que determina o território do município com os traços materiais e imateriais que o caracteriza.

Notadamente, a opção canavieira é também a opção por seus inseparáveis e indissociáveis efeitos, quais sejam: degradação ambiental, especulação imobiliária e a efetiva impossibilidade de democratização do espaço urbano/rural do município.

Nesse sentido, a concertação determinada pelos capitais na busca por reprodução e mais reprodução das suas inversões ou mesmo daquilo que não fora investido é precisamente a dinâmica das instituições formais e sociais que operam na manutenção do *status quo* gerencial e administrativo da cidade em curiosa dialética de afirmação/negação do Estado.

Esta citada concertação é por fim, ação deliberada do Estado brasileiro. É seu movimento sempre solícito e preciso de ajuntamento, alinhamento, adequação e enfileiramento de toda a sociedade visando conformação específica de adequação sócio-urbana em direto e aberto benefício a mais despótica e predatória forma produtiva e territorial já realizada no Brasil.

É tal qual imaginar um balcão de alimentos onde as pessoas se servem! É espécie de *selfie service* a envolver benefícios públicos e estatais segundo o qual, ativos e recursos territoriais são, de fato, disponibilizadas ao gosto dos investidores, no caso, empresas da cana. É como se os comensais se servissem com o que mais lhe interessa e daí; realizam suas refeições de acordo com respectivas preferências.

A concertação das instituições nacionais em seus diferentes níveis não pode, outrossim, ser confundida com o Estado. Se está a tratar de uma disponibilidade ou tendência de caráter histórico, matizada por relação estatal

entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são portanto as ideias dominantes de sua época”. [MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Karl Marx e Friedrich Engels; São Paulo: Martins Fontes, 2002].

não-republicana, tampouco democrática e estabelecida a partir do domínio de suas elites que secularmente lhe garante sentido, natureza e razão de ser.

É essa concertação que garante condições fiscais, econômicas e tributárias para a implantação do complexo agroindustrial da cana e sem a qual o agronegócio da cana, sob quaisquer aspectos, teria a importância e as dimensões que apresenta.

Por mais impressionante que se possa parecer a institucionalização da cana, esta referida cana como fenômeno objetivo se dá por dispositivos plenamente legais. É o Estado que por intermédio de toda sorte de intervenção confere substância, movimento e dimensão para o complexo canavieiro.

Por fim a concertação gera um tipológico estatal, novas institucionalidades ou *neo-institucionalidades*; forma distinta de governo; com estilo de produção e reprodução municipal não-convencional, sutil e sub-reptícia; não declarado ou assumido mas que irá, por seu turno, definir e redefinir bairros, lugares e seus movimentos com a eficácia que lhe é própria. Irá finalmente, refundar a própria cidade. Se tratará desta questão mais adiante.

Como já referido é processo permeado de conflitos e resistências; o avanço da cana sobre o território municipal irrompe com formas espaciais singulares e nesse sentido, com padrões inéditos de ocupação e mesmo de existência nos interiores da própria cidade. De certa maneira, a cidade é anulada como espaço comum e coletivo para dar lugar a cidade estranhada, alienada de si e dos seus mais elementares conteúdos civilizacionais.

A cidade submetida a moenda canavieira é necessariamente cidade partida, fragmentada e que avança em específica lógica de organização na mesma proporção e intensidade em que tem sua importância política e societária forçosamente atomizada em frações elementares e estanques o que converge para fácil domínio e controle, sobretudo, do ponto de vista da organização e atuação política de sua população.

Desta feita se destaca que o agronegócio canavieiro de Itumbiara possui sustentáculos econômicos e políticos decisivos (**Imagem 04**), mas não somente. Ele [o agronegócio canavieiro] gera sua própria burguesia local, sua dimensão cultural e social; produz simbologias, sinais, códigos, vocabulários e valores.

Enreda articulação e estabelece interfaces com movimentos internos e externos e que respeitam a cidade.

Imagem 04 – Política e economia¹¹⁵



FOLHA DE NOTÍCIAS



(64) 3431-8037

Itumbiara, Quinta-feira, 07 de Abril de 2016 Ano XXVI Nº 5690 R\$1,00

EMPRESAS INSTALADAS EM ITUMBIARA ENTRE MAIORES CONTRIBUINTES DE ICMS

11 empresas entre as 500 maiores

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) divulgou a lista dos 500 maiores contribuintes do ICMS em Goiás no ano passado. Os 10 maiores contribuintes de 2015, em ordem decrescente, são: Petróleo Brasileiro, Celg Distribuidora (Celg D), Ambev, Claro, Telefônica Brasil, Petrobrás Distribuidora, Souza Cruz, Tim Celular e Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos. A maioria das empresas tem atuação nacional, mas a segunda colocada e a décima têm sedes em Goiás, a Celg, em Goiânia e a Roche, em Anápolis.

Da lista dos 500 maiores contribuintes estão várias empresas de Itumbiara. A Caramuru Alimentos é a melhor posicionada no ranking, na 96ª posição, seguida pela Algar Telecom, Servimed Comercial, BP Bionergia e Stemas Grupos Geradores.



Mário Lindenhayn (presidente da BP no Brasil), Chico Bala e o diretor da BP Itumbiara Luiz Cintra

BP projeta aumento na produção

A safra 2016/2017 de cana-de-açúcar começa com perspectivas favoráveis para as empresas do setor, em especial para as usinas instaladas em Itumbiara e região. No último dia 1º, o prefeito Chico Bala (PTB) participou do culto ecumênico de lançamento da safra na BP Bionergia, que hoje emprega mais de 1.700 colaboradores diretos.

A usina moeu 2,4 milhões de toneladas de cana na última safra e a previsão é aumentar a produção na safra que teve início na semana passada, estimulando o aumento da área plantada na região. A Usina Tropical, em Edeia, que também pertence ao grupo, dobrou sua produção para 10 milhões de toneladas de cana.

EMPRESAS DE ITUMBIARA NO RANKING DOS MAIORES DO ICMS EM GOIÁS	
Caramuru Alimentos	96ª
Algar Telecom	111ª
Servimed Comercial	117ª
BP Bionergia	131ª
Stemas Grupos Geradores	192ª
Agropecuária Araporã	240ª
Algar Multimídia	295ª
Medicamental Distribuidora	322ª
Rede Luças de Supermercados	343ª
Roge Goiás Distribuidora	375ª
Fmaispar Distribuidora Logística	451ª

Fonte: sefaz.go.gov.br

Dito isso é preciso ter claro que Itumbiara, tal qual qualquer outra cidade, jamais é estática; possui movimentos próprios, é sensível e esta mesma sensibilidade se revela nas formas, interações que comporta e realiza, bem como

¹¹⁵ A matéria em destaque (07/04/2016) do jornal Folha de Notícias (Itumbiara/GO) é bastante ilustrativa para mostrar a relação direta e incontornável entre o segmento canavieiro e a administração pública. A fotografia mostra Carlos Lyndenhayn, presidente da BP Combustíveis com o então prefeito de Itumbiara e 'monocultor canavieiro' Chico Bala. A este respeito são importantes as considerações de Cavalcante em sua dissertação de mestrado: **Ordenamento Territorial e Complexo Sucreenergético: Perspectivas da Cana-de-Açúcar em Itumbiara (GO)**. Ângelo Silva Cavalcante; dissertação. PPG Geografia. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014. Fonte: <<http://online.folhadenoticias.com.br/5690.pdf>>. Acesso: 03 maio 2018.

na qualidade das relações que estabelece com uma infinidade de forças e influências locais e *trans*-locais.

A cidade se manifesta ainda que forçosamente integrada a grandes e complexas esquemáticas e dinâmicas empresariais; ainda assim ela se manifesta. A concertação estatal-empresarial da cana gera estímulos que produz por sua vez, respostas ou motivos que gravitam através de continuidades e descontinuidades a envolver territórios municipais ou mesmo as quase sempre indóceis e inesperadas disruptivas advindas dos *re*-territorializados nas contiguidades das periferias.

De outra maneira, os *re*-territorializados são os que se lançam em aberta e militante oposição a neo-institucionalidade da cana, o que até aqui se categoriza de *Leviatã doce* ou um território financiado, construído e sustentado por políticas estatais; com governo, leis, gestão, governança e determinações políticas e econômicas próprias e que por sua própria estruturação e padrão de realização impede, empata ou reduz possibilidades de governos clássicos e surgidos pelo intermédio de expedientes democráticos.

Contraditoriamente, os mesmos que foram deixados historicamente à própria sorte pelo Estado; que tiveram negado o direito fundamental às suas terras; que se viram obrigados a marcharem rumo às periferias da cidade em busca de alguma “estranha chance” às suas vidas mesmo que sem direito à moradia; foram e são justamente os que por intermédio de suas lutas e resistências representam algum tipo de efetivo obstáculo ao “novo mundo” da cana.

São precisamente os que clamam e se aferram por um Estado em condições de realizar mediações minimamente justas em favor de um povo, um território e seu destino; são os desterrados os mesmos que lutam pela integridade de um Estado que opere na lei, no horizonte da justiça e do bem comum.

Capítulo 4 – A Cana e a Apropriação do Cotidiano de Itumbiara

4.1. Marcas, símbolos e sinais da cana

De nada vale tanto esforço do meu canto
Pra nosso espanto tanta mata haja vão matar
Tal Mata Atlântica e a próxima Amazônica
Arvoredos seculares impossível replantar.
[Matança/Jatobá, Xangai. 1981]

A tradição da utilização dos assim chamados selos, bandeiras ou brasões de armas ou simplesmente, “brasões” é costume que remonta a Europa medieval. Sua estilística beligerante busca descrever agremiações sociais, políticas ou militares; grupos, falanges ou clãs de guerreiros a fim, sobretudo, da demarcação de territórios.

É dispositivo simbólico¹¹⁶ repleto de significados e de mística própria; que potencializa uma forma de transcendentalidade visando reforçar identidades, culturas, proximidades e unidades. Busca expressar além da sua territorialidade, os aspectos de maior relevância de um espaço dado.

Em Gil e Souza (2015: 07):

O conceito de identidade foi durante muito tempo, tratado de maneira quase exclusiva no domínio da Psicologia. De fato, identidade constitui um dos conceitos mais importantes dessa ciência, pois corresponde à integração de múltiplas características pessoais, como: sentimentos, emoções, motivações, atitudes e comportamentos. É, pois, o conceito mais utilizado para indicar o conjunto de características pessoais que torna um indivíduo distinto, diferente de todos os outros. Mas o conceito de identidade passou a ser utilizado também em Psicologia Social, conduzindo à construção da Teoria da

¹¹⁶ Para Luz (2005: 14): “Todo símbolo tem um significado, sem o que ele não pode representar coisa alguma. Por exemplo: a bandeira é o emblema de um clube, de uma empresa, de uma corporação, de um partido político ou de uma nação. No sentido figurado, é a ideia, divisa ou lema que serve de guia a um grupo, um grêmio, uma organização, um povo e um país. Assim, deve declarar, interpretar e proclamar ideias, intenções e propósitos, pelos atributos de símbolo e distintivo que lhes são inerentes”. [LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais**: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília (DF), Senado Federal. 1999 (1ª. Edição); Reimpressão (2005)].

Identidade Social. Para Tajfel (1981), um dos construtores dessa teoria, identidade regional refere-se ao autoconceito de um indivíduo, que deriva do conhecimento de sua pertença a um grupo junto com o significado emocional e avaliativo desse pertencimento.

Não raro, estes símbolos apresentam e representam¹¹⁷ marcas e características da natureza específica, dos traços fronteiriços, das tradições ou de aspectos históricos fundamentais para a existência minimamente coesa e integrada de uma população ou comunidade.

São dispositivos visuais que buscam revelar, em notável destaque, acontecimentos do passado visando enfatizar pioneirismos, interpretando tais realizações como eventos épicos e conferindo destaque, em sua medida míticos¹¹⁸, para movimentos de alguma sorte, definidores para a constituição do grupo e da mesma forma, anunciando o porvir para o respectivo coletivo.

Impõe uma perspectiva distinta e coerente do local; visa gerar motivação e sentido de pertencimento; não raro há notável carga ideológica a envolver potencialidades físicas, ambientais e humanísticas de uma região dada; supõe idealmente a estruturação de unidade política e objetivamente necessária para a realização do padrão de desenvolvimento e que forças sociais e econômicas de maior determinação lançam para o conjunto da respectiva coletividade.

¹¹⁷ Alves (2006: 16): O conceito de representação surge por meio dos estudos de Émile Durkheim no início do Século XX. Para ele, a representação constitui as formas de integração social construídas pelos homens com o objetivo de manter a coesão do grupo e suas propostas para o mundo. Tais representações são expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, as quais constroem uma realidade paralela à existência dos indivíduos, as que os fazem, vivenciá-las cotidianamente. [ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações sociais e a construção da consciência histórica**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Educação (FE); 2006].

¹¹⁸ A esse respeito, Chauí irá referir-se ao assim chamado “Mito Fundador” como esforço teórico a fim da compreensão das principais contradições que transversalizam e definem o Brasil desde sua fundação e ainda, como se articulam no próprio curso da história nacional. Afirma Chauí (2000): “Vivemos na presença difusa de uma narrativa da origem. Essa narrativa, embora elaborada no período da conquista, não cessa de se repetir porque opera como nosso mito fundador. Mito no sentido antropológico: solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade. Mito na acepção psicanalítica: impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem à realidade. [CHAUÍ, Marilena. O mito fundador do Brasil. São Paulo (SP); jornal **Folha de São Paulo**, 26/03/2000].

Itumbiara, concebida, fundada e governada por longa tradição de proprietários de terras rurais e urbanas também apresenta sua estilística e produz uma síntese notoriamente demonstrada, por exemplo, em seus principais símbolos municipais: seu brasão¹¹⁹ (**Figura 05**) e sua bandeira (**Figura 06**), nos quais, não por acaso, a cana-de-açúcar é evidenciada em destacada importância visual.

Figura 05 – Brasão de Itumbiara



Figura 06 – Bandeira de Itumbiara



O agronegócio brasileiro moderno possui formas distintas e contemporâneas de operação. É assentado sobre uma das mais graves estruturas

¹¹⁹ O brasão de Itumbiara é um dos símbolos que representa este município. O listel vermelho, acima, traz a inscrição *Itumbiara* e, abaixo, as datas *1824 – 1909*; período desde a Fundação à Emancipação Política. A estrela prateada representa uma das denominações da cidade: *estrela do sul*. As bandeiras laterais e o sol dentro do círculo oval representam as metas e projetos do município. Ainda dentro do círculo oval está desenhada a Ponte Affonso Penna, uma das principais atrações da cidade, com um peixe de uma espécie muito comum nas águas do Rio Paranaíba. A haste de cana-de-açúcar (à direita do brasão) e a de milho verde (à esquerda) representam importantes atividades econômicas da área da agricultura. Fonte: Prefeitura Municipal de Itumbiara, 2018.

fundiárias do planeta¹²⁰, bem como na inviabilidade programada e deliberada para a pequena propriedade e historicamente praticante da assim chamada agricultura familiar.

É um sistema local/global produtor de fluxos e circularidades próprias e que acontece por intermédio de esquemática eficaz de atividades que gera/regera economias, suas relações e que, concomitantemente, dão forma e significado inclusive, afetivo e local, para os símbolos dessa mesma economia¹²¹ territorialmente situada.

Desse modo, os símbolos são assumidos, compartilhados e internalizados pela comunidade em instantes, por exemplo, como no conagraçamento de eventos esportivos, políticos ou religiosos na cidade ou ainda no quase consenso público sobre a importância do setor canavieiro para Itumbiara.

É bem azeitada articulação socioeconômica que acontece de maneira ininterrupta; como se fora um rito¹²² que homenageia o mito de certo desenvolvimento e que, de fato, não pode ser democratizado em função das

¹²⁰ Filho e Fontes (2009: 21) consideram: “Após analisar a questão agrária no Brasil sob diversos aspectos, é possível afirmar que o Brasil é um país cuja distribuição de terras está altamente concentrada e altos níveis de desigualdade ainda perduram. Mesmo contendo grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas no país, o conservadorismo no campo prevalece aos interesses sociais. A realização de políticas de assentamento por parte de governos federais não se consolidam como propostas claras de políticas públicas para o setor. Os governos, durante o período analisado, se preocuparam apenas em conter as pressões dos movimentos sociais com algumas políticas compensatórias, mas não há uma proposta de Reforma Agrária que vise à reestruturação fundiária e produtiva no campo.” [FILHO, José Luís Alcântara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **HEERA, Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4, no. 07, Jul-Dez 2009].

¹²¹ Melazzo *et al* (2013: 69): “O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações sócioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).” [MELAZZO, Everaldo Santos; NASCIMENTO, Paula Fonseca do. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serv. Social Revista; Londrina**, v. 16, no. 01, jul/dez 2013].

¹²² A ideia antropológica do **rito** é contributiva no processo de explicação do cotidiano erigido por esse tipo de economia. Para Costa e Guilouski (2012: 01): “Os ritos são gestos simbólicos repetitivos que expressam uma crença religiosa, um desejo, uma intenção, uma saudação, entre outras finalidades [...]. No âmbito do sagrado, por meio do rito os seres humanos adentram no mundo divino e, de certa forma, o trazem para a realidade humana”. [COSTA, Diná Raquel D. da; GUILOUSKY, Borres. Ritos e rituais. **Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades**, PUC/PR, 2012].

próprias contradições impostas pelos capitais que o constitui e pelo modelo de gestão aí aplicado.

Os símbolos políticos da cidade, símbolos que, objetivamente, aludem a cana, são mecanismos de convencimento; sutis e discretos sendo, ao mesmo tempo, dinâmicos e eficazes e que acontecem, sobretudo, de maneira subliminar por meio de sinais, discursos e manifestações outras.

O conjunto da população, imerso nas lidas por sobreviver e pertencer, se integra ao cotidiano a partir do trabalho alienado, subvalorizado e sob os graves riscos que envolvem o desemprego¹²³, o subemprego e correlatos especialmente a partir das políticas de reengenharia de sua atividade produtora.

Nesse contexto, o empreendimento da cana¹²⁴ para manter-se e reproduzir-se dá forma para iconografias, códigos e perspectivas que estabelecem movimentos perenes e intensos nas intermitências da vida cotidiana de modo que essa pletora simbólica é absorvida de forma lenta, gradual e efetiva por toda uma população.

Segundo Barreto *et al* (2009: 06):

Desse modo, ao analisarmos o discurso do agronegócio sucroalcooleiro, quando o mesmo vem até os municípios com

¹²³ A possibilidade do desemprego, subemprego ou formas flexíveis e precárias a envolver o trabalho nas lavras de cana é realidade objetiva; primeiro em função das oscilações do mercado de combustíveis cujos preços são determinados, sobretudo, internacionalmente; em seguida, as maquinarias juntamente com novos dispositivos tecnológicos avançam progressivamente no segmento. Matéria intitulada “Órfãos da cana” (FSP, 30/06/2017) discorre sobre os padrões tecnológicos do principal produtor canavieiro do país, São Paulo, o conseqüente desemprego que acarreta e as tendências tecnológicas e produtivas para a atividade canavieira do país. A matéria revela: “Apenas em 2014, a mecanização já atingia 85% nas lavouras de São Paulo; para 2017, 98% da cana é colhida sem queima; há 3.747 colheitadeiras; em 2007, eram 753; no município paulista de Guariba existiam, em 2015, 750 filiados junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, atualmente, 2017, o Sindicato conta com apenas 400 filiados.

¹²⁴ O fenômeno da produção canavieira é realidade presente, sobretudo, nas atividades culturais do Estado. A poeta Cora Coralina (1889-1985), não casualmente, se utiliza da cana-de-açúcar e de seus derivados em muitos dos seus trabalhos. A lira “*Poema de Cora Coralina para Lúcia Helena Pereira*” (Set/1973) é um destes. A poeta declama: “*Assim surgiu, graciosa e simpática, bem na porta de minha casa, a menina nordestina, com cheiro de cana-de-açúcar, sorriso espelhando beleza. Ela chegou, pelas mãos da professora Maria de Lourdes Sena Xavier, trajando roupinha leve e harmônica a mostrar sua preciosa juventude, nas rosadas e cálidas faces, quando emocionada abraçou-me e chorou*”. Cora Coralina, a principal poeta goiana e que tinha o ofício de doceira, tem justamente no doce, no açúcar e nas coisas afeitas com a cana-de-açúcar fontes marcantes para a sua poética. [DELGADO, Andréa Ferreira. Cora Coralina: a poética do sabor. Universidade Federal de Goiás. Publicado em: **A Ilha. Revista de Antropologia**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002].

promessas de novos postos de trabalho, melhorias e benefícios, que proporcionará desenvolvimento econômico e social para a região, se faz necessário atentarmos para o viés ideológico que permeia tal discurso. Por trás desse discurso, o capital sucroalcooleiro oculta de certo modo seus interesses, em arregimentar “benefícios”, principalmente aqueles em que a margem de lucro se mostra significativa. Como os incentivos fiscais que tais municípios oferecem ao se implantar uma nova unidade em seus limites municipal-territoriais ou em reforma de canaviais. Nesse sentido, nos reportamos ainda a Sousa (2005, p.5) para uma reflexão: “[...] *“os protagonistas dos discursos (interlocutores) não devem ser considerados como seres empíricos, mas também como lugares determinados na estrutura social: o lugar do jornalista, o lugar do leitor, o lugar do professor o lugar do aluno, do pai”*”. A autora destaca ainda os lugares decididos pela estrutura social como, por exemplo, o lugar dos agro-empresários, o lugar do poder executivo dos municípios, o lugar da população e o lugar da classe trabalhadora. O lugar dos agro-empresários munido de poder econômico ao adentrar as sedes dos municípios em que buscam implantar suas unidades fabris, subjagam os demais, fazendo na maioria das vezes, o Poder Público dos municípios, a população, a classe trabalhadora, “plateia” para seu discurso carregado de ideologias e promessas.

A partir, portanto, das narrativas das empresas canavieiras, é necessário considerar que a apreensão da já citada totalidade¹²⁵ a qual se está submetido não é exercício intelectual dos mais simples; igualmente complexo é identificar o movimento¹²⁶ que essa totalidade realiza a partir de complexa conjugação de forças pouco reveladas ou demonstradas.

¹²⁵ Segundo Garcia (2013: 03): “Para fundamentar esta compreensão, é utilizada, na obra, a citação na qual, depois de demonstrar textualmente a argumentação de seus críticos e respondê-las, Marx (1988, p.26) observa que o método com o qual trabalha é o dialético, porém não exatamente a dialética hegeliana, mas, o oposto: ‘Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas também é sua síntese direta [...] o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem’. Tendo tal compreensão, Netto (2011, p.22) apresenta que o objetivo de um pesquisador deve ser a distinção entre “aparência e essência”, ou seja, é apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa frase, o método de pesquisa que, por meio de procedimentos analíticos, propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Feito isso e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz, no plano do pensamento, ou seja, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. Em toda pesquisa, parte-se da aparência e conforme avança a análise sobre a pesquisa, chega-se a conceitos e novas abstrações”. [GARCIA, Jefferson. Lições de José Paulo Netto sobre o método em Marx. **Revista Urutágua – Acadêmica multidisciplinar**. DCS/UEM, ISSN 1519.6178. 2013].

¹²⁶ De acordo com Chauí (2007: 06): “As forças produtivas configuram o conteúdo dos relacionamentos dos homens com a natureza e consigo mesmos, isto é, configuram o conteúdo dessa relação, ou seja, o trabalho; em contrapartida, as relações sociais de produção configuram as formas do processo produtivo, ou seja, a propriedade. Em suma, o *conteúdo* do modo de

A produção canavieira, para o caso de Itumbiara, é icônica (**Figuras 07 e 08**) e exerce sua capacidade semiológica ocupando e adensando os hiatos do cotidiano, as inexpressividades, trivialidades e imperceptibilidades com seus traços, marcas e influências.

Figura 07 – Logomarca da Prefeitura Municipal de Itumbiara¹²⁷



Figura 08 – Brasão do Itumbiara Esporte Clube (IEC)¹²⁸



O *não-visto*, aquilo que não fora percebido, identificado, traduzido ou lembrado é o *campus* preferencial e determinante. A marca da cana nos símbolos,

produção é determinado pelo trabalho e a *forma* do modo de produção é determinada pela propriedade.” [Chauí, Marilena. A história no pensamento de Marx. *En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.]

¹²⁷ Fonte: <<http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/index.php?p=marca>> Acesso em: 17 nov. 2017.

¹²⁸ O Itumbiara Esporte Clube (IEC) é agremiação de futebol da cidade de Itumbiara (GO). O ‘*Tricolor da Fronteira*’ foi fundado no dia 09 de março de 1970. Sua sede fica localizada na Rua Dona Dulica, 29, no centro da cidade. Fonte: Federação Goiana de Futebol (FGF). Disponível em: <<http://www.fgf.esp.br/clubes-goianos>> Acesso em: 16 nov. 2017.

documentos, eventos ou monumentos da cidade comprovam essa hipótese. Cultura que se apresenta a cada dia mais vivamente presente nos hábitos e tradições visuais da cidade e de seu povo.

Estar imerso em quilométricas lavouras de cana e que são renovadas cotidianamente e ao gosto de suas empresas de maneira determinada e progressiva pressupõe novos referenciais espaço-territoriais; impõe novas direções e novo senso a envolver, inclusive, tipologias de localização; apresenta no *situar-se*, individual ou coletivo, novo referenciamento onde se apresentam curiosamente, distintos e fluídos pontos cardeais.

O complexo da cana redefine localizações, identidades e a própria relação que o indivíduo estabelece com o meio do qual é parte. De outro modo, a “grande cana” impõe *re-localização* ao município a partir de sua marcha expansiva e intermitente.

Como símbolo ou expoente da economia local se faz presente em todos os eventos, instantes ou ocasiões oficiais ou não-oficiais da prefeitura municipal; desde o mais irrisório ao mais essencial. É onipresença nos processos e burocracias do município e esse carácter se revela também nas maneiras como ocupa/desocupa espaços urbanos e rurais.

As marcas e marcos da moenda estão, por exemplo, em campanhas publicitárias, obras públicas, em solenidades civis, políticas ou religiosas (**Fotos 38, 39 e 40**); nos falares comuns e banais ou ainda e tão somente, nas marcas oficiais estampadas em máquinas, veículos e infraestruturas públicas.

**Foto 38 – Festa da Padroeira de Itumbiara: Santa Rita de Cássia.
22/05/2018 I**



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018.

**Foto 39 – Festa da Padroeira de Itumbiara: Santa Rita de Cássia.
22/05/2018 II**



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018.

**Foto 40 – Festa da Padroeira de Itumbiara: Santa Rita de Cássia
22/05/2018 III**



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018

Há, sobretudo, por vias metafóricas, outro cultivo, outro agronegócio canavieiro que acontece eficientemente no urbano da cidade. Além do êxito de sua dimensão semiótica há uma forma societária engendrada onde se ativam dispositivos comunicacionais e interacionais dos mais importantes e que garante discurso, narrativa e convencimento social em favor, evidentemente, do complexo da cana.

Em todo esse contexto se afirma, sobretudo, o par dialético essência/aparência e que, na dinâmica contraditória que o caracteriza, se retroalimenta e se justifica por meio de processos reais de modo que as possibilidades interpretativas da sucroenergia se fiam estrategicamente a termos ou categorias supostamente consensuais e de aceitação social, cultural e pública.

Os imperativos do trabalho assalariado nos específicos da cana de Itumbiara e; o aviltamento das múltiplas formas do seu fazer; a apatia e submissão dos trabalhadores aos rigores da produção canavieira como exercício integrante dos seus fluxos produtivos é, por fim, a base oculta do desenvolvimento desta atividade que, de outra maneira, intensifica mecanismos de exploração e de ampliação da rentabilidade dos seus assalariados.

Deste quadro em que sofisticadamente, se ajunta um padrão técnico-produtivo de caráter global com formas de intensa prospecção do trabalho, bem como dos ativos ambientais e ecológicos, despontam ideias, inovações, inventos e termos ou expressões afeitas e correlatas com as próprias exigências da contemporaneidade, tais como *sustentabilidade*, *modernização produtiva*¹²⁹,

¹²⁹ Para Alves *et al* (1997: 08): “As empresas, para aumentarem sua competitividade e conquistarem novos mercados, têm efetuado ampla reformulação das suas estruturas produtivas visando reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos. Isso, de maneira geral, implica substituição dos princípios fordistas de produção, baseados na rígida divisão do trabalho, na prescrição individual de tarefas e na falta de autonomia dos operários quanto à definição dos métodos de trabalho, por novos princípios pautados pela flexibilidade e pela capacidade de oferecer respostas rápidas e eficientes em contextos marcados pela mudança e pela incerteza. O novo paradigma produtivo, conhecido como especialização flexível, apresenta três grandes características. A primeira delas corresponde às inovações tecnológicas trazidas pela informática, pela microeletrônica e pela descoberta de novos materiais [...]. A segunda é expressa pela mudança das relações entre as empresas, na qual dissemina-se a prática da terceirização [...]. Expressa-se, dessa forma, uma tendência de descentralização empresarial e desverticalização industrial. A terceira e última característica refere-se ao advento de novos processos organizacionais na produção e no trabalho interno das empresas que objetivam, fundamentalmente, o aumento da eficiência”. [ALVES, Edgard Luiz Gutierrez *et al*. **Modernização produtiva e relações de trabalho**: perspectivas de políticas públicas. Ministério do Planejamento/IPEA, 1997].

mecanização, informatização, rendimento, preservação ambiental, responsabilidade social, dentre outras.

A produção canavieira tem a sua gramática. Combinadas, essas nomenclaturas, articuladas e estrategicamente disseminadas junto a população, supõe sutil e eficiente certo grau de superioridade produtiva a partir de dispositivos maquínicos, tecnológicos e de gestão e que supostamente mitiga ou ainda impede impactos e rebatimentos da sua degradação social e ambiental¹³⁰ intermitente sobre a cidade.

Para Fernandes e Gomes (2014: 85):

A mídia têm destacado as vantagens econômicas e ambientais da produção e consumo do etanol de cana de açúcar. Entretanto, pesquisas têm demonstrado que a realidade envolvendo a temática ainda é controversa e não se pode afirmar com certeza sobre a sustentabilidade da atividade sucroenergética. No que tange a dimensão ambiental, Pereira e Ortega (2010) afirmam que a produção do etanol está associada ao consumo significativo de recursos naturais, o que ocasiona grande impacto ambiental a nível local e regional. Ao considerar o componente ar, os autores explicam que a produção de etanol de cana libera CO₂, devido ao uso de combustíveis e outros insumos industriais durante o processamento industrial e agrícola, bem como pelo transporte. Sobre a produção de etanol em larga escala, esta não somente pode potencializar o problema climático como também gerar outros problemas, como a redução de terra arável para a produção de culturas alimentares, a concorrência com a pecuária, um excesso de apropriação dos ecossistemas, dentre outros, ameaçando a preservação da biodiversidade e a fertilidade do solo (GOMIERO, PAOLETTI e PIMENTEL, 2010). Além destes efeitos ecológicos, Gomiero, Paoletti e Pimentel (2010) advertem sobre as consequências sociais, as quais podem incidir sobre: (1) segurança alimentar, levando a um aumento do preço do alimento de base, (2) corporações transnacionais e

¹³⁰ Segundo Santos e Xavier (2010: 03): “Na realidade, a incorporação de um discurso ambiental por parte de diferentes agentes do setor canavieiro reflete a busca por identificar a atual cadeia produtiva do agrocombustível com temas como da renovabilidade ou mesmo da sustentabilidade ambiental. *Em termos práticos, ambas são questões que passaram a constituir o discurso oficial do capital, o qual se configura como uma terminologia conveniente à função de propaganda dos agrocombustíveis enquanto “fontes de energia limpa”.* Diante desse cenário, o que se observa, enquanto discurso, é uma tentativa de elevação dos agrocombustíveis a uma condição de solução para a questão das fontes renováveis de energia. Em especial no caso da expansão do etanol, trata-se da reprodução daquilo que Oliveira (2007) denomina como “o mito do etanol”, pois diante da maneira como tem sido apontado, tende a se criar uma ideia de que este seria um combustível limpo, livre de impactos nocivos ao meio ambiente e que por isso mesmo estaria dotado de características ambientais suficientemente legitimadoras de sua expansão”. [SANTOS, Luiz Henrique de Melo dos; XAVIER, Carlos Vinícius. O mito da renovabilidade na expansão da agroindústria sucroenergética. *AGRÁRIA*, São Paulo, no. 13, 2010].

grandes proprietários instituindo cada vez mais conflitos com áreas indígenas e de subsistência dos pequenos agricultores.

A monocultura da cana não se limita a narrativas exitosas e desenvolvimentistas; é bem mais que um apanhado coerente e eficaz de argumentos triunfalistas e que, não raro, sugere estar desprovida de múltiplas conexões com o mundo imediato e permeado de contradições do qual é parte.

Esta atividade é feito produtivo diversamente constituído; complexa e estruturada cadeia de negócios ou *anti-negócios*, sobretudo, no que respeita a gama de atividades de economia especulativa; é imersa nas determinações históricas de institucionalidades clássicas de mediação da vida social como governos, parlamentos, tradições e institutos educacionais.

Possui o dispositivo de transformar mediações, criar e alterar regras e regulamentos e, analogamente, se apresenta como se fora política ou parceria público-privada¹³¹ para Itumbiara e região. Sua conformação paisagística possui um equivalente comportamental e que se efetiva na conformação das formas do ser dos indivíduos da cidade.

Para fins eminentemente pedagógicos, se tratará das principais mediações, conceitos ou ainda e, originalmente, da falta de conceitos, opção política e administrativa advinda do governo local; dispositivo estratégico que

¹³¹ Na verdade, há uma imprecisão em determinar o cultivo empresarial da cana como sendo clássica *parceria público-privada* (PPP). Para o específico caso da PPP, seu conceito, previsto, inclusive em lei, afirma da paridade a envolver responsabilidades e riscos no empreendimento. O próprio Ministério do Planejamento irá afirmar que: “As parcerias público-privadas (PPP) são uma das possibilidades disponíveis aos governos para a oferta de infraestruturas econômicas e sociais à população. A experiência internacional oferece evidências no sentido de serem bons projetos de *parcerias público-privadas* eficazes para se obter o melhor uso dos recursos públicos, a entrega da infraestrutura no prazo e orçamento previstos e a operação mais eficiente na prestação de serviços e na manutenção dos bens. Uma das principais características das *parcerias público-privadas* que permite esses resultados é a adequada divisão dos riscos contratuais entre o poder público e o parceiro privado, a qual incentiva a inovação, a eficiência, o uso em nível ótimo dos ativos vinculados ao projeto e a gestão orientada à satisfação dos usuários. No Brasil as parcerias público-privadas são modalidades de contratos de concessão. A Lei 11.079, de 30/12/2004, regula as *parcerias público-privadas* no Brasil e incorporou diversos conceitos e experiências da prática internacional, tais como a remuneração do parceiro privado vinculada ao desempenho, a objetiva divisão de riscos e o fundo garantidor”. Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, *site*. Junho/2018.

permite, por seu turno, a consolidação do empreendimento canavieiro e mesmo sua elevação para um *status* especialmente privilegiado na cidade de Itumbiara.

O exercício, em seguida, tratará de analisar o plano diretor da cidade, o assim chamado PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ITUMBIARA (PDPI) e os lugares especialmente destinados à cana nas análises, ordenamentos e concepções da prefeitura municipal.

4.1.1. Mediações políticas e acordos da cana local

À imagem e semelhança da revolta,
aqui me tens, Senhor.
Fragmento de mil sombras,
minha glória é estar vivo.

[*Aqui me tens, Senhor.* Gabriel Nascente, 1982]

A historicidade da ampla moenda da cana em seu plano local obedece a tradições e institucionalidades políticas de importância decisiva. O suporte público ou legal é destes elementos decisivos que permite base e aprofundamento para sua implantação, desenvolvimento e continuidade.

A mediação política e institucional é, certamente, um dos pontos de estabilização da *moenda*. A esse respeito se utilizará do Plano Diretor de Itumbiara¹³² o mesmo “PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA-GO”; documento norteador às formas de intervenção da prefeitura municipal a partir do critério inarredável da “sustentabilidade”.

Já em sua apresentação¹³³, cita:

O Plano Diretor Participativo de Itumbiara, concebido segundo as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade, (Lei no. 10.257/01) e sob a ótica da **sustentabilidade** [grifo nosso], além de enfatizar o caráter **regulador e indutor do desenvolvimento** [grifo nosso] do Município, tem a

¹³² Disponível em:

<[http://www.camaradeitumbiara.go.gov.br/site/arquivos/leis/leis\(203\)2006.pdf](http://www.camaradeitumbiara.go.gov.br/site/arquivos/leis/leis(203)2006.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

¹³³ Fonte: **Plano Diretor Participativo de Itumbiara (PDPI)**/Apresentação, 2006.

responsabilidade de garantir aos cidadãos o acesso a serviços básicos de qualidade, e ainda a responsabilidade de definir estratégias e diretrizes para a atuação dos diversos agentes sociais na busca da satisfação e bem-estar da comunidade.

Este se trata de documento produzido pelo assim denominado *Núcleo Gestor* do PDPI (02 representantes da Prefeitura Municipal); mais 24 segmentos da esfera pública e privada (09 secretarias da Prefeitura; 03 representantes da Câmara Municipal; 01 representante da Agência Rural (Governo do Estado); 01 representante da Agrodefesa (Governo do Estado); 02 representantes do Conselho de Meio Ambiente; 02 representantes do CRECI; 02 representantes da Associação Comercial e Industrial; 02 representantes do Sindicato Rural; 02 representantes do CREA; 01 representante da Universidade Luterana do Brasil (UBRA); 02 representantes da AENGI (Associação de Engenheiros); 02 representantes do Clube de Diretores Lojistas (CDL); 02 representantes da FIPAS (Fundação de Promoção e Assist. Social); 02 representantes da Associação dos Hoteleiros; 02 representantes do CONTUR (Conselho de Turismo) e; associações de bairros onde não especifica a quantidade de representantes tampouco seus nomes) e; equipe consultora.

Com 129 páginas o documento apresenta o “*Cenário de Desenvolvimento e Estratégias de Intervenção*” nas mais distintas realidades de Itumbiara. Na sua introdução o documento mostra a “*falta de uma política urbana articulada*” representada por um conjunto de diretrizes, planos, leis e programas visando orientação às ações administrativas dos agentes públicos e da sociedade como um todo. Esta seria, pois, condição para a gestão do espaço urbano-rural de Itumbiara.

Em sua “*Diretriz 1*”, onde analisa o macro-eixo “Meio Ambiente” de Itumbiara, o documento propõe *programas, subprogramas e ações*. Dentre seus programas se registra o “*Programa de Recuperação de Recursos Hídricos*”. Em seguida:

- i. Subprograma do Ribeirão Santa Maria¹³⁴;

¹³⁴ Segundo documento da concessionária SANEAGO (2007): “No manancial Ribeirão Santa Maria, verifica-se que a qualidade de água encontra-se em condições para ser tratada para o consumo humano. Entretanto, identificamos na bacia a presença de assoreamento, aumento de

- ii. Subprograma dos cursos d'água urbanos;
- iii. Projetos específicos: orla urbana do Rio Paranaíba;
- iv. Bacia Córrego da Água Suja;
- v. Bacia do Córrego Trindade;
- vi. Bacia do Córrego das Pombas;
- vii. Lago de Furnas;
- viii. Manancial de Água Mineral

No que respeita a 'Diretriz 1' e que trata da análise ambiental da cidade, não é realizada qualquer referência ao monocultivo canavieiro desenvolvido no município. Uma única citação acerca da cana-de-açúcar é feita sem quaisquer tipos de consideração a fim de compromissos ou responsabilizações sociais e ambientais, sobretudo com os cursos d'água.

A 'Diretriz 2' estabelecida pelo PDPI trata de "*Promover Ações Articuladas de Saneamento Básico no Município*". É proposta, em seguida, a *gestão adequada do esgotamento sanitário; programa de macro drenagem urbana; programa de gestão de resíduos sólidos e; programas afins*.

Também neste item nenhuma alusão ou referência é feita aos aspectos sanitários da cana empresarial, aos resíduos acumulados e dispersados pela indústria da cana no curso do Rio Paranaíba.

Nas análises e sugestões da 'Diretriz 3' se verifica, da mesma forma, exposições panorâmicas, nada específicas onde proposições eminentemente simbólicas sobre meio ambiente, qualidade de vida e educação ambiental são elencadas.

Cita a 'Diretriz 3': "*Contribuir para a melhoria das condições ambientais, aperfeiçoando a regulamentação do uso e ocupação do solo e a educação ambiental*". No curso do texto o que mais irá se aproximar da área de interesse

turbidez da água, desmatamento, irrigação, loteamentos – expansão urbana, práticas agropecuárias ocasionando a poluição e degradação do manancial". Disponível em: <http://www.saneago.com.br/novasan/sudoa/arquivos/Itumbiara_STA%20MARIA_07.pdf> Acesso: 5 Jun. 2018.

dessa pesquisa é o assim denominado “*Programa de Atividades Agroindustriais*” e que, linhas gerais se limita a atividades de fiscalização.

Cita em sua única ‘ação de gestão’: “*Incentivar a fiscalização, a operação e a implantação de sistemas de tratamento em laticínios, frigoríficos, curtumes e usinas de álcool*”.

Na estratégia de “*Ordenamento Físico e Territorial*” de Itumbiara, o documento do PDPI se limita a tratar da principal atividade produtiva e de produção do território, de novo e mais uma vez, de maneira genérica.

Diz o fragmento: “*O território que caracteriza o município de Itumbiara apresenta conflitos na relação do desenvolvimento econômico com meio ambiente. Percebe-se que a produção primária não leva em consideração a legislação ambiental invadindo as áreas de proteção permanente e as reservas legais*”.

O texto segue: “*O mesmo acontece com as margens dos lagos de Furnas e Cachoeira Dourada, sendo que no Lago de Furnas, iniciou um processo inapropriado de urbanização*”.

O que se comprova nos diversos trabalhos de campo realizados no curso desta pesquisa é que as expansivas da *moenda moderna* mobilizou o território municipal. De outro modo, conflitos localizados foram intensificados com a ampliação da atividade canavieira.

Acerca dos conflitos pode-se rememorar as lutas dos trabalhadores sem-teto, ainda em curso, por áreas da cidade para fins de habitação; os enfrentamentos dos pescadores para a preservação do Rio Paranaíba visando continuidade de suas atividades profissionais e ameaçadas pelas atividades da sucroenergia.

Leives Carlos (**Foto 41**), pescador, 37 anos, em depoimento afirma que:

“*A cana é um dos ‘maior problema’ não só na nossa região, pra o nosso segmento mas é problema nacional. Vem acabando com a pesca, com a pequena agricultura*”.

“*Como é que fazem isso? É o inseticida que bate nas margens do rio e que eles num respeita; recentemente, agora, aqui na televisão aconteceu uma*

denúncia... *‘Eles joga’ veneno nas cabeceira dos ‘corgo’ (córrego) e que vai desaguar no rio e mata quilômetros e quilômetros de peixe”.*

“Foi comprovado que ‘eles joga’ sulfato de amônia e que vira uma bomba no rio. Os ‘peixe come’ e depois, não tem jeito, morre tudo”.

“A prefeitura nunca moveu uma única ação para ajudar nosso segmento”.

Foto 41 – Leives Carlos Mercedes¹³⁵; pescador. Itumbiara/GO



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018.

Vale o registro de um apicultor e que, em função da intermitência das aplicações de venenos sobre toda a região tem causado grandes prejuízos para esta atividade. O depoimento de Aparecido Donizete, 54 anos, é bastante revelador a esse respeito.

Diz Donizete (**Foto 42**): *“Eu era supervisor de produção da Louis Dreyfus (multinacional do agronegócio com filial em Itumbiara); deixei para cuidar da criação de abelhas e era muito bom; mas depois da cana tudo ficou mais difícil. Olha... Nos últimos três anos para cá, perdemos mais de cem caixas. É que a cana joga uns venenos que mata as ‘abelhas tudo’. E o pior é que não dá para aproveitar as caixas. Depois que contamina tem que pôr fogo nas caixas.*

¹³⁵ Leives Carlos Mercedes é presidente da Associação dos Pescadores de Itumbiara, entidade que congrega atualmente 1.090 filiados.

O prejuízo é grande, rapaz! Os insetos que a gente precisa para polinizar as flores morrem tudo”.

Foto 42 – Aparecido Donizete; apicultor¹³⁶. Itumbiara/GO



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018.

Nesse particular os problemas se acumulam e tem-se um adensado de conflitos não resolvidos ou sequer compreendidos. São problemáticas que avançam sem solução. A estratégia evidente dos órgãos de fiscalização e regulação é a discricionariedade e, não raro, simplesmente ignorar reclames individuais ou de segmentos.

Sobre a dinâmica dos territórios, das práticas e das formas produtivas o que se verifica é uma espécie de compressão do assim denominado *tempo-espaço* de Itumbiara o que reduz, por conseguinte, espaços sociais e coletivos ampliando e intensificando a concentração das áreas municipais pelas dimensões ativas e

¹³⁶ O apicultor Aparecido Donizete é feirante e expõe seus produtos na chamada “Feira Trindade” (em alusão ao córrego Trindade e que passa próximo a Feira onde desagua no Rio Paranaíba). A Feira acontece nos sábados e domingos no espaço denominado “Capim de Ouro” no centro de Itumbiara/GO.

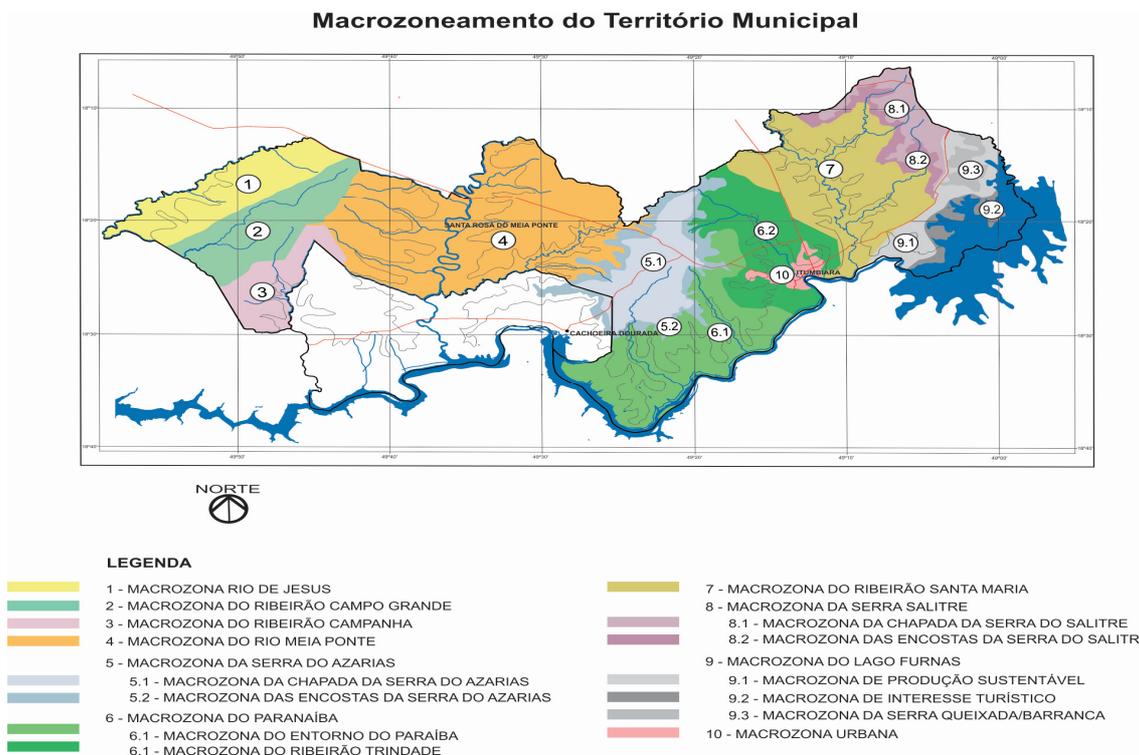
contínuas da cana e que, por suas disposições produtivas, enlaça toda a cidade, seus conteúdos e práticas cotidianas em seu movimento de produção.

Harvey (2002: 257) afirma:

Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural.

O curso documental do PDPI seguirá em análises gerais e que irão se assentar nas descrições das assim chamadas macrozonas do município de Itumbiara (**Figura 09**). Quais sejam: (1) Rio Bom Jesus; (2) Ribeirão Campo Grande; (3) Ribeirão Campanha; (4) Rio Meia Ponte; (5) Serra do Azarias; (6) Rio Paranaíba; (7) Ribeirão Santa Maria; (8) Serra do Salitre; (9) Lago de Furnas e; (10) macrozona urbana.

Figura 09 – Macrozoneamento de Itumbiara¹³⁷



¹³⁷ Disponível em:

<[http://www.camaradeitumbiara.go.gov.br/site/arquivos/leis/leis\(203\)2006.pdf](http://www.camaradeitumbiara.go.gov.br/site/arquivos/leis/leis(203)2006.pdf)>. Acesso em: 5 Jun. 2018.

Nada de mais específico é tratado acerca da atividade canavieira; nenhum tipo de análise de maior abrangência é elaborada no que respeita às lavouras de cana que alteraram substantiva e significativamente todo o rural do município com repercussões e incidências diretas sobre seu espaço urbano.

Não há qualquer menção à necessidade de dispositivos jurídicos locais de regulação e controle da atividade e sua expansão sobre o território municipal e seus fragmentos de Cerrados.

O fato é que em doze anos de vigência desse *texto-base* a nortear as políticas de gestão dos territórios municipais nada fora verificado em matéria do necessário disciplinamento territorial para toda e qualquer atividade produtiva, inclusive a produção canavieira.

Em recente levantamento realizado na Câmara Municipal de Itumbiara; na busca por registros, leis, ou normativas acerca de marcos regulatórios locais para a atividade da cana-de-açúcar nenhum registro a esse respeito fora encontrado.

De fato, o que se verifica é essa ausência crônica de reflexões ou análises a tal respeito como traço político das autoridades locais por sequer abordar a questão em tela.

Esta é experiência ao menos curiosa, posto que o município de Goiatuba (**Figura 10**), distante 56km de Itumbiara e que tem também no monocultivo da cana sua principal atividade econômica determinou, por meio da Lei Municipal no. 2.674/11 de 12 de setembro de 2011¹³⁸, regras essenciais para o ordenamento da atividade no respectivo território.

¹³⁸ Recentemente, a Câmara Municipal de Goiatuba aprovou a indicação no. 083/17 de 27 de novembro de 2017 que “sugere a alteração e/ou revogação da lei 2.674/11, que dispõe sobre a limitação da área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar” no município. A proposta foi realizada pelos vereadores Vanúbia Cândido e Marcio Cassiano. O argumento dos vereadores é que a lei de 2011 permitia o cultivo da cana em até 90% das áreas do município e distante pelo menos, três quilômetros da sede do município. Na verdade, a nova lei atualiza ambientalmente essa determinação de maneira a reduzir os espaços destinados para a cana para 50% e distante da sede do município em, ao menos, dez quilômetros.

Figura 10 – Lei Municipal de Goiatuba

LEI MUNICIPAL Nº 2.674/11 – de 12 de setembro de 2011

“Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA**, Estado de Goiás, **APROVOU** e eu, **Prefeito Municipal, SANCIONO** a seguinte lei.

Art. 1º - Os artigos 1º, 2º e 3º, da Lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Por força da presente lei fica limitada a área destinada ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, no máximo de 90% (noventa por cento)”.

“Art. 2º - As lavouras de cana-de-açúcar deverão resguardar uma distância mínima de pelo menos 03 Km (três quilômetros) de raio da sede do Município”.

PARÁGRAFO ÚNICO – As queimadas deverão respeitar um raio de 10 Km (dez quilômetros) do perímetro urbano.

“Art. 3º - No caso de infração aos artigos 1º e 2º fica estabelecida a multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Município por dia, até que se cesse a irregularidade, ao agricultor proprietário, ou agricultor arrendatário, ou associação, ou cooperativa, ou empresa, responsável pelas áreas de cultivo de cana-de-açúcar que plantaram por último e excederam ao limite permitido”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO DE GOIATUBA, Estado de Goiás, aos doze dias do mês e setembro do ano dois mil e onze (12/09/2011).

MARCELO VERCESI COELHO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que a Lei Municipal nº 2.674/11 foi publicado em placard da Prefeitura M. de Goiatuba-Go no dia 12/09/2011

Servidor matrícula nº2.664

O mesmo processo havia se dado bem antes na cidade de Rio Verde, no sudoeste goiano, distante 200km de Itumbiara, onde a prefeitura municipal com apoio de 47 entidades de classe deu forma para a Lei no. 5.206¹³⁹ que limita em 10% da área municipal destinada a agricultura, ao cultivo da cana; esta Lei foi, em seguida, cassada.

A câmara municipal da cidade de Quirinópolis, que dista 145km de Itumbiara, criou a Lei no. 2.640/06 que dispõe sobre a *“produção e o transporte de cana-de-açúcar no entorno da zona urbana de Quirinópolis”*.

A cidade de Jataí, também no sudoeste goiano, distante 289km de Itumbiara, aprovou projeto de Lei no. 082, em 21 de dezembro de 2010 onde

¹³⁹ Disponível em: < http://www.rioverde.go.gov.br/arquivos/LEI_5206_2006.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

regulamenta o assim chamado *Plano Diretor Agrícola*. Na iniciativa o plantio da área de cana fica limitado a 50 mil hectares.

De fato, se verifica uma indisposição local para a análise e o entendimento objetivo do que efetivamente representa a atividade da cana para a integridade mínima das atividades rurais locais mas também e, sobretudo, para o cotidiano do urbano.

Efetivamente e sem maiores surpresas, o PDPI, que fora anunciado com muito entusiasmo pela prefeitura de Itumbiara não fora efetivado em seus mínimos; suas diretrizes, suas ações de governo e mecanismos de intervenção não aconteceram sob quaisquer aspectos.

Em visita a Agência Municipal de Meio Ambiente de Itumbiara (AMMAI) para a verificação de relatórios e de outros indicativos acerca das ditas intervenções urbanas presentes no PDPI, de novo, nada havia sido realizado. Não havendo, dessa forma, registros de maior relevância e que mereçam ser considerados.

Ao fim de 2017, a prefeitura municipal deliberou por rever seu Plano Diretor (**Imagem 05**). De outra maneira, não realizou qualquer audiência ou balanço público para expor ganhos e realizações advindas a partir do seu PDPI concebido ainda em 2006.

Imagem 05 – Folha de Notícias¹⁴⁰

FOLHA DE NOTÍCIAS
Itumbiara, Terça-feira, 07 de Novembro de 2017 Ano XXVII Nº 6082 (64) 3431-8037

Após 12 anos, Plano Diretor passará por 1ª revisão feita pelo Comdur

Foi realizada ontem, 06, no auditório do Palácio 12 de Outubro, a posse do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (Comdur), formado por 20 membros de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e da sociedade civil organizada. Além dos empresários, o evento contou com a presença do prefeito Zé Antônio, do vice Gugu Nader, de vereadores, Secretários Municipais e convidados.

Entre as atribuições do Conselho está a revisão do Plano Diretor, que teve sua última edição realizada em Itumbiara no ano de 2005, não tendo passado por nenhuma revisão e/ou atualização desde então, há 12 anos. É de responsabilidade do Comdur os pontos-chaves para o desenvolvimento da Cidade como turismo, habitação, trânsito, expansão da área urbana, entre outros. Por meio da atuação do Comdur, a participação popular se faz ativa, visto que as reuniões são abertas ao público e a contribuição direta dos cidadãos.

Unimed 28 anos
Em comemoração ao seu aniversário de 28 anos de fundação, a Unimed Regional Sul vai espalhar 2.800 sementes de Ipê e Baião em baldes biodegradáveis no céu de Itumbiara nesta quarta-feira, dia 08 de novembro.

Recital de Piano a quatro mãos
Priscilla Caieta e Samantha Martins apresentam o *Das Afascade* Recital de Piano a Quatro Mãos, nesta quarta, às 19h, no Palácio da Cultura, onde também funciona o Museu de Itumbiara, na Rua Santa Rita, 81, Centro.

CURSOS GRATUITOS SENAI
Senai abre vagas para cursos gratuitos online

Membros do conselho com o prefeito Zé Antônio, ontem pela manhã no auditório do Palácio 12 de Outubro: gestão democrática e responsável

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://online.folhadenoticias.com.br/6082.pdf>> Acesso em: 5 Jun. 2018.

É importante considerar que, diferentemente do que se possa pensar, o necessário experimento de um marco legal para a regulamentação, sobretudo, ambiental, da cana plantada e industrializada em Itumbiara já fora iniciativa da câmara municipal da cidade ainda nos anos de 1990, com o projeto do parlamentar Geraldo Nunes (**Foto 43**).

Foto 43 – Ex-vereador Geraldo Nunes



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Junho/2018

É o que consta no depoimento do potiguar e ex-vereador de Itumbiara, Geraldo Nunes dos Santos¹⁴¹, 66 anos, que fora eleito para dois mandatos consecutivos em Itumbiara (1989/1992 e 1993/1996), tendo sido, inclusive, presidente da câmara municipal.

Ao ser indagado sobre as razões do seu projeto Nunes afirmou categoricamente que: *“Elas [as usinas] não respeitavam as delimitações das águas e das nascentes”*; prosseguiu: *“Eu tinha tudo isso em dados, em números... E elas não respeitavam nada. Matavam as nascentes d’água”*.

Seu projeto se assentava, segundo o mesmo, em três quesitos essenciais; o primeiro: *a delimitação de áreas de plantio de cana de maneira a proteger minas e nascentes d’água*; segundo: *a expressa proibição de queimadas e*; terceiro: *a proibição do despejo de venenos por aviões de uso agrícola*.

¹⁴¹ A entrevista com *Geraldo Nunes dos Santos* foi realizada em 09 de junho de 2018, em uma tarde de sábado, na sua residência: Avenida Paranaíba, 709, Centro. Itumbiara/GO

Ao ser questionado sobre o atual momento pela qual passa Itumbiara em sua relação com a indústria canavieira, Nunes afirma orgulhoso que: *“quem puxou essa discussão foi Itumbiara, inclusive, nós servimos de exemplo para Rio Verde”*.

Sobre as reações das usinas quanto ao seu projeto, o ex-vereador cita: *“A usina fretou ônibus e encheu a Câmara de Vereadores de trabalhadores da cana e; as usinas pararam de empregar e me responsabilizavam por isso; como provocação, a Câmara chegou a dar um título de cidadão para o Luís Franceschi [usineiro de Itumbiara] e conseguiram derrubar meu projeto”*.

O ex-vereador descreve ainda que na mesma iniciativa, buscou constituir uma regulamentação para a atividade de dragagem de areias no Rio Paranaíba. Na sua propositura assinalava a determinação de combate ao assoreamento segundo a qual não se extraísse areia a menos de cinco quilômetros do curso urbano do Rio.

Com o apoio do então prefeito e fazendeiro Luiz Moura¹⁴² e da grande maioria dos vereadores, os usineiros lograram êxito no arquivamento da única iniciativa pública de Itumbiara a fim de alguma salvaguarda urbano-rural dos efeitos da indústria canavieira.

A necessidade dessas discussões locais e públicas sobre a importância da cana, dos seus efeitos e impactos é evidentemente útil porque tais processos são geradores de formação e sensibilidade social acerca do monocultivo. Suscitam e fomentam discussões e alternativas produtivas; sugerem outras possibilidades de atuação e exploração dos ativos ambientais do território municipal.

Desse quadro é possível, por fim, que a população, o segmento mais afetado e interessado na qualidade e nas relações de produção que o complexo

¹⁴² Ex-prefeito de Itumbiara, Luiz Gonzaga Carneiro de Moura nasceu em Santa Bárbara (MG). Formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi presidente da Associação Médica de Itumbiara e diretor da extinta OSEGO. Ingressou na política em 1982, quando disputou vaga na Câmara Municipal de Itumbiara, tendo sido o vereador mais votado com 1.862 votos. Elegeram-se prefeito da cidade em 1989 com mais de 16 mil votos. Era correligionário do governador Marconi Perillo (PSDB). Em 1998, Luiz Moura conquistou vaga na Assembleia Legislativa, exercendo mandato na 14^a legislatura, de 1^o janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002.

canavieiro envolve, consiga interferir por meio da propositura de caminhos, na construção de alternativas ambientais, sociais e ecológicas para o município.

De outra maneira, do resultado de toda essa conflagração política e econômica em que se privilegiou bem mais interesses empresariais do que as reais possibilidades de qualidade de vida para toda uma população; onde se optou por um dinamismo econômico destrutivo e fora de qualquer controle local ou regional a um padrão produtivo assentado em práticas elementarmente ecológicas e mediadas por elementos e costumes de uma agricultura familiar originalmente constituída, de clara influência ambiental e minimamente solidária, tem-se, ao invés, um cenário de aberto aniquilamento das potencialidades do Cerrado¹⁴³ local.

O quadro ambiental e da biodiversidade de Itumbiara é drama incontornável que não admite recomposição ou reformas; a cidade é plena extensão das lavouras de cana onde sequer a análise dos seus efeitos são postas em causa pelas governanças locais.

¹⁴³ O professor Altair Salles Barbosa (PUC/GO) é atualmente um dos grandes especialistas sobre o Cerrado e quem explica a importância deste bioma não só para Goiás mas para todo o país. Diz Barbosa (2014): “Para entender isso é preciso primeiramente entender o que é o Cerrado. Dos ambientes recentes do planeta Terra, o Cerrado é o mais antigo. A história recente da Terra começou há 70 milhões de anos, quando a vida foi extinta em mais de 99%. A partir de então, o planeta começou a se refazer novamente. Os primeiros sinais de vida, principalmente de vegetação, que ressurgem na Terra se deram no que hoje constitui o Cerrado. Portanto, vivemos aqui no local onde houve as formas de ambiente mais antigas da história recente do planeta, principalmente se levarmos em consideração as formações vegetais. No mínimo, o Cerrado começou há 65 milhões de anos e se concretizou há 40 milhões de anos. O Cerrado é um tipo de ambiente em que vários elementos vivem intimamente interligados uns aos outros. A vegetação depende do solo, que é oligotrófico [*com nível muito baixo de nutrientes*]; o solo depende de um tipo de clima especial, que é o tropical subúmido com duas estações, uma seca e outra chuvosa. Vários outros fatores, incluindo o fogo, influenciaram na formação do bioma – o fogo é um elemento extremamente importante porque é ele que quebra a dormência da maioria das plantas com sementes que existem no Cerrado. Assim, é um ambiente que depende de vários elementos. Isso significa que já chegou em seu clímax evolutivo. Ou seja, uma vez degradado não vai mais se recuperar na plenitude de sua biodiversidade. Por isso é que falamos que o Cerrado é uma matriz ambiental que já se encontra em vias de extinção”. A íntegra da entrevista se encontra disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>>. Acesso em: 4 Jun. 2018.

O depoimento de Carlos Vieira¹⁴⁴ (IBGE/Itumbiara) a esse respeito bastante revelador e explicativo quanto às repercussões e implicações sociais e urbanas do movimento intramunicipal da cana para Itumbiara.

Vieira irá afirmar que das *1.114 propriedades rurais de Itumbiara, algo como 350 e 400 propriedades* (estes dados seguem, segundo o mesmo, sendo atualizados) *estão arrendadas para o cultivo da cana. Estas são as principais e maiores propriedades de Itumbiara e que possuem, em média, 150 alqueires de área.*

Comumente, as usinas arrendam de 100 alqueires a 120 alqueires de cada uma dessas áreas para a cana. Conta Vieira que *“esse valor depende muito das avaliações dos agrônomos das usinas. Evidentemente áreas pedregosas, alagadiças ou em beiras de represas não entram na conferência”*.

Segundo o técnico do IBGE, o principal problema urbano da cana é a concentração de renda que ela propicia. Diz: *“A concentração é a marca da cana. Uma colheitadeira, por exemplo, desemprega diretamente 250 pessoas e; normalmente quando alguém ‘aluga’ sua terra para a cana, as famílias que viviam ali vê a maior parte dos seus membros sem trabalho ou qualquer atividade”*.

Vieira afirma que, *“de fato, com a monocultura da cana o crescimento econômico global aconteceu na cidade; há um importante incremento do PIB local”*, no entanto, conclui: *“contraditoriamente, a renda per capita cai visivelmente; o que nós consideramos um grave problema local e gerador de dilemas sociais”*.

Acerca da mitigação dos impactos ambientais da cana, irá ainda revelar que a queima da biomassa da cana nas usinas instaladas em Itumbiara visando a geração de energia elétrica é pouco significativa. Afirmou: *“[...] sim, as caldeiras queimam o ‘bagaço’ mas essa geração de eletricidade serve fundamentalmente para a própria produção. Essa energia ainda não é comercializada e o refugo, as cinzas são jogadas no campo para o aumento da fertilização da terra”*.

¹⁴⁴ Carlos Roberto Vieira Silva é técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Matrícula no. 769550. O escritório do IBGE/Itumbiara situa-se na Rua Santa Rosa, no. 140. Jardim América. Fone (64) 3431-6123.

Nesse sentido, um dos principais efeitos sociais e urbanos do expansionismo da moenda itumbiarenses possui, em princípio, um caráter eminentemente econômico – a intensificação da concentração das rendas – o que se converte, em seguida e, evidentemente, em problemática social, laboral e cultural para toda a cidade e para seus processos fundamentais de integração.

O que se identifica posteriormente é que a assim chamada economia formal da cidade não possui as menores condições de admitir ou absorver a quantidade, sobretudo, de jovens em suas dinâmicas.

Não por acaso e como resposta, se atesta a expansão de feiras populares, as massivas atividades informais no centro comercial de Itumbiara, numerosas atividades insalubres dentre diversas outras a envolver trabalhos precários, sazonais ou eventuais, como as desenvolvidas por moto-taxistas.

Segundo o IBGE¹⁴⁵, no *Censo/2010*, Itumbiara contava com 92.883 habitantes; a projeção de sua população para 2017 fora de 102.513 habitantes. Os principais segmentos etários e em condições de trabalho (**Tabela 4**) estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 4 – Trabalho e juventude. Itumbiara/GO

Faixa de Idade (Anos)	Homem	Mulher	Total
15 a 19	3.899	3.655	7.554
20 a 24	3.932	3.937	7.869
25 a 29	3.857	3.826	7.683
30 a 34	3.859	4.131	7.990
	15.547	15.549	31.096

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.**

De maneira panorâmica e considerando que a população de Itumbiara é essencialmente jovem¹⁴⁶, tem-se o ingresso anual de um quantitativo de, ao

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itumbiara/panorama>>. Acesso em: 5 Jun. 2018.

¹⁴⁶ A controversa faixa de idade que envolve os assim denominados “jovens” se dá a partir da definição oficial do IBGE que os compreende dos 15 aos 29 anos de idade.

menos, oito mil jovens no mercado local de trabalhos; para uma economia assentada, fundamentalmente, nas empresas do agronegócio, com especial destaque ao segmento da cana e que avança modernizando/mecanizando seus processos de produção ou em pequenos negócios do setor de serviços.

4.2. No ventre do Leviatã Doce

Estranha sinfonia andam nalva vibrando
 Batuíras e xeréus, sanhaços e azulões;
 Por sobre os buritis das marrecas o bando
 Vai em arco, guinchando em busca dos sertões.
 [Paisagens goianas, Hugo de Carvalho Ramos, 1950].

Todas as descrições realizadas sobre a cana de Itumbiara que concomitante, reproduz o próprio município; buscam demonstrar que em contextos locais da municipalidade e mesmo na dimensão imaterial do seu complexo produtivo, a *moenda* de Itumbiara é, isto sim, parte ativa e operante de uma lógica maior.

Jamais fora ocorrência desvinculada de realidade mais ampla e que garante, por sua vez, condição nacional, regional e municipal para que tal fenômeno se realize. A defesa que se procede é que a cana produzida em Itumbiara é parte integrante de amplo mosaico sócio-produtivo e que abrange os principais Estados produtores do País.

Em criativo movimento de ordenação de fatores segundo o qual diferenças são equacionadas o segmento sucroalcooleiro do País incorpora, amplia, inclui ou exclui unidades produtoras em inconcluso processo de ajustamento onde o próprio setor, mediado por aportes e suportes públicos vai se adequando às variações cotidianas do mercado.

Estabelece padrões, formas de operação e intercâmbios dos mais diversos onde, de novo, realiza espécie de orquestração de feição nacional/internacional onde usinas ou companhias de bioenergia em melhores condições incorporam

menores ou mais deficitárias; se tornam acionistas, gestoras e investidoras umas das outras¹⁴⁷.

Conforme Castro e Dantas (2009: 04):

A entrada de grandes *players* nacionais e internacionais no setor sucroenergético permite que a expansão do setor ocorra com base na construção do que se pode denominar “fábricas de energia”, apresentando maior escala de produção, buscando e viabilizando a obtenção de significativas economias de escala. A possibilidade de explorar essas economias de escala é relevante para a promoção de investimentos na geração de eletricidade pela redução nos custos do investimento e pelo poder de barganha que esta maior escala concede ao grupo econômico no momento de negociar a comercialização da sua energia. Entretanto, este processo de expansão do setor sucroenergético sofreu, como outros setores produtivos, um grande revés com a eclosão da crise financeira e econômica mundial em 2008. O impacto foi muito sentido no setor sucroenergético, em grande medida devido ao alto grau de endividamento, vinculado diretamente à aposta feita no crescimento da demanda de etanol no mercado nacional e internacional. Tradicionais grupos do setor sucroenergético como o Santelisa Vale, formado após a fusão entre o Grupo Santa Elisa e o Grupo Vale do Rosário e o início de audacioso programa de expansão e diversificação dos seus negócios, levaram a grave crise financeira que culminou com sua aquisição por parte do grupo Louis Dreyfus. Outro exemplo foi a incorporação do Grupo Nova América pelo Grupo Cosan.

¹⁴⁷ A esse respeito, informações acerca de fusões ou aquisições de usinas de cana são muitas. Se realizará aqui, pequeno apanhado de notícias para demonstrar esse processo econômico. O site de notícias econômicas **Monitor Digital** anunciava, por exemplo, em 13/04/2007: “São Martinho e Cosan juntas para comprar Usina” [Disponível na internet]; com o título “58 usinas mudam de mãos no Brasil”, a matéria dos jornalistas Eduardo Magossi e Gustavo Porto publicada em **O Estado de São Paulo** (07/03/2010) discorre: “Nos últimos três anos, houve uma média de 1,52 operação desse tipo por mês no País. Foram 58 operações envolvendo mais de 100 das cerca de 400 usinas de açúcar, álcool e bioeletricidade brasileiras. Famílias como Biagi, Junqueira e Rezende Barbosa, até então sinônimos de usineiros, fizeram apostas erradas na crise, enfrentaram dificuldades e viraram acionistas minoritários de grandes companhias” [Disponível na internet]; a revista **EXAME** publicava em 11/03/2011, matéria assinada pela jornalista Beatriz Olivon cujo título era: “BP [British Petroleum] segue de olho em aquisições em biocombustíveis no Brasil” [Disponível na internet]; A revista **Isto É Dinheiro** (11/09/2007) anunciou: “*Raízen conclui aquisição de usinas de Santa Cândida e Paraíso, do Grupo Tonon*”. Parte da matéria cita: “As usinas foram adquiridas por R\$ 823 milhões em proposta feita pela companhia e aprovada em junho na assembleia geral de credores do Grupo Tonon, em recuperação judicial. No mês passado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação”. [Disponível na internet]; matéria publicada no jornal **O Estado de São Paulo** (26/02/2018) anunciava que: “A Tereos Internacional considera ampliar o seu parque fabril que consta atualmente com sete usinas, todas no Estado de São Paulo [...]. Na mira para possível expansão há seis unidades da *Bunge*, próximas às da Tereos” [Disponível na internet]; matéria de William Nozaki e publicada na revista **Carta Capital** (25/07/2017) cujo título é “*A Petrobras e a “mão invisível” do agronegócio*” tem-se: “Pedro Parente ordena o corte nos investimentos em biocombustíveis em proveito das multinacionais agrícolas, entre elas a *Bunge*, empresa que presidiu” [Disponível na internet].

Esse processo de fusões se acentua, sobretudo, em períodos de crise onde grande parte das usinas e destilarias envoltas com endividamentos acumulados e que inexoravelmente se expandem, perdem capacidade de gestão sobre os próprios passivos o que culmina, em seguida, na ampliação da ociosidade da maior parte das plantas industriais.

O cenário externo¹⁴⁸ é a condicionante que jamais pode ser desconsiderada posto que suas influências e oscilações geram impactos e efeitos diretos nas dinâmicas internas e na forma como a economia do setor está organizada.

A ampla e intrincada cadeia sócio-produtiva a envolver a disponibilização de bens, insumos e serviços para o complexo da cana no âmbito de Itumbiara é base decisiva às suas atividades. Opera no plano local visando a feitura das condições territoriais e respectivos conteúdos para o próprio aprofundamento dessa organicidade produtiva.

O acionamento da cadeia da cana, no entanto, se dá em sincronia com calendários, políticas de financiamento¹⁴⁹, tecnologias desenvolvidas, técnicas de

¹⁴⁸ Para Dantas (2009: 48): “Em 2007/2008 teve início a maior crise do capitalismo no pós-guerra. Como a grande crise de 1929, que se estendeu ao longo dos anos 30 e só pôde se “resolver” na Segunda Guerra Mundial, ela nasceu no epicentro do imperialismo, os EUA, determinando o fim do período de expansão que se seguiu à restauração capitalista na Rússia, no Leste Europeu e na China, em que as derrotas históricas sofridas pela classe trabalhadora e o fim do primeiro século da revolução social abriram caminho para a ofensiva global do capital pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução ampliada. Como todas as grandes crises do capitalismo, a que agora se inicia é a expressão concreta do fato de que não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa de capitais sobre-excedentes que diariamente circula nos mercados financeiros de todo o planeta.”

¹⁴⁹ A esse respeito é oportuno o registro do chamado Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA), uma linha de crédito disponibilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no objetivo da modernização das plantas industriais das usinas. Aliás, linha de financiamento fundamental para a necessária redução dos custos dos canaviais. A *Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais* (SIAMIG) cita: “O mais recente dado divulgado pelo PECEGE [Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas] concluiu que o produtor de cana-de-açúcar desembolsou, na safra 2017/18, a média de R\$ 7.282,04 por hectare para renovação do canavial, valor 3,69% menor que os R\$7.562/ha da safra anterior. O estudo considerou a realidade de 33 amostras do Centro-Sul. Essa redução acontece após um aumento de 11,73% entre as safras 2015/16 e 2016/17. Esse tipo de flutuação nos custos de produção, contudo, é comum para o setor. De 2014/15 a 2015/16, por exemplo, os custos para renovação de canavial tiveram uma redução de 1,38%, logo após um aumento de 11,65% entre 2014/15 e 2015/16. O valor médio de 2017/18 fica próximo ao máximo financiado, de R\$ 7.265, pelo BNDES dentro do *Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais* (ProRenova), que teve vigência até 31 de dezembro de 2016. A pesquisa aponta que esse não é um valor cravado, pelo contrário: de acordo com as análises, as particularidades dos insumos usados e as práticas de plantio adotadas pelo produtor fazem com que o preço varie entre R\$ 5.939,31 e R\$ 9.054,49 por hectare. No relatório divulgado, sob a responsabilidade técnica do professor João Rosa, entram na conta três estágios de produção – os gastos com preparo do solo, o plantio (incluindo a muda) e os tratamentos da cultura

plantio e políticas fiscais¹⁵⁰ implementadas pela União, Estados e municípios o que envolve renegociações de dívidas e outros ajustamentos.

Não são papéis triviais; ao contrário, são mediações centrais no processo de arregimentação social a fim do acionamento do complexo canavieiro. Neste paralelo é preciso registrar de que não são acionados apenas campos, maquinarias e processos. Mais que isso são postos em movimento ideias, formas de entendimento, relações sociais e produtivas e, como consequência, comportamentos políticos e ambientais que são construídos e da mesma maneira, cultivados.

A paisagem monocolor da cana e todo o engenho técnico-administrativo-territorial que lhe permite forma e conteúdo enceta narrativa e vocabulário próprios. Na manutenção das lavouras onde pesticidas e herbicidas são aplicados em áreas plantadas se diz “combate”. Por sinal, em estudos de campo para esta pesquisa, a resposta de um trabalhador da cana ao ser indagado sobre sua função foi ao menos curiosa ao afirmar: “*eu sou do combate!*”.

“*Hierarquias cristalizadas*”, “*organogramas rígidos*”, “*fluxogramas estruturados e inflexíveis*”, “*gestão de territórios*”, “*disciplina*”, “*controle dos tempos*”, “*combates*”, dentre outros termos remetem ao fato de que, em outro contexto poderia se estar a tratar, quem sabe, de um comando militar; talvez de um quartel ou ainda de um batalhão, mas de fato, é do universo da manufatura da cana que se trata.

da cana-de-açúcar. Considerando essas três etapas, 23,62% do investimento vai para o preparo do solo, 65,60% para plantio e 10,78% para os tratos da planta. Disponível em: <<http://www.siamig.com.br/noticias/quanto-custa-o-plantio-de-cana-no-brasil>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

¹⁵⁰ Segundo Santos (2017: 27): No caso do setor sucroenergético, descontos ou isenção, por um período de tempo determinado, do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) e do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), representam menores custos com instalação/operação de UAS [Unidades Agroindustriais Sucroenergéticas] e empreendimentos logísticos. A redução da alíquota do ICMS sobre o etanol também é uma medida tomada pelos governos estaduais importantíssima para o setor, pois tende a melhorar a competitividade do preço do etanol frente à gasolina e estimular o seu consumo final. Em Minas Gerais, por exemplo, o governo reduziu essa alíquota de 19% para 14% em 2015 (JORNALCANA, 2015), o que segundo a ANP (2016) propiciou um aumento de mais de 138% na venda estadual do combustível entre 2014 e 2015 (749,6 para 1.789,9 milhões de litros), beneficiando diretamente as UAS da RCASS [Região Competitiva Agroindustrial do Setor Sucroenergético] de Uberaba-Frutal. [SANTOS, Henrique Faria dos. Competitividade Regional do Setor Sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Formação (On Line)**, v. 01, n. 25, maio-agosto 2017].

As palavras são devidamente tratadas, reparadas e utilizadas. Desta maneira é fundamental que a palavra seja dissociada do mundo objetivo do trabalho, ou seja, a “palavra boa” é a que, para este específico caso, não é palavra; que não conta, que não informa mas que, ao contrário, *des*-conta, esconde, ignora, obscurece.

Para o complexo da cana a “palavra boa” é a que mais se divorcia do efetivo concreto do trabalho realizado. Que opera na redução dos impactos, negando análises, amenizando e ocultando conflitos. Por isso, por exemplo, o “combate” e não as intensivas pulverizações e aplicações de venenos de herbicidas ou pesticidas.

A palavra é estratégia marcante para a monocultura canavieira e opera desde seus mais prosaicos pormenores até a presença articulada e ativada em contextos maiores. É o sentido da sua burocracia que ultrapassa e rompe cotidianos específicos do trabalho para se achegar sutilmente aos fluxos da vida comum.

É fenômeno que se realiza justamente em função da forma como o complexo canavieiro se organiza; é mecanismo organizacional necessariamente hiper-estruturado e que mira única e exclusivamente no atingimento dos seus fins.

É bastante corriqueiro, por exemplo, que as pessoas façam exercícios matinais na assim chamada Avenida Beira Rio; seu calçadão é na verdade, grande praça linear. Da mesma forma, é comum de se ouvir de certo tipo de rapaz enamorado por alguma moça que segue no curso de sua caminhada e que solta que “*daria dois alqueires de cana para estar com essa moça!*”.

Há o inconfundível “*toró*” e que quer dizer “muito”. Ainda no começo de 2018, quando da reforma do secretariado municipal, o atual prefeito nomeou sua mãe, Maristela Gouveia¹⁵¹, para duas funções em seu governo: como secretária de cultura da cidade e presidente da Fundação Solidariedade (FUNSOL), entidade de assistência social da prefeitura municipal.

¹⁵¹ Ver. o novo secretariado de Itumbiara em: http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/index.php?p=noticias_ver&id=2404 Acesso em: 12 jun. 2018.

Partiu de um personagem do humorístico¹⁵² local conhecido pela crítica ferina aos políticos e eventos políticos da cidade e que por ocasião da nomeação da parente direta do prefeito, soltou: “*Mais ‘minino’... O que é que a Maristela entende de “cultura”? Só se for “cultura de cana!”*”.

Ocorre que passando pelos já citados “*combates*”; por certo galanteio de caráter duvidoso até aos humorísticos banais a envolver a política local o mundo da cana vai se convertendo em falares; em formas comparativas, interacionais, em referência de localização ou em cultura e que também é emblemática cultura visual.

Outro fenômeno a esse respeito é que canaviais são espaços privilegiados para práticas criminosas; não raro corre na cidade a notícia de que fora encontrado certo veículo que fora roubado e deixado no canavial; o outro fora abandonado e incendiado em outro campo de cana; da mesma forma, são frequentemente encontrados cadáveres¹⁵³. São eventos corriqueiros e presentes nos diálogos das pessoas da cidade.

O que se defende é que um processo de produção tal qual o representado pelo segmento canavieiro ativa parte importante dos agentes econômicos do País e que, tal qual se verifica, se capilariza, se estende dos meandros e interstícios

¹⁵² Aqui se refere ao “Perereca”, personagem local e que não ousa revelar sua verdadeira identidade por receio de perseguição política. A estratégia de “Perereca” é produzir áudios onde combina política com humor para, em seguida, enviar às redes sociais, sobretudo, na rede *watsapp*.

¹⁵³ “Corpo de adolescente é encontrado por fazendeiro em canavial de Itumbiara” dizia a matéria do jornal **Globo.com** de 08/07/2016. [Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/07/corpo-de-adolescente-e-achado-por-fazendeiro-em-canavial-de-itumbiara.html>>. Acesso em: 30 abr.2018];

“Ossada humana é encontrada em Itumbiara, GO. Matéria que trata do corpo do professor Mario Fernando Borges Ferreira e encontrado em um canavial de Itumbiara. [Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/07/identificada-ossada-de-professor-que-sumiu-ao-visitar-namorada-ha-5-anos.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018];

“Taxista vítima de latrocínio é encontrado em canavial de Itumbiara”. Matéria publicada no site **MaisGoias**. [Disponível em: <<https://www.emaisgoias.com.br/taxista-vitima-de-latrocinio-e-encontrado-morto-em-canavial-em-itumbiara/>>. Acesso em: 30 abr. 2018];

“Policial aposentado é assassinado em Itumbiara e corpo é encontrado em canavial”. Publicado em **O Popular**. [Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/policial-aposentado-%C3%A9-assassinado-em-itumbiara-1.33496>>]. Acesso em: 15 abr. 2018.

mais remotos da vida cotidiana na cidade até a conformação de nova ou similar forma estatal.

Dessa maneira, essa pesquisa denomina de *Leviatã Doce* ao extenso território que envolve fundamentalmente cinco Estados brasileiros e não casualmente, os principais produtores de cana do País, quais sejam: São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul e que dão forma para um tipo bastante específico de organização, uma similaridade estatal.

Pode parecer fora de propósito categorizar a moderna lavoura canavieira do centro-sul brasileiro de *neo-institucionalidade*; de estrutura produtiva densa de autonomia econômica, produtiva e territorial a estabelecer interface decisiva e privilegiada com o mundo da política e com dimensões sociais e ambientais estrategicamente importantes. No entanto, é o que se evidencia objetivamente.

A organização da cana, seus níveis de eficiência ou de obsolescência, as articulações político-institucionais que desenvolve também garantem decisiva interface com a chamada política. Sob outras angulares a cana brasileira apresenta fundamental dimensão política.

A grande produção canavieira posta neste *macro* território da qual a goiana Itumbiara é singela fração garante para o setor uma força econômica, cultural e política de tal ordem e intensidade que efetivamente, a categoria de maior pertinência para a interpretação deste fenômeno é, de fato, a de *neo-estado*.

Mas que tipo de Estado, com que base, organização ou forma de operacionalização ele se dá? Onde está a semelhança, sua similitude com os tais Estados convencionais e de caráter moderno? Onde se acham os paralelos e as formas de acontecimentos para tal assertiva? Há uma geopolítica da cana? Onde está?

São questões candentes e complexas mas, desde o começo, se parte do princípio de que o Estado só pode ser concretamente compreendido a partir de sua materialidade, do seu desenvolvimento real e livre de idealizações ou perspectivas positivadas. Estado é ou não pode ser; ou seja, não pode haver conceito para o ente Estado fora do seu real, de sua historicidade posta e realizada na vida das pessoas e das classes sociais.

4.3. *Das formas e conceitos de um outro Estado*

Quando o calcanhar chegava, o dedão do pé já tinha ido
 Escondendo eu me achava e me achava escondido
 Só sei que quando penso que sei já não sei quem sou
 Já enjoiei de me achar no lugar que aonde eu vou eu to
 Eu pensei correr de mim, mas aonde eu ia eu tava.
 [Se correr o bicho pega. Juraildes da Cruz, 2002]

A proposta teórica principiante para o entendimento da nova institucionalidade que se irá tratar, perpassa, em primeiro, por uma verificação elementar acerca dos principais paradigmas¹⁵⁴ que determinam grandemente as formas do pensar, sobretudo, no Ocidente.

De outra maneira, a compreensão desse suposto ou pretensão “*Estado*” que se conforma sob nossos sentidos é possível a partir de operação intelectual em condições de ao menos historicizar criticamente os padrões mentais mais relevantes e que determinam – ainda hoje determinam – a forma como se identifica e percebe o mundo e tudo o que cerca a vida humana.

Não é atividade simples mas se pretende refletir sobre os marcos e definições desse processo de formação epistemológica visando compreender os fundamentos determinantes das sensibilidades, percepções, *insights* e mesmo das maneiras como se aborda, por exemplo, o tipo e a natureza do *Estado* ou *novo*

¹⁵⁴ Para Barbosa (1995: 134): “O paradigma que hoje está sendo superado surgiu nos séculos XVI e XVII, quando então o universo era visto sob moldes teológicos. Esse “novo” paradigma, influenciado por Descartes, ficou também conhecido como *mecanicista*, um a vez que concebia o mundo e o homem como máquinas (e por conseguinte ambos estavam sujeitos às leis da mecânica). A partir de então, a matemática passa a exercer grande influência no conhecimento científico. O paradigma cartesiano rejeita qualquer forma de saber subjetivo, só considerando “científico”, aquilo que for objetivo, palpável e quantificável. Segundo LEMKOW (1992) os responsáveis por essa revolução científica “eliminaram todos os valores qualitativos e concentraram com sucesso, a atenção na medição e na análise quantitativa”. Entretanto, no século XIX, quando Michael Faraday e Clerk Maxwell descobriram os fenômenos elétricos e magnéticos, percebeu-se que o paradigma cartesiano não poderia descrevê-los adequadamente (LEMKOW, 1992). O princípio de só se considerar como verdadeiro o que pode ser comprovado, o objetivo e o quantificável, começa a ser abalado. As descobertas científicas, tais como a Teoria da Relatividade (por Albert Einstein) e a teoria quântica (por Einstein e outros físicos) ocorridas no século XX, evidenciaram as limitações do modelo cartesiano, então dominante. Surge então, uma nova concepção de mundo e de homem, estes não mais considerados como máquinas em suas partes isoladas, mas como um todo em interação”. [BARBOSA, Maria Alves. A influência dos paradigmas cartesiano e emergente na abordagem do processo saúde-doença. **Rev. Escola de Enfermagem USP**. V. 29, no. 02, 1995].

Estado e que se apresenta na contemporaneidade com suas respectivas derivações.

A base intelectual moderna segundo a qual homens e mulheres buscam entender o mundo, traduzir objetos materiais ou imateriais possui uma origem; uma gênese moderna.

Este será pois, o marco inicial deste debate. De outra maneira e, diferentemente da clássica matriz *cartesiana-newtoniana* surgida a partir do século XVI e que tem garantido base intelectual para o exercício da compreensão dos fenômenos, a opção analítica e interpretativa aqui adotada acerca das formas de entendimento se assenta em perspectiva histórica, concreta e dialética.

Está assentada no desenvolvimento da história, nas contradições que surgem e se firmam; na dialética sempre presente a envolver e definir esse ininterrupto movimento de afirmação e negação e que gera formas, conteúdos, etapas e processos próprios, entendimentos específicos e discursos.

Esta opção tem específica razão de ser; seu primeiro motivo reside no fato de que para cenários, contextos ou situações, sobretudo, contemporâneas e que envolvam, impliquem ou relacionem um número maior de variáveis, ou seja, em realidades de maior complexidade ou dimensões o *cartesianismo-newtoniano* se revela flagrantemente insuficiente.

Em seguida, o aspecto analítico de maior importância tem como premissa fundamental o movimento histórico segundo o qual tudo o que existe é inexoravelmente instável, precário, momentâneo e submetido ao mesmo movimento histórico¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Segundo Augusto e Carcanholo (2014: 20): “A não linearidade do desenvolvimento das forças produtivas é um aspecto da *teoria da história de Marx* que já estava presente em *A Ideologia Alemã*, referido aqui ao desenvolvimento histórico mais longo e não apenas ao capitalismo. Nesta obra Marx observa que o desenvolvimento das forças produtivas comporta regressões e desenvolvimento desigual no plano mundial. Em resumo, pode-se perceber que Marx observa que o desenvolvimento das forças produtivas, a despeito de realizar a tendência a diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução material, não acarreta em uma “melhoria” ou “progresso” unilateral, dado seu caráter contraditório. É fundamental observar que esse caráter contraditório do desenvolvimento das forças produtivas já estava presente em *A Ideologia Alemã*. Nesta obra Marx nota os aspectos negativos do desenvolvimento capitalista, não podendo se atribuir a ele já em 1845 uma teoria linear do “progresso” no sentido de uma sucessão de estágios unilateralmente melhores. Se o “paradigma” da teoria da história de Marx em *O Capital* está presente, em *A Ideologia Alemã* se encontra uma afirmação metodológica de caráter sintético no mesmo sentido: *Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais*

Compreendendo, desta maneira, o movimento da história como condição superior a determinar as múltiplas formas do ser; em seguida e não menos central, se faz necessário identificar e compreender a natureza desse movimento e as suas tendências posto que é imperativo a demonstração do conjunto de forças contraditórias e complementares e que determina o ser.

Segundo Mészáros (2009: 133):

É por isso que o *dualismo filosófico* triunfa com tanta facilidade no universo conceitual *pós-cartesiano*, pregando soluções unilaterais (ou a impossibilidade apriorística de chegar às sínteses necessárias) nas quais somente uma abordagem dialética poderia ter as condições mínimas de enfrentar os problemas.

Este é, de fato, elemento norteador que interessa centralmente às considerações e que se pretende fazer nesse trabalho. Se trata do reconhecimento dos limites e das insuficiências da prevalecente lógica *dual*, binária, matemática e de base *newtoniana-cartesiana* no crônico afã por revelar, interpretar e apreender o real.

Fundamentalmente e para os fins deste trabalho sobre o lugar do Estado como expressão objetiva e teleológica a envolver tipologias de organização social se busca inferir acerca das forças contraditórias e que em seus permanentes entrec choques garantem dinâmica e estrutura para essa neo-institucionalidade.

A *ideia-força* da perspectiva que se empreende reside, por fim, no movimento sócio-histórico e em suas contradições e que definem nossas formas sociais e societárias.

Desta forma, o poder como atributo essencial da própria realização estatal surge como determinação institucional fundante. Por fim, não se está a tratar de

gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não tem nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual épocas passadas podem ser classificadas (Marx & Engels, 2007: 95). Assim, não há filosofia da história em Marx porque a história não pode ser derivada de princípios abstratos. Não se trata de uma contraposição de uma filosofia da história idealista – história como desenvolvimento da consciência - e uma materialista - história como desenvolvimento das forças produtivas - esta última supostamente presente em Marx”. [AUGUSTO, André Guimarães; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Ainda sobre a teoria da história em Marx. São Paulo: **Lutas Sociais**, vol. 18, no. 33, 2014].

componente trivial, ao contrário; não pode haver *Estado*, sobretudo, em sua concepção clássica e original, sem *poder*.

Nestes termos e definitivamente, a realização do *poder* em sua dimensão positiva, normativa e direcionada é condição objetiva/subjetiva axial e basilar para o acontecimento histórico do *Estado*.

Identificar as atuais modalidades de Estado ou ainda, de ocorrências institucionais análogas ao Estado é exigência central às Ciências Sociais; se revela por assim dizer, como imperativo gnosiológico de primeira grandeza posto que se refere a concreta organicidade social, política, econômica e cultural que se apresenta como nova institucionalidade e amplamente espreada mundo afora.

Essa novo ente estatal é a consubstanciação de histórico movimento contraditório; não casualmente, desponta como negação do Estado e da sua capacidade de realização política na mesma medida e sintonia em que se realiza politicamente por meio da articulação das potencialidades locais em torno dos seus ofícios e intenções.

A contradição reside no muito bem articulado discurso moderno e futurista a envolver energia, sustentabilidade e qualidade de vida de maneira a instantaneamente promover a anulação de sistemas ambientais milenares, constituídos pela ação hidráulica e geológica e que envolveu eras planetárias.

A substância essencial da lógica que funda essa nova institucionalidade é o poder que se conjuga a partir de cristalizado ordenamento local/regional/global e que reafirma o *locus* orgânico e intensamente hierarquizado de novo padrão de colonização e que possui, dentre outros, a potência de reafirmar contradições seculares a envolver trabalho social, produção econômica e miséria global.

4.3.1. Da globalização e dos seus novos Leviatãs

Mãe prudência inda num cuiéu o ai
 O ai roxo dessa lavora tardã
 Diligência pega o pano e cum balai
 Vai cum tua irmã, vai num rumo só
 Vai cuiê o ai, o ai da tua avó

[Arrumação; Elomar Figueira de Melo, 1978]

É do sociólogo argentino Atilio Borón a inspiração para a intitulação acima enunciada. Se trata de esforço por rever intelectualmente as principais formas de apreensão da realidade objetiva, sobretudo, da América Latina e que paralelamente, apresenta cenário político deveras importante para a demonstração das novas estratégias do capitalismo global pela atualização de sua hegemonia.

É pelo discurso que se identifica a natureza política de um ser social; é justamente na articulação e coerência interna e estabelecida em uma narrativa política, bem como na forma como esta mesma narrativa se reproduz que se dá, nestes termos, o essencial de uma compreensão sócio-histórica.

Arendt (2007: 11) afirma:

Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político. Mas, a seguirmos o conselho, que ouvimos com tanta frequência, de ajustar nossas atitudes culturais ao estado atual de realização científica, adotaríamos sem dúvida um modo de vida no qual o discurso não teria sentido. Pois atualmente as ciências são forçadas a adotar uma “linguagem” de símbolos matemáticos que, embora originalmente destinada a abreviar afirmações enunciadas, contém agora afirmações que de modo algum podem ser reconvertidas em palavras.

Destarte, as novas institucionalidades de caráter corporativo e que realizam concretamente a gestão da vida social por meio do controle e da subsunção do trabalho social só podem ser efetivamente reveladas pelo viés interpretativo e metodológico de uma economia política efetivamente crítica e sócio-histórica ou os *leviatãs* passarão ao largo destas reflexões.

Nessa conformidade, os *novos Leviatãs* – é importante o destaque que faz referência aos mais notáveis e contemporâneos agentes políticos e econômicos de um mundo que se globalizou a partir de seus mercados financeiros notadamente desregulamentados e que emergem como ‘soberanos planetários’ de modo a definir políticas mundiais, fluxos, intercâmbios comerciais e mesmo geopolíticas predominantes.

Segundo Borón (1997: 07) eles seriam:

Um pequeno conglomerado de gigantescas empresas transnacionais, os “novos Leviatãs”, cuja escala planetária e gravitação social os tornam atores políticos de primeiríssima ordem, quase impossíveis de controlar e causadores de um desequilíbrio dificilmente reparáveis no âmbito das instituições e das práticas democráticas das sociedades capitalistas.

É evento especialmente original na própria história econômica; por sua relevância e significados, a assunção destes “monarcas corporativos” representa expressivo obstáculo ao pensamento econômico e mesmo às Ciências Sociais no sentido de traduzir a conjuntura contemporânea e global com repercussões incisivas, evidentemente, territoriais e locais.

Borón (1999: 38) complementa:

Os *Leviatãs* agora são muitos, e não só um, como queria o filósofo político [Hobbes]. E, mais importante ainda, esses *Leviatãs* são privados, são as grandes empresas que, nas últimas décadas, garantiram seu predomínio nos mercados mundiais até limites inimagináveis faz poucos anos. Como sabemos, o poderio que hoje caracteriza os *mega* conglomerados da economia mundial – gigantescas burocracias privadas que não prestam conta a ninguém nem a nada – não tem precedentes na história.

Nestes termos, se reforça a tese de que análises mecânicas e de caráter dual são ineficazes na detecção destes *novos Leviatãs* e grandemente presentes no cotidiano das economias mundiais. A opção analítica possível reside em deliberada compreensão dialética e histórica onde as múltiplas contradições do próprio desenvolvimento sócio-histórico do que se convencionou denominar de Estado¹⁵⁶ são postas em questão.

¹⁵⁶ Segundo Raffestin (1903: 13): “Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais. A análise ratzeliana se desenvolveu tanto sincrônica como diacronicamente, vindo daí o recurso a historiadores. Ratzel viu muito bem o papel e a influência que poderiam desempenhar as representações geográficas, assim como as ideias religiosas e nacionais na evolução do Estado. Mas, sem dúvida, ele concentrou os seus esforços nos conceitos espaciais e, em particular, na posição, que é um dos conceitos fundamentais da geografia política. Também as fronteiras, na qualidade de órgãos periféricos do Estado, durante muito tempo prenderam sua atenção. Daí ter procurado distinguir o significado das zonas de contato, terra-mar, por exemplo, de mares, de montanhas e planícies, sem esquecer as dos rios e dos lagos. Da mesma forma, não negligenciou o estudo da população e da circulação, concebida como movimento dos seres e das coisas”. [RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993].

Como partida e contribuição cabe recordar do clássico enunciado hobbesiano: “*É como se cada homem dissesse a cada homem: ‘Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações’. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama República, em latim ‘civitas’. É esta a geração daquele Leviatã*”. (Leviatã, cap. 17).

Hobbes (2014: 142) prossegue: “*Essa é a geração do grande Leviatã, ou, antes, (para usarmos termos mais reverentes), daquele deus mortal a quem devemos, abaixo do Deus imortal, nossa paz e defesa.*” Em seu capítulo XVIII, que irá tratar *dos direitos dos soberanos por instituição*, Hobbes (2014: 143) afirma:

Em *primeiro lugar*, posto que pactuam, devemos entender que esses homens não estão obrigados por um pacto anterior a respeitar nada que contradiga o presente. [...]. Em *segundo lugar*, nenhum súdito pode libertar-se da sujeição sob qualquer pretexto de infração [...]. Em *terceiro lugar* até mesmo os que tiverem discordado devem aceitar o soberano escolhido pelo voto da maioria [...]. Em *quarto lugar*, nada do que o soberano faz pode ser considerado injúria por qualquer súdito, e nenhum deles pode torna-lo de injustiça. Em *quinto lugar*, e em consequência do que foi dito, nenhum homem que detém o poder soberano pode ser condenado à morte, nem punido de qualquer outra forma por seus súditos. [...]. Em *sexto lugar*, é competência da soberania julgar quais opiniões e doutrinas são contrárias à paz, e quais lhe são propícias. [...]. Em *sétimo lugar*, o poder de prescrever as regras mediante as quais todo homem pode saber de que bens pode desfrutar e que ações pode praticar, sem ser molestado por nenhum de seus concidadãos, pretende à soberania, e é conhecido pelos homens como propriedade [...].

Para onde foi, enfim, o Estado de feição *hobbesiana*? Aquele poder decisivo, concedido por indivíduos a fim da formação da república para que, a partir da lei se realizasse construção de azeitado e consensual contrato social¹⁵⁷ visando governo comum para cada um e para todos? Para onde foi?

¹⁵⁷ Reckziegel e Zeni (2009: 9345) afirmam: “A palavra “Estado”, em seu sentido conhecido hodiernamente, surgiu do ponto de vista teórico com o contrato social de Hobbes, depois discutido por Locke e Rousseau em períodos imediatamente posteriores. *Contrato Social*, segundo Hobbes, é um documento *sui generis* que tem por escopo fazer com que a Sociedade Natural ou os sujeitos que se encontram no Estado de Natureza passem a constituir o Estado ou a Sociedade Civil, abdicando de alguns direitos em favor do soberano, numa espécie de estipulação em favor de terceiro. Quanto ao conteúdo, este Contrato Social/estipulação é um

De fato, existem desconfianças do seu paradeiro; de certo migrou, se transmudou da morfologia de Estados convencionais e clássicos para formas singulares de poder e de governo notadamente distintos.

De qualquer sorte, o dualismo clássico, com base no “ser/não ser” *newtoniano-cartesiano* e que busca distinguir Estado de sociedade civil¹⁵⁸ é, a partir do arranjo do novo liberalismo/neoliberalismo realizado em escala global, estruturalmente modificado posto que traços e caracteres essenciais do que se convencionou denominar historicamente de Estado ganha outros e decisivos componentes.

De acordo com Bresser-Pereira (2017: 156):

Estado e estado-nação, sociedade civil e nação, classes e as coalizões de classe são conceitos políticos situados no quadro da revolução capitalista que tende a acontecer em cada país, ou seja, da formação do estado-nação e da revolução industrial nesse país. Cada povo que partilha uma etnia e uma história comum busca se constituir em nação, controlar um território e construir seu próprio Estado, dessa forma se constituindo em estado-nação. Neste quadro, o estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo. Para Emile Durkheim, a sociedade é um todo orgânico, é um conjunto de pessoas que estabelecem entre si relações sociais – relações de interdependência –, que constituem um todo maior do que a simples soma das suas partes.

documento de abdicação de direitos pelos sujeitos organizados em sociedade, com a exceção dos direitos à vida e a segurança, cuja efetivação deveria ser realizada pelo soberano. Já em Locke, o Contrato Social é a garantia de que os direitos pré-sociais, vistos como direitos naturais dos indivíduos presentes no Estado de Natureza, possam ser garantidos mais eficazmente pelo soberano, limitando, inclusive, a atuação deste.” [RECKZIEGEL, Tânia Regina; ZENI, Bruna. Contrato Social, Estado Democrático de Direito e Participação Popular. **XVIII Congresso Nacional do CONPEDI**. São Paulo, 2009].

¹⁵⁸ Danuta *et al* (2011: 36) afirmam: “Para Siqueira (2005), nas sociedades ocidentais, a partir do século XVI, as discussões filosóficas e políticas sobre o papel do Estado e da sociedade civil contribuíram no estabelecimento de novas configurações nas relações entre Estado e sociedade, configurando assim um Estado Moderno. Nesta perspectiva, se pressupunha a garantia da representação popular, bem como a publicização das decisões no âmbito do Estado, estabelecendo um novo conceito de lei através de uma Constituição escrita. É com o desenho moderno de Estado que se estabelece a distinção entre Estado e Sociedade Civil, “[...] muito embora Estado seja a expressão da sociedade civil” (SIQUEIRA, 2005, p.15). A concepção de Estado e sociedade civil se configuraram a partir do conhecimento construído no bojo do iluminismo, na medida em que a razão foi possibilitando questionar os dogmas fundados na imobilidade social e no poder enquanto algo que decorria da divindade. [LUIZ, Danuta C. S. *et al*. Reflexões entre Estado e Sociedade Civil. Reflexões sobre perspectivas democráticas. **AURORA**, ano V, número 08, agosto/2011. UNESP-Marília/SP].

Ocorre que, a partir do cenário nacional, a identificação das principais contradições da própria origem da nossa formação permite trazer à tona o essencial dos desvios e inconsistências que se realizam no processo de constituição do Estado brasileiro.

O que permite, por sinal, suporte e continuidade ao amplo sequenciamento de crises no País? Por que as tão propaladas instituições nacionais não garantem cumprimento e realização da lei e, por conseguinte, a construção de um Estado democrático?

Na verdade, não se pretende responder a tais questões considerando principalmente, que este não é ponto de investigação deste trabalho mas é preciso considerar que a marcha de desinstitucionalização do Estado como suposta estrutura de mediação social e econômica apresenta e representa aspectos de essencial fragilização no objetivo da justiça social.

Não é casualidade que a noção dos assim classificados “*Estados paralelos*” despontem com tanta força nos dias atuais. São expressões singulares acerca de formas novas de governos sobre áreas, territórios ou segmentos a partir, justamente, da incapacidade de intervenção normativa e objetiva do dito Estado convencional.

Manesco¹⁵⁹ (2014) afirma:

Uma vez definido o conceito de Estado, resta estabelecer o conceito de “Estado Paralelo”. Se a função do *Estado de Direito* é proporcionar ordem, paz social, segurança e desenvolvimento de seu povo fixado em determinado território, o “*Estado Paralelo*” é aquele que *opera com a função do Estado oficial de maneira colateral, tomando para si certas atribuições que deveriam ser monopólio Estatal, à margem da legalidade e da tutela governamental, em determinado território*. Porém, é necessário analisar as razões de seu surgimento. Os grandes pensadores e teóricos do Estado moderno, apesar das mais diversas correntes políticas, enxergaram a problemática que a falta de um Estado garantidor pode causar.

Desde aproximadamente os anos de 1980, com a ascensão vertiginosa e desregulamentada do sistema *bancário-financeiro* na condução das principais

¹⁵⁹ MANESCO, Maria Clara. **Tipos de Estado e Estado “paralelo”**. Artigo publicado originalmente em novembro de 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33508/tipos-de-estado-e-estado-paralelo>>. Acesso em: 31 maio 2018.

políticas de desenvolvimento dos países vem se tratando de detectar e nomear o soerguimento de certo “*Estado paralelo*” na condução de Estados nacionais mundo afora.

Invariavelmente, são formas distintas de exercício do poder e que se dão nos mais diferenciados setores, parcelas ou segmentos sociais. É objetiva atividade ou acontecimento de poder que, posta fora do controle e da gestão de entidade central como o Estado, migra, por intermédio de diversos processos e dispositivos, inexoravelmente para outros polos da economia, da sociedade e da política.

Existem posições em contrário e que, diferentemente, afirmam que tal descentralização é simples e tão somente, o próprio Estado acontecendo; realizando-se específica e singularmente para o cumprimento de demandas de classe e que historicamente lhe dominaram, ou seja, esse tipo de gestão difusa do poder estatal¹⁶⁰ é de outra maneira, tático e estratégico procedimento classista.

Segundo Melo e Rodrigues (2007: 107):

Há, aqui, uma legitimação do próprio Estado, mas do Estado eficiente quanto à observância de suas atribuições em função da ordem e da garantia de integridade do cidadão. A semelhança nos discursos [isso fica evidente no lema do PCC (“Paz, Justiça e Liberdade”) e no da revolução iluminista reproduzido até hoje (“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”)] remete-nos à conclusão de que “a ideia de *Estado Paralelo* é mais um artifício ideológico que busca isentar o Estado da violência a ele próprio inerente” (MELO, 2004, p.51). Em suma, o discurso dominante reforça a necessidade do Estado em sua plenitude e a violência surge como mazela passível de ser contornada. Na verdade, o Estado liberal é conformado como monopólio da violência e sua principal característica é a violência da expropriação do homem pelo homem. A expropriação do trabalho, pois, é a plataforma de sustentação dessa forma de Estado e, portanto, a sua negação. Como admitir um Estado liberal, garantidor da individualidade, dos direitos irrestritos do “cidadão”, que necessita da violência para existir? É nessa contradição que nos firmamos para

¹⁶⁰ O jornalista Jeferson Miola se utiliza da noção de “Estado paralelo do capital” para demonstrar ampla e sofisticada atividade política e econômica ilegal operando nos interiores do chamado *Estado oficial* brasileiro. Diz Miola (2017): “Os vídeos valem como uma pós-graduação acerca da supremacia do capital e do mercado sobre a democracia e a República. Eles revelam de maneira escolástica, para não dizer pornográfica, a existência de um verdadeiro *Estado paralelo do capital* operando dentro do *Estado de Direito*. O fetiche do dinheiro desenvolveu uma patologia corruptora, manifestada no poder prazeroso e excitante de comprar todo mundo e qualquer coisa, como explicou o chefe da área de propinas da Odebrecht, Hilberto Mascarenhas, com assustadora naturalidade e ironia”. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/jefersonmiola/290618/O-Estado-paralelo-do-capital-dentro-do-Estado-de-Direito.htm>>. Acesso em: 30 maio 2018.

formalizar o concreto, o real. A disseminação da ideologia que reforça permanentemente essa dualidade, Estado de direito em oposição e não em contradição a Estado paralelo, crime organizado ou, ainda, barbárie é fundamental para a manutenção da sociedade como está organizada, pois, “numa sociedade de classes, o discurso dominante alcança sua legitimidade na medida de sua aceitação pela sociedade global enquanto detentor de verdade” (MELO, 2004).

Admitir o Estado como possibilidade, como projeção; ideal de horizonte a ser atingido ou como promessa de futuro impede a compreensão da atividade central desse mesmo Estado nos mecanismos de decisão, regulação e gestão da vida social, política e econômica. Ignora contradições surgidas, não por acaso, a partir das mesmas mediações estabelecidas por esse ente decisivo.

Como componente analítico decisivo é necessário registrar de que a partir de viés distintamente original, a vasta onda neoliberal que definiu políticas e formas de gestão dos países, trocas, diálogos e relações internacionais, sobretudo, após a década de 1970, não deu fim ao Estado, melhor dizendo toda essa conjuntura global redefiniu o Estado tal qual se conhecia; garantindo, por conseguinte, forma para uma infinidade de outros tipológicos estatais ou paraestatais com poderes e *status* notavelmente centrais para a compreensão do mundo contemporâneo.

Os trabalhos de J. A. Hobson¹⁶¹ apresentarão contribuições seminais acerca do quadro que envolve economia, poder e Estados nacionais a partir, fundamentalmente, do início do século XX onde se conforma o que o autor irá denominar de *imperialismo* e que, desta maneira, irá se apresentar como categoria nuclear para o entendimento das tipologias estatais, sobretudo, subdesenvolvidas, dependentes e vastamente presentes na contemporaneidade.

A interpretação crítica e histórica de J. A. Hobson a envolver o padrão de desenvolvimento do capitalismo global¹⁶² será, em seguida, orientadora às

¹⁶¹ John Atkinson Hobson nasceu na Inglaterra em 1858 e foi, mediante seus estudos, um dos intelectuais pioneiros da economia moderna e criador do termo *imperialismo*. Estudou literatura, filosofia e estudos clássicos na Universidade de Oxford; lecionou na mesma universidade, bem como na de Londres, literatura inglesa e economia. Seus primeiros livros tem o propósito de explicar aos trabalhadores – *maioria entre seus alunos* – o funcionamento da *sociedade industrial* em que viviam e trabalhavam, a fim de lhes sugerir maneiras de melhorar sua situação.

¹⁶² A obra *O Império do Capital* (2014) de Ellen M. Wood trata justamente do fato de que a partir do *imperialismo* do século XXI, o Estado permanece sendo tão necessário quanto em períodos

análises de, por exemplo, Vladimir Lênin, sobre a economia capitalista e sua inexorável tendência para arranjos mundiais assentados em *monopólios, trustes e cartéis*, ou seja, formas modernas de intensificação da concentração das rendas e em escala planetária.

Sobre o imperialismo¹⁶³, Lênin irá afirmar que “*surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. [...] Do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de não mais que uma dezena de bancos que manipulam bilhões.*”

Na esteira da análise econômica de J. A. Hobson acerca das nuances do imperialismo contemporâneo¹⁶⁴ que em sua fase de maior elaboração e desenvolvimento combina capitais bancários¹⁶⁵ com capitais industriais em

anteriores. Por sinal, mais importante ainda: é decisiva uma sistemática global de múltiplos Estados alinhados e subservientes e que garanta a realização daquilo que a autora irá classificar de *‘império do capital’*. Para Wood (2014: 09): “Como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercitivo direto, porque os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a entrar nele para vender a sua força de trabalho, coisa análoga aconteceu no plano global, onde mais e mais partes do mundo foram submetidas a esses imperativos de mercado que as tornaram dependentes. [...] O capitalismo é único na sua capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico e que isso, entre outras coisas, implica que o poder econômico do capital é capaz de ir além do controle de qualquer poder político ou militar existente ou concebível. Ao mesmo tempo, o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica; e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado (*ibidem*, p. 18).” [WOOD, Ellen M. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014]

¹⁶³ Ver: LENIN. V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1ª. Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.123.

¹⁶⁴ Pereira (2017: 53) cita: “Como afirmava Hobson (2002), no prefácio de seu estudo sobre o *imperialismo*, escrito em 1902, tratava-se de investigar com maior profundidade o significado de um termo que estava “na boca de todo mundo”. O fato de políticos, estudiosos e o povo em geral usar a expressão levou o autor a considerar o *imperialismo* “o movimento mais poderoso da atual política do mundo ocidental”. Em um ensaio de 1919, Schumpeter dedicou-se a investigar o fenômeno, apontando em suas conclusões para o caráter atávico do imperialismo, uma simples e retrógrada “*inclinação puramente instintiva para a guerra e a conquista*”, a qual se identificava com as sociedades pré-capitalistas. Para ele, as nações que se utilizavam desse expediente eram estimuladas pelos interesses das classes dominantes e de todos os que tinham a ganhar com o conflito, econômica ou socialmente. Autores marxistas, como Hilferding, Luxemburg, Kautsky, Bukharin e Lenin, a partir de perspectivas diametralmente opostas à de Schumpeter, consideravam o *imperialismo* completamente identificado e, por que não dizer, essencial ao processo de desenvolvimento das forças capitalistas de acumulação”. [PEREIRA, Vinícius Vieira. As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin. UFES. **Revista Nova Economia**. V. 27, no. 02, 2017].

¹⁶⁵ Para Rudolf Hilferding, outro importante economista influenciado pela perspectiva de Hobson, os capitais financeiros despontam como determinações fundamentais para o entendimento do capitalismo contemporâneo e seu alargamento mundial. De acordo com Hilferding (1985: 219): “A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de

movimento abertamente expansionista e de reprodução intermitente para dar forma para capitais financeiros; nova quadra histórica, nestes termos, do desenvolvimento capitalista irá influenciar, por conseguinte, uma geração de estudiosos da economia política.

Já para Bukharin (1988: 98)¹⁶⁶, “*a expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. [...] Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo*”.

Entrementes, é improvável tratar dos reais papéis e sentidos dos ditos estados nacionais com respectivas relações e intercâmbios internacionais fora do citado contexto de proeminência do hiperdinâmico capitalismo financeiro que condiciona, determina e submete processos produtivos ou não, de toda e qualquer ordem aos tempos curtos e ligeiros da info-financeirização em que se realiza o atual capitalismo global.

O modelo explicativo fundado na divisão social do trabalho que logrou traduzir a intimidade do *topos* da revolução industrial e que funda, por seu turno, o capitalismo tal qual se conhece perde sentido conceitual para a atual quadra histórica.

O que outrora eram atividades produtivas realizadas a partir do controle laboral efetivado sob plantas fabris e industriais em conformidade com o

propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um *capitalista industrial*. Chamo de *capital financeiro* o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso [portador de juros] – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (*meios de produção e força de trabalho*) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, [empregado] pelos industriais”. [HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural; Coleção: Os Economistas, 1985].

¹⁶⁶ BUKHARIN, Nikolai I. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

imperativo sistêmico que propõe uma única atividade para cada trabalhador irá descambar contemporaneamente, para o fluído e destrutivo *organum* de um capitalismo financeiro terminantemente monopolista, assentado na produção e venda de capitais que sequer existem e sem qualquer vinculação com o mundo da produção.

Tal forma singular de capitalismo assume o centro econômico e seus derredores em escala global de modo a determinar tendências e horizontes a serem seguidos por todos os países do mundo.

Para Chesnais¹⁶⁷ (1996: 240): “*É no campo monetário e financeiro, talvez mais do que em qualquer outro, que foi maior a responsabilidade dos governos, a começar pelos do Reino Unido e dos EUA, na criação das condições que permitam ao capital concentrado atuar praticamente a seu bel-prazer, com poucos controles ou freios.*”

O *imperialismo*, não raro, é controverso instrumento de análise posto que apresenta problemas que o impede de clarear teoricamente a atual conjuntura e desenlaces do capitalismo global. Ainda assim, sua base conceitual permite desdobramentos importantes para o entendimento do movimento do capital contemporâneo em sua lógica de reprodução.

Outro estudioso da categoria em questão, Karl Kautsky¹⁶⁸, irá sugerir o postulado do *ultraimperialismo* ou um cenário distinto do *imperialismo*, categoria de adensada interface militar e centralmente influenciada pelo evento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Esse componente militar e determinante irá implicar, em seguida, nas graves possibilidades e riscos da guerra para o próprio *continuum* da acumulação de capital.

¹⁶⁷ CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

¹⁶⁸ KAUTSKI, Karl. **Ultra-imperialism**. 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>> Acesso em: 5 Jun.2018.

Autores contemporâneos como Hardt e Negri¹⁶⁹, ao invés, irão propor o categórico *império*¹⁷⁰ por reconhecerem a insuficiência relacional do seu correlato *imperialismo* para tratar do conjunto global contemporâneo e determinado a partir de corporações *bancário-financeiras* que possuem, por sua vez, a potência de redefinir fronteiras, algo axial para os padrões de hegemonia contemporânea, de sorte que é conformada singular totalidade a abarcar as principais frentes da economia hodierna.

Segundo Leite¹⁷¹ (2014: 516): “*Os argumentos de Hardt e Negri (2001, p. 253-254) se balizam na suposta compreensão de Lenin de que o capital necessitava extinguir a distinção entre o ‘dentro’ e o ‘fora’ para prosseguir sua trajetória de acumulação. Para eles, Lenin reconheceu que, ‘apesar de o imperialismo e da fase de monopólio serem, de fato, expressões da expansão global do capital, as práticas imperialistas [...] tinham se tornado obstáculos ao desenvolvimento do capital’.*”

O que objetivamente se apresenta é que entra em cena um dinâmico arcabouço de formatações econômicas que atualizam e contextualizam o *imperialismo* como expressão de um ordenamento global concebido e efetivado a partir de um centro hegemônico e dominante e que, por conseguinte, opera com

¹⁶⁹ Michael Hardt e Antonio Negri são autores do clássico livro **Império** (Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001) obra onde assumem a ideia de certa desmaterialização do termo *imperialismo*. Para Andreotti (2005: 370): “Seguindo a linha do que Negri costuma chamar de *maquiavelismo republicano*, a política é o resultado de um embate entre forças, forças que querem dominar e forças que não querem ser dominadas. Todo poder é produto de uma determinada dinâmica social interna e imanente, é uma relação que se estabelece entre forças. Portanto, o poder, e aquilo com o que ele se confronta, o que está fora dele e não obstante em relação a ele, devem ser apreendidos de forma relacional. Em suma, a política trata de uma relação entre forças que querem dominar e forças que resistem”. [ANDREOTTI, Bruno Leonardo Ramos. **Revista Proj. História**. São Paulo (30), jun/2005].

¹⁷⁰ Sobre a obra de Hardt e Negri e as categorias centrais e fundadas pelos autores, Pelbart (2001: 110) irá considerar: “O *Império* não é uma entidade política ou nacional localizada, é antes uma lógica presente por toda parte, uma estrutura de poder que se generalizou, uma nova forma de soberania correspondente à fase atual do capitalismo mundial integrado. O *Império* é sem limites nem fronteiras: *engloba a totalidade do espaço do mundo, apresenta-se como ordem a-histórica, eterna, definitiva, e penetra na vida das populações, não só nas interações, mas no corpo, na mente, na inteligência, na afetividade*. Jamais uma ordem política avançou a tal ponto em todas as dimensões, recobrando a totalidade da existência, o espaço, o tempo, a subjetividade, a vida”. [PELBART, Peter Pál. *Império* (resenha). São Paulo: FGV/SP, **RAE**, vol. 42, no. 04, 2001].

¹⁷¹ LEITE, Leonardo de Magalhaes. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Revista Economia e Sociedade**; Campinas, v. 23, no. 02, 2014.

base na lógica de organização e submissão das economias gerais desde seu plano nacional e regional até às reentrâncias e cotidianos do local.

O que se postula é que a economia global, estruturada a partir de formas e mecanismos hierarquizantes estende essa contradição por intermédio de burocracias, tecnologias, *standards* organizacionais, ritmos e intensidades de competitividade entre empresas ou grupos empresariais e, conseqüentemente, entre países a partir de dispositivos gerenciais e tecnológicos.

Segundo Harvey (2005: 31), numa visão contemporânea do *Imperialismo*:

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado ‘ (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo.

O complexo canavieiro implementado na cidade goiana de Itumbiara e denominado de *Leviatã doce* é, a partir destas citadas perspectivas de domínio componente local, ativo e integrante da macroestrutura produtiva e global que permite continuidade, estabilidade e perenidade ao inexorável movimento de reprodução e expansão do capitalismo *oligo-monopolista* e mundializado.

É muito singular e legítima expressão territorial da potência produtiva de um ordenamento econômico que acontece simultânea e diferentemente em todos os níveis, pormenores e escalas regionais, estaduais e internacionais.

Poder-se-ia questionar sobre as formas como a pequena Itumbiara se atrela ao prevalecente ordenamento global do capital ou se lançar a clássica

questão sobre como ‘*nos globalizamos*’? A resposta estaria no complexo produtivo canavieiro.

Objetivamente o que se atesta é que a cana e sua correlata *tecno*-moenda são os elementos determinantes que vinculam ou propiciam múltiplas vinculações da cidade, dos seus territórios e da sua população às exigências e ocorrências do capital tendo-se em vista que este mesmo capital carece de se organizar e de se impor das menores frações e escalonamentos subordinados e dependentes até ao *topos*, por fim, planetário e que marca o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo global.

Desta forma, o *Leviatã doce* é um nexos¹⁷². De fato, é o principal nexos *local-global* acontecido em todo o curso da história social e econômica de Itumbiara; se está a tratar de permanente e inconclusivo processo de vinculação sensível e possuidor de interfaces ativas e decisivas.

Mais ainda, se está referindo a sofisticado mecanismo, registre-se que não apenas econômico, mas também social e psíquico que aglutina, conforma e alinha posturas, comportamentos e formas do ser, de modo a impor perspectivas, contradições e tipos de operação para o conjunto das populações laboriosas e subsumidas nos cotidianos da cidade.

O *Leviatã doce* é enfim, às especificidades locais de Itumbiara a modernidade que fora apresentada; respeita a uma base social, política e cultural que se conjuga a uma plataforma *tecno-info-global* e que, por sua vez, ajunta,

¹⁷² Em breve leitura sobre a economia goiana poder-se-ia tratar, por exemplo, da cidade turística de Caldas Novas, distante 147km de Itumbiara e que, da mesma forma, possui seu “leviatã”, seu nexos, seu vínculo hiper-estruturado com a economia global a partir da sua variada estrutura turística e repleta de grandes empreendimentos hoteleiros e de entretenimento cujos proprietários ou acionistas se acham, não raro, no clássico eixo sul-sudeste brasileiro e mesmo fora do país; outro “leviatã” a ser citado se acha na cidade de Catalão (GO) que dista 256km de Itumbiara. O segmento da mineração é determinante na produção econômica dessa cidade com a presença de mineradoras internacionais como Vale do Rio Doce e *Anglo American* que exploram nióbio, titânio e fosfato fartamente presentes em seu subsolo. Estas grandes empresas representam “outro poder” que determina, além da gestão dos próprios negócios, os rumos da cidade, suas políticas e suas formas de gestão. O “leviatã” é essa nova institucionalidade que desponta a partir de grandes conglomerados empresariais com pouca ou nenhuma relação com demandas e exigências democráticas de partilha do poder. A cidade de Minaçu, no norte goiano, distante 710km de Itumbiara tem em suas minas de amianto, explorada pela empresa SAMA, um leviatã político e econômico que, de outra maneira, também é determinante para os próprios rumos desta cidade. A metáfora do “leviatã” visa, por fim, descrever essa força *neo-institucional* surgida das arrumações do capital a partir de realidades específicas e locais.

encerra e aproxima este local, eivado de provincianismos seculares, delicados e originais até aos estratos incomensuráveis de uma globalização hegemônica.

A moenda de Itumbiara converte o mundo heterogêneo e local em homogêneo e global. É seu papel para adiante da cultura canavieira. Respeita a um global que se faz e se refaz permanentemente; aliás e, por fim, esta é a força definidora e determinante deste poder sumário e superior.

Não casualmente, esta é sua principal condição na proa e condução dos processos de criação e gestão de hábitos, costumes e formas de ser em uma mundanidade inexorável e tragicamente perfilada aos ditames de um padrão de capitalismo que avança no movimento por reproduzir-se perpetuamente.

4.4. O Leviatã Doce do País

Cantiga de roça de um cego apaixonado
 Cantiga de moça lá do Cerrado
 Que canta a fauna e a flora
 E ninguém ignora se ela quer brotar; bota uma flor no cabelo
 Com alegria e zelo para não secar
 Voa, voa no ar!

[Sete cantigas para voar; Vital Farias. 1984]

As narrativas acerca do complexo sócio-produtivo da cana instalado no município de Itumbiara são compreendidas se situadas em *macro*-planos ou realidades.

Tal clivagem com as características que apresenta de modo a não só ocupar o território municipal conferindo-lhe, por um lado, economia e dinâmica territorial e; por outro, permanente ciclo de migrações internas que se combina com o gigantismo de uma economia marginal e assentada em toda sorte de especulação além dos já notáveis impactos ambientais.

O local de Itumbiara expressa territorialmente determinações globais¹⁷³; espelha ao seu modo e em sua base territorial as formas organizacionais, tecnológicas e produtivas de um setor econômico de importância central para o atual modelo de organização da economia internacional: as já citadas verticalidades.

Não é evento trivial que monoculturas com dimensões, investimentos e relações econômicas¹⁷⁴ do complexo canavieiro de Itumbiara se imponham como se fossem espécie de “*Estados autônomos*”; com ares de nova forma estatal; com leis, regras e normas próprias a se submeterem simples e tão somente, às determinações e aos códigos de suas matrizes devidamente situadas em países de economia central como Estados Unidos, China ou Europa¹⁷⁵.

¹⁷³ Segundo O’Brien (1992: 01): O fim da Geografia, como um conceito aplicado às relações financeiras internacionais diz respeito a um Estado de desenvolvimento econômico em que a localização geográfica não importa mais em matéria de finanças, ou importa muito menos do que anteriormente. Nesse Estado, os reguladores do mercado financeiro não mais controlam seus territórios; isto é, os reguladores não se aplicam apenas a determinados espaços geográficos, tais como o Estado-nação ou outros territórios típicos definidos juridicamente. [O’Brien, Richard. **Global Financial Integration: The End of Geography**, Council on Foreign Relations Press, Nova York, 1992, p. 1].

¹⁷⁴ Segundo Barbosa (2017: 08) *et al.*: “Existiram dois momentos em que o estado [de Goiás] recebeu a inserção de usinas em sua economia; a primeira expansão que ocorreu entre 1980 e 2000 teve distribuída nas mesorregiões norte, centro e sul as instalações das plantas produtivas. Porém, a partir dos anos 2000 que coincide com o início das operações do programa PRODUZIR a instalação de usinas ocorreram de forma mais acentuada na Mesorregião Sul Goiano. O Decreto Estadual N° 4.952/97 que se encontra no anexo IX, do Código Tributário Nacional estabeleceu os benefícios do crédito outorgado, redução na base de cálculo, créditos de exportação, transferência de créditos, crédito especial de investimento e a substituição tributária. (PASCHOAL, 2009) Nos anos de 2008 a 2012 foram inauguradas em Goiás sete usinas, dentre estas seis delas declararam ser beneficiárias do PRODUZIR. A representatividade dos investimentos feita pelo programa PRODUZIR dos anos de 2001 a 2012 no estado de Goiás revela que 59,30% do total ficaram concentrados no setor sucroenergético e de bicompostíveis (ROMANATTO, 2015). Nesse contexto em Jataí, Morrinhos e Quirinópolis 66,6% das usinas declaram que o motivo de instalarem suas plantas positivas no estado de Goiás é a questão da renúncia fiscal do programa PRODUZIR, denotando que o programa auxilia na escolha locacional das usinas e destilarias (POSTAL 2014). No ano de 2012, o Governo do estado de Goiás disponibilizou um montante de R\$ 37,4 bilhões de reais em renúncias fiscais para destilarias participantes do programa em troca da geração de 59 mil postos de empregos (POSTAL, 2014). O custo por emprego gerado no setor sucroenergético em 2012 é de R\$ 633.898,31. O extenso território brasileiro é composto por uma diversidade de unidades federativas cada um com o interesse próprio, fato que constrói a Guerra Fiscal. Os estados que recebem empresas que não iriam sediar em seu território, tendem a apresentar vantagem na questão *renda e geração de empregos*. Entretanto, a União apresenta perdas com a Guerra Fiscal pelo fato de que a mudança de uma indústria de um lugar para o outro, maximiza os lucros, ao passo que reduz seus impostos arrecadados. [BARBOSA, Cleidinaldo de Jesus *et al.* A influência do Programa PRODUZIR na concentração de usinas na Mesorregião sul goiano. Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE)/NEPEC. Dez/2017].

¹⁷⁵ Beck (1999: 14) cita: “Pode-se então afirmar: a *questão da globalização* na virada do século XXI representa, para as empresas que fazem negócios transnacionais, o mesmo que a questão das

Às especificidades da cana brasileira é necessário reforçar o registro de que, não raro, seus territórios produzidos e reproduzidos pelos extensos da cana são objetivamente espaçamentos internacionalizados.

No caso da produção de Itumbiara o que se atesta é que é negócio gerido, linhas gerais, por empresas internacionais e que evidentemente, se utilizam de técnicas e tecnologias internacionais; de capitais, recursos técnicos, humanos e maquinarias, da mesma forma, internacionais.

Em síntese, a organicidade canavieira é internacional; seus prazos, metas, diretrizes, planejamentos, planilhas e ordenamentos, de forma similar, cumprem imposições e exigências internacionais.

As verticalidades, são, isto sim, arranjos produtivos realizados em território nacional, todos concebidos, efetivados e geridos, no entanto, por princípios, determinações, prioridades, equipamentos (**Fotos 44 a 48**) e interesses internacionais. É do que se trata.

Para Ianni (2004: 66):

Na época dos mercados mundiais de capitais, quando as mais diversas formas de capital passam a movimentar-se de modo cada vez mais acelerado e generalizado, nessa época reduzem-se os controles nacionais. Mais do que isso, os governos nacionais, suas agências e organizações que tradicionalmente administram e orientam os movimentos do capital, todas as instâncias ditas nacionais veem reduzidas suas capacidades de controlar os movimentos do capital. Acontece que as corporações transnacionais, incluindo-se naturalmente as organizações bancárias, movimentam seus recursos, desenvolvem suas alianças estratégicas, agilizam suas redes e seus circuitos informáticos e realizam suas aplicações de modo independente ou mesmo com total desconhecimento dos governos nacionais. E

classes sociais representava para o movimento dos trabalhadores no século XIX, mas com uma diferença essencial: enquanto o movimento dos trabalhadores atuava como poder de oposição, as empresas globais atuam até o momento sem oposição (transnacional). Por que a globalização significa politização? Porque o aparecimento da globalização permite aos empresários e suas associações a reconquista e o pleno domínio do poder de negociação que havia sido politicamente domesticado pelo Estado do bem-estar social capitalista organizado em bases democráticas. A globalização viabilizou algo que talvez já fosse latente no capitalismo, mais ainda permanecia oculto no seu estágio de submissão ao Estado democrático do bem-estar, a saber: que pertence às empresas, especialmente àquelas que atuam globalmente, não apenas um papel central na configuração da economia, mas a própria sociedade como um todo – mesmo que seja “apenas” pelo fato de que ela pode privar a sociedade de fontes materiais (capital, impostos, trabalho). A economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional. E assim entra em curso uma subpolitização de dimensões impensadas e consequências imprevisíveis”. [BECK Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do Globalismo; respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999].

ainda que os governos nacionais, por si e por suas agências, tomem conhecimento dos movimentos transnacionais de capitais, ainda nesses casos pouco ou nada podem fazer. As transnacionais organizaram-se e dispersam-se pelo mundo segundo planejamentos próprios, geoeconomias independentes, avaliações econômicas, políticas, sociais e culturais que muitas vezes contemplam muito pouco as fronteiras nacionais ou os coloridos dos regimes políticos nacionais.

Foto 44 – Empresa de máquinas agrícolas New Holland. Av. Modesto de Carvalho. Itumbiara/GO I



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Itumbiara/GO, Jun. 2018

Foto 45 – Empresa de máquinas agrícolas John Deere. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO II



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Itumbiara/GO, Jun. 2018

Foto 46 – Empresa de máquinas agrícolas John Deere. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO III



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Itumbiara/GO, Jun. 2018

Foto 47 – Empresa Massey Ferguson/Oimasa. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO I



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Itumbiara/GO, Jun. 2018

Foto 48 – Empresa Massey Ferguson/Oimasa. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara/GO II



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Itumbiara/GO, Jun. 2018

É dessa convergência de interesses nacionais/internacionais em consonância com o império *ideo-político* do neoliberalismo que se logrou integrar mercados financeiros a partir, sobretudo, de tipo particular de atualização estatal, de maneira a torna-lo espécie de sócio menor ou de complementar amparo *jus-institucional* e legitimador no processo de apropriação e dominação nacional.

Da mesma forma, é precisamente dessa lógica unitária, dessa simbiose política e empresarial que despontam, pululam formas estatais ou paraestatais antissociais e carregadas de uma autonomia jamais verificada na história econômica do capitalismo mundial.

O citado *Leviatã doce* aqui utilizado expressa uma junção pouco comum, nada corriqueira e fora de marcos usuais para a compreensão do que, de fato, se processa no que respeita não só a constituição desse complexo agroindustrial mas, sobretudo, em suas implicações territoriais, organizacionais e culturais.

Possui o condão de distinguir-se de qualquer outra atividade meramente produtiva como, por exemplo, as *plantations* e que demarcaram processos sociais e econômicos por toda a América Latina em seu período colonial.

De acordo com Camacho (2012: 04):

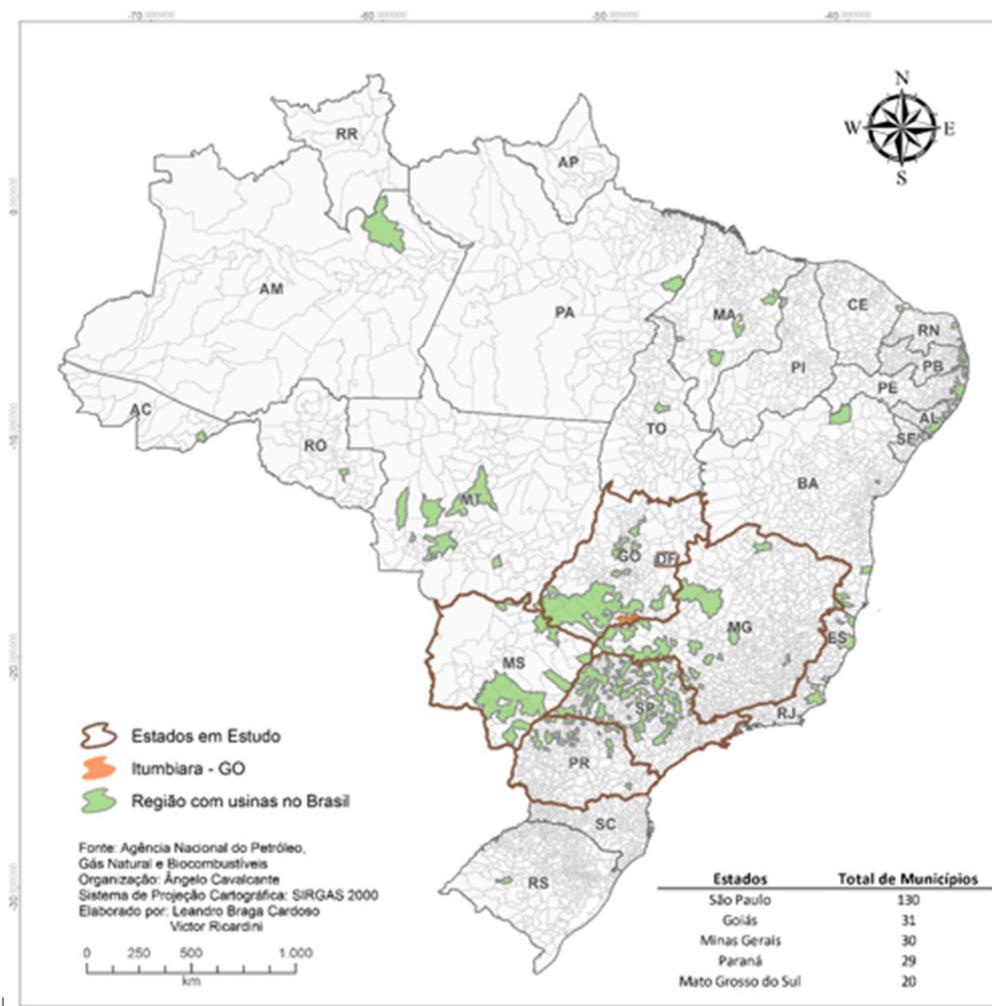
Concordamos com Oliveira (2003) que o agronegócio é a contradição que pode ser sintetizada, concomitantemente, nos termos: “*Barbárie e Modernidade*”, isso significa dizer que esse modelo agrário-agrícola nacional apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade (que em se tratando de alimentos é mentira, pois quem mais produz é a pequena propriedade), com tecnologia avançada, produção de *commodities*, etc. Por outro lado, esconde, ideologicamente, suas raízes intrinsecamente ligadas ao modelo latifundiário colonial nacional de *plantations* e, logo, a sua exclusão social e degradação ambiental como continuidade. Daí a expressão “moderno-colonial” utilizada por Porto-Gonçalves para explicar as relações capitalistas ditas modernas nos países subdesenvolvidos. Como nas tradicionais “*plantations*” coloniais, o agronegócio baseia-se, ainda, na tríade: *latifúndio, monocultura e exportação*.

De fato, estes são empreendimentos com forte vinculação geoestratégica e que, a partir dos níveis e padrões seculares de dependência do País, cumprem funções decisivas no interminável processo de alinhamento territorial, regional e nacional aos rigores desta prevalecente divisão internacional do trabalho¹⁷⁶.

Os mapas adiante (05, 06, 07 e 08 adiante) procuram demonstrar o amplo território da cana e que Itumbiara, não casualmente, é parte. Na conformação dos cinco principais estados produtores do País (*São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul*), já mencionados, são incorporadas as principais tecnologias e formas de manejo da cana.

¹⁷⁶ Para Firkowsky: “A reorganização do espaço produtivo mundial – é consequência da busca de áreas mais lucrativas para investimento, haja visto os excessos de acumulação nos países desenvolvidos e a necessidade de exportar capitais. Considerando que a taxa de acumulação no sistema capitalista varia de um país para outro e de uma região para outra, novas áreas serão escolhidas para serem receptoras de capitais, áreas essas que possibilitem a otimização dos lucros. Tem-se assim, a generalização do processo de internacionalização da economia, que é “produto da acumulação de capital e do seu extravasamento além das fronteiras nacionais”. (Rattner, 1984:5). A NDIT [*Nova Divisão Internacional do Trabalho*] fez com que um número cada vez maior de países passassem a fazer parte do processo internacional de produção, são os países recentemente industrializados, conhecidos na literatura internacional por NIC's - *Newly Industrializing Countries*. Segundo Maza Zavala (1976), a etapa do capitalismo que caracteriza o pós-Guerra é a do capitalismo transnacional que permite o deslocamento das empresas no espaço em busca de melhores taxas de acumulação, incorporando novas áreas geográficas ao sistema capitalista mundial. Desse modo a acumulação passa a ser um processo em escala mundial, com mecanismos avançados de concentração. Essa é a razão do surgimento da NDIT. Novos espaços são incorporados e novas atribuições serão impostas a cada um deles. [FIRKOWSKY, Olga. **A nova divisão internacional do trabalho e o surgimento dos NIC's (Newly Industrializing Countries)**. Universidade Estadual de Londrina (UEL)]. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/9901/8711>>. Acesso em: 3 de jul. /2018.

Mapa 05 – Núcleo da produção canavieira no Brasil



Algo destacadamente importante deve, de fato, ser registrado para o caso dessa *neo-institucionalidade* e que diz preciso respeito às fronteiras¹⁷⁷. De outro modo, se pode verificar que as lavouras, os campos de cana estão, em grande parte, próximas das fronteiras das unidades federadas.

Não é algo desimportante, ao contrário, a fronteira se firma nesse vasto arranjo produtivo como elemento de integração, gerador de coesão, de unidade política e territorial.

¹⁷⁷ Acerca da *fronteira*, o sociólogo Jose de Souza Martins apresenta conceito que contempla os sentidos que aqui se busca. Para Martins (2009:11): “A *fronteira* de modo algum se reduz e se resume à *fronteira* geográfica. Ela é *fronteira* de muitas e diferentes coisas: *fronteira* da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), *fronteira* espacial, *fronteira* de culturas e visões de mundo, *fronteira* de etnias, *fronteira* da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira* do humano”. [MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Ed. Contexto, 2009].

As razões são das mais variadas mas aqui se limitará a descrever duas das principais delas. A primeira é que a fronteira permite uma continuidade, uma expansão linear taticamente central para o monocultivo da cana; na verdade, a fronteira como limítrofe político e jurisdicional se apresenta como artifício georeferencial que possibilita ampliação, duplicação, regularidade e intermitência produtiva interfronteiras.

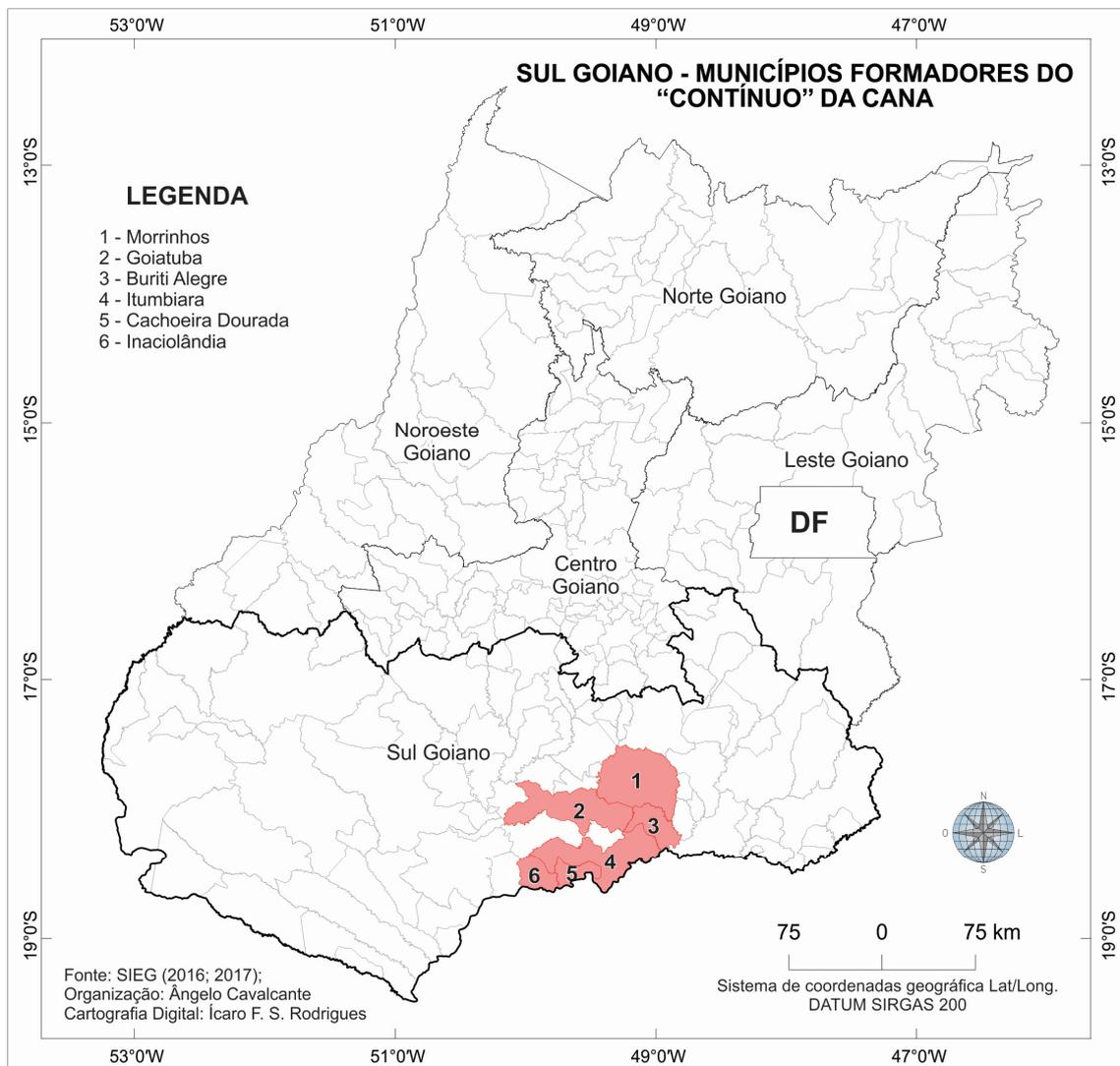
A fronteira é deliberada inteligência geoestratégica que é ativada visando garantir a extensão territorial canavieira; sua fluidez e flexibilidade são elementos essenciais para o *continuum* territorial e definitivo de seus respectivos processos e rendimentos.

Municípios canavieiros são compulsoriamente vinculados a outros municípios produtores de cana tal qual empresas correlatas e que são integradas por meio do intercâmbio de bens, negócios ou serviços e; assim estabelecem uma cadeia de municípios que realizam um fenômeno linear, produtivo e monocolor onde legislações ambientais são, desta forma, atendidas.

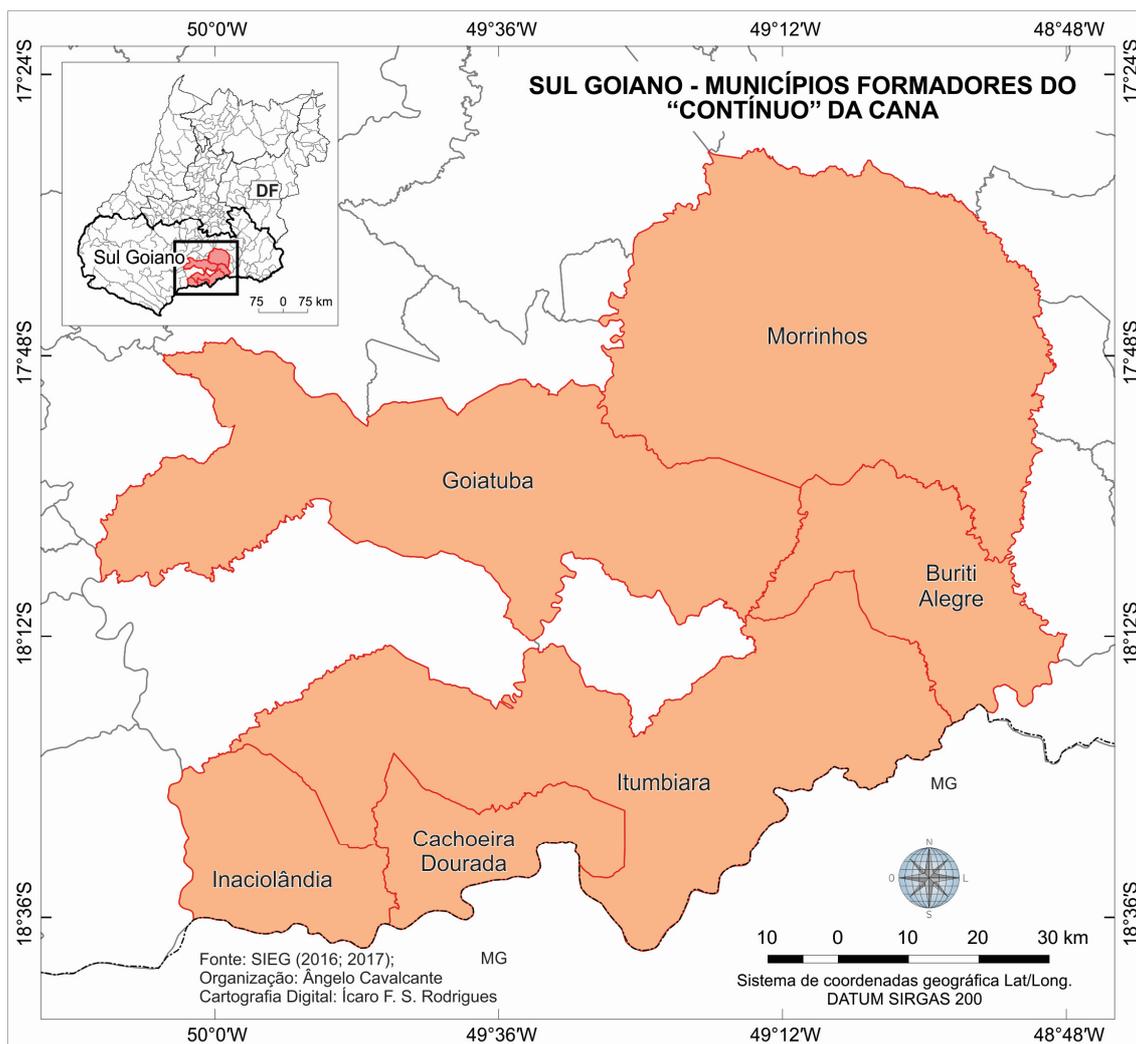
É o que acontece para o nível local quando da integração forçada entre os municípios goianos de Inaciolândia, Cachoeira Dourada, Itumbiara, Buriti Alegre, Panamá de Goiás, Goiatuba e Morrinhos.

Estes se acham devidamente “colados” pela cana; untados por máquinas, “correções” do solo e isenções públicas. As respectivas fronteiras simples e, tão somente, desapareceram convertendo-se em uma muito original “unidade” territorial.

Mapa 06 – Sul Goiano: Municípios formadores do “contínuo” da cana I



Mapa 07 – Sul Goiano: Municípios formadores do “contínuo” da cana II



A fronteira é a inteligência política e territorial que vertebraliza, que conjuga e possibilita articulação e conversão do antigo bioma *cerradeiro* para a nova forma ambiental e societal da monocultura da cana e que transforma cotidianamente todo o sul goiano.

Para Farias (2011: 03):

No âmbito da Geografia a discussão acerca dos significados, aplicações e representações do termo “fronteira” é muito ampla e importante. Há muito tempo o termo já era usado numa concepção política, para se referir ao espaço proveniente da divisão entre países. Mais recente, passou a ser usado para expressar uma dinâmica populacional com forte influência nos valores demográficos, e também, referido como o lugar proveniente de mudanças socioespaciais de caráter econômico. Para a concatenação do pensamento corrente sobre fronteira,

várias foram as contribuições de pesquisadores de diversas áreas. Com interpretações variadas, como a do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (KNAUSS, 2004), que na virada do século XIX para o século XX, afirmou que o significado da fronteira na história americana, ou seja, o “Oeste” passa por uma evolução social, amalgama de raças, miscigenação, o crescimento do nacionalismo, a evolução das instituições políticas, e sua principal característica: a formação da democracia. Para Turner, essa *fronteira* ou o *Oeste* era: [...] *Uma forma de sociedade, mais do que uma área. É o termo aplicado a uma região cujas condições sociais resultaram da combinação de instituições e ideias antigas com a influência transformadora de terras livres.*

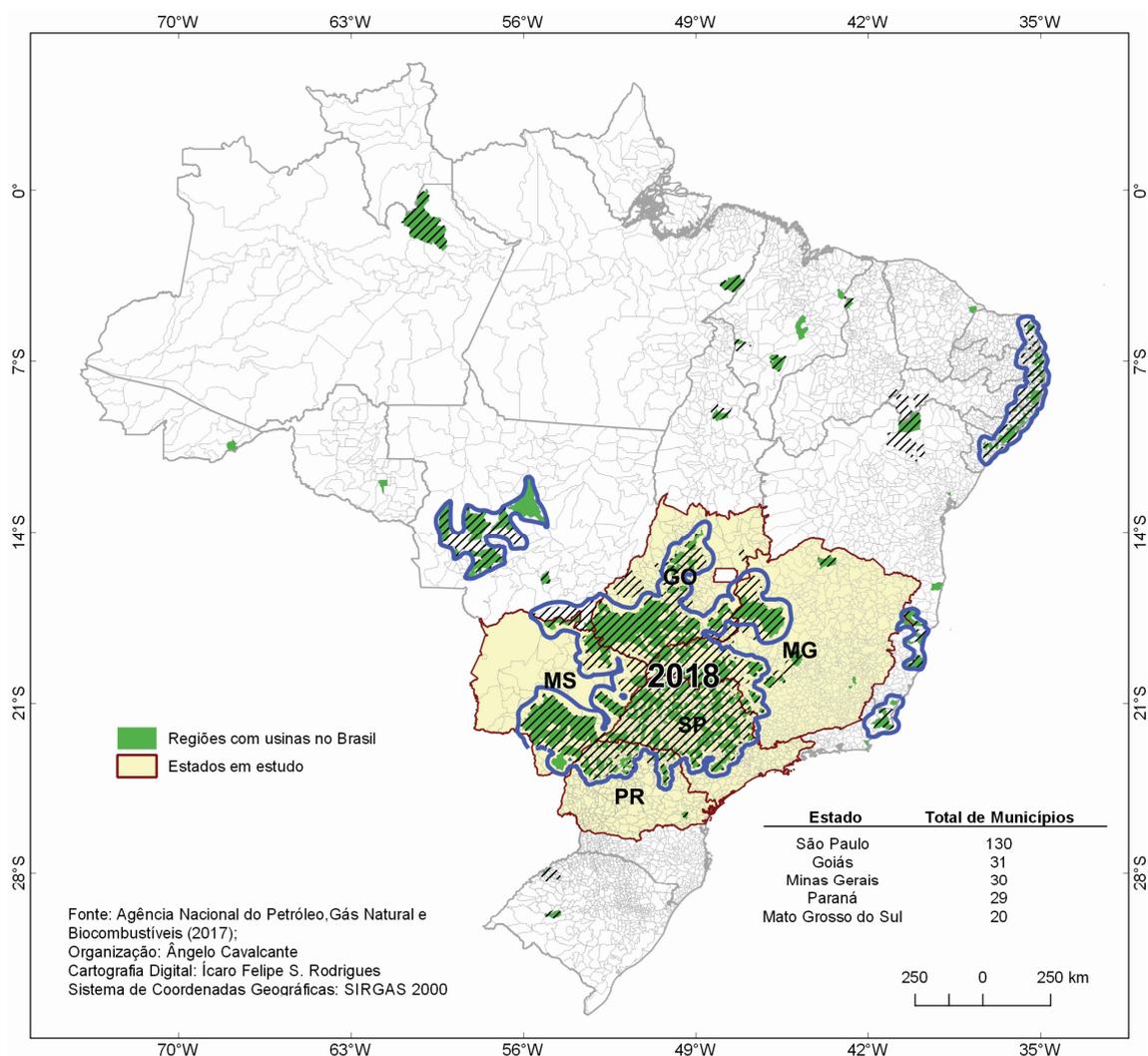
Em seguida, a fronteira da cana é intensamente permissiva e representa desta feita, uma sistemática de pontos ativos e articulados; instantes ou estratégias de encadeamentos sociais, políticos e econômicos onde territórios interagem, se fundem e se mesclam ecológica e ambientalmente produzindo uma conformação unitária e compacta decisiva para o *macro-agro-empendimento* da cana.

Deste alargado arranjo produtivo e territorial novas entidades se afirmam na paisagem, tais como os amplos e largos campos, a constância de máquinas e trabalhadores na operação cotidiana da manutenção e do cuidado; os fluxos de transportes e de pessoas dentre outras. Na outra ponta, a cidade se torna, por conseguinte, uma eventualidade diante do alargamento da moenda.

O que se identifica é uma formação territorial e econômica e que ao menos, lembra um *corpúsculo amébio* amplamente espreado sobre áreas essenciais de cinco unidades da federação. Totalidade amorfa, ampla, sensível e ancorada, sobretudo, e como já citado, nas fronteiras regionais e sub-regionais.

Nestes específicos as fronteiras operam como se fossem colunas a suportar a dinâmica específica da respectiva cultura. Não só suportam, mas justificam economicamente a epopeia de autonomia do empreendimento canavieiro nessa macrorregião. Paralelamente a fronteira, para o estudo em questão, é elemento de integração da economia sucroalcooleira.

Mapa 08 – Núcleo da produção canavieira no Brasil II



Aqui se está a tratar da formação e dos princípios de funcionamento da sucroenergia de Itumbiara e que obedece a leis próprias. A primeira delas, evidentemente, são as notórias condições ecológicas e ambientais e objetivamente favoráveis o que envolve disponibilidade hídrica suficiente para sua realização; em seguida, é imprescindível todo o aparato territorial, social, econômico e, por conseguinte, ideológico.

Da junção favorável desses itens e elementos o “organismo verde” avança sobre esse *platô* territorial do País; garante acomodação da forma que melhor lhe parecer; desliza mais à direita ou à esquerda; recua mais adiante; se expande em outra ponta; amplia-se demais ou de menos na parte sul do tabuleiro; esgarça sua

presença na extremidade goiana; estende reentrâncias no quadrante que representa o Triângulo Mineiro.

Esses movimentos não são, no entanto, espontâneos. Obedecem, como já referido, aos níveis e a qualidade das inversões de capital e que lhe são conferidas, bem como ao próprio estado econômico e sugerido pelo cenário internacional com respectivas demandas.

Como tinha de ser, opera e se realiza em fina e delicada sintonia com ritmos e oscilações dos investimentos e que lhe garante, por conseguinte, lastro e base de operação. Da mesma forma essa operação se realiza a partir dos índices e cotações de seus produtos e derivados nos mercados internacionais.

Capítulo 5 – Da Gestão da Cana: o Caso de Itumbiara

5.1. A moenda local e o problema da moradia

Por que tanta dor pela rua
 Por que tanta morte no ar
 Por que os homens promovem a guerra
 Em nome da paz?

Por que o cientista não mostra
 Um jeito bem feito afinal
 Que seja vacina do amor
 Contra o vírus do mal

(Zé Vicente, *Todas as coisas são mistérios*, 1993)

A comprovação da materialidade de um fenômeno em questão é o *focus* elementar de uma investigação científica. O esforço da comprovação empírica se apresenta como imperativa e objetiva exigência visando o imprescindível fundamento teórico-prático da pesquisa em curso. Intentamos o possível.

No que se refere ao objeto deste estudo, o *governo* eficientemente empreendido por um complexo produtivo canavieiro é o mais original e desafiante fenômeno de gestão já verificado em toda a história política e econômica de Itumbiara.

O aspecto de maior relevância de todo esse processo é que empreendimentos públicos ou privados e, sejam eles quais forem, jamais podem ser compreendidos como meros negócios, imersos de maneira estanque em territórios objetivos e desvinculados de um sem-número de interfaces sociais, políticas, culturais e econômicas.

Desde o pequeno escambo informal, perpassando por pequenas e micro empresas até aos grandes conglomerados empresariais, a iniciativa privada, por exemplo, e sob os marcos de uma economia de mercado, e isso é da sua *prática*, visa expansão e reprodução.

Em tal movimento passa inevitavelmente, a envolver e desenvolver segmentos sociais, cadeias produtivas, entrelaçamentos e relações, hábitos de consumo, formas de comunicação, preferências pessoais e coletivas, processos econômicos, rotinas e cotidianos.

Para o caso de Itumbiara, municipalidade com histórico social e econômico fundado em atividades eminentemente rurais e agrárias, as modernas empresas do agronegócio e que se instalaram em seu território a partir, sobretudo, dos anos de 1960, o que se observa é a objetiva alteração das paisagens municipais, da qualidade e perenidade hídrica dos seus cursos d'água, dos fluxos do seu trânsito e da própria relação entre seu centro e seus entornos.

Mais ainda, representaram profunda e definitiva ruptura *espaço-temporal* com tradições produtivas, com formas orgânicas e originais que matizavam a relação rural/urbano de Itumbiara e, por conseguinte, os padrões relacionais que seus indivíduos estabeleciam entre si no processo da auto-produção.

Da mesma forma, implicou em definitivo e qualitativo salto organizacional urbano e assentado não em rigoroso e efetivamente democrático ordenamento social e público da cidade mas, diferentemente e, por conseguinte, na geração e cogeração das condições objetivas para o próprio movimento de reprodução e ampliação do *macro* agronegócio.

Sinteticamente, o papel das estruturas públicas e locais de governo, sob estas condições, seria, desta forma, o de construir, potencializar e garantir condições locais para a reprodução da *moenda*.

As evidências e os fatos, a esse respeito, são fartos e distintos e tal lógica pode ser facilmente identificada, por exemplo, nas pautas, proposições e na qualidade dos debates ensejados pelo legislativo municipal. Temas afeitos com a qualidade do meio ambiente diretamente vinculados com o Cerrado local e seus meandros passam ao largo dessa instituição.

Nessa conformidade, é obrigação e determinação pública e administrativa desse legislativo desenvolver políticas municipais de gestão do solo urbano; criação e consequentes formas de intervenção visando manutenção e preservação dos ativos ambientais e locais, iniciativas inexistentes.

Da mesma forma, perpassa pela construção de regulamentações ambientais envolvendo a gestão dos aquíferos municipais. Essa é exigência fundamental para a garantia elementar de estruturas e ativos ambientais para o presente e para o futuro.

Nas particularidades do empreendimento sucroenergético é necessário o reconhecimento de algumas das contradições do seu desenvolvimento e de seus impactos diretos sobre a vida da população.

Dentre as principais, cita-se, como já referenciado anteriormente, a maior migração interna de toda a história de Itumbiara; a conversão do bioma local em imensa e compacta lavoura de cana e a redefinição, desta maneira, dos contornos da cidade e, por conseguinte, dos seus centros geográfico e econômico.

Outro grave rebatimento é o papel dos canaviais como *locus* de descarte de roubos; palco de assassinatos, tráfico de drogas e crimes afins. O depoimento colhido para este trabalho do Comandante do 5º. Batalhão da Polícia Militar de Goiás, Coronel Wilmar Rodrigues¹⁷⁸, é bastante revelador quando cita que, por exemplo, 60% dos carros roubados em Itumbiara são abandonados em seus canaviais.

Em seguida, segundo Rodrigues, esses mesmos carros são levados até aos “desmanches” de Minas Gerais, sobretudo, da cidade de Uberlândia e, da capital Goiânia (GO).

O militar (**Foto 49**) afirma que: *“foi necessário um trabalho integrado entre as polícias de Goiás e de Minas Gerais para conter esse tipo de crime; é que para os termos da PM e para o caso de Itumbiara, o que se chama de ‘fronteira’ é, para a corporação, ‘divisa de Estado’; para nós, a fronteira é terminologia utilizada apenas nas divisas entre países. Dessa forma, a partir dessa divisa conseguimos montar uma força envolvendo as PM’s do Triângulo Mineiro e desta parte do sul goiano”*.

¹⁷⁸ A entrevista concedida pelo Coronel Wilmar Rodrigues para este trabalho aconteceu no dia 02/08/2018, 5ª. Feira, na sede do 5º BPM - 5º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - ITUMBIARA Avenida Modesto de Carvalho, s/n, Km 03, Setor Industrial, Itumbiara/GO - CEP: 75.500-000 Fone: (64) 3404-5115/3404-6291.

**Foto 49 – Coronel Wilmar Rubens Rodrigues. Comandante do 5º.
BPM/Itumbiara**



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Julho/2018.

As marcas desse processo são diversas; estão na paisagem e tocam diretamente a vida dos moradores da cidade. A prefeitura municipal, assumindo rigorosamente seu papel no processo da manufatura do território municipal em prol da *moenda* tratou de, por exemplo, adequar-se aos “*tempos da cana*” onde, a título de exemplo, desde o seu organograma de secretarias e autarquias¹⁷⁹ não possuir uma única instância ou departamento que trate da agricultura municipal¹⁸⁰.

Para este caso, que se dê ênfase, principalmente, para a importância fundamental da agricultura familiar, segmento de evidente importância para

¹⁷⁹ A Prefeitura Municipal de Itumbiara possui 11 (*onze*) secretarias municipais. São elas: Administração e Recursos Humanos, Saúde, Controle Interno, Finanças, Educação e Cultura, Governo, Planejamento, Obras, Ação Urbana, Turismo, Extraordinária e Convênios. Dispõe ainda de 04 (*quatro*) diretorias (Cerimonial, Habitação, Transportes, Tecnologia e Informação e Receita); 03 (*três*) superintendências (Esporte e Lazer, Trânsito e Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor/PROCON); 01 (*uma*) procuradoria; 03 (*três*) departamentos (Comunicação, Iluminação, Posturas); 01 (*uma*) agência (Agência Municipal de Meio Ambiente de Itumbiara); 01 (*uma*) fundação (Fundação de Solidariedade/FUNSOL) e; 01 (*um*) instituto (Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Itumbiara/IPASMI). Para agir com o máximo de rigor, o levantamento realizado encontrou justamente, na descrição das funções da FUNSOL, trecho que faz vaga alusão para “*ações de segurança alimentar e nutricional*”. Disponível em: <www.itumbiara.go.gov.br>. Acesso em: 3 jul 2018.

¹⁸⁰ Curiosamente, apenas em julho/2018 a Prefeitura Municipal tratou de dar forma para sua Secretaria de Agricultura; no entanto, segue sem atividade real e objetiva e sem qualquer efetiva iniciativa em torno da ainda existente e resistente agricultura familiar em Itumbiara.

qualquer efetiva política pública a envolver segurança alimentar, renda popular e saúde coletiva.

Ainda no seu papel de azeitar a cidade aos investimentos da cana, foi marcante o movimento da Prefeitura por encerrar atividades de cinco das seis escolas municipais situadas nas áreas rurais¹⁸¹ da cidade.

Em entrevista para este trabalho, o promotor Reuder Cavalcante Motta¹⁸² afirma: “*decisão da Maria Auxiliadora e ratificada por ele*” (o “ele” citado por Motta é em alusão ao *ex-prefeito Zé Gomes*¹⁸³).

O movimento por “desconstruir” políticas e equipamentos sociais necessários às áreas rurais; fundamentais por ativar e valorizar localidades, suas formas de convivência e a própria relação das populações com os referidos locais é, ao juízo deste trabalho, parte da estratégia subliminar por tornar, de certa forma, remotas estas citadas áreas rurais. Ao fim, dispositivo bastante útil ao expansionismo canavieiro.

Instituições públicas ou não e ativas são, antes, elementos de estabilização social; se afirmam como referências, produzem identidades fundamentais, consciências sociais e necessários sentimentos de pertencimento. Combinações que permitem condições, sobretudo, subjetivas para a afirmação, permanência e manutenção de grupos sociais.

A já anunciada migração interna, um legítimo produto ou subproduto da lógica expansionista e organizacional do setor canavieiro é o resultado, por fim, de processos lentos, graduais e eficazes.

¹⁸¹ Segundo informações da professora Dulcineia Pereira, presidente do *Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás (SINTEGO)*, seção Itumbiara, apenas a escola do Distrito de Meia Ponte fora mantida.

¹⁸² O Promotor Reuder Cavalcante Motta exerceu suas atividades na 3^a. Promotoria de Justiça de Itumbiara e, atualmente, atua no Ministério Público de Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana de Goiânia; 4^a. Promotoria de Justiça de Aparecida de Goiânia (Rua São Domingos, 100, centro. Aparecida de Goiânia, CEP – 74.670-010. E-mail: 4aparecida@mpgo.mp.br

¹⁸³ José Gomes da Rocha, ex-vereador, ex-deputado federal e prefeito por duas gestões em Itumbiara. Faleceu em 28 de setembro de 2016.

As poucas e elementares estruturas sociais e públicas disponibilizadas às populações dos *rurais* são retiradas; o “antigo rural” é desfeito, desmontado como que por parcelas para dar lugar às extensas e monótonas lavouras de cana.

Estima-se que em quase vinte anos do mais amplo e efetivo agronegócio realizado no município de Itumbiara – a produção canavieira – mais de oitocentas pequenas ou médias, propriedades rurais com atividades sociais e econômicas consolidadas desapareceram.

Eventualmente, não é claro para muitos analistas o que representa o desmonte dessas estruturas de produção e de convívio estabelecidas nos interiores municipais. São bases produtivas que desaparecem, equipamentos para o plantio e criação que perdem utilidade e função; são benefícios como poços artesianos, estradas ou linhas elétricas que são inutilizados.

Da mesma forma, o lugar profissional dos notabilizados “caseiros” e respectivas famílias desaparece. De forma conclusiva, para o surgimento e consolidação de uma cultura com os traços e dimensões do segmento canavieiro todo um “mundo produtivo” anterior necessariamente desaparece ou é inviabilizado.

Mais comprometedor ainda, desaparecem estilos de vida fortemente vinculados aos campos cerradeiros do sul goiano. Estradas vicinais são abertas para o cumprimento de metas e programas de produção onde um incessante fluxo de máquinas passa a ocorrer.

Distâncias são encurtadas; veredas e cursos d’água da mesma forma, desaparecem; percursos são refeitos; topologias ancestrais são envolvidas e processadas pelo padrão paisagístico típico desta monocultura onde cedem lugar para novas marcas, identificações e balizamentos territoriais. Fluxos centenários de um ordenamento ambiental e econômico notadamente rural simplesmente, somem.

Códigos, marcas e referenciamentos espaciais e intuitivos, aquilo que é próximo, assimilado e familiar; o corriqueiro do Cerrado local é drasticamente alterado, rompido sem consultas, verificações ou qualquer sorte de anuência dos sujeitos históricos da *savana* local. As coisas mudam e de forma impositiva, tal quadro obriga, como consequência, que as comunidades, da mesma forma, mudem ou se mudem.

As tão conhecidas “correções do solo¹⁸⁴” irão, por conseguinte, representar uma arregimentação de larga quantidade de máquinas, implementos, nutrientes químicos e minerais e fluxos de trabalhadores visando adequação do solo ao plantio da cana.

De acordo com Barbosa (2017: 22):

O Brasil possui sete grandes matrizes ambientais, denominadas por Ab’Saber como Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos. Outros estudos as denominam *Biomias*, que talvez o conceito não seja muito apropriado, pois tende a enfatizar um clímax vegetacional, muitas vezes não corroborado pela história evolutiva do espaço em questão. Desde 2002, Barbosa sugere a utilização do conceito biogeográfico, classificando cada grande matriz ambiental como um sistema que engloba diversos subsistemas, destacando ainda os microambientes específicos existentes em cada subsistema. Um sistema biográfico envolve um conjunto de fatores atmosféricos, hidrosféricos, litosféricos e biosféricos, incluindo as populações humanas. Como esses fatores estão intimamente interligados, a modificação em qualquer um deles provoca modificação no sistema como um todo, onde as diferentes faces do sistema se mostram como subsistemas interatuantes. Esse modelo fisiográfico sofreu modificações, por questões não ambientais, mas de geopolítica ou especificamente políticas e econômicas [...]. O conceito biogeográfico tem ressaltado a importância que o Cerrado exerce para o equilíbrio dos demais sistemas do continente, além de demonstrar que a principal característica da sua biocenose é a interdependência dos componentes aos diversos ecossistemas. Portanto, o Cerrado é um Sistema Biogeográfico, composto por diversos subsistemas intimamente interatuantes e interdependentes. Cada subsistema tem uma história ocupacional, que consequentemente reflete seu nível de degradação.

¹⁸⁴ Para Roberto Patrocínio, Agrônomo e Fiscal Estadual da Agrodefesa/Goiás, a “correção do solo” consiste no ajustamento das condições naturais dos solos do Cerrado para a realização de determinada cultura agrícola. Uma das características destes solos é a alta densidade de alumínio e que torna seu índice de acidez bastante elevado. Para o preparo da terra para o monocultivo da cana se utiliza normalmente de grande quantidade de calcário e gesso. Segundo Patrocínio, o calcário visa os estratos mais superficiais do solo enquanto o gesso é utilizado para seus níveis mais internos e profundos. Dessa combinação resulta a redução dessa citada acidez conferindo condições, por fim, para o cultivo. Para o técnico, um dos graves problemas, ao fim dos períodos do plantio reside no fato de que na entrega das terras arrendadas pelas usinas aos proprietários originais, se verifica terras esgotadas, “pobres”; com muito baixa capacidade de fertilização. “Esse vai ser o mais novo e grave problema que os donos das terras, sobretudo, os médios e pequenos proprietários terão que enfrentar”, afirma Patrocínio. P.S.: O depoimento do agrônomo Roberto Patrocínio foi realizado especificamente para esse trabalho. A Agência AGRODEFESA está situada na Rua Rio Verde, 300. Itumbiara/GO. Tel.: (64) 3404-6657.

As condições espaço-territoriais a envolver a natureza, seus tempos, ciclos e manifestações vão desaparecendo; o “tempo do idílico” para homens e mulheres “da roça”¹⁸⁵ se esvai na mesma marcha e proporção em que avançam as lavouras de cana.

Mas não só pelo crescimento exponencial de áreas rurais que passam a ser utilizadas para o respectivo plantio mas também e, principalmente, pelo peso avassalador da técnica presente na maquinaria de alta resolução, nos dispositivos gerenciais que intensificam a utilização do solo, do tempo, dos espaços e de toda essa combinação a fim de impor mais e maior produtividade e rentabilidade ao agronegócio da cana.

A máquina se estende fenomenologicamente ao território; desta feita, o território do monocultivo, essa totalidade monocultivada vê-se também como espécie de maquinação; um sofisticado engenho com tempos de acionamento, ciclos de operação, uma lógica intermitente de manutenção, acompanhamentos, reparos e, tal qual todo dispositivo maquínico, com desgastes, perdas de energias e produção de resíduos.

O complexo sucroenergético funda, em essência, dois tempos: i) um tempo primeiro que se realiza precisamente nos profundos do município na alteração de cotidianos rurais e ditados, em essência, pela natureza e; ii) um outro tempo que se dá no urbano de Itumbiara. Não nos enganemos, no entanto, são tempos concomitantes.

Tempo do bairro e dos bairros; que surge na emergência improrrogável, por exemplo, da moradia; logo, que ao seu modo, estilo e intensidade, ignora a tradicional indiferença e negativas governamentais com seus supostos planos e planejamentos e a clássica narrativa da “*falta de orçamento*”, sobretudo, para questões sociais.

No entanto, o “teto” se realiza e acontece. Vai se dar das mais variadas formas e sob as mais inusitadas condições. Acontece porque relações são alteradas; valores são redefinidos; perspectivas pessoais e familiares se perdem enquanto sentidos são reconstruídos e o inesperado, por fim, acontece.

¹⁸⁵ Relativizando o “*idílico*”, se sabe que “a roça” é sinônimo de trabalho muito duro de homens e mulheres, não raro, de crianças.

A política, sobretudo, a política da moradia, acontece sob outras bases, princípios e formas organizativas; mas acontece de sorte que mesmo onde se acha que impera uma passividade cidadã crônica e perturbadora; que não há luta e empenho cidadão, sua realização e acontecimento ocorre sob as mais amplas nuances.

O “teto” ganha, então, distintas formatações! Se processa nas praças subutilizadas da cidade, nos diversos acampamentos de ciganos; nas ocupações irregulares e sempre silenciosas ou; na pomposa *Avenida Beira Rio*, o metro quadrado mais caro da cidade e que margeia sinuosamente o trecho que compreende o Rio Paranaíba, de sorte que, não raro, seu paisagismo de jardins e alamedas é frequentemente ocupado por mendigos e transeuntes miseráveis além, é claro, do seu vigoroso comércio informal.

Dados da Secretaria Municipal de Planejamento irão mostrar que Itumbiara, para o ano de 2018, irá apresentar 84 (oitenta e quatro) bairros; 03 (três) dos quais são assim classificados como “bairros irregulares” por serem frutos de “ocupação” (Bairros Remy Martins Ferreira, Prefeito José Moisés e Vila dos Machados).

Para a SEPLAN/Itumbiara o *déficit* habitacional da cidade é de 3.500 (três mil e quinhentas) moradias, desconsiderando pessoas ou grupos familiares que moram a partir das mais variadas modalidades e classificações com parentes, agregados, companheiros e familiares diretos e indiretos.

A análise do órgão local (cf. *Wender Garrote, 2018*)¹⁸⁶ projeta, desta feita, uma insuficiência direta de, ao menos, 10.000 (dez mil) moradias. O que se apresenta como algo notadamente problemático para qualquer natureza de planejamento urbano.

Em análise panorâmica, tem-se em um universo de pouco mais de 100.000 (cem mil habitantes), a considerável cifra que beira quase 50% (cinquenta por cento) da população que “não mora” ou ainda, que mora sob condições absolutamente específicas de precariedade.

¹⁸⁶ GARROTE, Wender. Assessor Técnico; Dados sobre a moradia municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Prefeitura Municipal de Itumbiara; 2018.

Por fim, a população, por meio de suas sempre ativas capacidades de criação e integração, refunda, para si e para os padrões de Itumbiara, o próprio conceito de moradia.

É de se estranhar que a grave problemática ambiental de Itumbiara resultado da ação do grande agronegócio, com destaque para os *multi-fazeres* da *moenda* e que se conjuga com cristalizada variedade de problemáticas sociais, tal qual o drama da moradia – fenômeno gerador de toda sorte de mal-estar individual e coletivo – que o discurso grandiloquente da elevada qualidade de vida na cidade (**Imagem 06**) seja tão veementemente presente nas falas e protocolos dos políticos locais e de boa parte dos empresários da cidade.

Imagem 06 – Folha de Notícias I ¹⁸⁷



FOLHA DE NOTÍCIAS

(64) 3431-9192



(64) 3431-8037

Itumbiara, Segunda-feira, 02 de Julho de 2018
Ano XXVIII
Nº 6235
R\$ 1,80

ÍNDICE FIRJAN: ITUMBIARA É DESTAQUE NA EDUCAÇÃO

Itumbiara tem segundo melhor índice de desenvolvimento de Goiás

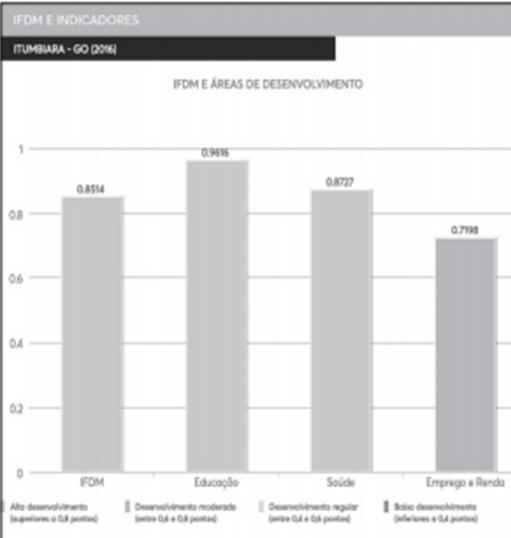
O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2018 - ano base 2016-, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, aponta que Itumbiara tem o segundo melhor índice de desenvolvimento de Goiás, com pontuação de 0,8514,

numa escala de 0 a 1, o que significa um alto desenvolvimento.

O destaque do município é na área da educação, com nota de 0,9616, depois na saúde com 0,8727 e no emprego e renda com 0,7198. Para a Firjan, o desenvolvimento é considerado regular com nota

entre 0,4 a 0,6 ponto e baixo desenvolvimento se inferior a 0,4.

A primeira posição em Goiás é do município de Chapadão do Céu, com 0,8516. Itumbiara é o único município com mais de 100 mil habitantes a figurar no ranking dos 10 maiores IFDMs.



RANKING

IFDM CONSOLIDADO: ITUMBIARA (2016)

POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING DO IFDM - Consolidado

Nacional	Estado	IFDM Consolidado	UF	Município
72º	1º	0.8516	GO	Chapadão do Céu
73º	2º	0.8514	GO	Itumbiara
89º	3º	0.8478	GO	Ceres
110º	4º	0.8387	GO	Quirinópolis
152º	5º	0.8343	GO	Caldas Novas
188º	6º	0.8271	GO	Corumboba
199º	7º	0.8257	GO	Cristalina
218º	8º	0.8229	GO	Edéia
243º	9º	0.8204	GO	Nova América
276º	10º	0.8114	GO	Ovador

¹⁸⁷ Disponível em: < <http://online.folhadenoticias.com.br/6235.pdf> > . Acesso em: 19 jul. 2018.

Ao fim o núcleo da estratégia oficial e discursiva é de se utilizar inteligentemente de valores médios advindos de medições como, por exemplo, os cálculos que conformam o Índice de Desenvolvimento Humano¹⁸⁸ (IDH) e estendê-lo, por conseguinte, e automaticamente para todo o conjunto da população¹⁸⁹ por meio de dispositivos midiáticos e abertamente ideológicos.

Nesse sentido, é importante considerar que, efetivamente, não é o segmento sucroenergético que inventa a escassez habitacional de Itumbiara; reconhecendo, sobretudo, que a problemática da moradia é histórico e persistente drama em Itumbiara e, de resto, em todo o País.

O que o articulado de usinas de cana situados em Itumbiara e em seus arredores, bem como seu amplo acervo de prestadores/fornecedores de bens e serviços fazem é, isto sim, intensificar essa problemática.

O complexo potencializa condições para o aumento do *déficit* por moradias¹⁹⁰ na cidade e consegue formatar outras condições e que, da mesma maneira, seguirão agravando a já muito periclitante questão da moradia local. Isso porque o estoque das melhores e mais bem situadas terras e áreas estão justamente servindo às demandas e exigências do setor sucroalcooleiro.

¹⁸⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: **renda, educação e saúde**. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho.html>> Acesso em: 20 jul. 2018.

¹⁸⁹ De acordo com a Fundação João Pinheiro/Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil o Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (IDHM) de Itumbiara é 0,752; é considerado alto (é considerada “alto” o índice do IDHM situado entre 0,700 e 0,799). O IDH-Itumbiara refere-se ao ano de 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,838, seguida de Renda, com índice de 0,744, e de Educação, com índice de 0,682. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itumbiara_go#caracterizacao>. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹⁹⁰ É necessário o registro de que a *expansão canavieira* é objetivamente, a expansão sobre áreas rurais, suas moradias, formas de vivência e organizações; é correlatamente, a expansão sobre o cotidiano de populações inteiras, inclusive sobre as formações em que historicamente se encontravam. Desse modelo, formas e conteúdos dos rurais são retirados e conduzidos compulsoriamente como atividade e tendência às cidades e às suas periferias o que resulta, por fim, em maior demanda pelos já insuficientes serviços públicos urbanos.

A Secretaria Municipal de Planejamento irá informar que concomitantemente, com o drama da moradia local e que segue sem qualquer ensaio de solução ou mesmo de mitigação, a Prefeitura de Itumbiara negocia a partir de 02 (dois) requerimentos de corporações imobiliárias¹⁹¹ que solicitam a aprovação de novos loteamentos privados no município.

5.2. A tendência induzida ao trabalho informal em Itumbiara

Tudo aconteceu num certo dia
 Hora de Ave Maria
 O Universo viu gerar
 No princípio, o verbo se fez fogo
 Nem Atlas tinha o Globo
 Mas tinha nome o lugar
 Era a Terra, Terra, Terra...
 (Canção da Terra, Pedro Munhoz, 2011)

Outra dimensão axial e que, da mesma forma, reflete desde os urbanos de Itumbiara, efeitos e impactos da sua modernização econômica advinda da opção

¹⁹¹ Segundo Brito, Delorenzo e Faria (2012: 07): “O processo de reprodução de cidades desiguais, no qual cada vez mais as pessoas com menor renda vão para as áreas mais distantes dos centros, tem se intensificado no Brasil, indo além das grandes metrópoles, onde a desigualdade se faz mais visível. “Metade da população brasileira mora na informalidade, 20% em favelas. E as pequenas e médias cidades do País estão reproduzindo exatamente o mesmo modelo”, diz João Sette Whitaker Ferreira, coordenador do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) [...]. Para Whitaker, há uma relação estreita entre a ação do Poder Público no espaço urbano e o aprofundamento das desigualdades. “Em qualquer cidade capitalista, o preço fundiário e imobiliário é decorrente do valor de localização, que é constituído pela infraestrutura urbana que ele abriga – mobilidade, saneamento e etc. – que fazem com que um lugar seja mais urbano em relação aos outros”, explica. “A contradição é que quem produz a infraestrutura que faz aumentar o preço da terra é o Estado, é o resultado de investimento social, público. E esse investimento que gera valorização é apropriado individualmente, no que é chamado de mais-valia urbana. Apropriado pelo sujeito que tem dinheiro, pelas elites. “Terra urbana é uma riqueza social produzida coletivamente”, explica Nakano. “Quando um grupo minoritário se apropria disso sem dar nada de qualidade em troca, há o ganho especulativo”, diz ele, que defende a regulação para evitar que a terra esteja quase que exclusivamente a serviço da especulação imobiliária”. [BRITO, Gisele; DELORENZO, Adriana; FARIA, Glauco. CIDADES EM CRISE. São Paulo. **Publisher Brasil: Revista FORUM**, Ano 11, no. 108, março/2012].

pelo grande agronegócio aplicado em todo o oeste brasileiro desde os anos de 1960 é o portentoso prevaecimento da assim chamada *economia informal*¹⁹².

É necessário o destaque de que o plantio e o processamento industrial e fabril da cana se acha entre as atividades de menor regulamentação de toda a economia brasileira¹⁹³. Esse processo ganha mais impulso com o novo Código Florestal¹⁹⁴ e mais recentemente e, não por acaso, com a flexibilização quanto ao uso de defensivos e mesmos de agrotóxicos¹⁹⁵.

¹⁹² Estamos cientes da proposta de Milton Santos, desenvolvida no seu livro **O espaço dividido**, 1. ed. 1978. Rio de Janeiro: Livraria Editora Francisco Alves e; que trata dos *dois circuitos* da economia urbana: o *inferior* e o *superior*. *Grosso modo*, no *inferior* estariam as atividades que se denomina comumente e na perspectiva neoclássica de *economia informal*.

¹⁹³ Para Fônseca (2007: 41): “A liberalização dos mercados agrícolas ocorreu a partir de 1987; daí em diante, o Brasil reformulou a política de crédito e de preços mínimos, alinhando estes com o mercado internacional; criou novas fontes de financiamento, tanto para a produção quanto para a comercialização dos produtos agrícolas, cujo controle passou do Estado para a iniciativa privada; ampliou os estímulos à agricultura irrigada; investiu em infraestrutura e em novas pesquisas para o melhoramento da produção e da produtividade. Além disso, com a “Rodada Uruguaí” do Acordo Geral de tarifas e Comércio (GATT) iniciada em 1986, o setor agrícola passou a fazer parte da pauta de discussões e negociações de liberalização do comércio mundial dos produtos agrícolas. Esta era uma reivindicação antiga dos países com produção agroindustrial significativa no conjunto de sua economia. Além das mudanças na política agrícola brasileira, a participação no Mercosul e as discussões em torno da formação da ALCA vêm gerando bastante expectativa nos exportadores de produtos agrícolas graças à possibilidade de ampliação de seus mercados. Segundo Aragão (2002), a constituição do Mercosul foi um marco importante no processo de liberalização comercial no Brasil. A intensa desregulamentação dos mercados agrícolas diminuiu a intervenção do estado na agricultura, que teve por base a tentativa de harmonização das políticas agrícolas dos países membros; como resultado, o Brasil teve um aumento considerável das exportações para o bloco”. [FÔNSECA, Márcia Batista da. Efeitos da liberação comercial sobre o agronegócio do Brasil, 1994/2004. Porto Alegre (RS): **Revista ANALISE**, V. 18, no. 01, jan/jun 2007]

¹⁹⁴ O novo Código de Proteção Nativa, o mesmo Código Ambiental, ou Lei no. 12.651/2012 é a legislação que estabelece normas gerais para a proteção da vegetação, áreas de proteção permanente, áreas de reserva legal, exploração florestal, o suprimento de matérias-primas agroflorestais dentre outras prioridades ambientais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 22 jul.2018.

¹⁹⁵ Segundo Sakamoto: “O projeto de lei que facilita o uso de agrotóxicos foi aprovado, nesta segunda [25/06/2018], na comissão especial criada para analisá-la na Câmara dos Deputados. Proposto, em 2002, pelo então senador Blairo Maggi e relatado, neste ano, pelo deputado federal Luiz Nishimori (PR-PR), ele é mais um daqueles passos para trás que os anos Michel Temer têm nos proporcionado de forma frequente. O projeto precisa ainda passar pelos plenários da Câmara e do Senado. Sim, a sociedade deveria estar discutindo formas de reduzir o uso desses tipos de produtos, neste país que é a *farra do veneno*, mas caminhamos no sentido contrário. Por que não há nada tão ruim que não possa piorar”. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/06/26/agrotoxicos-com-o-brasil-a-deriva-deputados-agora-querem-te-envenenar>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

Em termos de comparação, apenas o setor financeiro negociante de juros, títulos, ações e outros mecanismos especulativos é mais liberado de regulamentação do que o gigantismo canavieiro.

Para Rodrigues (2011: 36):

O usineiro Cícero Junqueira Franco, ou “o Doutor”, tem os cabelos brancos e ainda mantém o mesmo bigode de sua juventude, agora, claro, já prateado pela idade. Ele é apontado como um dos pais do Proálcool, quando em 1975, juntamente com o engenheiro Lamartine Navarro Júnior e o empresário Maurílio Biagi, encaminhou para o governo um estudo garantindo que o álcool poderia mover a frota nacional, então às voltas com a primeira crise do petróleo [...]. “O Proálcool nasceu antes de mim, mas foi engavetado e ficou muito tempo como uma alternativa para a falta de recursos do Brasil. Com o petróleo barato e as facilidades que o Brasil e o mundo tinham de abastecimento, o Proálcool foi esquecido. Nós aproveitamos a experiência do passado para criar um programa que prolongasse o petróleo para as gerações futuras. Então exumamos o Proálcool”. O Programa foi baseado em uma forte intervenção do Estado no setor. Por lei, eram definidos preços, políticas de produção, as áreas e até quem deveria produzir. Tudo isso mediante o fornecimento de subsídios para a produção maciça de álcool. Em troca, o governo militar incentivou a grilagem de terras para o cultivo de cana e fez vista grossa em relação à violação de direitos trabalhistas. “Era uma euforia parecida com a de hoje só que em outra escala”, relata Cícero Junqueira. “Naquela época o setor era menor e mais contingenciado. Hoje tem uma diferença fundamental: a iniciativa privada está totalmente liberada da intervenção do Estado. Isso cria um horizonte para o empresário investir no setor e desenvolve-lo”. E o setor vive eufórico frente a esse “horizonte” neoliberal. Atualmente, o governo só intervém no mercado por meio de medidas regulatórias de adição de álcool à gasolina.

Desta feita, se reafirma o caráter extremamente liberalizado do setor sucroenergético; segmento essencialmente livre de aporias e mecanismos de regulação advindos do Estado brasileiro. E é sobre esse apanágio¹⁹⁶ de privilegiadas possibilidades econômicas que a sucroenergia se desenvolve.

¹⁹⁶ Acerca das condições do segmento sucroenergético e dos seus benefícios e correlata expansão, cita-se, por exemplo, a criação do chamado “etanolduto” e que, não casualmente, terá em Itumbiara, um dos seus pontos essenciais de apoio. Pupulin (2014: 15) afirma: “Em 2015, Goiás deverá receber o Sistema Logístico de Etanol, conhecido como *Etanolduto*. A empresa responsável pelas obras, Logum Logística, ainda não confirma o nome das cidades goianas que receberão o benefício e pontua que tal definição depende da conclusão dos estudos de detalhamento de engenharia. Mas já foi definido que Itumbiara, no sul do Estado, receberá um

Um dos elementos motores dessa providencial liberalização reside também nas eficazes narrativas da sucroenergia; não por acaso, na denominada “bioenergia”. O “*bio*” [do grego: *bios*: “*vida*”] é inteligência comunicacional; um eficaz estratagema linguístico, um artifício argumentativo autojustificativo e de importância central.

Alude a aspectos dos mais importantes; faz face e interface com todas as dimensões humanas; expressa a natureza e o melhor das suas sensibilidades. Na verdade, o “*bio*” é de notável e profunda polissemia e significado e que é, em si, o fundamento das mais intensas identidades humanas.

É a partir desse preciso “*bios*” que a sucroenergia avança, sobretudo, em meio a necessidade do mínimo de consenso público; é dessa perspectiva, sutil e delicada que o avanço canavieiro se dá nos campos, nas cidades, em seus termos e evidentemente, nas narrativas que lhe dizem respeito.

Em seguida, a entrevista¹⁹⁷ de André Rocha, presidente-executivo dos Sindicatos das Indústrias de Fabricação de Etanol e Açúcar do Estado de Goiás (SIFAEG/SIFAÇUCAR) ao jornal ‘CANAL Bioenergia’ é reveladora quanto ao “*bio-estratagema*” da ‘sustentabilidade ambiental’.

Ao ser questionado sobre as possibilidades de Goiás manter a segunda posição nacional (perdendo apenas para o Estado de São Paulo), Rocha é incisivo quanto a necessidade de mais benefícios públicos, no caso o programa BioRenova e o fato de que a população carece de consumir mais biocombustíveis.

Cita Rocha: “*Provavelmente sim. É perigoso falar em safra, mas temos uma distância, de certa forma, confortável com relação ao terceiro colocado, que é Minas Gerais. Nós ainda devemos manter na próxima safra essa segunda posição, tanto de cana como etanol. Em Goiás a política hoje está defasada.*”

Terminal Terrestre. Segundo o presidente-executivo dos Sindicatos da Indústria de Fabricação de Açúcar e de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg/Sifaçucar) e presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, André Rocha, em Goiás o etanolduto ligará as cidades de Itumbiara e Jataí, passando por Quirinópolis. “Para facilitar a desapropriação das áreas e propiciar celeridade no processo foi assinado um Decreto de Utilidade Pública pelo Governo Estadual”, explica. Vale ressaltar que as desapropriações serão pagas integralmente pela Logum. [PUPULIN, Cejane. Logística para propiciar competitividade. Etanolduto. Goiânia/GO. **Revista Canal, Jornal da Bioenergia**. Ano 8, no. 88, fevereiro/2014]

¹⁹⁷ Disponível em: < <http://www.canalbioenergia.com.br/edicao-98/> >. Acesso em: 1 Jul. 2018.

Precisamos voltar a ter instrumentos para estimular o consumo de biocombustível”.

Para o entendimento dessa posição se faz necessário a utilização da categoria-chave do ‘antropocentrismo’ para a compreensão das principais posições do ‘patronato ambiental’ segundo o qual, a natureza é apenas parte de uma equação econômico e ambiental que tem por finalidade garantir altas taxas de retorno e lucratividade aos investimentos privados realizados.

Para Filho (1999: 25):

Outro questionamento, feito a partir deste paradigma, é quanto ao *antropocentrismo* vigente nas escolas econômicas, o qual se caracteriza em tomar o homem como única referência. Isto faz com que, do ponto de vista ambiental, a natureza seja vista na condição de simples recurso para a produção de bens. Sua utilização, em forma e intensidade, fica subordinada aos interesses econômicos. A ciência econômica, segundo Comeliau e Sachs (1988), ao fundamentar-se no cálculo econômico, ou nos valores-de-troca, não considera os valores-de-uso e nem os valores monetários dos bens ambientais não transacionados normalmente no mercado. O antropocentrismo e o cálculo econômico levam ao resultado social da fetichização da taxa de crescimento econômico. Isto é, toma-se esta' pelo que ela efetivamente não é: alcançar elevadas taxas como sinônimo de melhor condição de vida da sociedade. Em função desta fetichização tem-se o culto ao crescimento da produção quantificada no conceito de Produto Interno Bruto (PIB) que representa o valor da produção obtida ao longo do ano – mesmo que para isto degrade o meio ambiente e comprometa as possibilidades de produção futuras.

Nesse quadro, um dos principais esforços argumentativos do setor sucroenergético é equivaler ou ainda, situar a produção canavieira como alternativa “sustentável” – categoria abertamente controversa – de produção energética ao ponto de, não raro, classificar a energia produzida a partir da cana-de-açúcar como energia renovável e situada no mesmo patamar da energia solar ou eólica¹⁹⁸.

¹⁹⁸ Para Elbia Melo, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica: “O Brasil possui um potencial eólico *onshore* superior a 300GW e possui um dos melhores ventos do mundo para a geração de energia elétrica. Somos, hoje, um dos 10 países com as maiores potências instaladas de fonte eólica, em todo o mundo sendo que ao final de 2013 fomos classificados como 13º. Em recente estudo realizado pela Associação Mundial de Energia Eólica – WWEA, apenas no primeiro semestre de 2014 o Brasil se posicionou em 3º. Lugar no pódio

O quadro abaixo (**Quadro 04**) busca expor brevemente as consequências e replicações da lógica antropocêntrica de caráter mercantil e neoliberal sobre a natureza, no caso sobre a natureza mediata e imediata.

Quadro 04 – Relação custos sociais e danos

CUSTOS SOCIAIS E DANOS RELACIONADOS	
TIPOS DE CUSTO SOCIAL	DANOS
1. Custos Sociais Ecológicos	
1.1. Poluição do ar	- Destruição florestal; contaminação da atmosfera urbana; - Corrosão: deterioração de produtos; - Danos a agricultura e alimentos; - Danos à saúde.
1.2. Poluição da água	- Mortalidade de peixe e mortandade fluvial; - Danos à produção alimentar; - Deterioração de produtos; - Danos à saúde.
1.3. Poluição do solo	- Destruição da fauna e da flora; - Deterioração de produtos; - Danos à saúde
1.4. Extração de matérias-primas	- Destruição da paisagem e das estruturas regionais; esgotamento de recursos naturais.
2. Custos Sociais Trabalhistas	
2.1. Condições de trabalho precárias	- Queda de produtividade; - Danos à saúde
2.2. Danos no emprego/desemprego	- Tempo de treinamento; - Salários baixos; - Danos à saúde; queda na expectativa de vida.
2.3. Exaustão, extinção de empregos	- Queda no valor da produção; - Gastos de treinamento.
3. Custos Sociais e Econômicos	
3.1. Capacidades ociosas	- Destruição de capital real; - Subutilização
3.2. Má alocação intersetorial	- Sobrecapacidades, subcapacidades.
3.3. Disfunção intra-setorial	- Barreiras ao acesso de novos capitais;

mundial de nova capacidade instalada, atrás somente da China e Alemanha. Instalamos 1,3GW de nova capacidade no primeiro semestre de 2014, o que representou 7% da venda mundial de aerogeradores”. Fonte: **Revista CANAL**, Jornal da Bioenergia. Goiânia/GO. Ano 9, no. 96,

	- Sobrecapacidades resultantes de concentrações.
3.4. Disfunção espacial	- Aglomeração, transportes (viagens); queda de rendas, danos à saúde; - Custos do empobrecimento regional.
3.5. Obsolescência programada	- Substituição prematura.

Org.: CAVALCANTE, Ângelo. A partir da tese de Gilberto Montibeller Filho: **O mito do desenvolvimento sustentável**. UFSC/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

Ainda acerca da citada *economia informal*, na sua mais aviltada expressão para o local, tema por demais amplo e que apresenta abertos e problemáticos hiatos conceituais, é importante enfatizar de que, não raro e de forma dúbia, a ideia prevalecente da *economia informal* é utilizada em oposição a dita *economia formal*.

De acordo com Santiago e Vasconcelos (2017: 220):

Ao se deparar com questionamentos sobre a validade teórica do conceito “setor informal” e o fato do mesmo ser apreendido a partir de diferentes enfoques metodológicos, Hans Singer responde aos críticos utilizando-se de uma metáfora. Para o autor, a informalidade seria similar a uma girafa: todos a reconhecem facilmente, ainda que seja difícil descrevê-la (Cacciamali, 1982; Barbosa, 2011). Vianna (2006) aponta quatro razões que dificultam a mensuração da informalidade: i) sua composição bastante heterogênea; ii) os limites entre trabalho e não-trabalho; iii) um leque de situações que estão no limite entre o formal e o informal; iv) qualidade dos instrumentos de pesquisa utilizados. Cacciamali (1982) enumera pelo menos cinco formas de dimensionar o setor informal: i) trabalhadores desprotegidos pela legislação trabalhista; ii) atividades econômicas definidas a priori; iii) trabalhadores que não estão inseridos no setor formal; iv) firmas com um número mínimo de trabalhadores; v) indivíduos (sejam empregadores, trabalhadores ou familiares) inseridos em empreendimentos de até quatro empregados, trabalhadores por conta própria (com exceção dos profissionais liberais), serviços domésticos e trabalhadores ocasionais.

Destarte, por convenção a *economia formal* será aqui tratada de forma bastante arriscada e genérica como sendo aquela parcela econômico-produtiva devidamente registrada, formalizada e com respectivas inscrições públicas para, ao fim, gerar economia e tributos às esferas estatais.

A carga simbólica eivada de aspectos notadamente negativos e depreciativos acerca da citada *economia informal* é substantivamente presente e dificulta, por sua vez, o entendimento específico da expressão.

De acordo com Ribeiro (2010: 06):

A economia informal pode ser compreendida por atividades legais e ilegais. As legais, em sua essência, são aquelas cujas práticas econômicas são “socialmente aceitas”, como exemplo: omissão de renda, propriedade, salários, aluguéis, juros, lucros, permuta de produtos e serviços legais, recebimento de salários-desemprego ou outra forma de seguridade social em que o agente não teria esse direito. Já as atividades ilegais compõe-se da venda de produtos roubados, da fraude, do contrabando, da produção e distribuição de drogas e outras atividades correlatas.

Buscando uma via teórica que consiga descrever com mais precisão o fenômeno global e estrutural da *economia informal* ela será aqui entendida como dimensão econômica fundamental para a *economia formal*; não é admitida como forma produtiva menor ou marginal a inevitavelmente degradar as dinâmicas da *formal*.

Ao contrário, a *economia informal* é, desta feita, aqui concebida como economia complementar e decisiva para o próprio funcionamento, desenvolvimento e mesmo existência desta referida *economia formal*.

Segundo Beloque (2007: 92):

Estudos recentes consideram a chamada *informalidade* um produto direto, principalmente do desemprego e da destruição de postos de trabalho por causa da introdução de inovações tecnológicas na produção e na organização do espaço produtivo; das crises econômicas; da tendência de elevação da composição orgânica do capital no processo de acumulação, isto é, *grosso modo*, pelo aumento do uso de máquinas e do volume de matéria-prima processada em detrimento da quantidade de trabalhadores empregada, entre outras razões. Daí, a suposição de que a “*informalidade*” recrudescer com as crises econômicas e com a elevação do desemprego e diminui, gradativamente, com o crescimento da economia. Contudo, se as formas de trabalho “não capitalistas” forem vistas como elementos constituintes da economia capitalista não será difícil perceber que, nas épocas de prosperidade econômica, a “*informalidade*” não desaparece; ao contrário, até se expande. A razão é que a produção mecanizada torna disponível uma “massa crescente

de matérias-primas, de produtos semi-elaborados e de instrumentos de trabalho” com preços extremamente acessíveis, que associada ao aumento da renda da população e à expansão da demanda decorrentes da prosperidade econômica, estimulam tanto a diversificação dos ramos da produção social, quanto a multiplicação de todo tipo de unidades produtivas. Segundo Marx, a “fiação à máquina, por exemplo, fornecia o fio tão barato e abundante” e propiciava a multiplicação do número de tecelões manuais que, no final do século XVIII e início do século XIX, chegavam a cerca de 800 mil, na Inglaterra.

Acerca do binômio *formalidade/informalidade*, a metáfora ainda atual, da moeda com suas faces é bastante válida posto que, de fato, tal fenômeno pode ser compreendido como se fora as evidentes faces de um único e mesmíssimo processo.

Acontecem e se realizam em ativa lógica dialética, conjugada, conflituosa e complementar onde se somam, se integram e se interpenetram no mesmo paralelo e conformidade em que se revelam notadamente díspares e contraditórias.

Ao fim, esta é uma das mais determinantes leis econômicas de uma economia de mercado; é espécie de *doxa* da lógica do capitalismo global. De fato, toda e qualquer cadeia produtiva não pode prescindir do ajuntamento de diversas formas de trabalhos informais, pré-capitalistas ou mesmo não-capitalistas.

Para Prieto (2017: 03):

Na geografia agrária brasileira, especialmente os intelectuais que analisam a recriação de relações não capitalistas de produção inseridas contraditoriamente no modo capitalista de produção, verificam que o capital contraditoriamente se territorializa, expropriando parte da população camponesa e concentrando-a na cidade, utilizando sua força de trabalho na indústria e no trabalho assalariado no campo, mas também o próprio capital cria as condições para que as relações sociais camponesas se reproduzam fornecendo matérias-primas para as indústrias e viabilizando o consumo de bens industrializados no campo. Essa possibilidade desigual e combinada cria e recria a economia camponesa baseada em relações de trabalho familiar, e categoricamente define o campesinato como classe social inserida no capitalismo (*classe em si e para si*, na definição thompsoniana). A combinação entre economia e territórios capitalistas e não capitalistas – longe de ser uma debilidade do processo de acumulação do capital – pode ser analisada como a forma

própria de se realizar a reprodução ampliada do capital, ou seja, a unidade dialética entre trabalho assalariado, expansão do latifúndio e territorialização do monopólio capitalista com relações de produção e territórios não capitalistas: unidade camponesa, trabalho familiar camponês e resistências de modos comunitários de produção (Oliveira, 2010)¹⁹⁹.

Sob análise minuciosa acerca de qualquer formação produtiva e econômica e submetida aos ordenamentos do capitalismo vigente se identificará com certa facilidade a realização de trabalhos sob condições das mais distintas e comumente, trabalhos precarizados, insalubres, sub-remunerados e não-capitalistas.

Esse aspecto se espalha desde o setor primário da economia, onde matérias-primas originais são prospectadas sob as mais diferenciadas formas; no processamento de materiais e insumos ou; mesmo na sua distribuição onde as informalidades avançam de maneira incontornável em vasta plêiade de formas de comercialização.

Para Telles (2010: 27):

Bem sabemos que ilegalismos urbanos não são propriamente uma novidade. São algo que acompanha a história de nossas cidades, item quase obrigatório nos estudos urbanos, já foram tematizados por uma extensa e importante literatura, para não falar das circunstâncias históricas que presidiram o desde sempre expansivo mercado informal. No entanto, o que nos parece merecer uma interrogação mais detida são as mediações e as conexões pelas quais esses ilegalismos vem sendo urdidos no cenário urbano. São outras as conexões, outras as mediações, também outra a escala em que os problemas se colocam. Ao seguir o traçado desses ilegalismos vemos perfilar-se mundos urbanos e alterados e redefinidos por formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da economia informal, que mobilizam o *trabalho sem forma*, para usar a expressão de Francisco de Oliveira, e se processam nas fronteiras incertas do informal, do ilegal, também do ilícito. É nesse cenário que vem ganhando forma as figuras contemporâneas do trabalhador urbano que transita nas fronteiras porosas do legal e ilegal, formal e informal, lançando mão de forma descontínua e intermitente das

¹⁹⁹ OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 63-110.

oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõe nos mercados de trabalho, ao mesmo tempo em que se expande uma zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais.

Não é objeto deste estudo a análise das formas atuais de precarização a envolver o trabalho nos processos diretos ou indiretos e que redundam no processamento da cana; no entanto, para o caso de Itumbiara, é condição o destaque da atual quadra sócio-histórica em que se realizam as mais diferenciadas formas do trabalho.

Para começo se impõe distinguir que *trabalho não é emprego; trabalho é*, isto sim, categoria bem mais ampla e complexa (BLASS; 2007). É aqui assumida como aspecto ou dimensão estruturante e formativa do próprio ser humano; é a maneira única e possível do indivíduo interagir efetivamente com a natureza no seu perpétuo e inconcluso processo de transformação do mundo natural e que redundam, conseqüentemente, na transformação da sua própria subjetividade, do seu ser, do seu mundo individual.

O essencial da sua cultura surgida pelo ato consciente e deliberado da realização do *trabalho*, se encontra mais no “*como faz*” do que naquilo que “*faz*”. Esse é o fundamento e a base de todo seu desenvolvimento e aprimoramento cultural (LARAIA, 2001).

É experiência coletiva que se individualiza na produção da vida e que centralmente redefine as formas do *fazer trabalho* posto que este processo compreende etapas sistêmicas de realização desta ou daquela tarefa; seus respectivos níveis de complexidade; as demandas por mais ou menos participantes; os instrumentos de trabalho a serem utilizados e a forma como devem ser utilizados; a melhor parte do dia para fazê-lo ou não. As vias do *fazer trabalho* são, desta feita, os caminhos da própria produção da vida.

O fato é que o tempo – notadamente, o tempo do trabalho – fora da lógica intermitente de acumulação de capital e que marca o atual padrão de capitalismo em que se está obrigatoriamente inserido, tem outro sentido e outras divisões.

Sob as “muitas mãos” e os “muitos olhares” acerca do trabalho é que o ser humano desenvolve sensibilidades, habilidades, noções objetivas, imaginação e criação que contribui e define para, enfim, o indivíduo situar-se no mundo, no território e na produção.

A centralidade do trabalho para a constituição do ser humano é de tal ordem e grandeza que irá, inclusive, alterar e transformar formas e sensibilidades do seu corpo físico²⁰⁰. Irá ensejar movimentos e tipos novos de movimentos; além de transformar a natureza, transforma inexoravelmente, a própria natureza do ser humano (MESZÁROS, 2009).

O *emprego*, diferentemente, se refere aqui a aspectos estritamente contratuais e legais que se realizam sobre a lógica salarial típica de uma sociedade estruturada sob a organicidade do capital. Expressa, por meio de leis, códigos e outros enquadramentos, o formato que o trabalho passa a assumir quando imerso e subsumido nas relações sociais da produção capitalista.

O emprego é, *per si*, decisivo instituto do capital. Diferentemente do que se possa imaginar, essa instituição é eficaz forma de controle; por sinal, o formato do emprego na modernização produtiva advinda do século XVIII com a Revolução Industrial e que marca o nascimento do capitalismo como forma

²⁰⁰ Para Silva (2017: 238): “Parto do pressuposto de que na tradição teórica marxista estão presentes os delineamentos de uma concepção histórico-social da *corporalidade humana*. Há nos textos de Marx, tanto em sua obra amadurecida como nos denominados escritos de juventude, elementos essenciais à compreensão do processo de formação histórica da *corporalidade humana*. No livro *d'O Capital* Marx (1988), ao analisar o processo de trabalho, observa que os homens põem as forças pertencentes à sua *corporalidade* para efetivar o intercâmbio com a natureza colocando em ação a produção e reprodução do ser social. Nos manuscritos de Paris, Marx (1989) analisa de que modo a sensibilidade humana é produto das objetivações resultantes do trabalho, analisando o fato de que a alienação do trabalho significa também a alienação da sensibilidade humana. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1999) analisam o processo de produção da história como ato consciente dos homens e observam que a atividade que põe em movimento esse processo se torna possível por meio de uma organização corporal que permita a realização da atividade vital não como adaptação às condições naturais pré-existentes, mas como transformação ativa e criação do novo por meio da ação transformadora, isto é, por meio da práxis. Engels (2004), partindo das premissas do materialismo histórico, encontra na atividade do trabalho a chave de compreensão da transformação das espécies hominídeas em gênero humano. Observa, para isto, como o trabalho modifica e é modificado pelas ações manuais postas em ação para alterar a natureza de acordo com as necessidades socialmente elaboradas. Já Lukács (2007), apresenta as bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem, a partir das mediações, permanências e rupturas entre as esferas do ser, indicando as determinações existentes entre a esfera da vida e a esfera do ser social, ponto de intercessão necessária à compreensão objetiva da relação entre o biológico e o cultural (questão pouco explorada na compreensão materialista e histórica da corporalidade humana). [SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. Notas sobre a relação entre corpo, trabalho e formação humana a partir da ontologia do ser social. Salvador; *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, abr/2017].

produtiva dominante, tem sentido se intensamente controlado, formado e formatado permanentemente a partir dos interesses e determinações da acumulação capitalista.

A relação do empregado/trabalhador com seu emprego é, pois, de total submissão; o emprego, por normas e técnicas eminentemente produtivas, impõe determinações para além dos limites espaciais e objetivos da realização do trabalho; de outro modo, o emprego, sobretudo, o emprego moderno, com suas regras e formas de realização toma a vida do trabalhador, seu juízo, suas intimidades.

Se o trabalhador ocupa o emprego é bem verdade que o emprego também ocupa a vida do trabalhador, desde o *locus* específico da realização do trabalho até ao universo mais pessoal e subjetivo do homem do trabalho.

Se o trabalho é a forma possível e singular de realização da vida humana posto que a natureza externa ao homem é transformada pela ação do trabalho consciente e que também e, simultaneamente, o transforma, o emprego, principalmente em sua versão contemporânea, é justamente o oposto do trabalho em seu estatuto de realização humana.

Considerando que a partir das suas determinações sócioprodutivas prevalecentes, o emprego *des-realiza* o homem; destitui o ser humano de si mesmo; extrai sua humanidade, o melhor e o mais singular de suas sensibilidades; o instituto do emprego hodierno visa, por fim, *auto-matizar* o humano com os rigores da sua burocracia²⁰¹ de tempos e metas.

²⁰¹ Segundo Primi (2014: 32): “O esforço por “bater a meta” associado à nova organização do trabalho enlouquece. Os problemas mentais ou ligados ao comportamento são, atualmente, o terceiro motivo para a concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil. “Há dez anos essa causa sequer aparecia nos registros”, afirma a médica do trabalho Margarida Barreto. Em 2013, o INSS pagou 12.691 benefícios motivados por distúrbios mentais e, até agosto de 2014, dos 2,95 milhões concedidos, mais de 7,6 mil foram para trabalhadores com este tipo de problema. No mundo, segundo levantamento do Plano de Ação para a Saúde Mental 2013-2020 da Organização Mundial da Saúde (OMS), os distúrbios mentais representam 13% de todas as doenças e um terço das patologias não transmissíveis. O estudo mede a incidência geral e estima que cerca de 350 milhões de pessoas deverão sofrer de depressão e 90 milhões terão uma desordem pelo abuso ou dependência de substâncias nesse período no planeta. O agravamento do quadro mundial levou a OMS a criar um programa de monitoramento das populações de metrópoles, do qual o Brasil faz parte, o programa Pesquisa Mundial sobre Saúde Mental (*The World Mental Health Survey Initiative*). Os dados mais gerais levantados até agora na Região Metropolitana de São Paulo mostram que quase 30% dos moradores já sofrem com essas doenças, a maior prevalência entre os 24 países investigados”. [PRIMI, Lilian. Metas enlouquecem trabalhador. São Paulo: **Revista Caros Amigos**; Ano XVIII no. 210, 2014].

Para Lima e Tavares (2009: 03):

A reestruturação produtiva do capital fomentou o desenvolvimento das forças produtivas; fragmentou o processo produtivo e a gestão da produção; promoveu o desmonte de direitos trabalhistas e intensificou a exploração, mediante novas formas de organização do trabalho, que precarizam e tendem a ampliar cada vez mais o trabalho informal. Sob tais condições, os trabalhadores empregados têm sua responsabilidade aumentada, pela exigência da polivalência e pelo medo do desemprego, enquanto os desempregados sofrem pela inexistência de postos de trabalho que permitam o seu reingresso no mercado. Essas mudanças, que começaram entre os anos 1980 e 1990, longe de estar sendo freadas, caminham para o seu aprofundamento, dando lugar a novas práticas dentro das empresas, que buscam constantemente rever custos, reduzir pessoal, aumentar produtividade. Sob essas condições, instaura-se “uma nova hegemonia do capital, no plano da produção de mercadorias, articulando, de modo original, ‘coerção capitalista e consentimento operário’” (ALVES, 2005, p. 39, *grifo nosso*). Como não consentir quando a sobrevivência está condicionada à venda da força de trabalho? Ao trabalhador assalariado, especialmente ao trabalhador do campo, cada vez mais próximo da pobreza absoluta, não resta outra alternativa que não seja render-se às condições impostas pelo capital. O grande número de desempregados de longa duração passa a representar uma forma de controle do movimento operário e da luta de classes, afetando fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical. Segundo Alves (2005, p. 85), a crise do sindicalismo reside na “sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho.”

Essa é a *des-realização* e é dessa reconstrução de sentidos e significados que o *trabalho* como categoria fundamental para a tradução do mundo da produção vai tendo seu conteúdo político, classista e histórico extraído e esvaziado gradual e eficazmente pelas otimizações e racionalidades empresarial-administrativas no fito de maior rendimento, produtividade e controle.

A esse respeito, Gomes (2009: 19) afirma que:

Uma das questões mais importantes dessa época, assim, é a capacidade que o sistema de produção capitalista alcançou de descartar trabalhadores em massa como decorrência do processo de permanente reestruturação produtiva, que promove a integração, das maneiras mais diversas, de trabalhadores com novas qualificações justapondo-se com as

antigas, numa miríade de relações e práticas gerenciais (flexibilização, desregulamentação, terceirização, redução de custos e enxugamento organizacional (*downsizing*) etc.) que se traduzem, em última instância, na exploração mais intensa e na precarização das condições de trabalho (cf. MÉSZÁROS, 2005²⁰²). Nesse sentido, pode-se dizer que estamos vivendo um período de intensas revoluções burguesas, porque a capacidade do capital e de suas classes dominantes concentrarem riqueza à custa dos que restam integrados (formal e informalmente) ao sistema produtivo é, indiscutivelmente, superior a qualquer outro período da história. Trata-se de uma máquina de exclusão (inclusão informal) de trabalhadores, a partir dos movimentos de elevação da composição técnica, ou seja, empregando, *ad infinitum*, novas tecnologias para dar continuidade ao processo de acumulação e concentração da riqueza.

Esta refeitura do trabalho e, por consequência, das formas do *ato de trabalhar*, lógica substantivamente presente não só nos processos e rotinas da empresa capitalista, mas também e, sobretudo, fora dela, onde impõe para o conjunto dos trabalhadores, comportamento afim, estética adequada, específica forma de ser e, principalmente, de ‘*não-ser*’.

Este brevíário analítico acerca da vigorosa e arriscada desconstrução moderna do trabalho – dimensão básica e definitiva da própria estruturação do ser humano – é movimento incontrolável e em curso e que toma, por sua vez, todos os segmentos produtivos do planeta.

O *trabalho*, como tinha de ser, se acha inexoravelmente presente em Itumbiara; nos fazeres diários e cotidianos da sua população composta majoritariamente de trabalhadores e trabalhadoras; está direta e indissociavelmente vinculada com a própria produção da vida e em todos os seus níveis e desdobramentos.

O centro dessas considerações reside, desta forma, na qualidade desses trabalhos; no formato dos empregos disponibilizados e, finalmente, na lógica da empregabilidade salarial e que se realiza na cidade.

Para a categoria do *emprego*, no entanto, as dinâmicas econômicas circunscritas ao território municipal são diametralmente distintas. A estrutura

²⁰² MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

produtiva e empresarial da cidade não tem e jamais teve condições de oferecer empregos suficientes para o atendimento, sobretudo, dos seus jovens.

Já foi citado em momento anterior que anualmente ingressam no mercado por emprego (**Imagem 07**) mais de cinco mil jovens da cidade²⁰³. São pessoas advindas, sobretudo, das classes populares; em condições e idade de trabalho. Ocorre que mesmo em tempos de crescimento econômico, as empresas locais, não ultrapassam quinhentas ou seiscentas vagas de emprego/ano.

Imagem 07 – Folha de Notícias II ²⁰⁴

FOLHA DE NOTÍCIAS
 Itumbiara, Quarta-feira, 02 de Maio de 2018 Ano XXVIII Nº 6196 (64) 3431-8037

ITUMBIARA TEVE SALDO POSITIVO DE 36 VAGAS EM MARÇO; SALDO DO TRIMESTRE É POSITIVO

Saldo de 119 empregos no ano

Itumbiara registra um saldo positivo de 119 vagas formais de emprego geradas entre janeiro e março deste ano, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em março, foram 1.050 admissões ante 1.014 demissões, com saldo positivo no setor de serviços (68), comércio (81) e indústria (34). Na outra ponta, serviços industriais de utilidade pública (-57), construção civil (-29) e agropecuária (-64) fecharam postos de trabalho. No acumulado do ano (1º trimestre), o Caged registra 3.079 admissões e 2.960 desligamentos, resultando num saldo positivo de 119 empregos formais gerados. Serviços (256), comércio (224) e serviços industriais de utilidade pública (-56) fecharam postos de trabalho. Considerando o período dos últimos 12 meses, o saldo também é positivo, com 384 vagas abertas com carteira de trabalho anotada. Neste período, apenas agropecuária e comércio tiveram desempenho no azul.

Candidatos locais a deputado estadual em Itumbiara devem dividir cerca de 40 mil votos

PÁGINAS

PREFEITURA DIVULGA PROGRAMAÇÃO DE SHOWS DO 14º ARRAIÁ, EM JUNHO

A Prefeitura de Itumbiara divulga a programação oficial de shows do 14º Arraia, que acontecerá no período de 18 a 24 de junho. A festa será aberta numa segunda-feira com apresentação de Maíara Azevedo. Na terça, dia 19, é a vez de Marília Mendonça e na quarta, dia 20, Léo Mendonça. A festa segue na quinta, 21, com Thiago Brava e na sexta, 22, com Racyne & Rafael e Kléo Dibah. No sábado, 23, é a vez de Israel e Rodolfo e fechando a programação artística, show com Alexandre Pires, no dia 24, domingo.

O Arraia é realizado pela Prefeitura de Itumbiara, com apoio da Câmara Municipal, governo federal, governo de Goiás, Goiás Turismo, Ministério do Turismo e patrocínio da Kaiser. A entrada é gratuita.

O modelo das 13 festas anteriores será mantido. O evento acontecerá no Capim de Ouro, na Avenida Beira Rio, onde será montada toda a estrutura das barracas das entidades filantrópicas, que estarão comercializando bebidas e comidas típicas. O lucro será revertido nos projetos sociais de cerca de 30 entidades que atuam no município. Este é o segundo ano que a festa é realizada pela administração do prefeito Zé Antônio (PTB), que tem incrementado para transformar o Arraia no maior evento do gênero no Centro-Oeste.

Visando equacionar minimamente esta situação, de novo, entra em cena, a providencial capacidade criativa da população local; por sinal, os incessantes processos de criação e de elaboração de soluções para os dramas cotidianos de Itumbiara tem se convertido cada vez mais em indicador socioeconômico dos mais oportunos e importantes.

²⁰³ Dados do Instituto Mauro Borges (IMB/2018), órgão ligado à Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN) mostram que o segmento etário compreendido entre 15 e 19 anos de Itumbiara representa: 7.721 pessoas; para a faixa que envolve pessoas de 20 a 29 anos, tem-se: 16.337 pessoas. A soma desses quantitativos representa 24.058 pessoas, ou seja, algo como um terço da população local e que necessariamente é o principal segmento da população economicamente ativa (PEA) do município e que sofre riscos diários do desemprego, da demissão ou do trabalho eventual. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em: 20 jul. 2018.

²⁰⁴ Disponível em: <<http://online.folhadenoticias.com.br/6196.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2018.

Os “*sinais da criação*” se espriam sobre a cidade onde conseguem ativar no seu essencial as muito importantes economias dos bairros onde possibilitam que estratos populares economicamente inferiores tenham acesso ao comércio e a alguma forma de consumo. Estes “sinais” se encontram, por exemplo, nas feiras (**Mapa 09**, adiante) livres e populares que se realizam na cidade onde centenas de feirantes cadastrados ou não nos registros da Prefeitura ingressam, ao seu modo, na economia local.

De acordo com a Secretaria de Planejamento de Itumbiara a cidade possui 300 (trezentos) feirantes (**Quadro 05**) registrados e que fornecem ampla gama de itens, essencialmente alimentares e que variam de doces, salgados, farinhas, carnes até plantas e raízes de cunho fitoterápico.

Quadro 05 – Feiras de Itumbiara

Feiras Populares – Itumbiara/GO																							
	2 ^{a.} Feira			3 ^{a.} Feira			4 ^{a.} Feira			5 ^{a.} Feira			6 ^{a.} Feira			Sábado			Domingo				
	M	V	N	M	V	N	M	V	N	M	V	N	M	V	N	M	V	N	M	V	N		
Guri Rodrigues	X	X																					
Vila Vitória I							X	X															
Nossa Senhora da Saúde								X	X														
Afonso Pena										X	X												
Novo Horizonte											X	X											
Santa Inez													X	X									
Buriti III														X	X								

Característica marcante destas feiras reside no aspecto de que, grande parte dos negócios que se apresentam são administrados, fundamentalmente, por mulheres; outro traço desses espaços populares de negócios e consumo é que são experiências territoriais de efetivos e múltiplos significados posto que são também espaços de encontros, diversão, arte e cultura.

Outra marca das feiras é que seus empreendedores se lançam a negociar produtos dos mais distintos e que, de maneira geral, foram trazidos ou cultivados a partir de municípios mineiros ou goianos tendo-se em vistas que não existe produção alimentar em Itumbiara como, da mesma forma e já citado, não existem políticas municipais de promoção e fomento da agricultura familiar tampouco da denominada economia popular.

Este último traço é por demais instigante, considerando que atividades produtivas e todo seu necessário conjunto de ações e procedimentos de constituição e que envolvem famílias, grupos familiares e vizinhanças inteiras não acontecem.

O que é preciso ter claro é que processos de trabalho são objetivamente processos sociais e que, também e destacadamente, envolvem afetos, referências e identidades, principal e marcadamente, identidade pelo '*fazer trabalho*' que é o '*fazer-se pelo trabalho*' e que, mais do que converter forças e energias pessoais na constituição de algo ou de alguma coisa é também e, fundamentalmente, decisivo movimento de constituição e afirmação individual.

Desta feita, processos societários objetivamente relacionados com a produção da vida no *rural*, tais como a proximidade colaborativa, individual e coletiva das pessoas; os bucólicos 'tempos lentos' (SANTOS; 1989), por seu turno, adensam todas as formas materiais e imateriais desse universo particular.

A colaboração como exercício cotidiano e interpessoal, elemento decisivo da boa cultura convival; a mutualidade; a geração de rendas, expediente decisivo para o necessário combate a concentração de capitais, dentre outros processos e; o aumento da coesão social entre grupos e comunidades, tragicamente não se realizam.

A esse respeito, é válida a recordação de que no campo da economia se utiliza recorrentemente o termo *atravessador* para indicar aquele agente econômico que apenas realiza intermediações econômicas²⁰⁵.

Sua presença e participação no circuito econômico local ou *trans*-local se resume a fundamentalmente, adquirir dado produto em respectivo mercado por um preço menor e o revender, por conseguinte, em outro mercado por preço, evidentemente, maior.

A racionalidade econômica, pois, do *atravessador* se sintetiza no simplismo de, tão somente, adquirir certa mercadoria em mercado “x” pelo menor preço possível e revende-lo, por conseguinte, no mercado “y” pelo maior preço possível.

De fato, ele – o *atravessador* – não agrega ao processo produtivo econômico; ao contrário, desagrega posto que gera ônus, custos, taxas e sobretaxas e que, obviamente, incidirão no preço final do produto a ser adquirido pelo consumidor ou conjunto de consumidores.

Desta feita, se está a referir a agente, linhas gerais, integralmente, dispensável para os fins de uma economia moderna, fluente e ciosa por dar forma para dinâmicas sócioprodutivas mais amplas, socializadas e perenes.

²⁰⁵ Para Davis (2012: 31): “Os países da África e da América Latina, sob a supervisão do FMI e do Banco Mundial, fizeram um ajuste estrutural em razão de suas dívidas, na década de 1980, que dizimou a indústria local, a agricultura familiar e empregos do setor público. Em dezenas de países, o crescimento de empregos formais – aqueles regulamentados por contratos, leis trabalhistas e com seguridade social – parou abruptamente e, em alguns casos, nunca voltou a acontecer. De acordo com a teoria econômica clássica, essa estiagem de empregos urbanos deveria ter diminuído a atração de pessoas para a cidade. No entanto, as forças que empurravam as pessoas para fora de suas terra e do campo tornaram-se mais poderosas. Houve um êxodo parcialmente projetado, já que o Consenso de Washington (*o programa de austeridade e recuperação genericamente implementado pelo FMI e Banco Mundial*) priorizava a agricultura em larga escala voltada para exportação às custas da opressão da produção local de grãos e agricultura de subsistência. Conseqüentemente, as cidades continuaram a crescer, e com uma rapidez sem igual nos casos africanos, apesar do aumento do desemprego. Houve uma dissociação entre a demografia urbana e o desenvolvimento – de empregos e investimento municipal – sem precedentes na história moderna. Isso funcionava como uma tesoura: aumentando constantemente a lacuna entre as crescentes necessidades urbanas e a oferta estagnada de empregos, moradia e escolas. Nessa época, os novos pobres urbanos (*incluindo trabalhadores formais que perderam o emprego e “imigrantes” da zona rural*) tiveram que resolver o dilema da sobrevivência por si mesmo, com investimento público mínimo. Criou-se, portanto, uma geração de posseiros, líderes de comunidade e empresários e trabalhadores informais.” [DAVIS, Mike. Entrevista. “É preciso priorizar a abundância pública, não a riqueza privada”. São Paulo: **Revista Caros Amigos**; abril/2012]

Para o caso de Itumbiara, o *atravessador* possui, ainda, o condão de estimular o trabalho aviltado, temporário e livre de obrigações e regulamentos básicos. Eis uma das mais graves e problemáticas funções desse agente econômico.

Para a economia local, os *atravessadores* se postam em todos os níveis, segmentos ou agentes econômicos dos mais diversos como, por exemplo, uma rede local de supermercados onde 05 (cinco) grandes empresas²⁰⁶ controlam o abastecimento da cidade.

Da mesma forma, acontece com lojas, farmácias, casas de peças etc. e que, situados no setor de serviços, atuam no campo da circulação/distribuição da economia a partir da comercialização de produtos, e óbvio, por preços mais elevados.

Essas observações tem por objetivo registrar que as atividades reconhecidamente produtivas desaparecem na lógica econômica e instituída na cidade de Itumbiara. Atividades intermediárias como os exemplos comerciais e empresariais vão se tornando amplamente majoritárias no acervo de atividades econômicas da cidade. É o antigo denominado setor terciário criado pela cana.

Outro fenômeno econômico afeito com a referida economia “dos de baixo” a ser analisado respeita ao crescimento do serviço, assim denominado, de moto-táxi. Dados da Superintendência Municipal de Trânsito (SMT) de Itumbiara informam 370 (trezentos e setenta) moto-taxistas cadastrados no referido órgão.

As pessoas que fazem estes serviços possuem os mais diferentes perfis; são homens e mulheres, com majoritária predominância masculina; geralmente são pessoas vindas dos interiores de Goiás, de Minas Gerais e de outras partes do País e que, como que fugindo do desemprego e mesmo de certa proletarização local se lançam, a partir de suas motos, a conduzir pessoas, produtos, bem como a realizar serviços.

Daí se somam, de acordo com a mesma SMT, mais de três mil pessoas diretamente beneficiadas com trabalhos e afazeres dos moto-taxistas. São famílias, aparentados, vizinhos, irmãos ou agregados. De forma direta, existe

²⁰⁶ São eles: Supermercado Reis, Bretas, Lucas, Americanas e Bom Vizinho.

uma cadeia produtiva envolta com o exercício diário dos moto-taxistas de Itumbiara.

É preciso o registro de que algo de bastante inquietante se dá com este segmento e assinalado inclusive, por este autor em artigo publicado na revista local “*Tempo*²⁰⁷” por ocasião da instalação da montadora japonesa de veículos Suzuki em Itumbiara (**Imagens 08 e 09**).

Imagem 08 – Notícia sobre Suzuki²⁰⁸

|NOTÍCIAS

Automóveis e Comerciais Leves | 20/04/2011 | 08h25

Suzuki terá fábrica em Itumbiara, GO

Jimny será produzido a partir de 2013.

Redação AB, com informações do Estadão.

Imagem 09 – Transferência da Suzuki para Catalão²⁰⁹



Suzuki encerra produção em Itumbiara; Jimny será feito em Catalão

²⁰⁷ A revista TEMPO é de periodicidade mensal e circula nos principais municípios do sul goiano e em parte do Triângulo Mineiro. Sua sede é em Itumbiara, Praça da República, 130 - Centro - Ed. Executivo, 10º andar. Sala 1003. Itumbiara/Goiás. Site: <http://www.rtempo.com.br/>

²⁰⁸ Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/10082/suzuki-tera-fabrica-em-itumbiara-go>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

²⁰⁹ Disponível em: <<https://motor1.uol.com.br/news/121418/suzuki-encerra-producao-em-itumbiara-jimny-sera-feito-em-catalao/>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

Na oportunidade o Governo do Estado de Goiás e a Prefeitura Municipal de Itumbiara, “estimulando a economia” prepararam uma generosa “cesta de benefícios” fiscais a ser disponibilizada para a empresa.

Ao fim e, em função, sobretudo, da grave crise e que se avizinhava para o Brasil, a empresa recuou de sua decisão de realizar o investimento em Itumbiara e passou a produzir seu modelo, o “*Jimny*”, nas plantas industriais da também montadora japonesa Mitsubishi, instalada na cidade goiana de Catalão.

Dentro da necessidade econômica e administrativa de manter capitais nos territórios locais; visando não gerar (mais) descapitalização para a cidade, a mesma fuga de capitais, a defesa realizada quanto aos riscos dos negócios assim ditos internacionalizados – mesmo que, em essência, financiados com recursos públicas – assenta-se fundamentalmente na crítica ao movimento empresarial e ininterrupto por garantir remessas de lucros às suas matrizes.

Visando, desta forma, outra perspectiva de desenvolvimento é que o caso socioeconômico e organizativo dos moto-taxistas despontou como importante elemento de argumentação.

O aspecto enfatizado foi que, em perspectiva comparada, esses “370 trabalhadores” com respectivos transportes; cujo preço, lembre-se, varia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade, realizam serviços dos mais diversos para a população da cidade.

As rendas auferidas destes trabalhos lastreadas, e isso é sumamente importante, por serviços reais e situados; rendas, por sinal e panoramicamente, que não migram, para outros Estados ou nações do capitalismo central mas, ao contrário, que permanecem em Itumbiara posto que, o essencial da vida e do consumo destas pessoas se dá justamente na cidade; da mesma forma, os serviços que realizam servem à comunidade desde a manhã até ao fim do dia.

São, termos gerais, serviços que se integram e que garantem ciclos que integram a cidade; são trabalhos que produzem rendas que, *grosso modo* e, como já dito, permanecerão nos limites territoriais da cidade, ativando a economia local; da mesma maneira, potencializando bens e serviços no município; permitindo atividade para a produção e circulação de dinâmicas sociais e econômicas para Itumbiara.

Mas, de fato, um dos traços essenciais desta citada economia popular²¹⁰, não raro, *economia informal* é precisamente sua óbvia relação com a escala e respectivo alcance sócioprodutivo: o território imediato.

Por sua base tecnológica, pelo tipo e natureza de trabalho desenvolvido ou pelo segmento populacional a ser atendido tem-se um tipo econômico eminentemente local, com traços e características locais; sustentada por demandas igualmente locais e que permanecerão, por conseguinte, no mesmo local.

De outro modo, a economia de Itumbiara deve ao empenho laboral e cotidiano desses segmentos populares; é seu exercício e realização que irá garantir a permanência de capitais, dos “*dinheiros*” nas localidades do bairro, da vila, do conjunto popular.

Em outro paralelo, essa economia de cunho expressamente popular, para além, de sua dimensão estritamente econômica se converte em elemento ou possibilidade de estabilização para amplo contingente populacional de Itumbiara.

Esses moto-taxistas que carecem de realizar manutenção periódica em seus veículos; que precisam repor peças, bem como realizar abastecimentos

²¹⁰ Segundo Tiriba (1999: 03): “Para a vertente da economia crítica, os conceitos de *economia formal e informal* já não seriam suficientes para explicar a complexidade do atual tecido social. Devido a que as atividades empreendidas pelos setores populares, podem ou não encontrar-se juridicamente reconhecidas, a economia popular não pode ser caracterizadas só pelo fator ‘legalidade ou ilegalidade’, pela utilização de tecnologia rudimentar ou pela sua baixa produtividade, mas fundamentalmente por sua *racionalidade econômica*. Diferentemente dos outros setores da economia²¹⁰, cujas lógicas são a acumulação do capital e a legitimação do poder, a racionalidade do setor da economia popular se caracteriza pela reprodução da vida mesma. Assim, a economia popular é aqui entendida no seu sentido amplo: como diz Coraggio (1997:36), o denominador comum das atividades da economia popular é que a elas estão vinculadas às pessoas de baixíssima renda e também, atualmente, a classe média que se vê a cada dia mais empobrecida; aquelas pessoas que, não vivendo da exploração do trabalho alheio, e que frente à impossibilidade de assegurar o trabalho assalariado, de contar com um sistema de proteção ao desemprego, ou sofrendo as consequências de um trabalho precarizado, mobilizam sua própria capacidade de trabalho e os escassos recursos de que dispõem para gerar seus próprios meios de sobrevivência e subsistência. Uma das características da economia popular é a diversidade de atividades com que se apresenta: prostituição, drogas, trabalho infantil, comércio ambulante, mendicância, caridade através de entidades assistencialistas, pequenos negócios familiares. E entre outras, as cooperativas, grupos de produção e outros tipos de empreendimentos de caráter associativo - denominados por Luis Razeto²¹⁰ de *organizações econômicas populares* – OEP’s, as quais se constituem como objeto de nossa análise”. [TIRIBA, Lia. Economia popular: a relação trabalho-educação como mediação entre ‘mundo da cultura’ e ‘mundo da produção’. **XXIII Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu(MG), 1999].

diários são aqueles diretamente responsáveis, por meio das rendas que auferem, pelo atendimento de demandas advindas de restaurantes, lanchonetes, bares, farmácias, oficinas mecânicas, lojas de peças, postos de combustíveis, dentre outros.

Estes são, pois, capitais necessariamente sociais e que logram perenizar trocas e intercâmbios econômicos e que da sua forma e ao seu modo, mitigam o aprofundamento das diversas crises e oscilações econômicas tão comuns para o capitalismo periférico brasileiro.

Paralelamente, a *Avenida Santa Rita*, no centro de Itumbiara, possui dezenas de pontos comerciais que comercializam roupas de *grife* internacional, perfumes e produtos eletrônicos advindos de grandes centros comerciais do País ou ainda, de países vizinhos cuja incidência de impostos é bem menor, sobretudo, na relação com o Brasil. Destaque para itens vindos do Paraguai.

Na pegada da lógica informal e que toma Itumbiara é imperioso citar, por exemplo, o que se processa nas margens da GO-452, em pleno perímetro urbano de Itumbiara, onde dezenas de trabalhadores rurais se viram obrigados a se converter em ‘catadores’ de materiais recicláveis.

As atividades da *economia informal* levadas e conduzidas pelos expropriados da cana e que passam a viver no (sub) urbano de Itumbiara vão além dos “feirantes” sem registro, de vendedores ambulantes (camelôs) e dos citados moto-taxistas.

A lista de trabalhadores rurais e que se converteram em subempregados é o maior e principal fenômeno econômico e sociológico da história local. Sob as mais distintas funções e visando integrar-se às formas sociais locais, eles/elas se lançam nas mais distintas atividades.

Dentre elas: “*botequeiros*” de bairros; vigilantes; carroceiros; caseiros de ‘ranchos’ (vide o caso das casas de veraneio às margens do Lago de Furnas); empregadas domésticas; faxineiras; pedreiros; serventes de pedreiros; jardineiros; pintores; eletricitas; garis; assistentes em oficinas mecânicas (os citados “guaxebas” ou “badecos”); empregados do setor canavieiro (onde se tornam a “peãozada”); pipoqueiros (cujo *locus* principal é a Avenida Beira Rio);

vendedores autônomos e eventuais (de algodão doce, espetinhos nas portas das próprias casas, ‘maças-do-amor’ e artesanatos diversos).

Não raro, ex-trabalhadores rurais, seus filhos, aparentados e descendências estão às voltas com atividades ilícitas como o tráfico de drogas, o rufianato/cafetinagem, a prostituição, inclusive, de crianças, idosos ou mesmo de pessoas casadas; a comercialização de itens roubados etc.

Há uma ampla e vigorosa cadeia comercial e sub-comercial intensificada em todos os seus níveis pelo gigantismo eficiente do segmento canavieiro e que carece, por razões estruturais, de reduzir custos, fixos e variáveis; que necessita, para fins de continuidade e de competitividade, ajustar custos produtivos a todo o tempo.

Sem tergiversar, tais ajustes incidem diretamente sobre as múltiplas formas do trabalho e de que se serve. Os custos do ajustamento canavieiro são lançados integralmente sobre os cerrados e suas cidades.

5.3. De trabalhadores rurais a herdeiros do lixo urbano

Canta, canta uma esperança
 Canta, canta uma alegria
 Canta mais
 Revirando a noite
 Revelando o dia
 Noite e dia, noite e dia
 Canta a canção do homem
 Canta a canção da vida
 Canta mais.

(*Fantasias*, Chico Buarque, 1997)

A atividade sucroenergética itumbiareense é precisamente e também, engenhosa matriz produtora e reprodutora de culturas/subculturas urbanas e suburbanas, que por sua vez a confirmam.

É, isto sim, sofisticado e notável sistema gerador de ideias que logra se autojustificar ante ao que fora feito e de maneira mais intrigante ainda, como se fora se apropriar do tempo e de suas imprevisibilidades, impõe argumentos e justifica pra aquilo que, por sinal, ainda não fez, que ainda não realizou.

Considere-se que se está a tratar pois, de disposto prático e analítico engendrado no binômio *ação/reflexão* e que resulta, desta maneira, na feita e refeita de discursos, compreensões, formas de entendimento e sociabilidades visando caminhos e vias funcionais, competentes e duradouras de legitimação.

A ‘competência da legitimação’ é a forma superior como a cana se relaciona e inter-relaciona com as mais variadas demandas do cotidiano. É processo que permite vincular o dia a dia da população com a barbárie ambiental e inevitavelmente produzida e imposta pela competência produtiva e *high-tech* da *moenda*.

Bom começo para o entendimento dessa referida ‘competência da legitimação’ é indagar, por exemplo, acerca da aceitação e do acordo tácito ou aberto e estabelecido com e entre populações locais e que, por duas décadas, convivem mansa e docilmente com o extermínio do Cerrado da qual são partes; as águas municipais, visíveis ou não, e que passam a hidratar canas privadas; com os derrames intermináveis do veneno ácido e advindo dos “combates” contra pragas e; com a migração interna e, ainda em curso, em Itumbiara.

A ‘competência da legitimação²¹¹’ do segmento canavieiro, diferentemente do que o pensamento majoritário e oficial sugere e logra efetivar não se acha nas

²¹¹ De acordo com Eslabão (2017: 04): “No pensamento sociológico *weberiano* existe uma tipologia das *relações de poder*. Embora nosso autor aponte uma única definição de dominação, isto não significa que ela se restrinja a uma única forma. Existem para Weber três formas clássicas de dominação. Estas formas são por ele denominadas de tipos puros de dominação legítima. Na filosofia política encontramos a idéia de *legitimidade* como um sinônimo de *aceitação*. Todo poder ao se instituir, necessita da aceitação do povo ao qual se dirige isto se quiser prescindir do uso da força. Onde há a necessidade da força, há ausência ou declínio da legitimidade. É relevante destacar que esta tipologia nos remete em um primeiro plano ao Estado e à sociedade política, mas sua aplicabilidade também é válida para os pequenos grupos e mesmo para o universo empresarial (...). Os três tipos puros de dominação propostos por nosso autor são: *dominação legal*, *dominação tradicional* e *dominação carismática*. [ESLABÃO, Daniel da Rosa. O conceito de dominação em Max Weber: Um estudo sobre a legitimidade do poder. **Congresso Internacional de Filosofia Moral e Política/Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**, 2017]

formas modernas de produção e de aperfeiçoamento da monocultura; em sua *info*-maquinaria intensamente produtiva.

Não está em sua capacidade de geração de empregos, ocupações e frentes de trabalho²¹²; muito menos se encontra nos montantes exponenciais de capital e que consegue mobilizar; a grande conquista, o ápice da eficácia canavieira em Itumbiara é, deste modo, de caráter notável e centralmente político.

Está no fato politicamente objetivado de que o segmento da cana é, antes, sua aceitação permanente e cotidiana; um consenso ativado e legitimado por uma população de miseráveis, desterrados locais e ambientalmente ameaçados; se considere, ainda assim, as raras e miúdas manifestações, dispersas e fragmentadas em contrário.

É importante o destaque para o relevante fato de que não existem movimentos sociais ou populares e de cunho ambiental em Itumbiara; as tais organizações da sociedade civil a reivindicarem pautas e políticas de gestão para os múltiplos ambientes municipais.

A Câmara Municipal não pensa ou representa qualquer tipo de inteligência social ou pública acerca do meio ambiente local; a Prefeitura, da mesma forma, não apresenta políticas e caminhos acerca dos ambientes; partidos políticos da cidade, sejam eles quais forem, não discutem temáticas minimamente ambientais.

²¹² Segundo Castillo (2015: 08): “A área cultivada com cana-de-açúcar entre 2000 e 2012 se expande preferencialmente no estado de São Paulo e em porções do Cerrado em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Outra manifestação geográfica importante do setor sucroenergético brasileiro nos anos 2000 é a extrema especialização regional produtiva. Dos 3.625 municípios brasileiros que produziram cana-de-açúcar em 2010, em 682 essa cultura respondeu por mais de 50% de toda a área ocupada pela agricultura (considerando-se a soma de culturas temporárias e permanentes); em 213 desses municípios esse índice oscilou entre 90 e 100% (PAM-IBGE). Esta acentuada especialização regional produtiva encontra parte de sua explicação na restrição do armazenamento da cana-de-açúcar e em seu ciclo vegetativo-econômico. As mesmas características influenciam diretamente os contratos de arrendamento de terras para produção de cana-de-açúcar no perímetro de influência de cada unidade industrial, podendo afetar de forma devastadora a pequena produção familiar e provocando aquilo que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) chamou de “esquema para não voltar” (CASTILLO, 2009). A necessidade premente da unidade industrial de exercer controle sobre as terras dentro de seu raio de alcance potencial (definido pelas condições geográficas locais), já que o abastecimento de matéria-prima é necessariamente local, induz a ações de aquisição, arrendamento e contratos de fornecimento que tornam bastante complexas as relações entre os agentes diretamente envolvidos no setor”. [CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. UNICAMP. *Revista GEOgraphia*. Ano 17, no. 35, Dossiê – 2015].

As igrejas situadas na cidade não tratam (porque jamais trataram!) das questões envoltas com as vegetações, a importância da sua diversidade, seus riscos e relações e; *grosso modo*, as instituições locais de ensino superior jamais empreenderam formação elementar adequada para sua comunidade acadêmica acerca das mais imediatas questões ambientais afeitas com Itumbiara.

A ‘competência da legitimação’ aqui descrita é uma muito elaborada e requintada forma relacional e eficazmente estabelecida entre a *moenda* e sua cadeia de produção com a barbárie ambiental; barbárie presente, atualizada e definidora do cotidiano e do dia a dia de todas as pessoas da cidade.

O *crème de la crème* das múltiplas atividades afeitas com a monocultura canavieira é que a cidade, integralmente subsumida nas imensas lavras de cana; a precisa cidade que acomoda, serve e alimenta a monocultura com bens, serviços e trabalho juvenil, simplesmente não discute ou reflete sobre a cana, logo não compreende o que representa essa monocultura para seu instante, seu povo e seu futuro.

É negócio ideal posto que o “canavial é manso”; não existem levantes ou rebeliões nos meios e entremeios da *moenda* canavieira. A cidade, símbolo definitivo e central da própria modernidade e seu amplo apanhado de instituições silenciam.

Tal quadro e nível de conformidade não se verifica nem na muito despótica relação estabelecida entre escravos e senhores-de-engenho da colonialidade brasileira²¹³. A barbárie e os barbarizados estabeleceram uma muito original

²¹³ De acordo com Marquese (2006: 107): A Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes diverjam bastante — de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas — não há como negar que as comunidades *palmarinas*, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa. Suas origens datam do início do século XVII, mas sua formação como grande núcleo quilombola se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania (...). A recriação do escravismo, com o emprego massivo de escravos nas tarefas agrícolas, seria realizada por portugueses e espanhóis só após a segunda metade do século XV, com a introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas orientais (Canárias, Madeira, São Tomé), e, no século XVI, com a colonização da América. Baseada na experiência acumulada com o fabrico do produto nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a Coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil desde a década de 1530. Mas, até os anos 1570, os colonos encontraram grandes dificuldades para fundar em bases sólidas uma rede de engenhos no litoral, como problemas com o recrutamento da mão-de-obra e falta de capitais para financiar a montagem dos engenhos. Ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da

lógica de coexistência pacífica surpreendentemente possível e amplamente eficaz posto que, de fato, é real.

É questão absolutamente fantástica; se trata de um paradoxo, de uma contradição em si; neste pleito, tal situação se acha no mesmíssimo quadro analítico de, por exemplo, cidades turísticas como Campos do Jordão (SP), Gramado (RS) Rio de Janeiro (RJ) ou Caldas Novas (GO) não discutirem ou se negarem a discutir a importância decisiva do turismo para seu cotidiano.

A citada ‘competência’, é a base, o fundamento, seu meio e fim de tudo o que se vive por aqui. Soerguida, sobretudo, a fim da retroalimentação do seu vasto e ágil cipoal de discursos e argumentações tanto como empreendimento econômico como dinâmica urbano-rural e que, ao seu gosto e intenções, reinventa a natureza local, suas formas de ocorrência e funcionamento a partir de princípios organizacionais corporativos e privados e da sua célere e inevitável marcha expansionista.

Reinventar a natureza pressupõe, nessa conformidade, rever naturezas espaciais e territoriais; a delicada e instável natureza da própria organização sócio-urbana; mais ainda, enceta efetivas alterações na natureza humana, em suas sensibilidades e nas formas como vê e percebe o evento da sucroenergia.

Esse processo possui, por fim, uma natureza econômica, bem como política em padrão de unidade plenamente íntegra e coesa e que se expressa e se realiza destacadamente nos territórios municipais.

A marcha expansionista representa, de fato, um tipo de movimento já detectado sobre a cidade, seus espaços, formas de organização e a própria distribuição demográfica.

A marcha gera objetivamente o extermínio da agricultura familiar em Itumbiara (**Quadro 06**); sublinhe-se que o declínio da citada agricultura familiar não acontece simples e tão somente, porque hortas, pequenas produções

Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu. [MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, século XVII a XIX; **USP/Novos Estudos**, no. 74, março/2006].

ou criações deixaram de ser realizadas a partir do labor contínuo de nucleações familiares; mais complexo e comprometedor ainda, tem que o que de essencialmente desaparece é, desta maneira, um tipo humano de clara importância histórica e originalidade cultural.

Quadro 06 – Relação demográfica campo/cidade. Itumbiara-GO

	URBANA	RURAL	Total
1950	4.499	19.569	24.068
1960	12.575	36.404	48.979
1970	34.011	30.361	64.272
1980	62.060	16.051	78.111
1991	72.335	7.198	79.533
2008	79.411	4.130	83.541

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2010. Instituto Mauro Borges (IMB/SEGPLAN), 2010.

Que se perceba que este fenômeno respeita a uma forma de *hominização* que deixa de existir em seus territórios específicos; correlativamente são saberes e culturas ancestrais que, da mesma forma, desaparecem, posto que não se exercitam ou se replicam nas lidas pela produção da vida cotidiana.

Este quadro extraí, extirpa a diversidade e que marca o humano e seu social; empreende uma devastação cultural de graves consequências; empobrece a vida comum, danifica com referências e com o imperativo por identidades plurais, amplas e de sólida base comunitária.

Pela marcha expansionista, trânsitos e caracterizações da demografia do município são estruturalmente alterados o que obriga que os transeuntes da cana ou advindos da organicidade da cana, se insiram em dinâmicas econômicas próprias a fim da garantia das próprias vidas.

A cidade é, enfim, tomada para ser, por conseguinte, redefinida, principalmente a partir de sua dimensão pública, a própria base e justificativa para quaisquer mecanismos de realização social.

Cumpra analisar os efeitos da expansão sucroenergética sobre a cidade e sua imediata e indissociável cultura política. Ocorre que se, linhas gerais, a cidade mantém algo como 35% (trinta e cinco por cento) ou pouco mais de um terço das suas áreas sob a efetividade pública (ruas, praças, vielas, passagens, terrenos, lotes, áreas devolutas etc.); o crescimento da cana, tal qual se processa em Itumbiara, avança tanto sobre espaços privados, por intermédio de inquilinatos e arrendamentos das terras quanto sobre áreas públicas.

Para Lara (2013: 20):

Interessante perguntar: Por que as utopias rurais obtiveram, no geral, resultados muito inferiores que os dos movimentos revolucionários urbanos? Existe na cidade um ator fundamental que a diferencia do mundo rural: a troca de informações se dá de forma muito mais acelerada e entre pessoas com maior grau de diversidade. Isso tem um impacto significativo na melhoria da qualidade de vida e na capacidade de adaptação das sociedades urbanas quando comparadas com sociedades rurais. Digo isso para debater o caráter iminentemente público desta “vantagem competitiva” das cidades. Nos dias de hoje, em que o capitalismo ocupa quase todos os cantos do planeta, as cidades são, mais do que nunca, o último espaço realmente público existente. Com 25% de sua superfície feita de ruas e praças, a cidade é muito mais pública que qualquer espaço não urbano. Acontece que esses 25% são extremamente mal distribuídos pela cidade, e não é surpresa nenhuma perceber que as áreas onde vivem os mais pobres têm muito menos espaços públicos (e de baixíssima qualidade) que as áreas ricas. Se você nunca percebeu isso nos seus deslocamentos cotidianos, vale a pena dar um passeio pelo *Google Earth* e ver sua cidade (inteira) por cima. Os bairros de classe alta são arborizados, cheios de praças, parques ou praias maravilhosas, se você mora no litoral. Foram projetados assim e o poder público se encarregou de construir e manter todos esses equipamentos. Nos bairros da classe trabalhadora, mesmo naqueles cujo loteamento foi devidamente aprovado pela prefeitura, os 35% de área pública obrigados por lei incluem as ruas (20% em média), e para as praças, escolas e qualquer outro equipamento público sobraram os piores terrenos: áreas alagáveis, terrenos muito inclinados ou de qualidade ambiental comprometida pela proximidade de uma rodovia ou ferrovia, quando não de um oleoduto ou linha de transmissão.

Um dos fenômenos correlacionados com a atividade sucroenergética e de direto rebatimento sobre a cidade é, como já referido anteriormente, a ampla gama de atividades *informais* e marcantes para a economia da municipalidade.

Neste universo se destaca a quantidade de trabalhadores rurais presentes em atividades urbanas como a catação/coleta de matérias recicláveis.

Duas verificações são bastante importantes às considerações que seguem; a primeira respeita ao “lixão” da cidade onde atuam cerca de quarenta pessoas, trinta e cinco delas, vindas diretamente de áreas rurais e de respectivos trabalhos de Itumbiara ou de outras localidades.

De forma panorâmica, o “lixão” de Itumbiara é área situada no centro geográfico da área urbana da cidade. Por mais estranho que isso possa parecer, está devidamente posto no *geo*-centro da cidade um gigantesco “lixão” e, estranhamente, denominado pela Prefeitura Municipal como “aterro sanitário”.

Atuam no “lixão” de Itumbiara pessoas que tiveram de deixar suas terras pelo desamparo social, pelo latifúndio e pela falta de horizonte às próprias vidas (**Fotos 50, 51 e 52**); em função de todo um vasto histórico de agronegócios e obviamente, pela marcha da sucroenergia.

Foto 50 – Senhor Abigail²¹⁴. “Lixão” de Itumbiara



Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018

²¹⁴ Abigail é um dos líderes do “lixão”. Contou para este trabalho não gostar desse trabalho mas que “é o que tem”. É um dos que veio para a cidade em função da expansão canavieira.

Foto 51 – Camponesa e trabalhadora. “Lixão” de Itumbiara-GO

Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018

Foto 52 – Senhor Clodomir²¹⁵. “Lixão” de Itumbiara-GO

Fotografia: CAVALCANTE, Ângelo. Maio/2018

²¹⁵ Clodomir é de Itumbiara onde sempre trabalhou como caseiro. “*Depois do arrendamento que o patrão fez tive que ir embora*” conta o bem humorado Clodomir.

O trabalho destes homens e mulheres consiste, sinteticamente, em juntar e classificar latas, metais, plásticos, garrafas e papelões e isto sob condições explicitamente degradantes.

Na consecução dos seus ofícios se acham permanentemente sujeitos a contaminações, bem como a ataques de animais peçonhentos; ainda assim estes trabalhadores ajuntam esses citados materiais e os vendem para diversos depósitos²¹⁶ situados na cidade.

É necessário considerar que o “lixão” é de responsabilidade do poder público municipal; chegou-se a buscar dados e informações sobre a quantidade diária/semanal/mensal de materiais coletados, bem como os tipos de materiais selecionados.

Desta maneira, se buscou as ações desenvolvidas pela Prefeitura para a garantia de elementos básicos como: equipamentos de proteção individual (EPI), água potável e perene e acompanhamento médico, bem como algum plano a envolver ações a serem desenvolvidas visando o fim do “lixão” e a feitura de uma estrutura de trabalho sanitária, condigna e possível. Tem que nada a esse respeito fora identificado.

Não se trata de algo trivial, levando-se em conta, sobretudo, que mesmos esses trabalhos aviltados, integralmente precários realizados por essas pessoas beneficiam diretamente, pelo menos, 250 (duzentas e cinquenta) pessoas ligadas aos mesmos catadores e que operam no nocivo espaço do “lixão”.

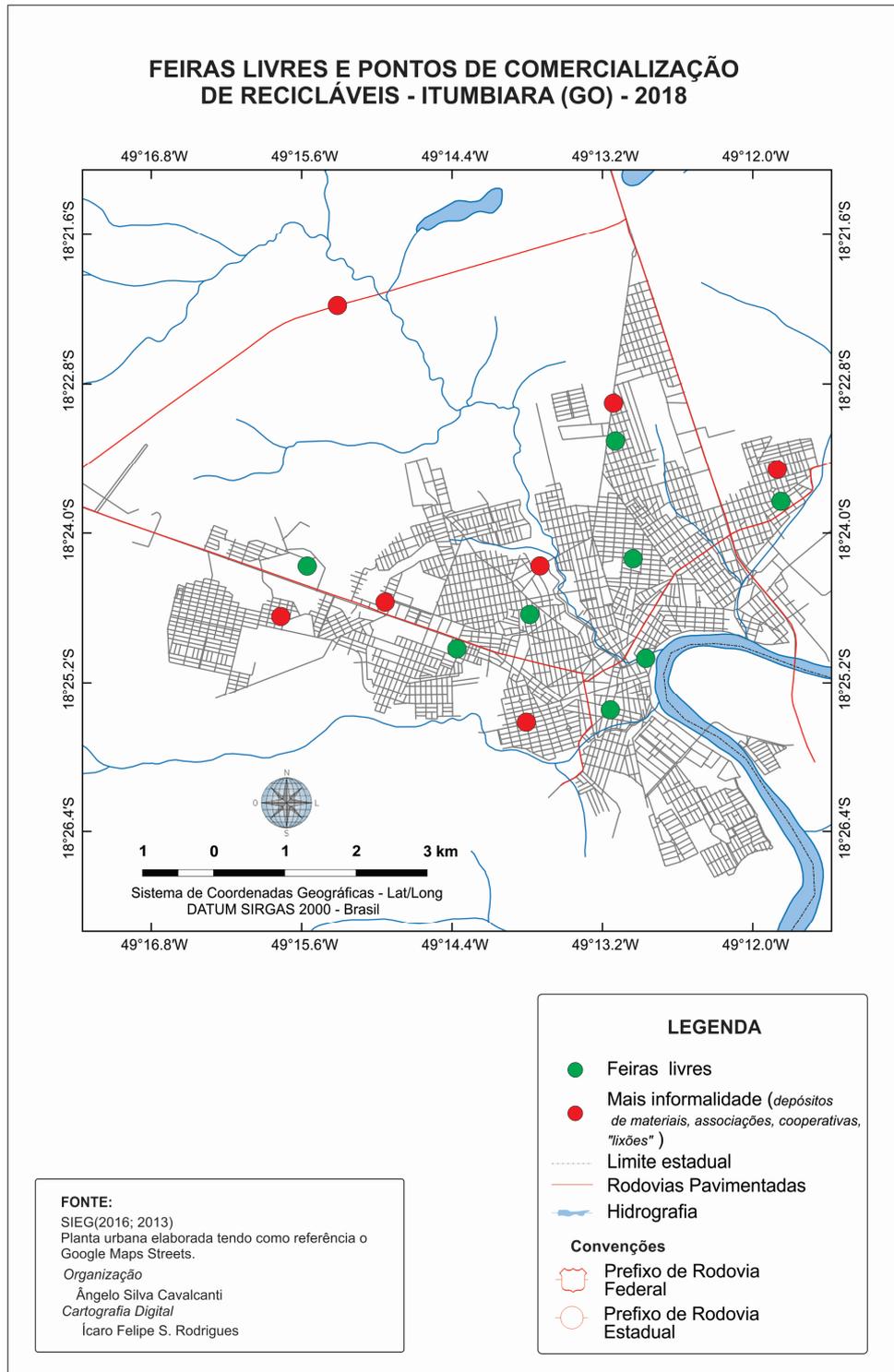
Não há organização formal no “lixão”; não existem cooperativas ou outras modalidades clássicas de associativismo por lá atuando e; todo o trabalho produzido por meio da catação e seleção de itens descartados segue para depósitos menores, registrados ou não, para negociadores individuais ou para depósitos de “reciclados” legalizados e situados em Itumbiara.

Desta feita, são apenas dois depósitos locais e que conseguem fazer razoavelmente adequada gestão dos materiais de modo a garantir preços

²¹⁶ Em levantamento com Sandra Aparecida Borges (Estação Reciclar), foi elencado sete compradores desses materiais: 1. Ki-litros/Bairro Marolina; 2. Depósito do Marcão/Av. Itarumã; 3. Depósito do Machado/Rua 30; 4. Depósito N. Sra. da Saúde; 5. Depósito da Marcela/Avenida Mutirão; 6. Depósito da Celso Maeda; 7. Estação Reciclar/Bairro Marolina.

mínimos, quantidade, perenidade e diversidade de itens a serem negociados, em seguida, com outros depósitos (**Mapa 10**) ou mesmo indústrias de processamento do Sul/Sudeste do País.

Mapa 10 – Feiras Livres e Pontos/Depósitos de Recicláveis



Por fim, esses trabalhadores do “lixão”, ex-camponeses que tiveram que abandonar suas vidas originais, são a parte ativa e, de fato, geradora do trabalho essencial dessa cadeia produtiva – cadeia esta, dominada pelos referidos *atravessadores*. Agentes intermediários locais e interlocais que possuem ainda, a prerrogativa de definir e alinhar preços para todos os materiais coletados e classificados.

De maneira abertamente pedagógica, o trabalho desenvolvido por esses egressos do campo, implica em realizar jornadas de oito a dez horas/dia no “lixão” em turnos que, inclusive, operam noite e madrugada adentro. Atividade *informal* das mais precárias.

Depois de devidamente prospectado e selecionado item por item; um depósito menor adquire o que fora coletado; este, por sua vez, o revende para um depósito médio situado em Itumbiara; em seguida, o médio, de novo, realiza revenda, desta vez para o maior depósito da cidade.

Este ‘maior’ renegocia toneladas de materiais com grandes compradores do Sul/Sudeste brasileiro. O aspecto decisivo desta cadeia produtiva reside no essencial de que os catadores estão na base de uma organização econômica eivada de atravessadores; de agentes que são remunerados apenas na mediação com segmentos econômicos superiores.

O atravessador é a essência da cadeia dos recicláveis; essência, de fato, plenamente contraditória na medida em que é o elo e o vínculo com empresas e negociações com indústrias e empresas do ramo em uma estratificação densamente cristalizada.

Da mesma maneira representa estruturalmente, a antítese moderna do trabalho e sua negação; negação que se apropria de rendas fundamentais e advindas do trabalho alheio; trabalho objetivo e que comprovadamente não tem direito aos rendimentos que produz.

O receio central destas análises é se, efetivamente, haverá tanto lixo, tantos e quantos materiais recicláveis ou reaproveitáveis e associativismos suficientes para o “mar de camponeses” desprovidos de suas terras e como consequência, desviados de seus mundos de origem? As análises até aqui empreendidas concluem afirmando categoricamente: não!

“*O sertão virou mar*” como vaticinou o beato Antonio Conselheiro nos confins do século XIX, lá dos sertões da Bahia. Mas um mar de gente digna e decente, contudo, sem-terra, sem-teto, sem-trabalho cujo banzeiro tomou conta de todas as cidades do País, principalmente de suas desarranjadas periferias.

E Itumbiara, “*o gigante do sul goiano*” não mente a esse respeito; a condição dos seus trabalhadores, rurais ou urbanos, expressa nos corpos, nos juízos e nos dentes de suas gentes a vulnerabilidade a que estão expostos.

O desemprego, a violência e a subnutrição, da mesma maneira, não conseguem se ocultar, tampouco mentir sobre suas verdades de dor e sofrimento porque, ao fim, elas – as lástimas de um desenvolvimento com base na monocultura canavieira – estão devidamente situadas na paisagem, em suas composições e disposições, nos teimosos e contínuos movimentos humanos e nos sofridos corpos das pessoas.

Conclusões

Do exposto, considera-se que esta pesquisa tratou do complexo canavieiro instalado na cidade goiana de Itumbiara. Analisou o processo de conformação histórico-geográfica que redundou no prevalecimento das condições objetivas para a realização da principal e mais ampla cultura agrícola realizada em seus territórios.

Procurou-se ir além de perspectivas conceituais convencionais e de caráter positivista que visam minimizar ou mesmo negar a existência de vasta e ativa gama de contradições que se estende das políticas de investimentos das empresas de energia/bioenergia estabelecidas; passando pelo planejamento, realização e constituição das lavouras com ativa participação de todas as esferas e níveis estatais; até às dinâmicas de colheita/processamento.

A pesquisa identificou a necessidade de analisar criticamente a produção em Itumbiara, em Goiás e mesmo no Brasil; considerando que o País é parte geoestratégica de determinação econômica e global que reatualiza a chamada divisão internacional do trabalho.

É empreendimento público e privado que engendra uma totalidade operativa que envolve todos os setores, frações e instâncias da economia local em seu favor e serviço; de forma direta ou indireta e para os específicos de Itumbiara, *“tudo é cana mesmo aquilo que achamos que não é cana”*. É a moenda moderna.

São hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, postos de gasolina, empresas de transportes, oficinas mecânicas, escritórios de consultorias, de contabilidade, advocatícios ou de engenharia/engenharias, empresas de segurança e de seguros; ainda a educação local, com destaque ao ‘Sistema S’, universidades e todo o comércio do dia a dia. É tal qual um reino repleto de súditos.

É a ampla cadeia da cana acontecendo e; sobretudo, *“são da cana”* todas as esferas públicas e locais que operam visando a garantia das condições institucionais e que, por seu turno, legitimam socialmente o agronegócio sucroenergético.

A proposta ambiental da Prefeitura Municipal, bem como da sua Câmara de Vereadores é a mesmíssima adotada pelo segmento canavieiro; a paisagem integralmente transformada é passivamente admitida por todos os estratos de poder e de fiscalização mesmo que os Cerrados locais se achem integralmente danificados; se as águas rurais ou urbanas sigam deterioradas ou; se multidões de camponeses sejam obrigadas a mudarem-se para os arrabaldes da cidade onde conformam amorfos urbanos desprovidos de serviços básicos como fornecimento de água, segurança ou transporte público.

A monocultura da cana não surge em Itumbiara com os elevados financiamentos públicos, com a utilização de máquinas de última geração e de resolução ou com os novos clientes adquiridos, sobretudo, na Ásia dos tártaros; diferentemente, a cana local como *macro* empreendimento surge com o latifúndio, ainda hoje, a principal instituição de regulação da vida social, política e econômica de Itumbiara e de Goiás.

É o engenho político-familiar-administrativo do latifúndio goiano a partir, principalmente, da cidade de Morrinhos quem irá garantir potência para formar e ativar as primeiras castas políticas desta província e seus consequentes e respectivos desdobramentos societários que irão permitir, desta maneira, as bases organizativas para todas as monoculturas implementadas em Itumbiara desde sua fundação em 1909.

Como um organismo vivo que transmite sua genética às suas descendências o latifúndio deste sul-goiano tem transferido continuamente seus traços e caracteres para todas as culturas e produções desenvolvidas em suas circunscrições.

A tendência à concentração da terra, o crônico e desumano hábito de expulsar pequenos produtores ou ocupantes, a degradação dos biomas que lhe envolve e o incontrolável movimento expansivo que, em si, é movimento político são também, marcas indeléveis e irremovíveis da atividade sucroenergética de Itumbiara.

Vale o registro da clássica relação entre o rural e o urbano e que, sob as regras da grande plantação canavieira dá forma para movimentos contraditórios – complementares e conflituosos – aqui definidos como *forças centrípeta e*

centrífuga, segunda as quais um movimento [da cana] marcha célere em direção ao centro geográfico da cidade e o seu outro [da especulação imobiliária] avança sobre áreas rurais a fim de novos espaços para sua ampla cadeia de especulação.

São forças que atuam no cotidiano da cidade; facilmente perceptíveis e verificáveis. O grande perdedor dessa tensão é, objetivamente, a imensa população de Itumbiara que, tão somente, não mora ou mora sob condições notadamente inadequadas e que assiste a silencioso e duradouro duelo territorial e regional entre estes '*dois leviatãs*' que obstinadamente buscam nacos de chão, filetes d'água, córregos, corredeiras e demais valores ambientais para a expansão e o aprofundamento dos seus negócios.

A conformação da paisagem monótona, uniforme, é uma das principais manifestações territoriais dessa atividade, mais do que objetiva consequência do processamento dos Cerrados pela cana é também e, principalmente, metáfora que explica o que, de fato, passa a ser o Cerrado e seus conteúdos ambientais, ecológicos e rurais a partir da ampla mecânica territorial-ambiental e produtiva saída da sucroenergia posta em Itumbiara e em seus arredores.

Ao fim, a monocultura da cana-de-açúcar é o revés, a antítese do multiverso mundo dos Cerrados; se trata de *anti-lugar* marcado pela ausência de afetos, identidades e familiaridades posto que efetivamente *des-integra* o homem local do Cerrado de sua natureza topográfica original.

No percurso histórico-geográfico que conformou a atual estrutura sócioprodutiva canavieira de Itumbiara se identificou que, pelos seus padrões de organização, pelos capitais encetados, pelas tecnologias adotadas, os níveis de eficiência de sua burocracia, a forma como ocupa os territórios rurais e pelas relações políticas estabelecidas com os diversos níveis estatais, bem como com a população o agronegócio canavieiro consegue, isto sim, fundar um tipo distinto de *poder*.

É sofisticada operação político-empresarial que, de fato, irá garantir essa tipologia de *poder* integralmente original posto que, inicialmente, se apresenta como empreendimento especificamente privado e com respectivas características mas que no curso do seu desenvolvimento, na ampliação de suas atividades e no

aprimoramento de todo o seu parque agroindustrial redefine essencialmente sua relação e seu lugar no torvelinho público/privado.

É *público* porque a presença estatal em sua constituição é decisiva, na medida em que isenções, financiamentos, anistias, renegociações, recuperações fiscais e outros benefícios lhe são disponibilizados de maneira farta e perene; esses aportes são, de fato, essenciais para o atual estágio de organicidade do setor.

Da mesma maneira, como mencionado, é empreendimento *privado* posto que, em que pese os fundamentais auxílios governamentais, a gestão do complexo, seus princípios, metas e relações estabelecidas com os territórios em que se estabelecem indicam a evidente primazia do *privado* na condução do negócio.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos encadeados e que aborda desde a fundação da cidade a partir de sua emancipação da vizinha Morrinhos, passando pela forma como a *moenda* se apropria do cotidiano local, pelo contexto nacional em que privilegiadamente se encontra o setor sucroenergético até aos dias atuais, chegando aos desterritorializados/(re)territorializados, os expropriados do campo e vivendo miseravelmente na cidade.

Seu primeiro capítulo tratou da origem de Itumbiara (do tupi: “*caminho da cachoeira*”), do quadro social, político e econômico que deu forma para toda a região sul goiana e Itumbiara e o complexo e delicado jogo do coronelismo sub-regional para a garantia e manutenção dos próprios interesses. Itumbiara, por fim, é o resultado dessa lógica a envolver influência, poder, terras e domínio político.

No capítulo dois se procurou traçar as condições desenvolvidas para a captação da grande empresa, sobretudo, a grande empresa internacional, a “*company*”, a “*corporation*”; uma instituição externa, com ritos e formas notadamente originais posta e interposta no tabuleiro goiano a definir a paisagem, os novos territórios do trabalho e o lugar legado, enfim, aos pequenos, aos nativos, aos “originais da terra”.

A partir de uma concepção de desenvolvimento dependente, marginal e periférica o foco e a opção econômica foi pela atração, financiamento e fomento

de grandes empresas internacionais como *Cargill, DuPont Pioneer, Louis Dreyfus* dentre outras.

No capítulo terceiro, se buscou compreender as formas de resistência advindas do agronegócio da cana. A resistência não é uma abstração; são, isto sim, pessoas reais; homens, mulheres e jovens e que se somam na angústia desesperada por não terem acesso a uma gleba de chão; por não poderem estar nos campos goianos; por sinal, terras de nascimento, aprendizagens e vivências ou terra adotada por negros, caboclos, nordestinos, nortistas e ciganos.

A resistência impressiona! É maior do que o latifúndio, do que as lavouras de cana, do que a repressão policial e do que a indiferença governamental para com as necessidades reais de uma gente decente, trabalhadora e tristemente desamparada.

O quarto capítulo tratou do agronegócio goiano com destaque para a produção canavieira e que se converte em marca, símbolo, referenciamento e equivalência de modernidade posto que se imiscuem integralmente nas frestas e fendas do cotidiano.

Geram e reforçam comportamentos e, espantosamente, não estão apenas no cotidiano mas habilmente operam esse mesmo cotidiano; manipulando seus rumos, tendências e formas de ocorrência. Se utilizam para tal experimento societário, das narrativas da economia, da chantagem da geração de empregos, das parcerias com entidades locais e de certa responsabilidade social.

Vejamos que a interpretação simplista de que um dos principais complexos canavieiros do mundo a comercializar combustíveis e derivados para diversos países seja só uma fábrica processadora de cana e instada em alguma altura do Cerrado é forma grave de compreensão e de pouca relação com o mundo concreto.

Por fim, o quinto capítulo abordou a perversa conversão dos trabalhadores dos rurais e expulsos dos seus territórios originais de trabalho e vida em refugos humanos suburbanos; em trabalhadores precários e eventuais vivendo no risco imprevisível de ocupações informais ou de reconhecimento social algum.

São homens e mulheres do campo que se tornaram catadores de materiais recicláveis; são os convivas do “lixão” de Itumbiara onde em meio a toda sorte de

imundície catam os aproveitáveis a serem comercializados com atravessadores locais e corruptos e que determinam ao seu bel prazer o preço dos ‘reciclados’.

Os trabalhadores dos campos cerradeiros herdaram os lixos, os descartáveis e imprestáveis. Estão onde ninguém quer estar; atuam com aquilo que é indesejado e repugnante para a imensa maioria das pessoas. O pior de tudo isso é que esses seres humanos tem de conviver com a indiferença social, o ódio e o repúdio constante dos mesmos que lhes tiraram a terra, a vida rural e seu mundo denso de símbolos, significados, saudades e que já não mais existe.

É o *poder* do segmento sucroenergético acontecendo em todas as suas variáveis e nuances. O que se verifica, por fim, é que o clássico dispositivo do sufrágio eleitoral e que justifica democracias e suas ocorrências é de pouco ou nenhum efeito na gestão do município em questão; a eleição deste ou daquele candidato com seus discursos e programas se apresenta como dispositivo essencialmente ritualístico posto que, conforme se apurou neste trabalho, é o complexo canavieiro quem efetivamente, governa Itumbiara.

Não por menos, ao fim, interfere na gestão do território municipal, de seus recursos hídricos, alterando paisagens, fluxos e dinâmicas rurais e urbanas sem jamais prestar contas – e isso é evidentemente importante – das suas ações por meio de audiências, encontros ou relatórios públicos para o conjunto da sociedade.

A partir da obra do florentino Nicolau Machiavel (1469-1527), ‘O Príncipe’ (1513) poder-se-ia dizer que, para o caso de Itumbiara, o “Príncipe”, aquele que objetivamente governa é, desta feita, uma moderna moenda de cana espraiada por todo o território da municipalidade.

Da mesma forma, esse fenômeno é igualmente verificado nas fronteiras do Centro/Sul/Sudeste brasileiro onde a segunda maior produção canavieira do planeta está instalada conformando, segundo os resultados desse trabalho, um distinto e não revelado Estado da federação, o que aqui se denomina de “*Leviatã doce*”, portador de orçamento próprio, poder político e econômico e muitas capacidades de devastação ambiental.

Por fim se pensa ter confirmado a tese de que a moderna produção sucroenergética de Itumbiara faz despontar efetiva e singular forma de *poder*.

Referências Bibliográficas

ABDDALA, Klaus de Oliveira; CASTRO, Selma Simões de. Dinâmica de uso do solo da expansão sucroalcooleira na Microrregião Meia Ponte, estado de Goiás, Brasil. **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física**. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física; Universidade de Coimbra, maio/2010.

_____. Dinâmica de Uso do Solo da expansão sucroalcooleira na Microrregião Meia Ponte, estado de Goiás, Brasil. **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física**. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física; Universidade de Coimbra, maio/2010

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósito e contradições**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); Universidade de São Paulo (USP), 2001.

AGRÍCOLA, Instituto de Economia. Análise e Indicadores do Agronegócio. **Geração de Bioenergia de Biomassa da Cana-de-Açúcar nas Usinas Signatárias ao Protocolo Agroambiental Paulista, safra 2015/2016**. V. 12, no. 04, abril/2017.

AGUIAR, Ranieri Roberth Silva de, *et al.* Os paradigmas do pensamento cartesiano e do pensamento sistêmico. **11º. Congresso Brasileiro de Sistemas**, Franca/SP, Uni-FACEF, 29 e 30 de outubro de 2015.

ALMEIDA, Denise Vaz; CAMPOS, Flávia Rezende. A integração da economia goiana a partir do sistema ferroviário: uma análise da Estrada de Ferro Goiás e da Ferrovia Norte-Sul. **Ateliê Geográfico**; Goiânia-GO. V. 08, no. 02, ago/2014.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Espaço em mutação no Québec. **Boletim Goiano de Geografia**. IESA/UFG, vol. 23, no. 02, jul/dez 2003.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. A estruturação da tecnoburocracia do planejamento territorial no Brasil. **Terra Brasilis**; Laboratório de Geografia Política – Universidade de São Paulo (USP), 2003.

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez *et al.* **Modernização produtiva e relações de trabalho**: perspectivas de políticas públicas. Ministério do Planejamento/IPEA, 1997.

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações sociais e a construção da consciência histórica**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Educação (FE); 2006.

ALVES, Fernando Roberto Jayme. A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia. **Geografia em Questão**, v. 06, no. 01, 2013.

AMORIM, Eron Menezes de. **Morrinhos: Coronelismo e modernização – 1889-1930**. Dissertação de mestrado; Programa de mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 1998.

ANDREOTTI, Bruno Leonardo Ramos. **Revista Proj. História**. São Paulo (30), jun/2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

AUGUSTO, André Guimarães; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Ainda sobre a teoria da história em Marx. São Paulo: **Lutas Sociais**, vol. 18, no. 33, 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSIS, Emerson Ferreira de. **Axiomata sive leges motus**: a mecânica racional newtoniana sob a ótica da metodologia dos programas de pesquisa científica. Dissertação. São Paulo: FFFLCH/USP, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV) (1929); **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBOSA, Altair Sales. O cerrado no novo quadro ambiental brasileiro. Formosa/GO: **Revista Xapuri Socioambiental**. Ano 3, número 28, Fev/2017. Disponível em: < www.xapuri.info > Acesso em: 5 jul. 2018

BARBOSA, Cleidinaldo de Jesus *et al.* **A influência do Programa PRODUIR na concentração de usinas na Mesorregião sul goiano**. UFG/FACE. Dez/2017.

BARBOSA, Maria Alves. A influência dos paradigmas cartesiano e emergente na abordagem do processo saúde-doença. **Rev. Escola de Enfermagem USP**. V. 29, no. 02, 1995.

BARRETO, Maria Joseli; JÚNIOR, Antônio Thomaz; OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. O discurso ideológico do agronegócio e a expansão do capital sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema. São Paulo; **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009.

BARRETO, Maria Joseli; JÚNIOR, Antônio Thomaz. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. **Revista Pegada**, v. 13, n. 02; dez/2012.

BATISTA, Andréa Francine. A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina Sudamérica. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, no. 24, jan.-jun. 2014.

BECK Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do Globalismo; respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BEHRENS, Marilda Aparecida; OLIARI, Anadir Luiza Thomé. A evolução dos paradigmas na educação: do pensamento científico tradicional a complexidade. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 7, no. 22, set/dez 2007.

BELOQUE, Leslie Denise. **A cor do “trabalho informal”. Uma perspectiva de análise das atividades “informais”**. Tese; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PPG Ciências Sociais, 2007.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem do Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BO RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal. **A nova logística militar: logística, estratégia e inteligência**. Dissertação de mestrado. PPG Geografia Humana, FFLCH/USP, 2010.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia. Editora da UFG, 2000.

_____. Ferrovia e Modernidade. Dossiê Ferrovias. **Revista UFG**; dezembro/2011; ano XIII, no. 11.

BORGES, Júlio César Pereira; CALAÇA, Manuel. Desterritorialização: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás. **X EREGEO, Simpósio Regional de Geografia**. Abordagens geográficas do Cerrado: paisagens e diversidades. Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Catalão, setembro/2007.

BORÓN, Atílio. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. *in*: **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Sader, Emir e Gentili, Pablo (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo, Editora Zahar, 2^a. Edição, 2012.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido: a Estrada de Ferro Goiás e a cidade de Ipameri (Início do século XX)**. Dissertação de Mestrado. PPG/História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Estado, Estado-nação e Formas de Intermediação Política. **Revista Lua Nova**, São Paulo. 2017.

BUKHARIN, Nikolai I. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BLASS, Leila Maria da Silva (Org.). **Ato de trabalhar: imagens e representações**. São Paulo: Annablume, 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais.** PPG em Geografia; UNESP/Presidente Prudente (SP), 2012

CAMARGO, Rubia de Pina Luchetti. **A importância do distrito agroindustrial de Anápolis (DAIA) no desenvolvimento e crescimento da cidade.** Faculdade Católica de Anápolis (FCE), 2018.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira. O processo de expansão do capitalismo na agricultura e a importância da renda fundiária: uma perspectiva marxista. **Revista de Estudos Sociais**, ano 2015, no. 34, v. 17.

CARVALHO, Simone Pereira de. **Agricultura familiar e agroindústria canavieira: integração e contradições.** Dissertação (mestrado); Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, 2008.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (67). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 11 jun. 2017.

CASTRO, Nivalde J. de; DANTAS, Guilherme de A. **Fusões e aquisições no setor sucroenergético e a importância da escala de geração.** GESEL/UFRJ, Textos de discussão do setor elétrico (TDSE), no. 14. Rio de Janeiro, 2009.

CAVALCANTE, Ângelo Silva. **Ordenamento Territorial e Complexo Sucroenergético: Perspectivas da Cana-de-Açúcar em Itumbiara (GO).** Ângelo Silva Cavalcante; dissertação. PPG Geografia. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014.

CAVALCANTE, Ângelo. **Da cidade, da grilagem e dos novos conflitos urbanos.** Diário da Manhã, Goiânia/Goiás, 2015. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/opiniaio/2015/04/da-cidade-da-grilagem-e-dos-novos-conflitos-urbanos.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **A história no pensamento de Marx.** *En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.

CHAUÍ, Marilena. O mito fundador do Brasil. São Paulo (SP); **jornal Folha de São Paulo**, 26/03/2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Diná Raquel D. da; GUILOUSKY, Borres. **Ritos e rituais**. Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades, PUC/PR, 2012.

COSTA, Fábio Rodrigues da. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percursos**. NEMO. Maringá/PR; v. 6, n. 01.

CORRÊA, Antonio; PEDROSA, Oswaldo. A crise do petróleo e os desafios do Pré-Sal. **Caderno Opinião**, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2016.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas. **Cadernos AEL**, no. 07, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

COSMO, Bruno Marcos Nunes; GALERIANI, Tatiani Mayara. **Cadeia produtiva da cana-de-açúcar: do campo a indústria, analisando aspectos ambientais**. Instituto de Agronomia, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2015

DANTAS, Rodrigo. **A grande crise do capital**. Cadernos de Ética e Filosofia Política, 14. Revistas USP, 1/2009.

DELGADO, Andréa Ferreira. Cora Coralina: a poética do sabor. Universidade Federal de Goiás. Publicado em: A Ilha. **Revista de Antropologia**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte; PEREIRA, Giovana Gonçalves. Migrações, agronegócio e populações rurais: convivência, interdependência e pluralidade de atores e processos nas cidades do agronegócio paulistas. **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**, São Pedro/São Paulo, 2014

DUAYER, Mario *et al.* A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Revista Kátal**. Florianópolis, v. 16, jan-jun 2013.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª. Edição, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona. Vol. X, no. 218, 01/08/2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na Região de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado, Depto de Geografia - FFLCH / USP, 1996.

Estudos Microrregionais. **Observatório do mundo do trabalho**. MEC/RENAPI/IFG/Observatório do Mundo do Trabalho. Goiânia, 2013

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FABRINI, João Edimilson; PAULINO, Eliane Tomiasi. (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente: Editora Expressão Popular, 2005.

FARIAS, Cleiton Sampaio de. Fronteira Aberta: A nova dinâmica com a expansão da cana-de-açúcar para a produção de etanol na Amazônia. UFU/Instituto de Geografia. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 12, no. 38, 2011.

FERNANDES, Valdir; GOMES, Priscila Rodrigues. O discurso de sustentabilidade e a rede de atores do setor sucroenergético. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**; no. 31, 2014.

FERRAZ, Rodrigo P. Demonte; DUBREUIL, Vincent; SIMÕES, Margareth. Indicadores para a avaliação do processo de expansão da cultura canavieira do sul do estado de Goiás. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, no. 29, setembro de 2013.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de Memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. Dissertação de mestrado. Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia. 2003.

FERRARO, Mario Roberto. MARQUEZAN, Andreia. **A pecuária científica no final do século XIX**. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/cee/article/download/5746/3544>. Acesso em: 5 abr.2018.

FILHO, Gilberto Montibeller. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Tese. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1999.

FILHO, José Luís Alcântara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **HEERA, Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4, no. 07, Jul-Dez 2009.

FIRKOWSKY, Olga. **A nova divisão internacional do trabalho e o surgimento dos NIC's (Newly Industrializing Countries)**. Universidade Estadual de Londrina (UEL). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/9901/8711>>. Acesso em: 5 jul.2018.

FIRMINO, Waldivino Gomes; MARTINS, Priscila Gomes. De onde partiram, por onde andaram: a trajetória dos trabalhadores do assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís/MA, 2016.

FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e Mandonismo Local. Morrinhos (1889-1930)**. Dissertação de mestrado. Instituto de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), 1997.

_____. Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1899-1930). (In) **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**/Nasr Fayad Chaul, coordenador. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

FRANÇA, Maria de Sousa. **Povoamento do sul de Goiás: 1872-1900. Estudo da dinâmica da ocupação espacial**. Dissertação de mestrado. UFG-ICHL/USP, 1975.

FURTADO, André. **Crise energética e trajetórias de desenvolvimento tecnológico**. Ciclo de Seminários “Brasil em Desenvolvimento”. UFRJ, 2003.

GARCIA, Allysson Fernandes. Notas sobre a história da escravidão em Goiás. **Revista Mosaico**, v. 6, n. 1, p. 39-50, jan/jul 2013.

GARCIA, Jefferson. **Lições de José Paulo Netto sobre o método em Marx**. Revista Urutágua – Acadêmica multidisciplinar. DCS/UEM, 2013.

GIL, Antonio Carlos; SOUZA, Dercia Antunes. A importância da identidade na configuração de *Clusters* Turísticos. **Turismo em Análise**. Vol. 26, no. 02; abril/2015.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. Curitiba: **Revista de Sociologia Política**. V. 17, no. 32, fev/2009.

GRAZIANO, José. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 7 (1): 43 – 81 (maio de 1997).

GUANAIS, Juliana Biondi. O mundo do trabalho da agroindústria canavieira: reestruturação produtiva e seus reflexos sobre os cortadores de cana. **VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate “Saúde Mental relacionada ao Trabalho”**, 2010.

_____. Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho na agroindústria canavieira. **Ideias**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, v. 7, no. 01, jan/jul 2016.

GUIMARÃES, Juliana Carneiro. O movimento de luta pela terra no sudoeste de Goiás. **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Universidade Federal de Sergipe/São Cristovão, 2016.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão do Trabalho e nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**; Universidade de São Paulo (USP), capa, v. 1, (1982).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

HABIB, Mohamed; MACHADO, Laerte Antônio. **Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil**. 2006. Disponível em:

<http://www.infobibos.com/artigos/2009_2/cana/index.htm>. Acesso em: 5 jul.2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; MOREIRA, Erika Vanessa. O lugar como uma construção social. UNESP/Presidente Prudente. **Revista Formação**. no. 14, v. 02, 2007.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural; Coleção: Os Economistas, 1985.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

INÁCIO, Jaqueline Borges; SANTOS, Rossevelt José. A expansão canavieira no município de Delta-MG: “ilhados pelos canaviais”. **Caminhos de Geografia**, Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 14, n. 48, dez/2013.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O PRODECER (Re) visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. ENGA-2012. Jun/2014.

KAUTSKI, Karl. Ultra-imperialism. 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>> Acesso em: 7 fev.2018

LARA, Fernando Luiz. Cidade deveria ser sinônimo de coisa pública. São Paulo: **Revista Fórum**, no. 123, ano 12, junho/2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** — 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Ediciones Peninsula, Série Universitária; história/ciência/sociedade. Ediciones Peninsula (EP), Barcelona, 1976.

LEITE, Leonardo de Magalhaes. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Revista Economia e Sociedade**; Campinas, v. 23, no. 02, 2014.

LENIN. V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. 1ª. Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.123.

LESSA, Sérgio. **Lukács: ética e política. Observações acerca dos fundamentos da ética e da política**. 2ª. Edição; Instituto Lukács, 2015.

LIMA, Roberta Oliveira Trindade de; TAVARES, Maria Augusta. A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katal**. Florianópolis. V.12, no. 2, 2009.

LIMA, Roberto Arruda de Souza; OÑATE, Carlos Andrés. **Importância das cooperativas de crédito para fornecedores da cana-de-açúcar: um estudo de caso**; RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, no. 02, Abr./Jun. 2012.

LUIZ, Danuta C. S. *et al.* Reflexões entre Estado e Sociedade Civil. Reflexões sobre perspectivas democráticas. **AURORA**, ano V, número 08, agosto/2011. UNESP-Marília/SP.

LUKÁCKS, Gyorg. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais**: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília (DF), Senado Federal. 1999 (1ª. Edição); Reimpressão (2005).

MACEDO, Cêlenia de Souto; SILVA, Regina Celly Nogueira da. **Geografia urbana/A rede urbana**. UFRN/UEPB, 2009.

MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder**: microfísica do Poder. Michel Foucault. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MAGDALENO, Fabiano Soares. Lei e território em democracias político-representativas. *In: Espaços da democracia*: para a agenda da geografia política contemporânea. Org.: CASTRO, Iná Elias *et al.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, PAPERJ, 2013.

MANESCO, Maria Clara. **Tipos de Estado e Estado “paralelo”**. Artigo publicado originalmente em novembro de 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33508/tipos-de-estado-e-estado-paralelo>> Acesso em: 5 fev. 2018.

MANÇANO, Bernardo; Welch, Cliff. Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegócio e a via camponesa. **Revista NERA**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Presidente Prudente]. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitooagronegocio.pdf.> Acesso em: 5 jul.2018

MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul/RS, setembro/2004.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Revista Tempo Social**, Sociologia USP, São Paulo, 1994/1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Karl Marx e Friedrich Engels; São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª. Edição, São Paulo: Martins Fonte, 2003.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELAZZO, Everaldo Santos; NASCIMENTO, Paula Fonseca do. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serv. Social Revista**; Londrina, v. 16, no. 01, jul/dez 2013.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História Política de Goiás: A dinâmica do desenvolvimento (1945-1964)**. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2000.

MOREIRA, Ruy. Bioenergia, sentido e significado. **Revista da ANPEGE**, v. 03, 2007.

MOYSÉS, Arlete. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. Cadernos Metrópole/Grupo de Pesquisas **PRONEX**, no. 1, (1999), São Paulo: EDUC, 1999.

MELO, Jayro Gonçalves; RODRIGUES, Diego Vilanova. Crime e Trabalho no Estado de Direito. UNESP/Presidente Prudente/SP; **Pegada**, vol. 08, no. 02, dez/2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONDARDO, Marcos Leandro. Resenha: LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 01, jan/jun 2010.

MÜLLER, Geraldo. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 08, n. 1/3, p. 28-47, 1991

NETO, Antônio Teixeira. Pequena história da agropecuária goiana (O ouro acabou? Viva o boi!/O ouro se foi? Chegou o boi!). **Revista Educação e Mudança**. No. 20/21; jan/jul, jul/dez. ISSN 2179-5215, 2008.

NETO, Onofre Pereira Aurélio; SALGADO, Thatiana Rodrigues. Rede Urbana de Goiás: Análises das interações espaciais dos centros na rede urbana. **XI Encontro Nacional da ANPEGE, 09 a 12 de outubro de 2015**.

NETO, Pedro Luiz do Nascimento. Escravos e senhores na província de Goiás: demografia e cotidiano. **III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. Impresses do Brasil no século XIX. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/47.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

NEVES, Heloisa. **O livro chocolate [ou] o encontro entre corpo e cidade. Corpografias urbanas**. 2008. Disponível em: <www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST3/HeloisaNeves.pdf>. Acesso em ago.2018.

O'BRIEN, Richard. **Global Financial Integration: The End of Geography**, Council on Foreign Relations Press, Nova York, 1992, p. 1.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985: cultura e identidade. **III Simpósio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a América Latina (GEPAL)**, Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2008.

OLIVEIRA, Gustavo Bediaga de. **O novo código florestal e a reserva legal do Cerrado**. Tese de mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Biológicas. Brasília, 2015.

PAIM DA SILVA, Marcus Vinicius. Controle e normalização: Michel Foucault e a relação entre corpo e poder. *Domus on line*. **Revista teoria política e sociedade**. Salvador (BA), vol. 03, jan/dez 2008.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás**. Tese de mestrado. Planejamento e Desenvolvimento Territorial. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2008.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEIXINHO, Dimas Moraes; SILVA, William Ferreira da. A expansão do setor sucroenergético em Goiás: a contribuição das políticas públicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 13, fev/2012

PELBART, Peter Pál. Império (resenha). São Paulo: FGV/SP, **RAE**, vol. 42, no. 04, 2001.

PEREIRA, Luciana Lamblet. História Econômica: algumas questões metodológicas. ANPUH. **XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina/PR, 2005.

PEREIRA, Vinícius Vieira. As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin. UFES. **Revista Nova Economia**. V. 27, no. 02, 2017.

PORTO, Camila Castello Branco de Almeida. **A educação da classe trabalhadora: de Marx a Saviani**. Mestrado em Educação/UFRJ, Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, no. 20, 2015.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás. 1835-1910**. Tese de doutorado. Faculdade de Direito, História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

OSCAR JÚNIOR, Unilson José; OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Aspectos da história do consumo e riqueza no sul de Goiás, 1850-1930. **Anais do VIII Seminário de Iniciação Científica e V Jornada de Pesquisa e Pós-Graduação**, 2010.

PICANÇO FILHO, Artêmio Ferreira; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A rede política canavieira e seus recursos de poder em Goiás. **Pesq. Agropec. Trop.** Goiânia, v. 42, no. 02, abr./jun. 2012.

PIRES DO RIO, Gisela A. Jogo de espelhos: a dimensão cultural do econômico. In: **Economia, cultura e espaço**. (Org.) Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendhal. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. História **Quantitativa e método da historiografia**. Debate e Crítica. São Paulo: HUCITEC, Junho de 1975.

PIETRAFESA, José Paulo; SAUER, Sérgio. Cana-de-açúcar, financiamento público e produção de alimentos no Cerrado. Campo Território, **Revista de Geografia Agrária**. V. 7, no. 14, ago/2012.

PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **GEOUSP – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 21, n. 3, dez. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Pedro. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... Atual? **NERA/UNICAMP**. História econômica & História de empresas XIV. 2 (2011).

RATTS, Alecsandro José Prudêncio; SOUZA, Lorena Francisco de. Espaço, cultura e poder: gênero e raça em análise na geografia. **Ateliê Geográfico**, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)/Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

RECKZIEGEL, Tânia Regina; ZENI, Bruna. Contrato Social, Estado Democrático de Direito e Participação Popular. **XVIII Congresso Nacional do CONPEDI**. São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Roberto Name. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. Dissertação de mestrado. UnB/Departamento de Economia/Mestrado em Economia do Setor Público, 2000.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da Geografia: Espaço, Território e Paisagem. **Caminhos de Geografia**, Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia. Uberlândia (MG), v. 09, n. 27, set/2008.

RODRIGUES, Fernando Rocha. **História política de Goiás: o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional**. *Multi-Science Journal*. 2015. Disponível em: <www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience/article/view/73/41> Acesso em: 3 jun. 2018.

RONCONI, Luciana. Governança pública: um desafio à democracia. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa (PR), 2011.

RODRIGUES, Luciana Deotti. **A cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de biocombustíveis: impactos ambientais e o zoneamento agroecológico como ferramenta para mitigação**. Especialização; Pós-Graduação em Análise Ambiental, Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2010.

RODRIGUES, Roney. Os contrastes da indústria da cana. São Paulo: **Revista Caros Amigos**; ano XIV, março/2011.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A importância da estrada de ferro para o estado de Goiás. **Revista UFG**; Dossiê Ferrovias; ano XII, no. 11. Dez/2011.

ROSA, Maria Luiza Araújo. **Dos Bulhões aos Caiado**. Goiânia: UCG, 1984.

_____. **Viagem à província de Goiás**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). **Hist. R. Goiânia**, v. 21, n. 1, p. 154-187, jan/abr. 2016.

SAINT-HILAIRE, August. *Apud* LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores de História**. Trabalho livre e trabalho escravo. Volume I, São Paulo, 1973.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009.

SANTANA, Reginaldo; MARQUES, Dinamar Maria Ferreira; SILVA, Tallyta Carolyne Martins da; ZOPELAN, André Luís Miranda Silva. Produção e preço da

cana-de-açúcar em Goiás. SEGPLAN/Instituto Mauro Borges (IMB). **Conjuntura Econômica Goiana**, dezembro/2012, no. 23.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos; SOUZA, Francilane Eulália de. Cana doce, trabalho amargo: a superexploração do trabalhador canavieiro no município de Itaberaí-GO. **Revista PEGADA**, vol. 13, no. 02, dezembro/2012

SANTOS, Fernando Pereira dos. **Formação e expansão da fronteira agrícola em Goiás: a construção de indicadores de modernização**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, UFG: 2010.

SANTOS, Henrique Faria dos. Competitividade Regional do Setor Sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Formação (On Line)**, v. 01, n. 25, maio-agosto 2017.

SANTOS, José Mateus dos. **Cultura da cana-de-açúcar, crédito de carbono e o desafio do desenvolvimento sustentável**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Anápolis/UNIEVANGÉLICA. Anápolis/GO, 2008.

SANTOS, Luiz Henrique de Melo dos; XAVIER, Carlos Vinícius. O mito da renovabilidade na expansão da agroindústria sucroenergética. **AGRÁRIA**, São Paulo, no. 13, 2010.

SANTOS, Mauro Augusto dos; *et al.* Dinâmica Demográfica e uso da Terra no Cerrado Brasileiro: reflexões a partir da experiência do PADAP. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, no. 2. Abr/Jun 2012.

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades. Grupo de Estudos sobre o Tempo**. Instituto de Estudos Avançados (IEA)/Universidade de São Paulo (USP). 29/05/1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria. São Paulo: **Nova Economia**; v. 27, no. 2, 2017.

SCHERER, Maurício de Freitas; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Movimentos sociais na produção e reprodução do espaço urbano de Santa Maria (RS). **XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)/AGB**. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de trinta em Goiás**. São Paulo: USP, 1982. Tese de Doutorado. Teve sua primeira edição publicada em 2001.

SILVA, Lilian Leandra. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**; Revista *On-Line*; Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2000.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. O pequi e os saberes locais dos camponeses do sertão mineiro. **Ateliê Geográfico**. Universidade Federal de Goiás/Instituto de Estudos Socioambientais. V. 7, n. 1, abril/2013.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Subserviência do trabalhador do corte da cana no agronegócio canavieiro. **Mercator**; Universidade Federal do Ceará, v. 13, no. 02, maio/agosto de 2014.

SOUZA, Marco Antônio de. O mundo do trabalho dos “homens de vida amarga e dura” nas “usinas escuras” do agronegócio canavieiro no norte do Paraná: notas para um debate. **Revista Pegada**, v. 14, no. 02, Dez/2013.

Superintendência do Arquivo Público de Uberaba/Arquivo Público de Uberaba. SILVA, Antônio Pereira da. **Razões para o desenvolvimento dos principais municípios do Triângulo Mineiro**.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação, no. 20, 2002.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cânone Editorial e Agepel, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Maria Sonia de França e. **A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo/Universidade Federal de Goiás. ICHL. Goiânia, 1978.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Positivismo, historicismo e dialética na metodologia da economia**. Dissertação de mestrado. FEA/USP. São Paulo, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2010.

TOMALSQUIM, Mauricio Tiommo. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel, **Revista de Economia Política**, vol. 11, no. 4 (44), outubro-dezembro/1991.

VELOSO, Dayana Alves. Monografia. **Efeitos sociais e espaciais da construção de barragens no Rio Araguari-MG: Análise do trecho entre as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar II e Itumbiara**. UFU/Geografia/2010.

VERISSIMO, Michele Polline. XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de *commodities*, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos

naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, UFRJ/Instituto de Economia, 2014

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o Habitus**. Arquitetura/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/wacquant-esclarecer-habitus.pdf>> Acesso em: 27 set. 2017.

WOOD, Ellen M. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ZAMBERLAM, Carlos Otávio *et al.* Expansão da Fronteira Agrícola: Impactos da Políticas de Desenvolvimento Regional no Centro-Oeste Brasileiro. **48º. Congresso SOBER**. Campo Grande/MS, 2010.